

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LAIRTES CHAVES RODRIGUES FILHO

MBA'ÉICHAPA CHAMIGO!
PROGRAMAÇÃO RADIOFÔNICA E
MULTICULTURALISMO NA FRONTEIRA SUL-MATO-
GROSSENSE DE BRASIL E PARAGUAI

Campo Grande

2016

LAIRTES CHAVES RODRIGUES FILHO

MBA'ÉICHAPA CHAMIGO!
PROGRAMAÇÃO RADIOFÔNICA E
MULTICULTURALISMO NA FRONTEIRA SUL-MATO-
GROSSENSE DE BRASIL E PARAGUAI

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Mídia e Representação Social - Linha de Pesquisa: Mídia, Identidade e Regionalidade.

Orientadora: Profª Drª Daniela Cristiane Ota

Campo Grande

2016

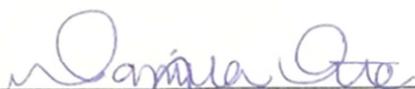
**MBA'ÉICHAPA CHAMIGO!
PROGRAMAÇÃO RADIOFÔNICA E
MULTICULTURALISMO NA FRONTEIRA SUL-MATO-
GROSSENSE DE BRASIL E PARAGUAI**

LAIRTES CHAVES RODRIGUES FILHO

Orientadora: Professora Doutora Daniela Cristiane Ota

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Examinada por:



Presidente, Prof^a Dr^a Daniela Cristiane Ota
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS



Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS



Prof^a Dr^a Sônia Virgínia Moreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Uerj

Campo Grande
2016

Em memória de Zélia Grubert Chaves, minha amada avó. A enfermidade que a levou limpou suas lembranças, mas jamais fará passar o memorial que seu carinho e suas histórias deixaram em mim.

Às vezes, quando chega a tarde, na hora da sua sesta, ligo o rádio, e te trago à memória cantarolando Délio e Delinha – sua dupla preferida – que bem traduz o que sinto desde que ao deixar seu legado nesta família, seu fôlego de vida partiu.

*“Eu deitei na minha rede, comecei me balançar
Me lembrando de você embalando pra lá e pra cá...”*

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão primeiramente a Deus, pela vida, pela oportunidade de crescer em conhecimento, luz e amor; por sua criação diversa, multiforme, polifônica.

À minha mãe Andréia de Souza Vieira, meu pai Lairtes Chaves Rodrigues, meu padrasto André Luiz Saltiva, minha irmã Lanna Chaves, pelo apoio durante essa jornada.

Aos meus companheiros jornalistas do jornal Correio do Estado, Anny Malagoliny, Eduardo Miranda, Lúcia Morel, Celso Bejarano, Cristina Ramos, Aliny Mary, Gildo Tavares, Lucas Junot, por todas as longas conversas durante o tempo de redação trocando ideias sobre o cenário fronteiriço.

À minha amiga e geógrafa Jhérsyka Cleve pelo auxílio nas discussões dos conceitos mais geográficos do espaço da fronteira, pela cedência das adaptações de mapas e pelo companheirismo que tem acompanhado toda uma vida, acreditando sempre na mudança e em outro mundo possível.

À minha amiga, companheira, jornalista e mestre, Mayara da Quinta, pela companhia e crítica nos encontros de dissertação, sempre trazendo as reflexões mais produtivas em meio a belos sorrisos.

À minha orientadora, Daniela Ota, que com paciência e persistência conduziu o amadurecimento dessa pesquisa, acreditando no meu potencial e na minha formação como mestre e como professor de radiojornalismo. Seu rigor metodológico, sua constante preocupação com a produção de uma ciência com potencial de transformação são exemplos. Cada conversa, passeio, cada suco, foram essenciais para pensar de maneira mais sistemática cada fenômeno, e agregada às figuras das professoras Elizabeth Saad e Alice Koshyiama, com quem tive o prazer de fazer disciplinas na ECA-USP, se estabeleceram como referenciais de intelectuais, cientistas e pessoas: modelos que levo para toda a vida.

À professora Sônia Virgínia Moreira (Uerj), Maria José Baldessar (UFSC) pelas quais agradeço a todos os pesquisadores e às sempre maravilhosas colaborações do Grupo de Pesquisas Geografias da Comunicação da Intercom.

Aos amigos e companheiros da Rádio Educativa UFMS 99,9 pelas brincadeiras e suporte durante a finalização deste trabalho, em especial ao jornalista e mestre Marcelo Pereira e ao técnico Valdinei de Almeida. Também ao apoio contínuo da colega de docência, Ariane Comineti, pelos incentivos e palavras de suporte sempre presentes.

Ao Felipe Diel, pelos puxões de orelha sempre que foram precisos e por saber motivar e dar motivos pra sorrir, mesmo em meio ao cansaço. Sobre o companheirismo de passar noites e dias acordado junto, o empréstimo dos ouvidos para discutir os conceitos, pelos quais só posso responder com um enorme agradecimento. Aproveitando o nome, aquele abraço de gratidão ao seu José Carlos Diel e Tania Marisa Diel pela acolhida e paciência, por vezes ajudando nos materiais necessários para redação dessa dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo auxílio e financiamento para desenvolvimento da pesquisa por meio da bolsa de demanda social, e à secretaria, coordenação e colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS pela oportunidade do período sanduíche através do Programa de Cooperação Acadêmica (Procad) USP-UFMS-UFRN no segundo semestre de 2015.

RESUMO

Esta pesquisa desenvolve, no âmbito das ciências da comunicação, uma cartografia das rádios da fronteira Brasil-Paraguai no recorte das cidades-gêmeas de Bela Vista e Bella Vista Norte, e Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, divisa do estado de Mato Grosso do Sul com o departamento de Amambay, a fim de analisar se a programação dessas rádios representa o multiculturalismo existente no espaço da fronteira. Para tal, utilizamos da hermenêutica de profundidade (HP) de John Thompson, juntando elementos etnográficos para a interpretação do *doxa*, elementos histórico-espaciais para a análise sócio-histórica, de descrição e estudos da programação radiofônica e das rádios para realizar a análise formal de conteúdo e a reinterpretação do objeto, no viés da análise cultural, a partir desses três momentos. A programação radiofônica na fronteira Brasil-Paraguai é binacional, trilingue: espanhol, português e guarani. As formas simbólicas e as identidades culturais da fronteira, entendidas na discussão dos direitos humanos, demandam políticas de comunicação e de cultura que valorizem essa diversidade e as protejam dos movimentos homogeneizantes das redes de mídia, do poder e do capital. Vínculos históricos com o espaço e, principalmente, a língua guarani, ganham destaque como elementos de ruptura e resistência das rádios que só estão em determinado lado da fronteira por conveniência, fortalecendo as emissoras que mantêm, pela participação do público, conteúdos folclóricos e multiculturais.

Palavras-chaves: Multiculturalismo, Fronteira, Programação Radiofônica.

ABSTRACT

This research develops in the context of communication sciences, a cartography of radios at Brazil-Paraguay borderlands in trimming the twin cities of Bela Vista and Bella Vista Norte and Ponta Porã and Pedro Juan Caballero, on the border of state of Mato Grosso do Sul with the department of Amambay in order to examine if the programming of these radios represents the existing multiculturalism in the border area. To do this, we use the deep hermeneutics (HP) of John Thompson, joining ethnographic elements for the interpretation of doxa, historical and spatial elements for the socio-historical analysis, description and study of radio programming and radio to carry out the formal analysis content and the reinterpretation of the object, the bias of the cultural analysis, from these three moments. The radio programming in the Brazil-Paraguay border is binational, trilingual: Spanish, Portuguese and Guaraní. The symbolic forms and the cultural identities of the border, understood in the discussion of human rights, require communication policies and culture that value this diversity and protect from the homogenizing movements of media networks, power and capital. Historical links with space and especially the guarani language, are highlighted as elements of rupture and resistance of radios that are only at one side of the border for convenience, strengthening broadcasters that maintains the public participation folklore and multicultural content.

Keywords: Multiculturalism, Borderlands, Radio Programming.

RESUMEN

Esta investigación se desarrolla en el contexto de las ciencias de la comunicación, con una cartografía de las radios de frontera entre Brasil y Paraguay en el recorte de las ciudades gemelas de Bela Vista y Bella Vista Norte y Ponta Pora y Pedro Juan Caballero, límites del estado de Mato Grosso do Sul con el departamento de Amambay, con el fin de examinar si la programación de estas radios es el multiculturalismo existente en la zona fronteriza. Para ello, se utiliza la profunda (HP) de John Thompson, uniéndose a elementos etnográficos para la interpretación de la doxa, elementos espaciales y históricos para el análisis socio-histórico, descripción y estudio de la programación de radio y radio para llevar a cabo el análisis formal del contenido y la reinterpretación del objeto, el sesgo del análisis cultural, a partir de estos tres momentos. La programación de radio en la frontera Brasil y Paraguay es binacional, en tres idiomas: español, portugués y guaraní. Las formas simbólicas y las identidades culturales de la frontera, entendidos en la discusión de los derechos humanos, requieren de políticas de comunicación y cultura que valoran esta diversidad y protegen a los movimientos de homogeneización de las redes de medios de comunicación, el poder y el capital. vínculos históricos con el espacio y en especial la lengua guaraní, se destacan como elementos de ruptura y la resistencia de las radios que sólo están a un lado de la frontera para mayor comodidad, el fortalecimiento de los organismos de radiodifusión que mantiene participación del público y el contenido folclórico y multicultural.

Palabras clave: Multiculturalismo, Frontera, Programación de Radio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. CULTURA: IDENTIDADES E POLÍTICAS EM DISPUTA	22
1.1 Ideias de cultura	22
1.1.1 A roda de tereré mediada	23
1.1.2 Qual cultura?	25
1.2 Identidades Culturais	36
1.3 Direitos culturais, direitos humanos	41
1.4 Multiculturalismo: políticas culturais de igualdade e diferença	45
2. FRONTEIRAS: ESPAÇOS DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	53
2.1 A escala geográfica da fronteira	53
2.2 Fronteiras nacionais e culturais: identidades	55
2.3 Comunicação e participação cultural: afinal, o que faz da fronteira, fronteira?	59
2.4 A fronteira Brasil-Paraguai	63
2.4.1 Bela Vista-Bella Vista Norte.....	63
2.4.1 Ponta Porã-Pedro Juan Caballero.....	65
2.5 Mídia fronteiriça – O rádio	68
2.6 Políticas de radiodifusão no Brasil e no Paraguai	75
2.6.1 A especificidade da legislação de radiodifusão na faixa de fronteira.....	76
2.6.2 Radiodifusão brasileira	79
2.6.3 Radiodifusão paraguaia.....	81
2.6.4 O início de uma comunicação pluralista	84
2.7 A questão da migração do sinal AM para FM no Brasil	87
3. PROGRAMAÇÃO RADIOFÔNICA	91
3.1 Fundamentos do Rádio, Linguagens e Programação	91
3.2 A Programação Radiofônica na Fronteira Brasil-Paraguai	100
3.2.1 Metodologia da Pesquisa	100
3.2.1.1 Universo de pesquisa e delimitação do corpus	100
3.2.1.2 Hermenêutica de Profundidade	104
3.2.2 Rádio Líder FM 104,9 (Ponta Porã, Brasil).....	109
3.2.3 Rádio Mburucuya AM 980 (Pedro Juan Caballero, Paraguai)	111
3.2.4 Rádio Bela Vista AM 1440 (Bela Vista, Brasil).....	115
3.2.5 Rádio Frontera 92,5 FM (Bella Vista Norte, Paraguai)	118
3.3 Reinterpretação da Programação Radiofônica	120
CONCLUSÃO	127
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ELIZA MARCONI	141

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM EDUARDO WEBER	153
APÊNDICE C – ENTREVISTA COM EDUARDO VICENTE.....	160
APÊNDICE D. ENTREVISTA COM DANIEL GAMBARO.....	162
APÊNDICE E - ENTREVISTA COM LUCIANO MALULY	166
APÊNDICE F – ENTREVISTA COM PEDRO VAZ	172
ANEXO 1 – ENTREVISTA SOBRE O PROGRAMA ÑE Ê NGATU, EM LÍNGUA GUARANI, AO SITE OVERMUNDO	190

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Fronteira do Brasil-Paraguai, destaque para a divisa com Mato Grosso do Sul	15
Figura 2. Territórios do Paraguai cedidos ao Brasil e Argentina após a Guerra da Tríplice Aliança	17
Figura 3. Sul do estado de Mato Grosso – região dominada pela erva-mate (1870-1937)	33
Figura 4. Em Ponta Porã, Avenida Internacional separa os dois países	52
Figura 5. Mapa do Departamento de Amambay (Paraguai) na fronteira com Mato Grosso do Sul (Brasil)	63
Figura 6. Imagem de satélite da fronteira das cidades de Bela Vista e Bella Vista Norte	63
Figura 7. Imagem de satélite da fronteira das cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero	65
Figura 8. Cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Paraguai	70
Figura 9. Emissoras AM requerentes da migração para banda FM em Mato Grosso do Sul	81
Figura 10. Fachada e estúdio da rádio Mburucuya AM, com Eder Rivas	110
Figura 11. Estúdio e plataformas digitais móveis da rádio Bela Vista AM	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Terminologias utilizadas para se referir ao estado de Mato Grosso do Sul (1500-2016).....	31
Tabela 2. Rádios das cidades-gêmeas de Mato Grosso do Sul com Amambay, Canindeyú e Alto Paraguay	71
Tabela 3. Relação das rádios da fronteira Ponta Porã-Pedro Juan Caballero	72
Tabela 4. Relação de rádios da fronteira Bela Vista-Bella Vista Norte.....	73
Tabela 5. Relação de rádios da fronteira Paranhos-Ypejhú.....	73
Tabela 6. Relação de rádios da fronteira Mundo Novo-Salto Del Guairá.....	73
Tabela 7. Relação de rádios da fronteira Porto Murtinho-Carmelo Peralta.....	74
Tabela 8. Programação de segunda a sexta da rádio Líder FM 104,9 (Brasil)	108
Tabela 9. Programação de segunda a sexta da rádio Mburucuya AM 980 Khz (Paraguai).....	111
Tabela 10. Programação de segunda a sexta da rádio Bela Vista AM 1440 (Brasil).....	115
Tabela 11. Programação de segunda a sexta da rádio Frontera FM 92,5 (Paraguai).....	117
Tabela 12. Semana construída de captação da programação	118
Tabela 13. Minutagem absoluta da programação radiofônica por gênero/dia (horas)	121
Tabela 14. Minutagem absoluta da programação radiofônica por idioma/dia	122

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas

BR: Brasil

Capes: Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior

Conatel: Conselho Nacional de Telecomunicaciones

CSN: Conselho de Segurança Nacional

DGEEC: Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos

HP: Hermenêutica de Profundidade

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MiniCom: Ministério das Comunicações

PPGCom: Programa de Pós-Graduação em Comunicação

PY: Paraguai

Uerj: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFMS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

USP: Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

O estudo sistêmico das fronteiras, das relações do espaço, da cultura e das mídias nas dinâmicas sociais nas diversas escalas geográficas, tem local de destaque nas pesquisas em comunicação, da regionalidade e das identidades culturais, principalmente no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Evidentemente, isso não acontece por acaso.

A preocupação com essas dinâmicas e fenômenos situa o entendimento e o papel do pesquisador como pensador de seu próprio tempo e espaço, considerando que o estado de Mato Grosso do Sul faz fronteira com Paraguai e Bolívia, e tem traços de ambos os países em suas identidades culturais, herdadas pelos processos de colonização e disputas, historicamente.

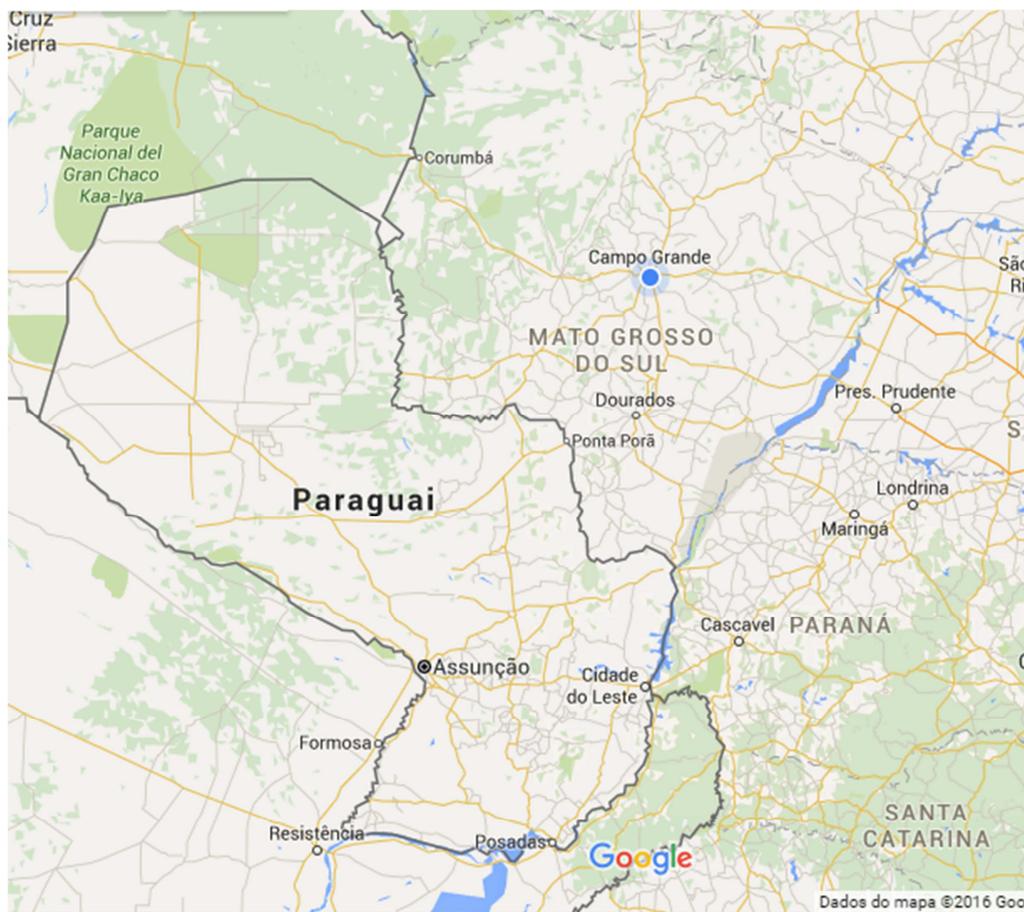
Nesta pesquisa, o que trazemos de contribuição para o entendimento desses movimentos é o esforço em compreender o multiculturalismo na fronteira do Brasil com Paraguai, nos limites do estado com o departamento de Amambay no país vizinho. A partir de então, investigar se a programação das rádios dessa fronteira representa (e como representa) o multiculturalismo intrínseco ao local.

O interesse inicial nesse objeto de estudo está em situações afetivas e pessoais: a fronteira e suas ressonâncias como parte da nossa vida, como sul-mato-grossenses que cresceram ouvindo polca, frequentando os bailes na Associação Paraguaia de Nossa Senhora de Caacupé em Jardim, interior do estado, as tradicionais compras de importados em Ponta Porã, os lanches de domingo na casa dos avós sempre com sopa paraguaia, chipa ou chipaguassú. As relações familiares dos migrantes, o entendimento da pertença, saber que a terra natal, Jardim, foi espaço-marco da história na retirada da laguna na Guerra do Paraguai, mantendo o monumento do 'cemitério dos heróis' às margens do rio Camisão.

A pergunta-problema surge quase que automaticamente desde a seleção do mestrado: A programação das rádios da fronteira representa o multiculturalismo intrínseco à fronteira? Pelas relações afetivas, o conhecimento de vida e da pesquisa de campo, como demonstraremos aqui,

temos o entendimento de que é necessário investigar e compreender as relações da nossa cultura e mídia regional para entendermos um pouco mais das nossas próprias identidades.

Figura 1. Fronteira do Brasil com Paraguai, destaque para divisa com Mato Grosso do Sul.



Fonte: (GOOGLE MAPS, 2016. 1:200 km)

Como metodologia central dessa pesquisa, para investigar sobre a representação do multiculturalismo nas rádios da fronteira, adotamos a hermenêutica de profundidade (HP) de John Thompson (2002), de modo que a construção dos capítulos dessa dissertação foi realizada segundo os momentos/passos pelos quais o método é formado. Na hermenêutica de profundidade,

Thompson parte do princípio de que todos os fenômenos sociais e que a própria realidade já é naturalmente interpretada pelos sujeitos, a interpretação pré-existe e, portanto, só pode ser descrita ou entendida a partir

de uma reinterpretação das formas simbólicas.

Para o autor, essa reinterpretação, que permite realizar como produto-fim do método a análise cultural só pode ser desenvolvida sem cair no engano da leitura parcial ou pseudo-crítica, se associada e relacionada diretamente e a partir dos contextos e camadas históricas, sociais e culturais (THOMPSON, 2002).

É preciso analisar considerando a natureza e diversidade das formas simbólicas que estão ligadas à realidade do objeto, primeiramente por uma análise do doxa, etnográfica; depois pela análise sócio-histórica; a partir de então de uma análise formal, que aqui se dará pela criação de categorias, descrição e análise quantitativa pela análise de conteúdo proposta pelo método. Reiteramos que o uso de análise de conteúdo, discurso ou qualquer outro método é entendido apenas como acessória para a HP de Thompson (2002), e não como metodologia principal.

No caso do nosso trabalho, consistiu na sistematização do que seria analisado em categorias e minutagem da programação. Com esses três momentos, a releitura, que relaciona os contextos à forma, se materializa.

Resgatamos, primeiramente, a formação do território de Mato Grosso do Sul, que já foi colônia de Espanha, de Portugal, província do Brasil Império, território paraguaio durante a Guerra da Tríplice Aliança de 1872. O estado tem influência e raízes na cultura do país vizinho, com o fortalecimento da região no pós-guerra pela ocupação de migrantes gaúchos e mineiros, e de índios guaranis, na lida com a erva-mate e fazendas.

Exemplo disso, vemos nos elementos que formam a identidade cultural do estado: a música representada na polca paraguaia, no chamamé e nas guarânias; a comida nos ícones da chipa, do tereré, dos bolos fritos, da sopa paraguaia, do vori-vori; as gírias e o uso de frases em língua guarani “jahá kaarú”, como elemento permanente, principalmente no interior e na região de fronteira; todas essas formas e ressonâncias consolidam o espectro da influência e do papel da cultura paraguaia na estruturação das identidades sul-mato-grossenses.

Figura 2. Territórios paraguaios cedidos ao Brasil e Argentina após a Guerra da Tríplice Aliança



Fonte: (KOSHIBA, 1991, apud GARDIN, 2008, p.179)

Assim começamos, já no primeiro capítulo, a análise do doxa com as definições, conceitos, políticas de identidade, comunidade e cultura. Traçamos, com a ajuda de Terry Eagleton (2011), o desenvolvimento do paradigma das culturas, associada à formação da própria cultura fronteiriça pelo processo de colonização, ocupação, disputas territoriais, guerras e fluxos migratórios.

Investigamos junto a Anthony Giddens (2003), Stuart Hall (2006) e Amartya Sen (2015) a questão das identidades culturais para, junto à pesquisa etnográfica do campo, oferecer instrumentos para conceituar qual/como seria a identidade cultural na fronteira Brasil-Paraguai, e a partir de então, problematizar a participação e representação social e midiática dessas identidades no contexto dos direitos.

Falamos sobre a diferença entre os processos de assimilação cultural, interculturalidade e multiculturalismo, identificando neste último o fenômeno-chave que melhor descreve o que existe na realidade da fronteira.

Com ajuda de Charles Taylor (1994) e Andrea Semprini (1999), discutimos o multiculturalismo como necessidade política para proteção e

desenvolvimento cultural, do direito de participação dos sujeitos em sua cultura, língua e espaço, dos direitos culturais e do multiculturalismo como um direito humano, que deve ser observado pelos Estados principalmente no âmbito do espaço inter, bi e transnacional.

No segundo capítulo, iniciamos a etapa da análise sócio-histórica, que em nossa pesquisa ganha especial atenção à questão geográfica, e mais, de uma geografia relacionada à comunicação. Aportados em Grimson (2011), Raffestin (2005), Álvaro Banducci Jr. (2005), Gustavo Vilela da Costa (2014), James Clifford (1999) e Vera Raddatz & Karla Muller (2009), abordamos sobre as peculiaridades das fronteiras nacionais e culturais, sua formação, contexto político e jurídico, e do sujeito da fronteira como *trickster* (HANNERZ, 1997) em relação à negociações das formas simbólicas, hibridização e mestiçagem (ANZALDÚA, 2007).

Apresentamos nessa etapa a formação do corpus de análise da fronteira Brasil-Paraguai, com história das fronteiras de Bela Vista e Bella Vista Norte, e Ponta Porã e Pedro Juan Caballero; discutindo o que é a fronteira na perspectiva da escala geográfica e cartográfica, e como o recorte metodológico de análise do objeto transita por elas, sendo a fronteira considerada multiescalar.

Aqui também listamos o resultado da cartografia das rádios fronteiriças de Mato Grosso do Sul em cada uma das cidades-gêmeas conforme o conceito do Ministério da Integração Nacional brasileiro e caracterizamos o que é mídia fronteiriça, entendida no âmbito desta pesquisa não apenas como o meio de comunicação localizado na fronteira, mas que representa e dá circulação às formas simbólicas das identidades culturais da realidade fronteiriça. Desse modo, uma retransmissora de grupo de mídia pode ser uma rádio no espaço de fronteira, mas não é entendida, aqui, como uma mídia fronteiriça.

Dos autores que estudam a mídia fronteiriça, destacamos os trabalhos de professores da UFMS. Daniela Cristiane Ota (2011), que orienta esta pesquisa, trabalha desde o doutoramento com as questões ligadas à mídia radiofônica na fronteira Brasil-Paraguai e Brasil-Bolívia. Sua produção analisou os conteúdos jornalísticos das rádios da fronteira verificando se o meio, que atua como instrumento de divulgação, representava de forma

simbólica a cultura e a identidade das comunidades fronteiriças, com especial cuidado sobre a tratativa da relação de conflitos e integração nos noticiários das rádios binacionais.

Na mesma linha, o professor Marcelo Vicente Câncio Soares desenvolveu estudos sobre o telejornalismo da fronteira. No último trabalho apresentado por seu grupo de pesquisa no Intercom Centro-Oeste 2012, Soares & Jara (2012) traçaram um perfil do jornalista da fronteira, identificando jornalistas em 8 cidades no lado brasileiro e 6 cidades no lado paraguaio. Ao todo, o trabalho identifica 63 jornalistas em 14 cidades, atuando em 43 empresas diferentes, independentemente se esses tem formação acadêmica em jornalismo.

Segundo os autores, a maior partes dos profissionais que trabalham na fronteira com o Paraguai tem mais de 45 anos (31,7%), e em segundo lugar, idade entre 36 e 45 (28,5%). Quase 81% dos profissionais são do sexo masculino. O dado que mais nos chama atenção: cerca de 61% dos profissionais são bi ou trilingües (português, espanhol e guarani), produzindo matérias nos respectivos idiomas para os dois países.

A questão do multilinguismo na mídia é fortalecida ainda mais nas rádios. Municípios de Brasil e Paraguai dependem das rádios de seu país vizinho para atender suas comunidades e mercado. Como resultado, temos variações linguísticas e culturais nas programações de cada emissora, em uma radiodifusão que ultrapassa aspectos legais e políticos nacionalistas; duas pesquisas que remetem ao objeto-chave desta pesquisa: o multiculturalismo como fenômeno e política cultural de comunicação e direitos humanos.

O multiculturalismo é abordado como estratégia de política cultural de reconhecimento e afirmação das identidades, e fenômeno acentuado pela globalização, mas anterior a ela, na formação e ocupação do próprio espaço da fronteira.

Voltando aos componentes do capítulo, comparamos emissoras quantitativamente e por categoria de radiodifusão (comercial ou comunitária, visto que não há rádios educativas na fronteira), acompanhadas do estudo comparativo das políticas e regulamentos de radiodifusão da República do Paraguai e da República Federativa do Brasil, a fim de entendermos possíveis

motivações para maior presença e concentração de emissoras no lado paraguaio. Vale destacar que pelas diferenças nas legislações, as classificações das emissoras são diferentes nos dois países.

No Brasil, temos emissoras comerciais, educativas e comunitárias; no Paraguai existem comerciais e alternativas, estas últimas tipificadas em comunitárias, educativas, associativas e cidadãos, de pequena e média cobertura.

Dada a importância das emissões em frequência AM, contextualizamos preocupações com o atual processo de migração de banda no Brasil, e futura extinção da frequência, cenário ainda ausente na política paraguaia, também discutindo questões relacionadas à digitalização das emissoras dos dois lados da fronteira.

No terceiro e último capítulo, entramos na etapa da análise formal/discursiva, pela qual uniremos as análises já feitas ao estudo sistemático da programação das emissoras. Também é neste momento que a metodologia da pesquisa será descrita.

A justificativa da formação do corpus é dada considerando apenas as emissoras comerciais com maior relevância em cada um dos lados da fronteira (relevância entendida como: emissoras mais antigas, com maior audiência, com programação fixa há mais tempo), com todas as opções de pesquisa e a fundamentação teórica do método da HP.

Todas as emissoras das cidades de Bela Vista, Bella Vista Norte, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero são caracterizadas, e as grades de programação das rádios escolhidas para análise formal, de conteúdo, são descritas, a saber: Radio Mburucuya AM, Radio Frontera FM 92,5, Bela Vista AM e Líder FM 104,9.

Completamos a aplicação do método no processo de reinterpretação pela análise cultural (THOMPSON, 2002). Entendemos, em resposta a nossa pergunta-problema, que a programação das rádios fronteiriças representam em sua execução e estratégia de conteúdos (informativos, musicais, etc.) o multiculturalismo presente e intrínseco ao espaço da fronteira Brasil-Paraguai.

Essa representação acontece em todas as disputas, negociações, medos de invasão e perda das culturas nacionais, uso e conveniência política e da cultura para obtenção de emissoras, e fixação por interesses diversos dos

grupos de mídia e redes nacionais comerciais de radiodifusão na fronteira em detrimento da produção e representação local (tal como acontece na aquisição de emissoras locais pela rede Transamérica, do Brasil, e Estación 40, do Paraguai), como demonstraremos no corpo desta pesquisa.

1. CULTURA: IDENTIDADES E POLÍTICAS EM DISPUTA

1.1 Ideias de cultura

*“-Mba'e la porte che ra'a! Empieza ahora el mejor de su radio!
En Ponta Porã, seis con dos. Mburucuya AM 980 Khz, directamente de Pedro
Juan Caballero Paraguay”*

A abertura de um programa matutino de uma rádio paraguaia de Pedro Juan Caballero indica desde as primeiras palavras do locutor uma condição peculiar do espaço de fronteira. A saudação de “Bom dia amigo!” em idioma guarani, a locução em espanhol. O horário localizado não pela cidade paraguaia, mas pela vizinha brasileira.

Existe um contexto onde é necessário que múltiplas línguas, nacionalidades, comércios, famílias, etc. coexistam, em relação de troca e dependência de conteúdo. A rádio sabe onde está localizada e de que maneira precisa transmitir para atingir seus ouvintes. O rádio como meio de comunicação, compõe esse mix cultural, faz parte do dia-a-dia fronteiriço.

É aqui que começa nossa pesquisa de campo, o momento etnográfico que entende o meio de comunicação como componente ativo e dinâmico das próprias dinâmicas do espaço.

O fronteiriço bela-vistense ou pedrojuanino liga a rádio, ouve uma polca. Às onze da manhã fecha seu comércio, seu camelô de importados para a *siesta*. Come o *almuerzo*, enquanto sua esposa faz uma chipa – “*Jahá Kaarú¹!*” – ela chama. Antes de voltar ao trabalho, e durante todo o tempo trabalhando, toma um tereré², *hierba helada*, Kurupí³.

Ele volta no fim do dia para casa. Seu filho chegou da escola brasileira onde estudou apenas o português, mas em casa é espanhol, é

¹ “Vamos comer!”, em idioma guarani.

² Patrimônio imaterial e cultural de Mato Grosso do Sul pelo Decreto publicado no Diário Oficial do Estado do dia 01 de abril de 2011. Na definição do dicionário Ferreira (1986), “tereré ou tererê é uma bebida típica sul-americana feita com a infusão da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) em água fria. De origem guarani, pode ser consumido com limão, hortelã, entre outros”. Tem-se por hábito tomar em chifres com uma bomba, compartilhado numa roda de conversa (CALDAS, 2012).

³ Marca de Erva-mate para tereré do tipo exportação muito popular na fronteira, no Paraguai e em Mato Grosso do Sul.

guarani, é português, é portunhol, é *nhê ên gatú*⁴. A noite vai para a novena, devoto que só de Nossa Senhora de Caacupê⁵. A igreja no lado brasileiro, a missa é em espanhol, o canto em guarani. Volta pra casa comer a chipa, assiste o Jornal Nacional da rede Globo. São Paulo e Brasília, parecem distantes. Liga o rádio, está tocando seu programa preferido de polcas e chamamés. Dorme.

No dia seguinte ele já conhece a programação que vai lhe acompanhar, não importa a emissora que vai sintonizar, se do Brasil ou Paraguai. O programa informativo paraguaio traz notícias em espanhol sobre acontecimentos no lado brasileiro. A rádio brasileira transmite um especial de clássicos da música folclórica paraguaia. Dois territórios e nações separadas. Um único espaço móvel. Ele conhece bem esse cenário e nessas características nós também sabemos bem de onde estamos falando. Estamos na fronteira.

Um espaço de várias culturas, que aqui vamos propor o uso do prefixo *multi*, para entender. Um espaço tecnológico, com infraestrutura de comércio e importância de dar inveja. *Freeshops* a céu aberto. E a mídia, e o rádio, o celular e a internet, tudo está lá. A fronteira é um espaço de mediações culturais e tem na resistência da língua e das tradições identitárias da população transnacional seu elemento principal.

1.1.1 A roda de tereré mediada

Ao tentar descrever um momento qualquer de interação social na região de fronteira entre Brasil e Paraguai até o começo dos anos 2000 um antropólogo, provavelmente, começaria seu diário de campo fazendo a seguinte observação narrativa: “Um grupo de pessoas está sentada em frente a uma casa simples, no distrito Sanga Puitã em Ponta Porã. É hora da *siesta*, e o tereré é servido gelado na roda de conversa que acontece parte em português, parte em guarani. A mãe está na sala assistindo a novela na TV, testando se o canal paraguaio está melhor que a Globo. Os jovens tocam chamamé num violão enquanto a cuia passa de mão em mão. No chão, os piás brincam de

⁴ Dialeto que mistura português, espanhol e guaraní.

⁵ Santa católica, padroeira do Paraguai.

bola, fazem jogos, bois de manga”.

Em 2015, o mesmo antropólogo revisita aquele lugar com alguns outros comportamentos: “Um grupo de pessoas estão sentadas em frente a uma casa simples, distrito de Sanga Puitã em Ponta Porã. É hora da *siesta*, o comércio está fechado, e o tereré é servido gelado na roda de conversa que acontece parte em português, parte em guarani. Nas mãos dos participantes da roda, *smartphones* conectados à rede 3G ou ao Wi-Fi da residência sinalizam as chegadas de mensagens. Um usuário pede que o grupo se reúna e tira um *selfie* com a bomba e cuia para postar no *Instagram*, enquanto outro comenta com o círculo sobre as notícias em seu *feed* no *Facebook*”.

A tradicional conversa agora tem uma segunda tela no *WhatsApp*, pelo qual as pessoas trocam imagens e contatos que completam e originam novos assuntos. A mãe ou pai acessam a conta bancária pelo aplicativo do *Internet Banking* e pedem para algum dos filhos ir ao caixa eletrônico sacar dinheiro. A mãe não quis ficar na roda de tereré naquele dia, preferiu se deitar no sofá e assistir um seriado qualquer no Netflix pela *Smart TV*. A criança, sempre se intrometendo na conversa dos adultos no meio da roda de tereré joga *Angry Birds* num *tablet*. Algum dos jovens reveza entre segurar o violão e ouvir alguma música de sucesso na sua *playlist* pessoal de uma rádio *on-demand*, o Spotify.

Quando acaba a hora da *siesta*, as crianças vão à escola e fazem pesquisa no Google sobre o ciclo da erva-mate no laboratório de informática. Quem trabalha, segue para o comércio, onde cadastra e vende mercadorias pelo *software* da empresa. A maioria dos clientes paga no cartão de crédito, bandeira Visa, e a maquininha é conectada a um *smartphone* por *bluetooth*.

Os conteúdos da rádio *on-demand*, a loja de aplicativos, as hashtags, não acompanham o multilinguismo e a conversa que acontece mista, no português, espanhol e guarani, continua híbrida, mista, no texto das mensagens do *WhatsApp* e nas postagens do *Facebook*.

Como poderia o pesquisador, o antropólogo, em sua etnografia se prender apenas à continuidade histórica e geracional, de pai para filho, do ritual do tereré como ícone da cultura local sem considerar a mudança de cenário da infraestrutura, nos suportes e demais elementos aditivos que agora foram incorporados?

O tereré continua o mesmo em seu padrão – a erva-mate moída, servida na água gelada, sugada com bomba, compartilhada em uma roda de conversa – mas ao mesmo tempo já não é o mesmo. O tereré na fronteira agora é digital e não se pode mais estabelecer uma pesquisa ou descrever de forma densa, após observação participante como estabelece o método etnográfico (CLIFFORD, 2014, p. 225) [visto que falamos aqui do caso do cientista antropólogo, com objetivo de representar todo o cientista social], sem refletir minimamente sobre o que representa a materialidade do digital nessa cultura, nesse espaço e nessa comunidade.

1.1.2 Qual cultura?

Para entender um pouco sobre como essa mescla de conteúdos, línguas e tecnologias midiáticas se formam e dão cor e sabor aos modos de ser como práticas sociais e espaciais, em especial no espaço de fronteira, cabe retomar alguns conceitos do que as ciências sociais e humanas entendem (e como chegaram a esse entendimento) sobre o que é cultura.

É certo que poucas palavras ou conceitos da nossa língua tenham tanta diversidade de significados e usos quanto “cultura”. Terry Eagleton (2011) faz uma revisão do termo e da história do conceito da antiguidade até a contemporaneidade. Segundo o autor, apesar da ‘moda’ acadêmica em considerar natureza e cultura os conceitos fundamentalmente antônimos, opostos, etimologicamente esse último é derivado de natureza.

Um de seus significados originais é “lavoura”, “cultivo”. Do latim, *culter*, que entre outras coisas, designa a relha de um arado. Sua raiz, *colere*, pode significar qualquer coisa desde cultivar, até habitar, adorar e ainda, proteger. Enquanto habitar, seu termo é *colonus*, de onde vem o contemporâneo colonialismo⁶. Em um jogo de palavras, pode-se dizer que a natureza fundamental de cultura como algo cultivado, deu sequência à usos no

⁶ Colonialismo, que também está presente no próprio processo de ocupação e transformação do espaço fronteiriço como discutiremos logo mais. Há historicamente nessa ocupação a disputa bélica do território e a conquista por fluxos migratórios de gaúchos brasileiros e outros paraguaios durante o chamado ciclo da erva-mate, no pós-Guerra do Paraguai, a partir de 1900. E daí poderíamos associar novamente o cultivo da erva-mate nas transformações do espaço, com a própria cultura, como algo cultivado.

pensamento social com a mesma ideia. Eagleton (2011, p.10) explica que Francis Bacon vai escrever sobre “o cultivo e adubação de mentes”

No linguajar marxista, “materialismo cultural” seria igualmente tautológico, repetitivo, porque na origem do conceito, a cultura é absolutamente material, como atividade. Seu transporte abstrato, como atividade “do espírito”, moral e intelectual, vem apenas depois, com o iluminismo no século XVIII. O autor descreve que *colere* também deriva *cultus*, o termo religioso para culto, tal como foi usado na Idade Média a cultura como lugar de transcendência.

A soma e o desenvolvimento dos conceitos da cultura como cultivo e a materialidade da cultura, bem como os conflitos dessa relação, são por vezes expressas do auge da cultura como objeto de culto, das verdades culturais (a verdade como algo transcendental, tal como a própria cultura, tal como o uso da cultura e das artes como forma de transcender).

Verdades culturais – trata-se da arte elevada ou das tradições de um povo – são algumas vezes verdades sagradas, a serem protegidas e reverenciadas. A cultura então, herda o manto importante da autoridade religiosa, mas também tem afinidades desconfortáveis com ocupação e invasão; e é entre esses dois polos, positivo e negativo, que o conceito, nos dias de hoje, está localizado (EAGLETON, 2011, p.10).

À medida que traz a ideia de cultivo, o conceito de cultura também dá margem para a compreensão de regulação e crescimento espontâneo. Uma determinada cultura, em analogia, pode ser então naturalmente espontânea em seu nascimento, desenvolvimento, transformação ou ainda regulada, incentivada, preservada. A produção humana dos sentidos da cultura é ao mesmo tempo parte da natureza e ação sobre a mesma natureza da cultura. É parte então da discussão sobre liberdade, automoldagem, espontaneidade, racionalidade, necessidade, artificialidade, evolução e revolução.

Da mesma forma, compreende-se que a cultura está diretamente relacionada ao seu espaço, à ocupação de determinado espaço, naturalmente ou a invasão forçada. Fluxos e mobilidade de populações movimentam a natureza da cultura, transformando o espaço e logo, a própria cultura. Também é sabido que, falar de cultura é falar de uma diferente escala de cultivos: individual, do sujeito consigo mesmo; de grupo, dos sujeitos com seus pares; de etnias, de sujeitos com mesmos valores e normas regulatórias para com

outros de normas regulatórias diferentes; até chegar à escala global.

Os estados nacionais surgem então, inicialmente, como fomentadores e protetores de culturas, reguladores de grupos e etnias, na formação e controle dos valores culturais comuns. Para Eagleton (2011), “a cultura é uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política ao liberar o eu ideal ou o coletivo escondido dentro de cada um de nós, um eu que encontra sua representação suprema no âmbito universal do Estado”.

O cultivo do Estados-nação viria de encontro com o ‘desenvolvimento natural’ dessas forças reguladoras, de onde viria então a ideia de civilização. A cultura seria uma necessidade de transcender a própria natureza na construção do ser-cidadão, não mais individual, mas de uma identidade negociada com determinado grupo, que abre mão de partes de sua individualidade para o desenvolvimento coletivo.

Coleridge (1976) apud Eagleton (2011) escreve sobre essa necessidade de basear a civilização no cultivo que “o desenvolvimento harmonioso daquelas qualidades e faculdades que caracterizam nossa humanidade. Temos que ser homens para sermos cidadãos”. O Estado é assim, a encarnação da cultura, que por sua vez, corporifica nossa humanidade comum. Isso ao menos na construção utópica da civilização como salvação da humanidade, caminhante para um futuro de harmonia plena, sem conflitos.

Utópica, porque a cultura bem como nossa ‘humanidade comum’ não é hegemônica ou uníssona, não pode ser pautada na igualdade mas na diferença. É polifônica e resiliente. Não está dissociada da sociedade mas também não está completamente de acordo com ela.

Raymond Williams também traz um trabalho de fôlego sobre a história da palavra cultura, distinguindo três sentidos principais. Primeiro a ideia de civilidade; depois o século XVIII, torna-se mais ou menos sinônimo de civilização, no sentido de um processo intelectual, espiritual e material, equiparando significativamente costumes e moral. A civilização também poderia significar o refinamento intelectual de um grupo ou indivíduo, em vez da sociedade em sua totalidade. Segundo Eagleton (2011, p.20), “A ‘civilização’ minimizava as diferenças nacionais, ao passo que a “cultura” as realçava. [...]

Começa a deixar de ser um sinônimo de civilização para ser um antônimo”.

Perto do fim do século XIX o termo “civilização” tinha adquirido conotação inevitavelmente imperialista, de controle, invasão, hegemonia, trazendo descrédito à sua ideia como desenvolvimento que considerasse também o intercuro social, as pessoas, o Estado como feito de pessoas e não de territórios. Eagleton explica que os alemães emprestaram então a palavra francesa *culture*, traduzida como *Kultur*, para denotar como a vida deveria ser ao invés de como era, tornando-se então uma crítica pré-marxista ao capitalismo industrial.

A cultura é uma prática crítica de si mesmo e da própria humanidade, uma desconstrução imanente dos valores que a própria civilização tenta preservar, e aí encontramos a dialética da cultura na vida política: é naturalmente o instrumento de organização da política, do Estado, do conservadorismo dos valores “úteis e harmônicos” e do comum, ao mesmo tempo em que é opositora, desconstrutora, contra-hegemônica, libertária e progressista.

A partir do idealismo alemão a cultura assume algo do seu significado moderno como um modo de vida característico. Von Herder (1968) apud Eagleton (2011, p.24), vê que a partir desse momento, a cultura não representa mais “uma narrativa grandiosa e unilinear da humanidade em seu todo, mas uma diversidade de formas de vida específicas, cada uma com suas leis evolutivas próprias e peculiares”. É o começo da oposição e conflito no eurocentrismo em relação às colônias, visto que essa ideia consideraria (legitimando) o modo de vida próprio de cada local do mundo, rompendo o ideal de uma cultura europeia superior, tal como o capitalismo havia tentado inscrever.

A mesma ideia como “modo de vida característico” será vetor para o ressurgimento do exotismo no século XX, que em seu início andar de mãos dadas com a antropologia cultural, dando voz ao que na época se chamaria das utópicas culturas primitivas. Utópica, mais uma vez, porque se considerava que toda cultura “evolui” para uma civilização, ideia que será fragmentada a medida que o relativismo se desenvolver.

À medida que a cultura como civilização é rigorosamente discriminatória, a cultura como forma de vida não o é, pois cada modo de vida

de suas regras e processos próprios.

Acompanhando o desenvolvimento da antropologia como ciência, passou-se a não pensar as diferentes culturas não avaliativamente mas descritivamente. Ser simplesmente uma cultura de algum tipo já era um valor em si; mas não faria mais sentido elevar uma cultura acima de outra; não se pode dizer que uma língua ou gramática é superior à outra, pois cada língua atende às realidades e necessidades de seus falantes.

De qualquer modo, como acontece com muito do pensamento pós-moderno, o pluralismo encontra-se aqui estranhamente cruzado com a autoidentidade. Em vez de dissolver identidades distintas, ele as multiplica. Pluralismo pressupõe identidade, como hibridização pressupõe pureza. Estritamente falando, só se pode hibridizar uma cultura que é pura; mas como Edward Saïd sugere, “todas as culturas estão envolvidas umas com as outras; nenhuma é isolada e pura, todas são híbridas, heterogêneas, extraordinariamente diferenciadas e não monolíticas (EAGLETON, 2011, p. 29)

Eagleton (2011, p.29) critica que “o que é valioso para a teoria pós-moderna é mais o fato formal da pluralidade dessas culturas do que seu conteúdo intrínseco”.

À medida em que a nação pré-moderna dá lugar ao Estado-nação moderno, a estrutura de papéis tradicionais já não pode manter a sociedade unida, e é a cultura, do sentido de ter em comum uma linguagem, herança, sistema educacional, valores compartilhados etc., que intervém como o princípio da unidade social, chega intelectualmente a uma posição de destaque quando passa a ser uma força politicamente relevante.

É evidente que para autores mais conservadores politicamente como Terry Eagleton, T.S. Elliot e Edward Saïd, a construção do discurso da autoidentidade, da valorização das identidades culturais e das minorias pautadas na política de reconhecimento ou na política da diferença, em detrimento dos Estado-nacionais são veementemente criticados. Argumentam que a retórica da autoidentidade dá vazão à legitimação de todas as características e valores de grupos, incluindo racismo, preconceito, violência, e tantos outros atualmente condenáveis. Não consideram, no entanto, que a negativa à autoidentidade tem sido usada igualmente para legitimar as violências, racismo, preconceito e desqualificação de seres humanos em

valorização às normas “evoluídas” das sociedades modernas.

Tal como Alberto Hirschmann (1992)⁷ apresenta em seu clássico “A retórica da intransigência”, quando nos referimos à cultura e à identidade cultural como elementos da vida pública e de direitos do ser, a fundamentação pode ser usada politicamente tanto pela esquerda quanto pela direita. O que fazemos então não é escolher lados apenas, mas entender que o modo de vida e a cultura estão ligadas à liberdade, considerando o outro em sua plena liberdade de ser e viver também.

O grande florescer das discussões sobre o tema acontece no século XX. A partir da década de 1930, os autores passam a discutir o conflito entre cultura e Cultura, perpassando a ideia de crise entre os valores partilhados universalmente, o sujeito universal, e os modos de ser particulares dos indivíduos e pequenos grupos. A alta cultura como expressão das artes, representaria então um lugar de transcendência para o eu universal, o belo universal.

Geoffrey Hartman (1997) apud Eagleton (2011), foi o primeiro a usar a palavra cultura no sentido de uma cultura de identidade: um modo de vida sociável, caracterizado por uma qualidade que tudo permeia e faz uma pessoa se sentir enraizada ou em casa.

Stuart Hall (1982) descreveu cultura como práticas vividas, ou “ideologias práticas que capacitam uma sociedade, grupo ou classe a experimentar, interpretar, definir e dar sentido às suas condições e existência”. A partir de 1960, o conceito se estabelece na discussão da afirmação de identidades específicas – nacional, étnica, sexual – ao invés da transcendência. Há o deslocamento no conceito da importância do sujeito universal para as especificidades do indivíduo e seu reconhecimento; e Eagleton (2011, p. 61) ainda complementa, com certo tom de ironia, “e já que essas identidades todas veem a si mesmas como oprimidas, aquilo que era antes concebido como um reino de consenso foi transformado em um terreno de conflito”. Cultura, em resumo, deixou de ser parte da solução para ser parte do problema.

Fredric Jameson (1993) argumenta que cultura são os outros, é

⁷ HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

sempre “uma ideia do Outro (mesmo quando a reassumo para mim mesmo)”. Clifford Geertz (1975), define cultura como uma rede de significação na qual a humanidade está suspensa.

Raymond Willians (1981), a define como o sistema significante através do qual uma ordem social é comunicada, experienciada e explorada. Uma definição que inclui uma relação ecológica entre as pessoas e as coisas, uma estrutura de sentimento, a organização da produção, a estrutura da família, a estrutura das instituições que expressam as relações sociais, e as formas características pelas quais os membros da sociedade se comunicam. Eagleton (2011) critica essa abrangência exacerbada do conceito que acabaria incluindo todas as coisas.

Se a cultura já foi uma noção por demais rarefeita, ela agora tem a flacidez de um termo que deixa de fora muito pouco. Mas, ao mesmo, ela se tornou superespecializada, refletindo obedientemente a fragmentação da vida moderna uma vez de, como no caso de um conceito mais clássico de cultura, procurar consertá-la (EAGLETON, 2011, p. 59).

O autor ainda endurece contra esse levante das identidades pós-modernas, afirmando que:

“O comunitarismo é um exemplo característico [de conformismo pluralizado]: em vez de sermos tiranizados por uma racionalidade universal, somos agora acossados⁸ pelos vizinhos mais próximos. Enquanto isso, o sistema político dominante pode criar coragem com o fato de que não tem apenas um oponente, mas uma coleção heterogênea de adversários desunidos. Se essas subculturas protestam contra as alienações da modernidade, também as reproduzem na sua própria fragmentação” (EAGLETON, 2011, p. 66).

Nesse sentido, cultura significa a crítica de impérios e também a construção deles, “como observou Theodor Adorno, o ideal da Cultura como integração absoluta encontra sua expressão lógica no genocídio” (EAGLETON, 2011, p. 66).

Para Eliot (1948, p.38), “a cultura é antes de tudo, o que os

⁸ Sinônimo de perseguido, acuado, molestado. O autor tenta expressar que há, supostamente, um complexo de perseguição em que o sujeito é limitado em seu modo de pensar e ser, por conta do direito particular de modo de ser do outro; da mesma forma em que se sente oprimido pela forma de ser de seu vizinho.

antropólogos entendem: o modo de vida de um determinado povo, vivendo junto em um certo lugar”, discutindo no entanto, que esta é percebida em níveis diferentes de consciência por pessoas de classes diferentes. Defende a necessidade a participação ativa das pessoas nas atividades culturais, mas não no mesmo nível ou nas mesmas atividades; diferenciando a existência não de uma cultura maior, ou melhor, mas mais consciente e especializada conforme o nível’ do sujeito.

Apesar de a ideia estar ligada a um discurso que tenta ser antiburguês, é nitidamente segregacionista e acaba reproduzindo uma escala de qualidade da cultura por consciência, não desassociando à qualificação socioeconômica. Em outras palavras, acaba por cair no senso de que a cultura popular é menos consciente e de certa forma, menor.

As guerras culturais, no sentido de disputa, se dariam, portanto em três frentes: cultura como civilidade, cultura como identidade e cultura como algo comercial. Afirma-se que houve, portanto, passagem gradual da cultura politizada para a política cultural, o que para Eagleton, seria a ilogicidade de favorecer o conflito pelo egoísmo, e que na, suposta, supervalorização da cultura, “é tempo de coloca-la em seu lugar” [Ele defende que o mercado deve se sobressair para ‘curar’ o drama que a política cultural trouxe ao nosso tempo].

É interessante pensar em disputa e guerra cultural em um espaço que já foi cenário de guerra bélica, nacional. Walter Guedes (2011), geógrafo e pesquisador da ocupação do território sul-mato-grossense, explica que esse espaço passou por diversos conflitos e disputas até chegar na atual conjuntura política, o que claro, vai formar a tessitura das culturas e limites nacionais (e transnacionais).

Tabela 1. Terminologias utilizadas para se referir ao estado de Mato Grosso do Sul (1500-2016)

Período	Domínio	Terminologia
1500 a 1617	Colônia Espanhola	Adelantazgo da Província do rio da Prata
1617 a 1750	Colônia Espanhola	Província do Paraguai
1750 a 1822	Colônia Portuguesa	Capitania de Mato Grosso
1822 a 1864	Brasil Império	Província de Mato Grosso
1864 a 1870*	Paraguai República	Departamento do Alto Paraguay

1870 a 1889	Brasil Império	Província de Mato Grosso
1889 a 1977	Brasil República	Estado de Mato Grosso
1977 a 2016	Brasil República	Estado de Mato Grosso do Sul

*Período da guerra. O Paraguai ocupou todo o centro-sul do Estado de Bela Vista, Nioac, Forte Coimbra, Miranda (Corumbá) e Coxim. Fonte: GUEDES, 2011, adaptado pelo autor.

Inicialmente, habitado pelos índios Guarani-Kaiwá e Guarani-Ñhandeva, teve sua população indígena muito enfraquecida pela violência das disputas dos bandeirantes portugueses e espanhóis durante a colonização até o século XVII, o que, de certa forma, favoreceu que outros grupos indígenas: Guató, Kaiapó, Ofaié-Xavante, Paiaguá, Terena e Kadiwéu, chegassem até as terras.

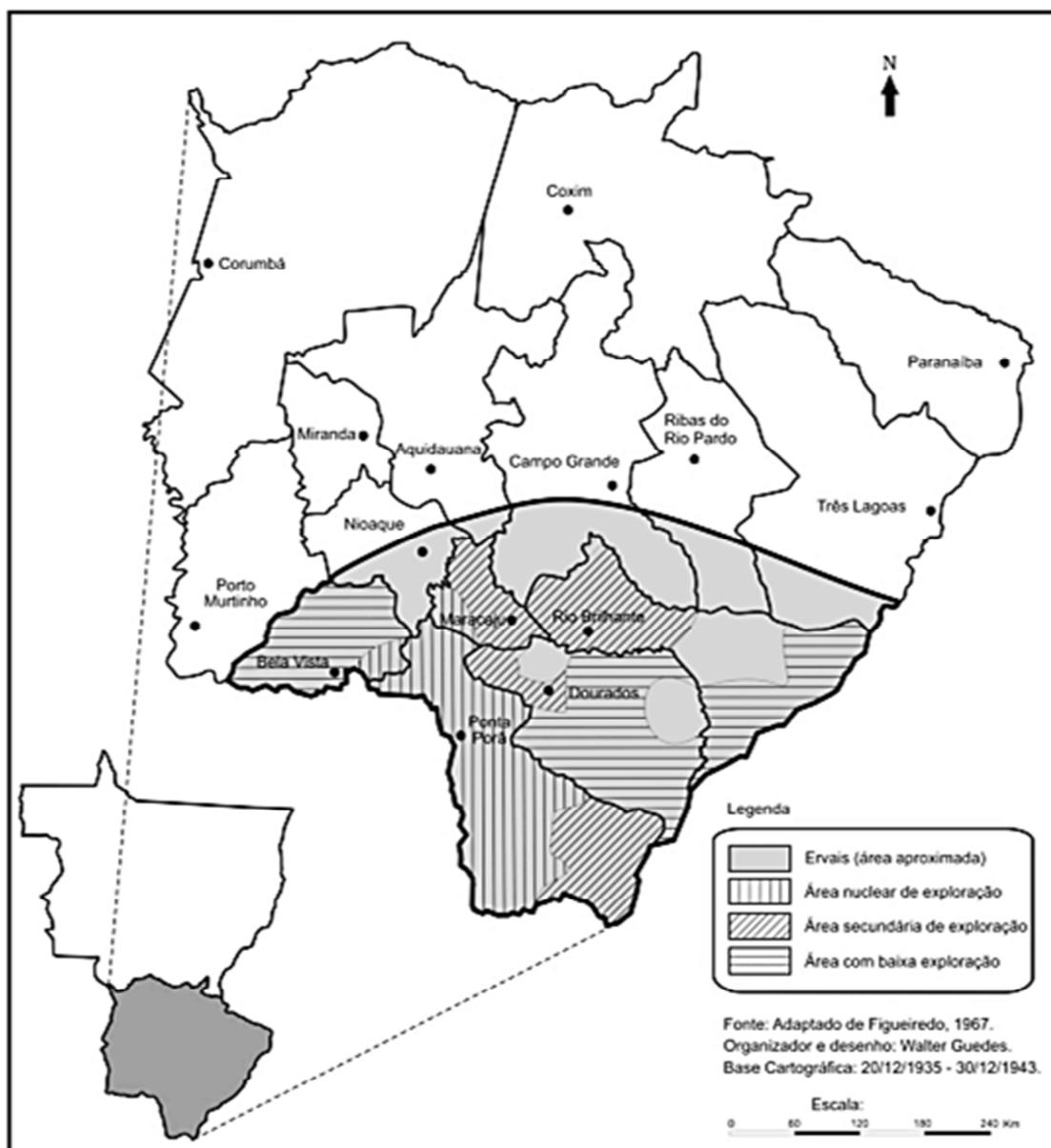
Os Bandeirantes que vinham de São Paulo não respeitavam os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas e avançavam para o oeste, estabelecendo contatos com os índios da região. Com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, o Tratado de Tordesilhas foi anulado, prevalecendo, no novo Tratado, a posse da terra a quem nela já estava, o que acabou com o domínio dos espanhóis na Província do Paraguai. Mas os constantes conflitos entre portugueses e espanhóis levaram ao cancelamento desse Tratado, em 1761 e, após o confronto em que os espanhóis saíram vitoriosos no Forte de Coimbra, os dois países redefiniram a posse das terras na fronteira Brasil-Paraguai e criaram, em 1777, o Tratado de Santo Idelfonso (GUEDES, 2011, p.3)

Os limites fronteiriços nunca foram muito respeitados, mas objetivava esclarecer até onde cada domínio ia pela presença demarcar o limite os rios Igureí (atual rio Ivinhema) e Apa (PINTO SOBRINHO, 2009, p. 25-28). Apesar dos tratados, o território era pouco ocupado por brasileiros, em 1864, foi invadido, sem comunicado de guerra, pelo paraguaio General Solano Lopez que ocupou todo o centro-norte do território, dando início à Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança (Argentina, Uruguai e Brasil se unem contra o Paraguai). O Paraguai perde, sobra apenas um terço de toda sua população e cerca de 40% do de seu território vai para os países vencedores.

Com o fim da guerra, a região, principalmente a fronteira, ficou desolada. O que reergueu a região foi o início do que ficou conhecido como Ciclo da Erva-Mate. Os índios guarani, poucos trabalhadores rurais paraguaios e brasileiros, e muito gaúchos que migravam até a região no fim da Revolução

Farroupilha, chegaram até Ponta Porã e Bela Vista a fim de trabalhar para Cia Matte Larangeira, que exportava para Argentina. Esses fluxos migratórios do sul, com os remanescentes paraguaios e indígenas, e os novos migrantes, principalmente de Minas Gerais e São Paulo, fundaram os povoados que cresceram e atualmente formam o estado.

Figura 3. Sul do estado de Mato Grosso – Região de domínio da erva-mate (1870-1937)



Fonte: (GUEDES, 2011, p.6)

A ideia de cultura como cultivo, defendia que forças regulatórias levariam ao desenvolvimento 'natural' da cultura de determinado Estado-Nação.

Se aplicarmos esse pensamento ao espaço da fronteira, encontramos a força do mercado e das relações de troca e econômicas (legais e ilegais) como um elemento dessa força, integradora, desenvolvimentista e igualmente conflituosa nos mais diversos níveis de interesses.

Cabe destacar a questão dessas trocas legais e ilegais, porque historicamente, desde os conflitos, a primeira empresa a se instalar em Pedro Juan Caballero, por exemplo, foi uma importadora. Da mesma forma como a entrada de trabalhadores paraguaios nos ervateiros era por vezes, ilegais, quase beirando o trabalho escravo.

O mesmo cultivo, em relação às disputas e mesclas culturais de Brasil e Paraguai nos remete ao ciclo da erva-mate em Mato Grosso (antes da divisão de 1977), quando os paraguaios eram 'importados', contratados para trabalhar nos ervais que décadas atrás eram cultivadas pelas suas famílias e parentes quanto os territórios ainda pertenciam ao Paraguai no pré-guerra.

O território é destituído, mas o espaço da cultura é vivo, móvel e não delimitado por linhas imaginárias nacionais, mesmo quando impostas com força bélica.

A presença e resistência dessa cultura mateira, do chaco, pantaneira e paraguaia marcaram elementos na alimentação, vestimenta, música e língua do que hoje pesquisadores inferem como uma cultura sul-mato-grossense (GUEDES, 2011; SEREJO, 1986; DA COSTA, 2014; BANDUCCI JR., 2011; HIGA, 2011); e o local de encontro e choque dessa cultura paraguaia e brasileiro-paraguaia ganha seu epicentro na fronteira binacional.

Como repetiremos e explicaremos no desenvolvimento deste trabalho, a fronteira é o lugar do outro, e nesta perspectiva, precisamos falar de cultura, ainda que tautologicamente, no âmbito dos modos de ser, praticar e participar do espaço, tempo e língua. Precisamos entender a cultura, o conceito, suas políticas e suas manifestações no espaço de fronteira no âmbito das identidades.

1.2 Identidades Culturais

Antonio da Costa Ciampa (1984) é um dos autores que vai discorrer sobre o conceito de identidade a partir da ótica sociológica. Ele entende identidade como metamorfose, como constante transformação, definida como resultado provisório da intersecção entre a história da pessoa, seu contexto histórico e social (seu espaço-tempo) e seus projetos (cotidiano e motivações). Metamorfose porque é a superação de uma identidade pressuposta. No conceito de Ciampa (1984), a identidade pressupõe uma personagem, que é a vivência pessoal de um papel que foi padronizado pela cultura. Formas diferentes de se estruturar as personagens significam diferentes modos de produção de identidades.

No saber sociológico, há ainda a noção de que, as construções identitárias são lutas de representações, em que a construção de sentidos – de identidades – deve ser vista não apenas como forma de dominação, mas também de resistência.

Segundo Roger Chartier (1990, p.183), “a construção das identidades sociais seria o resultado de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que tem poder de classificar e de nomear a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma”.

A antropologia, de maneira complementar e transversal, investiga a questão identitária a partir da ideia de etnicidade, de modo que, como problema de pesquisa, a noção de identidade tem sido usada para significar também etnia. A identidade sendo diretamente ligada à questão do reconhecimento.

Roberto Cardoso de Oliveira (2006, p.88), investiga sobre a noção de identidade atrelada não às questões personalíssimas da constituição psicanalítica do sujeito no Eu, mas a partir do Nós. Entende-se nessa perspectiva que o espectro da identidade está relacionado ao contato com quem eu sou diante do outro, logo, quem nós somos.

Esse ser coletivo define-nos como grupo e então permite compreender a associação que o termo sofreu com o tempo, unindo os

aspectos individuais e as coletividades em um único conceito, sabendo-se o conceito de etnicidade definido como “forma de interação entre grupos culturais atuando em contextos sociais comuns” (COHEN, 1974) e que para Thomas Eriksen (1991) sempre devem considerar dois aspectos teóricos:

Etnicidade é uma propriedade de uma formação social e um aspecto de interação; ambos níveis sistêmicos podem ser simultaneamente compreendidos. Secundariamente, diferenças étnicas envolvem diferenças culturais que possuem impacto comparativamente [cross-culturally] variável [...] sobre a natureza das relações sociais. (ERIKSEN, 1991, p.131, tradução nossa)

Entende-se que identidade, nacionalidade e etnicidade estão em constante e permanente articulação, porque se cruzam e coexistem no âmbito da interação entre as pessoas, entre os Nós.

O antropólogo brasileiro Gilberto Velho (1988, p.97) defende que existem dois tipos de identidade: as socialmente dadas e outras que são construídas. As primeiras seriam aquelas étnicas, familiares, sexuais; as “naturais”, enquanto a segunda, demandaria a participação e ações do sujeito. Apesar da fácil visualização, a classificação é problemática à medida que se cristalizou a que “do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída” (CASTELLS, 1999, p.23). Assim, pela perspectiva sociocultural todas as identidades são construídas, sejam elas religiosas, nacionais, sexuais, grupais; e não há identidade natural ou dada.

Luciano dos Santos (2011, p.1 48), explica o conflito afirmando que mesmo aquelas identidades aparentemente dadas, são social e culturalmente construídas e reconstruídas, e que é mais viável então, o uso dos termos identidades socialmente abertas e socialmente fechadas, considerando o grau de liberdade de modelagem da identidade pelo indivíduo. Em sua tese, explica que “identidades culturais socialmente fechadas são as que não possibilitam muitas escolhas aos sujeitos (pelo menos não de maneira fácil)” e que, quando esses “nascem para o mundo as identidades já estão relativamente formadas-organizadas, e por serem fechadas, as abertas são as que os indivíduos podem, em certa medida, escolher partilhá-las, ou não”.

Amartya Sen (2015, p.45) percorre a noção de identidades contrastantes e não contrastantes para fortalecer a ideia enquanto elemento de

reconhecimento e diferença, e demonstrar que pode haver identidades plurais mesmo dentro de categorias contrastantes. Segundo o autor, “os diferentes grupos podem pertencer à mesma categoria, tratando do mesmo tipo de associação (cidadania), ou a categorias diversas (cidadania, profissão, sexo)”.

Ainda assim, a multiplicidade de pertencimentos a categorias igualmente múltiplas, ainda que não contrastantes, e não disputando território, podem competir entre si no que se refere à pertencer, dependendo de suas prioridades (etnia, religião, cidadania, etc.).

Nas palavras do autor:

Nossas identidades culturais podem ser extremamente importantes, mas não permanecem completamente isoladas e isentas de outras influências sobre nossa compreensão e prioridades. Em primeiro lugar [porque] a cultura não é excepcionalmente significativa na determinação de nossa vida e de nossa identidade. Outros elementos, como classe, etnia, sexo, profissão e política, também importam de maneira possante. Em segundo lugar, a cultura não é um atributo homogêneo – podem haver muitas variações mesmo dentro do mesmo meio cultural geral. [...] Os deterministas culturais muitas vezes subestimam a dimensão da heterogeneidade dentro do que entendem como “uma” cultura. Vozes discordantes são frequentemente internas, não vindas de fora. Em terceiro lugar, a cultura não é imóvel. [...] Em quarto lugar, a cultura interage com outras determinantes da percepção e ação sociais. Por exemplo, a globalização econômica gera não só mais comércio mas também mais música e cinemas globais; a cultura não pode ser vista como uma força isolada. (SEN, 2015, p.123)

Todos esses elementos foram, de certa maneira, ressignificados nas reflexões sobre a pós-modernidade e a cultura da liquidez de Zygmunt Bauman (2005). Para o autor, a identidade é autodeterminação, o eu-postulado, referindo-se às comunidades como as entidades que as definem.

Existem, na concepção baumaniana, dois sentidos de comunidade: as de vida e destino, onde os membros vivem juntos em ligação absoluta; e as comunidades de ideias, compostas por uma diversidade de princípios, na qual, pela presença de diferentes ideias e necessidade de escolhas contínuas (individual e coletivamente) a questão da identidade se impõe.

Ter uma identidade não é, portanto, acreditar em determinado pertencimento, mas se pensar em uma atividade (e logo fluida, mutante, em

constante reconstrução) a ser continuamente realizada.

Sobre essa perspectiva de Bauman, Faria & Souza (2011), escrevem:

A essência da identidade constrói-se em referência aos vínculos que conectam as pessoas umas às outras e considerando-se esses vínculos estáveis. O habitat da identidade é o campo de batalha: ela só se apresenta no tumulto. Não se pode evitar sua ambivalência: ela é uma luta contra a dissolução e a fragmentação, uma intenção de devorar e uma recusa a ser devorado. Essa batalha a um só tempo une e divide, suas intenções de inclusão e segregação misturam-se e complementam-se. Na modernidade líquida, há uma infinidade de identidades à escolha, e outras ainda para serem inventadas. Com isso, só se pode falar em construção identitária enquanto experimentação infundável (FARIA & SOUZA, 2011, p. 36)

Se o conceito de identidade é o centro das reflexões do ser e das ações dos sujeitos nas ciências sociais hoje, é com Stuart Hall (2006) que mesmo no risco de ser tautológico, a identidade está associada de maneira direta e destacada às construções culturais. Para Hall, a identidade do sujeito é a identidade cultural, pensada a partir dos pertencimentos aos modos de vida, às culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, sexuais e de sexualidade e nacionais. Trata-se do conceito-chave para entender as mudanças e significações do nosso tempo, seja ela chamado de globalização ou de pós-modernidade.

Segundo Hall (2006), as estruturas que historicamente conferiram certa solidez localizações sociais aos indivíduos estão hoje, fragmentadas e alterando as identidades pessoais e os sentidos do ser, no que ele chama de “deslocamento ou descentralização do sujeito” (Ibidem, 2006, p.9). Os indivíduos são descentralizados de seu lugar tanto no mundo quando de si mesmos, gerando a chamada “crise de identidade”.

Hall (2006) discorre que há a diferenciação de três concepções diferentes de identidade relacionadas ao sujeito ao longo da história. A primeira é a do sujeito do iluminismo, com visão individualista, caracterizada pela centralidade e unificação, em que prevalece a razão e de consciência, com desenvolvimento do sujeito contínuo e idêntico.

A segunda concepção é a do sujeito sociológico, que amplia a ideia

de complexidade de mundo se movendo do individual (e da cultura individual) para o social, para as relações sociais, oferecendo o conceito de cultura mediada, compartilhada, permitindo um diálogo contínuo dos mundos interno e externo. O sujeito é ao mesmo tempo individual e social, parte e todo.

A terceira concepção é a do sujeito pós-moderno, que não tem uma identidade fixa, permanente, mas formada e transformada continuamente, influenciadas das formas como é representada nos e pelos diferentes sistemas culturais do qual toma parte. A identidade é, portanto, uma concepção ativa, que depende da participação, ao qual o sujeito assume diferentes construções identitárias em diferentes contextos, de maneira inconstante, imprevisível, permitindo constantemente o desenvolvimento e formação de novos sujeitos.

As identidades culturais representam, portanto, a assunção da identidade na globalização, à medida que representa a fragmentação e novas possibilidades de formação, que ressignifica os espaços, dá novos sentidos aos modos de ser e permite visualizar tanto a cultura como a identidade como entidades vidas, com certa autonomia, e que demandam modificações na vida pública.

As identidades culturais obrigam as sociedades e os sujeitos estarem em constante reflexão sobre si mesmas, colocando em desuso inclusive, papéis sociais tradicionais limitadores. Participar e ter sua identidade cultural reconhecida parece ser um direito, tal como o direito à vida e à liberdade.

Jacira do Valle Pereira (2008, p.136), contextualiza essa contemporaneidade das identidades como ressemantização do próprio espaço da fronteira, elencando que é necessário evidenciar as características identitárias, dos modos de ser naquele espaço cultural. Segundo a autora, e concordamos dado o histórico da região, que “a identidade social ou coletiva se constitui na memória de um grupo sobre suas origens comuns e os múltiplos laços culturais, históricos e geográficos partilhados”.

Acerca dos elementos identitários que podemos relacionar como rastros dessas identidades comuns, que constituem uma identidade cultural partilhada na fronteira, Pereira (2008) escreve que “tanto a cultura paraguaia influenciou a brasileira como o inverso também é verdadeiro”, e ainda que dentre as principais práticas advindas do Paraguai, destacam-se: “o bebericar

do mate nas rodas de tereré, o consumo de chipa, de sopa paraguaia⁹, do locro¹⁰, a polca, guarânia”, a religiosidade, o consumo da mandioca.

1.3 Direitos culturais, direitos humanos

A partir do momento em que entendemos a cultura como uma forma de ser intrínseca ao sujeito e ao espaço do qual ele existe e age, é essencial a discussão sobre as garantias e defesa dos direitos desses modos de existir, das identidades do sujeito.

A pós-modernidade e o espaço pluricultural exigem a discussão sobre os sistemas de garantia dos chamados direitos culturais. Cunha Filho (2000), nesta perspectiva, define direitos culturais como aqueles “afetos às artes, à memória coletiva e ao fluxo de saberes, que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana”.

A difícil definição requer uma visão mais ampla sobre as questões envolvidas. Primeiro é necessário compreender que os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, indicados no artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948:

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.
2. Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria. (ONU, 1948)

E depois registrado nos artigos 13 e 15 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966).

Artigo 15º:

§1. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem a cada indivíduo o direito de: 1.Participar da vida cultural; 2. Desfrutar

⁹ Semelhante a uma torta salgada preparada com farinha de milho, queijo e cebola.

¹⁰ Comida caldeada com milho e carne com ossos.

o progresso científico e suas aplicações; 3. Beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que seja autor.

§2. As medidas que os Estados-partes no presente Pacto deverão adotar com a finalidade de assegurar o pleno exercício desse direito incluirão aquelas necessárias à conservação, ao desenvolvimento e à difusão da ciência e da cultura.

§3. Os Estados-partes no presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade indispensável à pesquisa científica e à atividade criadora.

§4. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem os benefícios que derivam do fomento e do desenvolvimento da cooperação e das relações internacionais no domínio da ciência e da cultura. (ONU, 1966)

A necessidade de proteger e garantir o direito ao homem de participar de sua cultura foi arbitrada internacionalmente na interpretação de que todas as pessoas devem poder se exprimir, criar e difundir seus trabalhos no idioma de sua preferência e, em particular, na língua materna.

Todas as pessoas têm o direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeitem plenamente a sua identidade cultural; devem poder participar da vida cultural de sua escolha e exercer suas próprias práticas culturais, desfrutar o progresso científico e suas aplicações, e ainda ter sua autoria de qualquer produção científica, artística e cultural respeitada.

Em 2001, a UNESCO implantou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural no âmbito dos debates e processo de mundialização dos direitos culturais e do entendimento pleno do direito cultural como direito humano. O documento estabelece ao mesmo tempo em que afirma os direitos das pessoas pertencentes às minorias à livre expressão cultural, observa que ninguém pode invocar a diversidade cultural para infringir os direitos humanos nem limitar o seu exercício.

Artigo 6º – Rumo a uma diversidade cultural acessível a todos: Enquanto se garanta a livre circulação das ideias mediante a palavra e a imagem, deve-se cuidar para que todas as culturas possam se expressar e se fazer conhecidas. A liberdade de expressão, o pluralismo dos meios de comunicação, o multilinguismo, a igualdade de acesso às expressões artísticas, ao conhecimento científico e tecnológico – inclusive em formato digital - e a possibilidade, para todas as culturas, de estar presentes nos meios de expressão e de difusão, são garantias da diversidade cultural (UNESCO, 2001).

Os direitos culturais carecem de maior elaboração teórica, para distingui-los de direitos civis, políticos, econômicos e sociais. Por exemplo, o direito de autodeterminação dos povos, expresso no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, é também um direito cultural.

No Brasil, os direitos culturais foram efetivados como previstos em lei com o fim da ditadura militar e promulgação da Constituição de 1988. A Carta Magna aponta como direitos culturais as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, acompanhando o que os protocolos e convenções internacionais já discutiam desde a Declaração Universal.

O livre exercício dos cultos religiosos, a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, e os direitos autorais também são expressamente assegurados na Constituição, no rol dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º). A educação figura como direito social (art., 6º) e também como direito cultural (art. 205 a 214).

Art. 215 O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II - produção, promoção e difusão de bens culturais;

III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV - democratização do acesso aos bens de cultura;

V - valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 1988)

Sofia Rocha e Ana Lúcia Aragão (2011) observam que a garantia do pleno exercício dos direitos culturais no Brasil foi ancorada no princípio da cidadania, previsto no primeiro artigo da Constituição, e então, implica necessariamente na participação dos atores em todo o processo.

A cidadania cultural está ligada, portanto, à participação desimpedida do sujeito às culturas e manifestações [multi]culturais que este se identificar. Falar sobre direitos culturais e o exercício da cidadania no âmbito da

cultura, é garantir o livre exercício das identidades culturais como modo de ser das pessoas, e mais: falar sobre trabalho, produção e consumo de capital, visto que toda produção do sujeito é, de certa forma, um produto ou bem cultural.

Consideradas essas complexidades, defende-se que a garantia dos direitos culturais são um estágio geracional diferente e separado dos direitos sociais, ingressos pelo contexto temporal da alta modernidade como garantia dos direitos humanos em sua plenitude, perpassando transversalmente direitos civis, econômicos, sociais e até os relacionados à bioética e tecnológica (BOBBIO, 2004). Para Farida Shaeed, do Conselho de Direitos Humanos da ONU,

Os direitos culturais constituem uma área de desafio justamente porque estão ligados a uma vasta gama de questões que variam da criatividade e expressão artísticas em diversas formas materiais e não materiais à questões de língua, informação e comunicação; educação; identidades múltiplas de indivíduos no contexto de comunidades diversas múltiplas e inconstantes; desenvolvimento de visões de mundo específicas e a busca de modos específicos de vida; participação na vida cultural, acesso e contribuição a ela; bem como práticas culturais e acesso ao patrimônio cultural tangível e intangível. (SHAHEED apud COELHO, 2011b: 20).

Na fronteira binacional, em especial, na fronteira Brasil-Paraguai, os direitos culturais estão em constante conflito com os direitos imputados por cada nação, que, apesar dos acordos, ainda encontram problemas para gerenciar a heterogeneidade das demandas fronteiriças.

A visão monocular dos direitos impede a concretização e a efetividade de uma gestão pública que respeite sobretudo os direitos humanos. Nessa visão, só podemos discutir os sistemas de garantia dos direitos e a valorização do sujeito se entendermos as políticas públicas (de saúde, da infância, educacionais, da seguridade social e de comunicação, evidentemente) como políticas culturais, sabendo que toda ação do Estado interferirá (limitando ou promovendo) os modos plurais de ser dos sujeitos e suas identidades.

É a efervescência desses modos de ser plurais e sua luta por reconhecimento que a esfera da cultura ganhará peso da discussão política, de modo que as políticas culturais unida aos direitos culturais e humanos chegarão ao fenômeno do multiculturalismo.

1.4 Multiculturalismo: políticas culturais de igualdade e diferença

Foi a partir da necessidade de repensar a forma da gestão dos direitos e da proteção dos modos de ser, que surge nos Estados Unidos no século XX um movimento conhecido como multiculturalismo. *Multi*, porque designa a coexistência de diversos entes e grupos culturais no mesmo espaço, segregados ou não, com relações de dependência e trocas simbólicas, de forma pacífica ou predadora. *Culturalismo*, porque não se trata apenas de uma corrente teórica, mas de um movimento político (intelectual) que põe na roda de discussão das políticas de direitos, o direito de ser diferente.

Como referencial conceitual, entendemos o multicultural como aquilo que aglutina e valoriza a diversidade e o pluralismo de culturas diferentes num mesmo espaço ou território. O multiculturalismo, por sua vez, seria a ação política desse conceito para proteger essa heterogeneidade de identidades, considerando as especificidades e necessidades de direitos e proteção de cada uma delas.

Daniela Ota (2005) ao estudar a informação jornalística nas fronteiras Brasil-Paraguai e Brasil-Bolívia, se debruçando também, nas cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, atenta que apesar das características do multiculturalismo como fenômeno sócio-cultural pelo viés dos “nós”, na questão da nacionalidade, ou nas palavras da autora, da binacionalidade intrínseca ao fronteiro, o modo de ser do espaço acaba transitando mais pelas normativas dos direitos e seus conflitos, que pelos múltiplos pertencimentos em si; o que nos faz perguntar: Se o multiculturalismo, mais que fenômeno, transitar como direito cultural, qual seria o real cenário das práticas das políticas de comunicação e cultura, e logo, dos direitos humanos na fronteira?

Como em um pacto firmado pela comunidade, apesar de a fronteira se tornar fluida neste espaço de trocas constantes, é verificada a manutenção da nacionalidade de origem, e em alguns casos as mesclas ocorrem mais no sentido da binacionalidade, ou seja, do pertencimento simultâneo e por direito a dois países, do que no sentido multicultural (OTA, 2005, p.37).

Santos (1994, p.154), numa visão ampliada, explica que o “regresso das identidades, do multiculturalismo, da transnacionalização e da localização parece oferecer oportunidades únicas a uma forma cultural de fronteira precisamente porque esta se alimenta dos fluxos constantes que a atravessam”.

Para Turner (1993) apud Kuper (2002), o “multiculturalismo, ao contrário da antropologia é sobretudo um movimento para a mudança”, considerando que se trata de um movimento extra acadêmico de minorias e grupos culturais étnicos. O autor contrasta o multiculturalismo de diferença (que em sua análise deve ser deplorado) com o multiculturalismo crítico.

O multiculturalismo de diferença é voltado para dentro, atende aos próprios interesses e é inflado de orgulho acerca da importância de determinada cultura e de sua alegação de superioridade. O multiculturalismo crítico, em contrapartida, é voltado para fora e está organizado de modo a desafiar os preconceitos culturais da classe social dominante com o propósito de expor a parte vulnerável dos discursos hegemônicos (TURNER, 1993 apud KUPER, 2002, p. 294).

O propósito do multiculturalismo, segundo Kuper (2002), consiste em “substituir a ideologia da confluência de raças pelo que representa na verdade uma ideologia antiassimilação”. Os multiculturalistas rejeitam a ideia de que os imigrantes devam assimilar a cultura americana predominante, e negam até mesmo que exista uma cultura predominante. Pelo contrário, a nação americana dos multiculturalistas é culturalmente fragmentada. Eles não consideram isso um problema propriamente dito.

A questão não reside na existência de diferenças, mas sim no fato delas serem tratadas com desprezo, como desvios da norma. Uma cultura hegemônica (branco, anglo-saxão, classe média, homem, heterossexual) impõe suas regras a todos. O restante da população é estigmatizada por ser diferente.

Kuper (2002) ainda evidencia: “O protagonista na luta multicultural não é o trabalhador ou o cidadão, mas sim o ator cultural. As políticas são ditadas pela identidade cultural e tratam do controle da cultura” (KUPER, 2002, p. 297).

É importante destacar que multiculturalismo, nesta perspectiva, não

é o mesmo que interculturalidade, que se referiria primordialmente às trocas. Roberta Brandalise (2011), estudiosa da fronteira, distingue ainda multiculturalismo, assimilacionismo cultural e hibridismo cultural. Este último, abarcado em Canclini e Burke, se refere à mesclas de culturas, ideia criticada pela antropologia devido ao pressuposto de que, uma cultura híbrida pressupõe existência de cultura pura que se misturam. As identidades culturais não são, neste conceito, preservadas, isto porque no âmbito da fusão cultural elas sempre configuram uma forma nova.

Assimilacionismo pressupõe a diluição da diversidade cultural de modo que uma cultura se sobreponha às outras. O multiculturalismo, no entendimento de Brandalise (2011, p. 105), “em seu caráter pluralista, se caracteriza pela preservação das diferenças culturais (étnicas, regionais, etc.), sem, no entanto, deixar de lado a cultura que é partilhada entre os diversos grupos que participam da vida social”.

Charles Taylor (1997) apud Kuper (2002), trabalha a necessidade de pensar o papel e participação do sujeito na cultura afirmando que a identidade cultural anda de mãos dadas com a política cultural.

Uma pessoa só pode ser livre na arena cultural apropriada, onde seus valores são respeitados. Numa sociedade multicultural as diferenças culturais devem ser respeitadas, e até mesmo estimuladas. A sobrevivência cultural representa o resultado dessa política (KUPER, 2002, p. 298).

Tal ideia entra em conflito com a política liberal americana que se baseia no princípio de que todos são iguais perante a lei e que Taylor (1997), não conseguiu ter sucesso na tarefa de conciliar as duas tradições liberais. Isso ocorre não somente porque a política cultural na verdade exige uma discriminação positiva, embora esse problema exista, mas também porque exige conformidade. “Uma vez estabelecida uma identidade cultural, a pressão passa a ser viver de acordo com ela, mesmo que isto signifique sacrificar a própria individualidade” (KUPER, 2002, p. 299).

Ou seja, uma vez assumida determinada identidade, existem determinadas expectativas de conduta e comportamento esperadas. Turner (1993) aponta que os multiculturalistas críticos rejeitam o essencialismo e o determinismo biológico e são contra discriminações baseadas em raça, sexo e

idade. “Além disso, eles insistem que a cultura e a identidade são compostas, inventadas, fabricações discursivas instáveis. Toda cultura é fragmentada, contestada internamente e possui fronteiras porosas” (TURNER, 1993, p. 302).

Charles Taylor (1994) vai ao esforço de compreender a eventual relação ente identidade e reconhecimento, desde o pensamento filosófico de Hegel, à ideia de moralidade em Rousseau, expondo que o não reconhecimento ou o reconhecimento incorreto se desenvolve como uma violência ao modo de ser do sujeito, e que tais elementos têm como principal problema a autenticidade.

Taylor explica que essa dependência de reconhecimento pelos outros não é novidade com a era da autenticidade e que sempre houve uma forma de dependência. A questão levantada é que antigamente, “o reconhecimento nunca havia constituído um problema”. A identidade de origem social se baseava em categorias sociais que ninguém punha em causa.

Poderíamos discutir se este fator [a recusa do reconhecimento como forma de opressão] é, ou não, objeto de exagero, mas não deixa de ser claro que a noção de identidade e de autenticidade introduziu uma nova dimensão na política de reconhecimento igualitário, que agora funciona com algo parecido a um conceito próprio de autenticidade, pelo menos no que respeita à denúncia de distorções provocadas pelos outros (TAYLOR, 1994, p. 57).

O discurso do reconhecimento, conforme aponta Taylor, chegou a dois níveis: a esfera íntima, onde a formação da identidade e do ser é entendida como fazendo parte de um diálogo e luta permanentes com os outros-importantes; e depois, na esfera pública, onde a política de reconhecimento igualitário passou a desempenhar um papel cada vez maior.

Essa política passou a representar duas coisas diferentes: da mudança da honra para a dignidade surgiu uma política do universalismo, que dá ênfase à dignidade igual para todos os cidadãos. E o conteúdo dessa política visa a igualdade de direitos e privilégios.

Em contraposição, a segunda mudança se refere a uma política de diferença, também com base universalista. Todas as pessoas devem ser reconhecidas pelas suas identidades únicas. Aqui, porém, o reconhecimento tem outro significado.

A singularidade do indivíduo ou do grupo que recebe destaque, e que torna conflituosa o ideal de autenticidade. “O que agora subjaz à exigência de reconhecimento é um princípio de igualdade universal. A política da diferença implica inúmeras denúncias de discriminação e recusa da cidadania de segunda categoria. É aqui que o princípio da igualdade coincide com a política de dignidade” (TAYLOR, 1994).

Todavia, as exigências daquela dificilmente são assimiladas nesta, pois tal implica que reconheçamos a importância o estatuto de algo que não é universalmente comum. A exigência universal estimula um reconhecimento da especificidade. Como exemplo podemos citar a criação de programas de compensação de renda para comunidades que estavam condicionadas a uma situação de pobreza, resultando em uma espécie de segunda classe de cidadania com menos oportunidades e acessos, e que geram bastante polêmica.

Para aqueles que não concordam com esta definição alterada de estatuto igual, os diversos programas de compensação social e as oportunidades especiais concedidas a determinadas populações eram consideradas como uma forma de favoritismo não merecido:

Os dois tipos de política que se baseiam na noção de respeito igual entram em conflito. Em primeiro lugar, o princípio do respeito igual exige que as pessoas sejam tratadas de uma forma que ignore a diferença. Em segundo lugar, temos de reconhecer e até encorajar a particularidade. A crítica que a primeira faz à segunda consiste na violação que esta comete no princípio da não-discriminação. Inversamente, a primeira é criticada pelo fato de negar a identidade, forçando as pessoas a ajustarem-se a um molde que não lhes é verdadeiro. Já seria suficientemente mau se se tratasse de um molde neutro [...] mas geralmente as pessoas [...] queixam-se do fato e o conjunto, supostamente neutro, de princípios que ignoram a diferença [...] ser na verdade, um reflexo de uma cultura hegemônica. Se assim é, então só a minoria ou as culturas subjugadas são forçadas a alienar-se (TAYLOR, 1994, p. 63).

Andrea Semprini (1999) usa dos diversos fluxos de populações e de dominação cultural na história dos Estados Unidos para explicar como o fenômeno do multiculturalismo se colocou como ruptura e resultado do processo de mistura e de encontro de diferenças no território. É exatamente na

vertente da diferença que Semprini vai tratar o multiculturalismo. O autor afirma que é necessário estabelecer uma diferenciação entre uma interpretação política e outra, culturalista, do multiculturalismo.

No primeiro caso, a análise limita-se basicamente às reivindicações das minorias com o objetivo de conquistar direitos sociais e/ou políticos específicos dentro de um Estado Nacional. Will Kymlicka, por exemplo, adota essa abordagem e traça uma linha divisória entre minorias nacionais e grupos étnicos.

As minorias nacionais surgem por um processo de conquista ou incorporação. Grupos étnicos, em compensação, são resultado de um processo de imigração e constituem comunidades mais ou menos homogêneas. Uma segunda interpretação do multiculturalismo privilegia sua dimensão especificamente cultural.

Aqui, retomamos mais uma vez as camadas relacionadas ao processo de formação do espaço cultural da fronteira Brasil-Paraguai, desde a incorporação do território paraguaio pelo Brasil após a Guerra, até os movimentos migratórios do ciclo da erva-mate.

Voltamos a refletir, considerando o multiculturalismo como prática política e fenômeno de participação dos modos de ser, sobre como os sujeitos fronteiriços se estabelecem como marginais às políticas nacionais, e nesta perspectiva, criam para si um modo próprio de participar do espaço e das suas identidades. Se a fronteira se forma “naturalmente” como um espaço multicultural, as estruturas e aparelhos sociais emergentes desse espaço atuam politicamente (por vezes independentemente da ação do Estado) como multiculturalistas, representando a pluralidade dos sujeitos constituintes dessa sopa brasiguiaia.

Encontramos na heterogeneidade a resistência regional ao monoculturalismo frente a multiplicidades de histórias, culturas e identidades. Como prática política a cultura terá também opositores políticos, pois a defesa aberta da cidadania (multi)cultural evidencia a crise da herança planificadora e monolítica da ideia dos Estados-Nação com uma única língua e cultura.

Semprini (1999) também diferencia o caráter do que seria uma epistemologia multicultural e monocultural. A episteme multicultural estaria estruturada em quatro aspectos principais: 1) A realidade é uma construção, 2)

as interpretações são subjetivas, 3) os valores são relativos, e 4) o conhecimento é um fato político (SEMPRINI, 1999, p. 83-84); elementos de encontro com o relativismo da antropologia cultural de Franz Boas (2009)¹¹.

Para a epistemologia monocultural, o autor enumera que: a realidade existe independentemente das representações humanas, a realidade existe independentemente da linguagem, a verdade é uma questão de precisão de representação e, o conhecimento é objetivo (SEMPRINI, 1999, p. 85-87).

Essas diferenças são colocadas como advertência sobre a necessidade de comparar as bases das duas correntes para evitar extremismos. O autor argumenta que o discurso da epistemologia monocultural tem tido mais espaço na mídia e, logo, na opinião pública, por ter conseguido engendrar a ideia de que o conflito não está entre as duas correntes, mas “entre a América autêntica e seus inimigos”.

Deste ponto de vista, o multiculturalismo pode ser considerado como um revelador da profunda crise – de legitimidade, de eficácia, de perspectiva – que sacode o paradigma político nas sociedades ocidentais. Frente a uma modificação do espaço público que ele não consegue compreender e muito menos gerir, frente a crise da utopia universalista, frente a transformação dos cidadãos em indivíduos, frente a “tomada de poder” da diferença sobre a igualdade [...], o político não consegue mais legitimar seu papel e justificar sua ambição de exercer uma função dominante no espaço social. (SEMPRINI, 1999, p.159)

No Brasil, as políticas culturais (e de raça) com a necessidade de integração nacional formaram ações impositivas de uma ótica monocultural idealizada. A principal e mais visível representação dessa estrutura está nas normativas e currículos nacionais comuns das escolas e do controle da língua e dos estrangeirismos nos meios de comunicação.

Colônias de imigrantes (e o país teve décadas de imigrantes que aqui foram se estabelecendo) foram tratadas como paredes vistas de uma única cor de tinta e seus costumes e línguas ficaram nas ruas e nas casas, na cultura popular, à despeito e sob a negação do reconhecimento da política brasileira até a Constituição de 1988, que defendeu o direito a participação de

¹¹ BOAS, Franz. As limitações do método comparativo da antropologia. In: **Antropologia cultural**. Trad. Celso Castro – 5. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009

todos os brasileiros naturalizados ou natos, em sua cultura local (incluindo a de seus locais de origem e tradições familiares).

No Paraguai, o entendimento sobre a importância de enxergar o espectro multicultural desenvolvidor das identidades culturais nacionais se deu a partir do resgate da cultura ancestral, pré-colonialista indígena, com a “ressurreição” e fortalecimento por meio de política pública da língua e cultura guarani. O país, desde a Lei 4.251, de 29 de dezembro de 2010, é assumidamente bilíngue em todos os documentos, atos oficiais e estruturas sócio-políticas, incluindo os meios de comunicação e as escolas básicas e superiores.

O choque do monocultural e de práticas multiculturais encontrará na fronteira a mestiçagem e fluidez, pela mobilidade das pessoas e mercadorias (e códigos, e valores, e símbolos) no espaço binacional, o laboratório global para o que o mundo tenta entender e pensar politicamente: como pessoas de culturas diferentes, mestiças e nacionais, de identidades tão plurais, podem se organizar no mesmo lugar, dividido por normas legais igualmente diferentes? Afinal, seria o multiculturalismo da fronteira uma representação regional antropofagizada da globalização? Ou a globalização seria uma representação em larga escala de um fenômeno fronteiriço?

São perguntas que não poderemos responder prontamente neste trabalho, pela própria limitação do recorte empírico e metodológico, mas certamente, questionamentos que ecoam ao discutirmos as culturas que tal como as ondas do rádio, não conhecem limites nacionais, senão aqueles dos espaços dos sujeitos ao qual alcançam. A cultura e a comunicação extrapolam e ressignificam limites geográficos (IANNI, 1997) .

2. FRONTEIRAS: ESPAÇOS DE CULTURA E COMUNICAÇÃO

2.1 A escala geográfica da fronteira

A escala cartográfica consiste na “relação matemática que existe entre as dimensões de um objeto qualquer no mundo real e as dimensões do desenho que representa esse mesmo objeto se visto do alto, em um mapa” (SOUZA, 2013, p. 180).

Diferentemente, a escala geográfica não tem a ver [apenas] com uma superfície representada pela cartografia, “mas sim com a própria extensão ou magnitude do espaço que se está levando em conta”.

Figura 4. Em Ponta Porã, a Avenida Internacional separa os dois países



Fonte: Do autor

O geógrafo Marcelo Lopes de Souza é crítico com relação ao uso desenfreado e muitas vezes, sem rigor conceitual, de termos na pesquisa social como local, regional, nacional e internacional; denunciando o risco da simplificação. É necessário reconhecer, como disse Harvey (2000, p. 75), que “as escalas de análise não são naturais ou imutáveis, mas produtos de mudanças tecnológicas, de modos de organização humana e de luta política”.

Por isso, o geógrafo defende que toda escala é construída socialmente. O local ou o regional não são medidas de 'grandeza' espacial, mas construções que representam determinados modos de organização específicos.

A tipologia da escala começa do nível do corpo, passa pelos nanoterritórios, pelo local (vivência pessoal intensa do espaço), microlocal (bairro, lar), mesolocal (cidade), macrolocal (região metropolitana), regional (conjunto de lugares dependentes dos mesmos aspectos culturais, políticos e econômicos), nacional, internacional, global.

Para este trabalho, essa discussão toda sobre escalas é importante para situar qual é o lugar da fronteira. Primeiro, é necessário lembrar que o espaço não é criado ou imposto, mas praticado. A fronteira geográfica, sócio espacial, não é um limite ou uma linha nacional como já foi debatido anteriormente, mas um lugar praticado e, portanto, transformado, interpretado e representado pela ação humana.

A escala da fronteira, em nosso entendimento, principalmente pela forma como o espaço da fronteira é praticado no âmbito da cultura, da língua, das relações, dos afetos, da memória e história partilhada, dos fluxos e usos dos territórios, e da representação do próprio espaço multicultural pela mídia, transpassa (e aí entendemos o *trans* como prefixo fundamental, que permite literalmente a ideia de movimento e de ruptura dos limites) diversas camadas e paisagens.

Percorremos a 'régua' do microlocal ao internacional com facilidade para o mesmo grupo e território, apenas ao focar determinado aspecto identitário, sócio-econômico ou político.

A escala é local e nacional para cada lado da fronteira; internacional para a região, transnacional nas práticas do espaço. E aqui vamos um pouco além, na tentativa de cunhar um conceito que pode ser aplicado no escopo desta pesquisa: a fronteira é multiescalar, pois transita e se movimenta em variados níveis simultaneamente conforme os fronteiriços (e seus aparelhos, inclinados aos meios de comunicação nativos) achem necessário, pelas diversas camadas de interpretação.

2.2 Fronteiras nacionais e culturais: identidades

O espaço das fronteiras nacionais como objeto de estudo encontra diretrizes muito diferentes e que, se fundem ou se renovam conforme o contexto. Num primeiro momento podemos encontrar um conceito de fronteira como limite geopolítico.

A região de fronteira brasileira, por exemplo, foi estabelecida com o nome de Faixa de Fronteira, em 1974, e delimitada a 150 km a partir do limite internacional, respeitando o recorte municipal.

No campo da geografia, a ideia de limites e de território estão diretamente ligadas aos conceitos de poder e identidade. Isso porque os limites geográficos, incluindo os geopolíticos dos quais as linhas das fronteiras nacionais se estabelecem, representam o alcance do Estado, a ocupação e a soberania das identidades nacionais.

[Território é] um dos instrumentos utilizados em processos que visam algum tipo de padronização (interna) e de classificação – na relação com os outros territórios [...]. Todos os que vivem dentro de seus limites tendem a ser vistos como “iguais”, tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram no interior e os que se encontram fora de seus limites [...] Por isso, toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e grupos sociais. [...] São criadas paisagens históricas que fortalecem a ideia de pátria e de nação [...] (HAESBAERT, 2004, p.89).

Grimson (2011, p.2), no entanto, afere sobre a diversidade conceitual destacando que tal pluralidade de sentidos está no fato de que uma das características da fronteira é a duplicidade, na qual ela é simultaneamente “conceito/objeto” e “conceito/metáfora”, onde no entendimento da primeira parece haver fronteiras físicas, territoriais, e na segunda, fronteiras culturais, simbólicas.

Vera Raddatz (2005) também vê essa ambiguidade afirmando que “a fronteira é, a um só tempo, dois territórios num mesmo espaço”. Os limites políticos e legais de demarcação dos territórios nacionais são ultrapassados pela natureza do espaço que interliga e separa o modo de viver das pessoas. A

pesquisadora destaca que “o nacional existe, porque está presente no geográfico, no sentimento de nação, na língua, nos costumes. Mas por outro lado, esse nacional se mescla com elementos do outro nacional, com a cultura do outro” (RADDATZ, 2005, p. 4). Estas seriam o modo de existir metafórico da fronteira: as fronteiras culturais, como afirmou Grimson (2011).

O caráter da formação de cada fronteira estimula seu próprio sistema interpretativo, de tal forma que a categorização da zona de fronteira depende das relações dos agentes culturais na história daquele espaço. Lima e Moreira (2009, p.2) afirmam que “a fronteira binacional compreende uma história comum compartilhada, com base em uma cultura e economia bastante próximas, no entanto, também, deve-se considerar a existência de conflitos e ódios recíprocos”.

Banducci Júnior & Romero (2005), explicam que “a noção de fronteira não raro é associada à ideia de limite, de barreira, que determina territórios e estabelece descontinuidades, impedindo a livre comunicação e contato entre os povos que habitam esses espaços”.

De outro lado, a visão romântica associa fronteira a populações unidas fraternalmente, ainda que separadas por uma linha divisória que lhes é exteriormente imposta. A fronteira, como salienta Raffestin (2005) citado por Banducci Jr & Romero (2005), “é um fato social de uma riqueza considerável, que compreende aspectos físicos, morais, políticos, religiosos e culturais de diversas ordens”. É um espaço de tensão e contradição entre aquele que cruza a fronteira e o que a reforça (ALBUQUERQUE,2009).

A fronteira é sobremaneira um local de troca: cultural, simbólica, econômica, linguística. A naturalidade com que as trocas e a comercialização acontecem no espaço fronteiro e sua especificidade jurídica (presença ou ausência de aduana, etc.) por vezes é estigmatizada como local de marginalidade e crime, principalmente pelos órgãos oficiais dos estados nacionais e pelas regiões centrais não-fronteiriças de cada país. Gustavo Vilela trata do assunto da seguinte forma:

As fronteiras, enquanto locais dos encontros, são de fato lugares propícios aos negócios, em função do diferencial fronteiro (diferentes moedas e legislações), e é justamente por esta condição é que se costuma confundi-las, como se as

mesmas fossem os lugares por excelência da ilegalidade, sob o efeito de discursos que as caracterizam como “terras sem lei”. (DA COSTA, 2014, p.108)

Banducci Jr (2011) elenca ainda a noção que Grimson oferece de fronteira étnica, tal como definida por Fredrik Barth, “bastante útil no estudo das fronteiras interestatais, na medida em que as identidades fronteiriças, numa situação de contato permanente entre povos, não necessariamente remetem ao compartilhar de símbolos e referências homogêneas”, porque mesmo num cenário onde há influências culturais e de mercado, são as suas diferenças e singularidades que se veem estimuladas no âmbito das relações cotidianas. O autor ainda destaca que:

É necessário considerar que as fronteiras são produto de acordos históricos e de relações de força que dizem respeito não apenas às populações locais, mas expressam políticas e relações de força de estados nacionais. Assim, não se deve ignorar, na análise das realidades transfronteiriças, as relações centro-periferia que acontecem em âmbito nacional, atentando para as influências dos centros de poder na vida dos núcleos de fronteira, bem como as políticas internacionais que influenciam nas decisões internas de cada nação. (BANDUCCI JR, 2011)

Gustavo Vilela da Costa (2014), ao estudar a fronteira Brasil-Bolívia, problematiza a questão de uma possível identidade homogênea de fronteira, “como se houvesse uma única cultura fronteiriça em um processo de hibridização” (VILLA, 2000). Ao contrário, o autor defende que o que existe é “um processo de constante reapropriação e renegociação das identidades (ou mesmo a adoção de múltiplas identidades), por parte das pessoas que interagem em uma área fronteiriça”. (DA COSTA, 2014, p.113)

É justamente pelo contato com o “outro” - com o estrangeiro fronteiriço - que se forja e reafirma a construção do sentimento de pertencer à nação, por parte dos moradores da fronteira, diferentemente de outras áreas centrais do Estado. Se em diversos momentos os limites do Estado são desafiados e até renegados nas regiões de fronteira, em outros, são reafirmados com uma contundência maior do que em outras partes do país. (DA COSTA, 2014, p.119)

George Yúdice (2004, p.341) diz que a cultura fronteiriça tem a particularidade com o local, por isso, “susceptível de apropriação pela ubiquidade ou cruzamento de fronteiras do capital e dos artistas transnacionais”. O autor vê uma ligação direta da economia com a cultura nas regiões da fronteira, e a apropriação a que se refere ainda revela influências preponderantes do país mais forte economicamente em relação ao outro.

Nessa perspectiva, Raddatz & Muller (2009) completam que, “as trocas ocorrem e são inevitáveis, mas, na maioria das vezes, de modo assimétrico”. Nas palavras das pesquisadoras:

Se, por um lado, com a globalização, as pessoas, as ideias e os fenômenos culturais viajam cada vez mais, possibilitando os intercâmbios; por outro, nos espaços fronteiriços, as trocas se dão sem a necessidade de deslocamento espacial, efetivando-se por meio de práticas que fazem parte da tradição tradutória do continente desde a sua colonização (RADDATZ & MULLER, 2009, p. 3).

James Clifford (1999) relaciona e compara as características da diáspora com a fronteira, afirmando que uma se alimenta da outra na forma de existir pelos fluxos culturais, e traçando aspectos comuns dos sujeitos das duas situações em relação à identidade cultural. “Os povos cujo sentido da identidade se define sobretudo por histórias coletivas de deslocamento e violenta perda, não se podem curar mediante a fusão com uma nova comunidade nacional” (CLIFFORD, 1999, p. 307).

A identidade cultural diaspórica nos ensina que as culturas não se preservam quando se as protege da mestiçagem, senão que provavelmente só podem continuar existindo como produto dessa mistura. (BOYARIN y BOYARIN, 1993, p 721, apud CLIFFORD, 1999, p. 331)

Anzaldúa (2007) em sua obra *Borderlands*, traz luz sobre a categoria do mestiço, como sujeito-filho do contexto de migração fronteiriça. O mestiço seria um produto da transferência de valores culturais e espirituais de determinado grupo para outro. Esse sujeito (tricultural, monolíngue, bilíngue ou multilíngue), enfrenta constantemente o dilema da criação mista: “qual coletividade a filha de uma mãe morena ouve?”. O mestiço é adaptável existe recebendo e incorporando mensagens culturais múltiplas, opostas, comumente incompatíveis, resultando em uma colisão cultural.

O mestiço é nativo e é estrangeiro. Transita nos códigos e nas culturas transnacionais. Desenvolve como sujeito cultural uma tolerância e uma habilidade para jogar com culturas conflitantes. Eles são o que Hannerz (1997, p.23) chama de *tricksters*, ao se referir ao hibridismo na fronteira, tratando que “há luta, mas também há jogo”. A negociação de códigos e valores do sujeito fronteiriço se sobrepõe como estratégia de resistência e como modo de existir no cenário de culturas híbridas e múltiplas.

2.3 Comunicação e participação cultural: afinal, o que faz da fronteira, fronteira?

A fronteira, num exercício de espaço onde mundos culturais diferentes são compartilhados, se relacionam e dimensionam significados por diferentes modos de ser e interpretar, permite questionar em suas características, o que tornaria então (visto que limites geopolíticos e identidades nacionais são insuficientes) essa área geográfica, fronteira. Qual seria sua fronteiridade.

O sujeito da fronteira incorpora suas circunstâncias de multiculturalismo e de dinâmicas político-sociais de integração/conflito como elementos do seu cotidiano. O encontro com o outro é acentuado em situações em que há o interesse político-econômico de integração para o desenvolvimento local em contraste com a marginalização e a disputa cultural, e interesses múltiplos originários ou produtos de conflitos dessa disputa.

Os limites das nações são constantemente atravessados por indivíduos que querem comprar a preços mais acessíveis; o comércio local disputa internacionalmente entre si.

O comércio emerge como um dos traços da cidadania na fronteira enquanto relacionado à participação na vida social, tanto por sua força econômica que acaba condicionando possibilidades de melhor ou pior qualidade de vida pela concentração de capital ou trabalho, quando pelo fluxo de pessoas e pelo contraste de preços, impostos, legislação e tantos outros que apenas impõe a ideia do fronteiriço como algo diferente ao não-fronteiriço.

Um rápido passeio na fronteira seca de Pedro Juan Caballero (PY) e

Ponta Porã (BR) e o sujeito vai se deparar com ruas abarrotadas de barracas, lojas bonitas, vendedores ambulantes, shoppings; uma mesma rua, onde dois países coexistem política e culturalmente sendo dois, e ao mesmo tempo, sendo nenhum na formação de uma terceira coisa.

Economicamente, todas as pessoas têm ligação com este no seu modo de ser. Brasileiros trabalham em lojas paraguaias no Brasil, paraguaios trabalham em estabelecimentos brasileiros no Paraguai, ambos compram e vendem em ambos os lados atentando para quem oferece melhor preço e qualidade. Competição esta que é refletida também nas relações sociais.

Apesar da dependência mútua, há o julgamento de que sempre um é melhor que o outro ou que determinado produto não tem qualidade quando tem origem estrangeira. De fato, as relações dadas pela ordem do capital constituem aquelas nas quais melhor se pode observar a conveniência da cultura e do multipertencimento do homem fronteiriço.

A educação como lugar de transmissão de conhecimento, códigos e saberes, e como prática de encontro é também um diferencial porque evidencia e contrasta a uniformização dos currículos nacionais em ignorância as situações locais, rejeitando o multilinguismo entre falantes do português, espanhol e guarani, e as características do ambiente de fronteira. Aprende apenas o quanto se é diferente em relação ao hegemônico-nacional-comum iniciando a tendência dessa homogeneização que tem forte resistência cultural pelas próprias circunstâncias da fronteiridade.

A reprodução desta nas escolas, nas manifestações culturais ou nas famílias tem forte impacto sobre os modos de ser do sujeito, que passa a viver constantemente em seu crescimento em dialogismos político-culturais.

O mesmo acontece nos jornais e rádios, que atendem a multiplicidade de interesses em câmbio direto com as tendências globalizantes e a dinâmica do cotidiano local, principalmente quanto à linguagem, aos códigos e aos elementos de interesse do que Heidegger (1981) chamaria de “falatório”, que condicionam sim os modos de interpretar e logo, de viver.

As relações familiares da fronteira também são destaque na medida em que nesse ambiente há mais possibilidade de mestiçagem e hibridização cultural do que em qualquer outro. É extremamente comum que a pessoa tenha mãe e parentes de um lado da fronteira e viva do outro com cônjuge de

outra nacionalidade, mantendo relações constantes e compartilhando cultura, história e elementos de ambos países.

Por fim um último elemento costura todas as possibilidades de ser nesse espaço e tem grande influência na percepção da espacialidade como forma de aproximação/distanciamento do outro: a comunicação, e mais, a comunicação midiática. Esta ganha força e importância no cotidiano, pois amplia as formas de interpretar e de ser dos sujeitos. Favorece modos de compreensão de seus mundos e tece, fio a fio, a dimensão cultural ritual da abertura de mundo.

Ao ouvir com atenção uma emissora de rádio ou ler o jornal de uma região de fronteira, percebe-se que algumas expressões e elementos que aparecem no texto só se justificam ou são compreendidos dentro da cultura local. De certa forma, fazer rádio e fazer jornal dentro de um espaço binacional, corresponde não apenas a trabalhar com as informações desse lugar por meio da linguagem padrão, mas também levar em conta que, em si mesmo, o conteúdo do rádio e do jornal mostra-se como um produto dessa cultura, além de representá-la por meio dos fatos que relata. Na região da fronteira, presencia-se uma mescla linguística muito grande, uma aceitação da língua do outro e a convivência rotineira sem predominância de um ou de outro idioma. E isso lembra Barthes (1996, p. 25): “que uma língua, qualquer que seja, não reprima outra: que o sujeito futuro conheça, sem remorso, sem recalque, o gozo de ter a sua disposição duas instâncias de linguagem”. Na fronteira, os idiomas se fundem, produzindo uma linguagem com características próprias que transparece na mídia (RADDATZ & MULLER, 2009, p.2).

Por ter tantos instrumentos híbridos culturais constituintes de seu mundo, o cidadão fronteiriço demanda de hábitos de comunicação próprios, que tramitem pelos dois lados, por todas as línguas, por todos os interesses políticos e econômicos dos países ou dos locais. Ganha força o rádio como principal meio de comunicação de massa, pela proximidade e intimidade que a oralidade permite na aceitação e reprodução do multilinguismo em toda sua programação.

Pessoas que convivem diariamente, cotidianamente, compartilham significados e interpretações, se identificam culturalmente e religiosamente umas às outras, dependem umas das outras economicamente, mas que, ao mesmo tempo ou quando é conveniente, negam e criminaliza o outro, aqui

categorizado na figura do “estrangeiro”; mesmo quando há mais elementos de pertencimento deste do que com aqueles ditos nacionais, que estão longe e que, por sua vez criminalizam e negam os fronteiriços.

Nestor García Canclini (2003) realizou um estudo de campo na fronteira México-Estados Unidos, sob as quais, em seu processo de descrição densa, identificamos diversas similaridades com a fronteira Brasil-Paraguai, com exceção da tentativa de integração e de solidariedade atuante entre esses dois países, bem diferente das cercas e divisas militarizadas dos primeiros.

Sobremaneira, Canclini destaca que a população da região dessa fronteira, em seu processo de negociação, tinha como característica principal o bilinguismo (espanhol e inglês) na região central da cidade de Tijuana e a adição de uma terceira língua (indígena) nos bairros. Canclini (2013, p. 320) destaca que “essa pluralidade se reduz quando passamos das interações privadas às linguagens públicas, as do rádio, da televisão e da publicidade urbana, em que o inglês e o espanhol predominam e coexistem “naturalmente””.

A mescla linguística e multicultural era tal que os comerciais, avisos, músicas e os produtos culturais e artesanatos locais refletiam essa diversidade. Nem por isto, a cultura raiz dessa população era enfraquecida, pelo contrário. Reforçava-se como elemento de resistência a ideia de comunidade.

Ao mesmo tempo em que afirmam nos espaços e em rituais específicos sua identidade originária, reformulam seu patrimônio cultural assimilando saberes e costumes que lhes permitem reposicionar-se em novas relações socioculturais, políticas e de trabalho. Sem dúvida, continuam sendo mexicanos (e o racismo americano faz que se lembrem disso a cada momento), mas sua identidade é poliglota, cosmopolita, com uma flexível capacidade para processar as novas informações e entender hábitos distintos de suas matrizes simbólicas de origem (CANCLINI, 2008b, p. 204).

Da mesma forma, visualizamos a comunidade na fronteira Brasil-Paraguai. Rodrigues Filho & Ota (2014) argumentam que “as negociações culturais entre os dois países permitem um fluxo e de uma mobilidade espacial carregada de símbolos e valores que transcendem as nacionalidades, produzindo diferencialmente a binacionalidade como elemento integrador, diferenciado desses sujeitos”. Uma população trilingue, que ou é falante ou

compreende os códigos do português, do espanhol e do guarani.

Evidente que tais características aparecem e são mediadas e midiaticizadas pelos meios de comunicação regionais/locais, em um processo que vai além da produção de conteúdo desse espaço, ou da transmissão de músicas dessas culturas, mas segue como reflexo e reforço da multiplicidade cultural e identitária, com todas as nuances modernas e pós-modernas sobre a presença do outro e o reconhecimento do outro (estrangeiro) como membro da minha comunidade nessa fronteira.

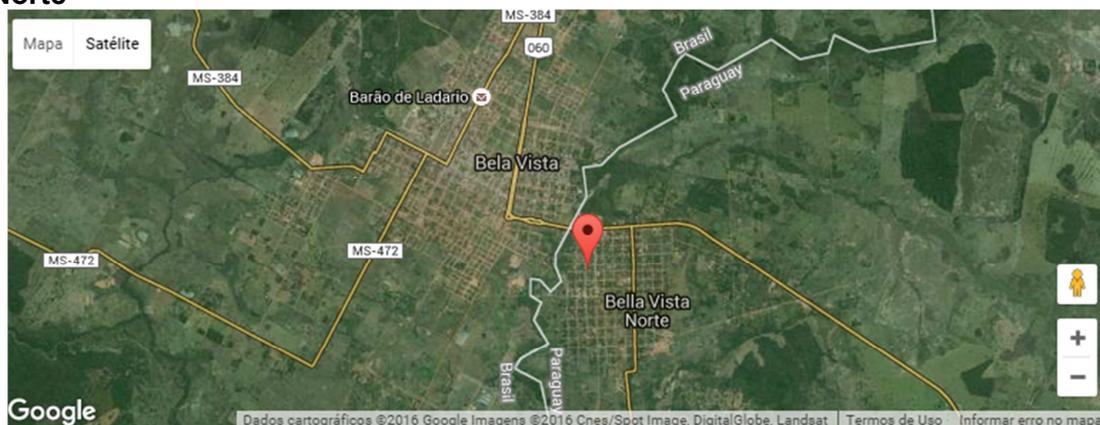
2.4 A fronteira Brasil-Paraguai

Nos esforçamos até aqui, a estabelecer os parâmetros e os elementos culturais, geográficos, históricos, sociológicos, e antropológicos que caracterizam a discussão sobre as práticas da fronteira como espaço, e a formação (da colonização à descolonização e transformações contemporâneas) específica do espaço fronteiro Brasil-Paraguai, nos limites de Mato Grosso do Sul.

Podemos iniciar então, a discussão acerca dos dados coletados na pesquisa, que trabalha e tem por centro as divisas de Mato Grosso do Sul com o Departamento de Amambay (Paraguai), nas cidades de Bela Vista e Bella Vista Norte, e Ponta Porã e Pedro Juan Caballero; identificando as principais características geográficas, históricas e quais rádios estão presentes em cada uma destas cidades.

2.4.1 Bela Vista-Bella Vista Norte

Figura 6. Imagem de satélite da fronteira das cidades de Bela Vista-Bella Vista Norte



Fonte: (GOOGLE MAPS, 2016)

No Brasil, a cidade de Bela Vista está localizada no estado de Mato Grosso do Sul, a 349 km da capital do estado, Campo Grande. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), o município tem cerca de 24 mil habitantes e foi fundado em 1900 e elevado a cidade em 1908.

João Carlos Velasquez (2009)¹² é um dos memorialistas que relatam que a história da região começa em 1531, com as incursões sertanistas pelos portugueses Pero Lopes e Francisco Chaves. “Palco de sangrentos confrontos entre portugueses e castellanos, e, posteriormente, entre brasileiros e paraguaios. O tratado de Santo Idelfonso, assinado em 1777, reconheceu os direitos do Brasil sobre essa região. Restabelecendo como limite o Rio Corrente, atual Rio Apa” (VELASQUEZ, 2009).

O historiador também explica que apesar desse acordo, o Capitão Pedro Juan Caballero, do exército espanhol, cruza o rio em 1801 e instala o Forte São José no território. No ano seguinte foi a vez do exército brasileiro reagir atacar e arrasar com a guarnição sob o comando do tenente Francisco Rodrigues do Prado.

Em 1864 estoura a Guerra do Paraguai e a região se torna palco de sanguinolentos encontros. No dia 21 de abril de 1867, o Coronel Camisão atravessa o Rio Apa, ocupa, no Paraguai, o Fortim Bela Vista e marcha até a Laguna, de onde inicia a épica Retirada, que se constituiu numa das mais belas páginas de nossa história, mas lavadas com sangue de nosso irmão da fronteira. A região que sofrera total esvaziamento, voltou, 05 anos depois, a receber novos moradores. Retornaram os Lopes, sobrinhos do Guia Lopes; os Barbosas, Leite, [...] e tantos outros pioneiros (VELASQUEZ, 2009).

O repovoamento aconteceu pela necessidade de um ponto de apoio comercial e de comunicação às margens do rio Apa. Esse processo favoreceu uma nova corrente migratória, principalmente do Rio Grande do Sul, que aportou atraída pela exploração de erva-mate nativa, “cujo monopólio era mantido pela Companhia Mate Laranjeira, que lhes permitia arrancharem nas terras sob sua jurisdição” (Op. Cit).

¹² Disponível em: <<http://www.belavistams.com.br/noticia/2009/02/01/conheca-um-pouco-da-historia-do-municipio-de-bela-vista-ms>>. Acesso em 21 jan 2016.

Em 1900 o Governo do Estado de Mato Grosso cria o Distrito de Paz de Bela Vista. O município foi criado 1908, mas a sede só foi elevada à cidade em 1918.

Do outro lado do Apa, a cidade paraguaia de Bella Vista Norte está localizada no departamento de Amambay a 469 km de Asunción. Segundo a Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos (DGEEC), órgão responsável pelo censo no país, a municipalidade tem 10.267 habitantes e adota oficialmente como língua o guaraní e o espanhol.

Segundo geógrafos paraguaios¹³, sua história começa quando em 1850, a filha de Don Carlos Antonio López pediu uma propriedade na Província Jerez, hoje território de Mato Grosso do Sul (Brasil). Assim, foi fundado em 1851 o povoado de Villa Bella, e desde 1860, com o aumento populacional, o espaço adotou o nome da cidade brasileira vizinha, separada pelo rio Apa e ligadas por uma ponte de 100 metros. Em 1902, ascendeu a categoria de distrito e mudou seu nome para Bella Vista.

Atualmente, se usa o nome de Bella Vista Norte, para se diferenciar do distrito de Bella Vista Sur, colônia alemã fundada em 1918 (o que dá às suas línguas oficiais o espanhol, guaraní e alemão) e elevada a distrito em 1959, que pertence ao departamento de Itapúa, fronteira com a Argentina.

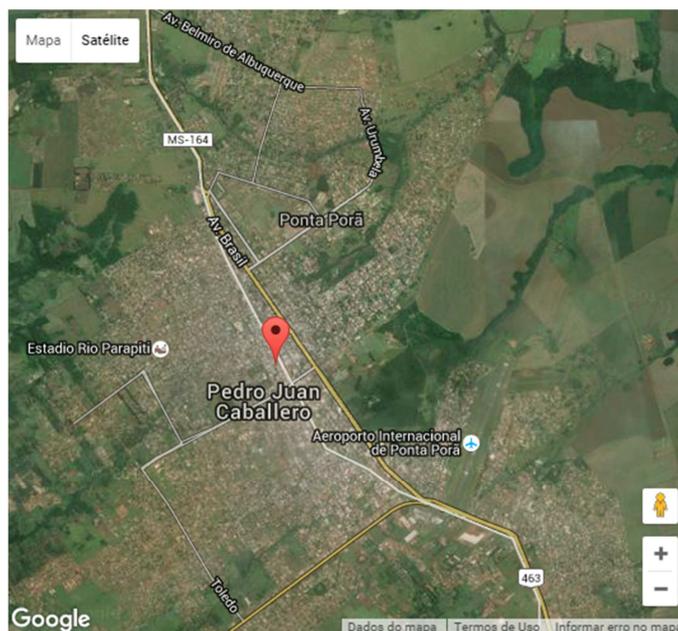
2.4.1 Ponta Porã-Pedro Juan Caballero

Segundo o IBGE (2015)¹⁴, o município de Ponta Porã tem população estimada em 86.717 habitantes, localizado a 324 km da capital estadual, Campo Grande. Seu nome era inicialmente Punta Porã, para toda a região incluindo Pedro Juan Caballero, que significa em idioma guarani, ponta bonita, justificada pela serra e capões de mata que caracterizavam a geografia da região.

¹³ Geografía del Paraguay. Editorial Hispana Paraguay SRL. Primera Edición. 1999.

¹⁴ Disponível em: <<http://ciudades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=500660>>. Acesso em 21 jan 2016.

Figura 7. Imagem de satélite da fronteira das cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero



Fonte: (GOOGLE MAPS, 2016)

Ponta Porã começou com a formação de um povoado chamando Punta Porã, que surgiu entre os campos de erva-mate que dominavam a região. Até a Guerra do Paraguai, Ponta Porã era apenas uma região deserta no interior do Paraguai, “habitada somente por algumas tribos de índios como os Nhandevas e os Caiuás, descendentes do povo Guarani, além de ser local de parada de carreteiros que faziam o transporte de erva-mate” (IBGE, 2015).

Em 1777, uma expedição militar brasileira chegou a região com o objetivo de explorar o solo, e em 1862, o tenente Antonio João Ribeiro se fixou na cabeceira do Rio Dourados, atual município de Antonio João, onde fundaram a Colônia Militar dos Dourados.

Na Guerra do Paraguai, em 1864, a Colônia foi destruída pelos paraguaios e só com o fim do confronto, em 1872, houve a fixação da região fronteiriça, respeitando os limites firmados pelos convênios da época colonial e reivindicava ao Brasil somente as terras já ocupadas ou exploradas por portugueses e brasileiros, momento em que Ponta Porã passa a ser possessão territorial brasileira. (IBGE, 2015)

Em 1880, uma missão do exército ergueu acampamento sob ordens do Comandante Nazareth junto à lagoa do Paraguai, onde hoje é a cidade de

Pedro Juan Caballero (Paraguai). Em 1882, Ponta Porã passa a ser a sede da industrialização de erva-mate da Companhia Erva-Mate Laranjeiras, de Tomás Laranjeiras, que exportava o produto para a Argentina.

Em 1892 chega a Guarnição da Colônia Militar de Dourados para proteger a região, e com ela, o fluxo de migrantes do Rio Grande do Sul que começam a usar as terras para produção agropecuária. Em 1900 Ponta Porã torna-se distrito de Nioac [hoje, grafada como Nioaque] e em 1912 o distrito é separado e elevado a município.

O território do município em 1914 compreendia três distritos: Ponta Porã, Dourados e Nhuverá. Em 1937, são seis distritos: Ponta Porã, Antonio João, Cabeceira do Apa, Carapé, Lagunita e Paranhos [Dourados se emancipa em 1935]. Em 1946, é criado o distrito de Iguatemi, com terras desmembradas dos distritos de Amambai e Antônio João, e anexado ao município de Ponta Porã. O mesmo Decreto altera a denominação do distrito Patrimônio União para Amambai. E, ainda, cria o distrito de Bocajá, anexando-o ao município de Ponta Porã.

A partir de então o território ponta-poranense cria e desmembra diversos novo municípios, entre os quais: Douradina, Laguna Caarapã, Aral Moreira e Iguatemi. Atualmente, Ponta Porã tem três distritos: Ponta Porã (sede), Cabeceira do Apa e Sanga Puitã.

Do lado paraguaio, Pedro Juan Caballero tem cerca de 100 mil habitantes e está localizada a 467 km da capital nacional, Asunción, segundo o DGEEC. Seu nome é uma homenagem a um dos líderes da independência paraguaia, homônimo.

A cidade começou em torno da lagoa ocupada pelo exército brasileiro em 1880, chamada Lagoa Punta Porá, e anterior a isso, a história é idêntica a da vizinha brasileira, sendo ponto de carreteiros de erva-mate de das comunidades indígenas Nhandeva e Caiuá.

Depois da Guerra da Tríplice Aliança o território foi quase todo passado ao Brasil, e em 1899, próximo à lagoa foi criada a primeira estação de polícia, que marca a fundação da cidade. Neste mesmo ano, Don Jorge Casaccia, dono de grandes extensões de terra, de uma empresa de importação e acionista da “La Industrial Paraguaya” cede ao governo um terreno para fixação da população. A cidade então foi criada oficialmente em 1900, e em

1945 o município se tornou capital da província de Amambay.

2.5 Mídia fronteiriça – O rádio

O estudo sistemático das mídias de fronteira tem há algum tempo ganhado espaço em teses e grupos de pesquisa no Brasil. Daniela Ota e Marcelo Cândia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, se dedicam a estudar as rádios de fronteira Brasil-Paraguai-Bolívia e o telejornalismo fronteiriço Brasil-Paraguai, especificamente.

Karla Muller e Vera Raddatz (2009) construíram diversos conceitos mapeando as minúcias dos jornais, telejornais e rádios, focadas especialmente na representação social. Roberta Brandalise (2011) desenvolveu uma etnografia da comunicação na fronteira Brasil-Uruguai a partir do consumo cultural da transmissão dos jogos de futebol.

Entendemos no âmbito desse trabalho, que a mídia fronteiriça não reside no simples conceito dos meios de comunicação presentes no espaço de fronteira, mas àqueles com vínculo direto de pertencimento e epicentro do espaço transnacional gerado pela cultural local.

Falamos de mídia de fronteira, não a partir dos limites da fronteira então, mas da mobilidade desse espaço entendida a partir da comunicação. Da comunicação midiática como redenhadora (*redesign*) dos limites dos mapas culturais considerando o espaço transnacional e multicultural.

Sobremaneira, as minúcias da organização do serviço de radiodifusão no espaço de fronteira se mostram diferenciadas, senão marginais, em relação às estruturas e normas nacionais (e de ambos os países), como se uma terceira lei, gerada do meio termo entre as normativas existentes e do que é potencialmente desconsiderado nelas, subsidiasse as práticas midiáticas (e por que não sociais) marginais e de trânsito.

Fazer rádio e fazer jornal dentro de um espaço binacional corresponde não apenas a trabalhar com as informações desse lugar por meio da linguagem padrão, mas também levar em conta que, em si mesmo, o conteúdo do rádio e do jornal mostra-se como um produto dessa cultura, além de representá-la por meio dos fatos que relata. Na fronteira, os idiomas se fundem, produzindo uma linguagem com características próprias que transparece na mídia. (RADDATZ & MULLER, 2009, p.2)

As rádios da fronteira representam e estão inseridas no fluxo multicultural e plural que o próprio espaço binacional oferece. O domicílio e o gentílico, tão importantes na burocracia, são facilmente substituídos pelas relações afetivas, de vizinhança, de comércio, de necessidade e preconceito do outro. Afinal, quem é o estrangeiro na fronteira? O paraguaio que mora há duas quadras de casa, porque está depois de uma linha imaginária ou o brasileiro que mora há dois mil quilômetros de nós?

As identidades nacionais são diariamente questionadas, reafirmadas e transformadas conforme os interesses e os jogos simbólicos da comunidade internacional (e aqui, *inter* não se relaciona ao exterior, mas ao que vive junto).

Os programas radiofônicos da fronteira de Mato Grosso do Sul são falados em português, espanhol e guarani. As músicas do pop internacional, no inglês de Lady Gaga, Katy Perry, no francês de Zaz, e até no coreano Psy e seu Gangnam Style, se mesclam ao chamamé, à polca, ao reggaeton, à cumbia e ao sertanejo universitário.

Os anúncios e jingles, toda a parte comercial das rádios é feita e consumida para cidadãos que estão além de suas nacionalidades políticas; a publicidade é feita para quem habita um espaço culturalmente diverso, de modo que empresas brasileiras anunciam em rádios paraguaias e vice versa.

No âmbito de nossos estudos, concentramos as observações, entrevistas e mapeamentos nas cidades-gêmeas, conurbadas do Estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil, com os Departamentos de Alto Paraguay, Concepción, Amambay e Canindeyú, no Paraguai, considerando conceito estabelecido pelo Ministério da Integração Nacional (2014)¹⁵ para direcionar a elaboração de políticas públicas e econômicas nos limites geopolíticos brasileiros, e sabendo que nestes territórios, a troca/dependência comercial e cultural é acentuada pela facilidade de mobilidade no espaço transnacional.

Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo

¹⁵ Diário Oficial da União, nº 56, p. 45. Ministério da Integração Nacional. Portaria nº 125, de 21 de março 2014.

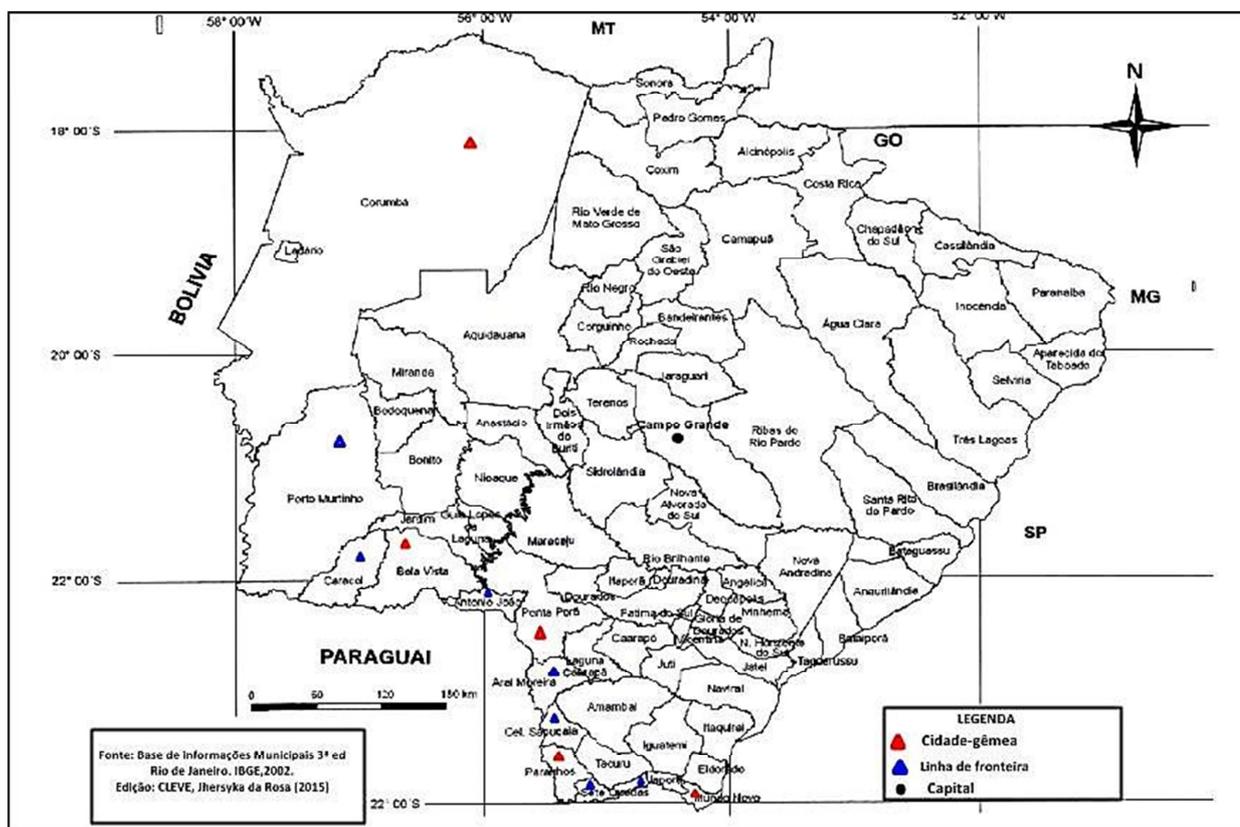
ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Art. 2º Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL In: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, N. 56, P. 45, 2014).

A portaria reconhece como cidades-gêmeas no estado de Mato Grosso do Sul, Bela Vista (Brasil) e Bella Vista Norte (Paraguai); Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia); Mundo Novo (Brasil) e Salto del Guairá (Paraguai); Paranhos (Brasil) e Ypejhú (Paraguai); Porto Murtinho (Brasil) e Capitán Carmelo Peralta (Paraguai); e Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai).

São seis cidades de um universo de 79 no estado. Em termos de territórios, quase a metade de Mato Grosso do Sul faz fronteira internacional, sendo a outra metade, fronteira com outros estados.

Figura 8. Cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Paraguai



Fonte: (CLEVE, 2015. No prelo).

Nestas cidades fez-se a identificação de todas emissoras com sua nacionalidade; e não coincidentemente, observou-se que quanto maior a importância econômica da localidade, mais emissoras estão presentes; de modo que também não seria errado enunciar que pela concentração do serviço de radiodifusão em determinado lado da fronteira, é possível pensar na predominância e influência do comércio, língua, governos sobre o que se ouve em toda programação regional.

O levantamento das emissoras levou em conta as informações oficiais do Ministério das Comunicações (Minicom) no Brasil e a Secretaria de Información y Comunicación (Sicom) do Governo Nacional do Paraguai, órgãos com mesma finalidade.

Tabela 2. Rádios nas cidades-gêmeas de Mato Grosso do Sul com Amambay, Canindeyú e Alto Paraguay

Cidade	AM	FM	Comerciais	Comunitárias
Ponta Porã **	2	3	5	-
Pedro Juan Caballero*	2	11	10	3
Bela Vista**	1	0	1	0
Bella Vista Norte*	1	7	6	2
Paranhos**	-	1	1	-
Ypejhú*	-	2	2	-
Mundo Novo**	1	2	2	1
Salto Del Guairá*	-	8	6	2
Porto Murtinho**	-	2	1	1
Capitán Carmelo Peralta*	-	2	1	1
Total no Brasil**	4	8	10	2
Total do Paraguai*	3	30	25	8
Total absoluto	7	38	35	10

Fonte: Do autor. *Dados do Brasil, **Dados do Paraguai.

A distribuição das emissoras no espaço de fronteira é completamente desigual tanto quantitativamente, quanto geograficamente. É fácil de observar que o lado paraguaio tem muito mais rádios que o lado brasileiro, o que é claro, demanda das diferenças político-econômicas e dos códigos dos quais falaremos logo mais, como primeira hipótese para essa diferença.

O que está em evidência, no entanto, é mais que a distribuição desigual dos meios de comunicação nos países: o que se revela é a formação de um novo espaço cultural a partir dessa concentração massiva de emissoras, transnacional, capaz de representar e redesenhar os limites fronteiriços para aqueles nos quais os limites do espectro alcança.

As emissoras e suas torres concentradas destacam o espaço de fronteira como central e não mais marginal e periférico em relação aos grandes centros e capitais nacionais e regionais. Invertem a compreensão do que é centro e do que é periférico e redesenham o espaço pelas ondas da cultura.

Tabela 3. Relação das rádios na fronteira Ponta Porã-Pedro Juan Caballero

Ponta Porã (Brasil)	Pedro Juan Caballero (Paraguai)
Rádio Líder FM MS 104,9;	Cerro Corá FM 91,5;
Rádio Transamérica Ponta Porã AM 1110 Khz;	Rádio Amambay 570 AM;
Super Rádio Fronteira AM 670 Khz;	Radio Sin Fronteras 98,5 FM;
Rádio Nova FM 96,9;	Rádio Mburucuya AM
Rádio Talentos FM 97,7	Radio Amambay FM 100,5;
	Radio América 94,9 FM;
	Estación 40 FM 90,5;
	Jesús és El Salvador 88,3 FM*
	Ministerio Cristiano 107,5 FM
	Oasis 94,3 FM;
	Terraza 95,5 FM
	Mborayhu FM 89,1*
	Comunitaria Amanecer 101,1 FM*

Fonte: Do autor.

Ponta Porã é a cidade brasileira na fronteira sul-mato-grossense com maior número de emissoras, cinco ao todo, três FM e duas AM. No Paraguai, Pedro Juan Caballero tem 13 emissoras sendo 2 AM e 11 FM. As únicas comunitárias desse espaço bifronteiriço são Jesus és El Salvador 88,3 FM, Mborayhu FM 89,1 e Comunitaria Amanecer 101,1 FM, todas com concessões paraguaias, as duas últimas autorizadas em outubro de 2015 e ainda em implantação. Amanecer, Jesus és El Salvador e Ministerio Cristiano pertencem à associações e entidades ligadas à Igreja Católica e evangélicas.

É interessante relatar que a partir da pesquisa de campo, foi possível verificar que no lado brasileiro, as emissoras Rádio Transamérica Ponta Porã AM, Super Rádio Fronteira AM e Rádio Nova FM funcionam em um mesmo prédio, sob a mesma direção, e quase totalmente automatizadas na programação, com *play operators*. Essas emissoras estão seguindo para o controle da Rede Transamérica de São Paulo desde que a primeira emissora, a Ponta Porã AM 1110 passou a pertencer à rede em 2006.

Em Pedro Juan Caballero, o movimento de incorporação à grandes redes também está presente na Estación 40 FM, que opera totalmente automatizada, como retransmissora do grupo Estación 40 de Asunción, e na Radio Mburucuya AM, que pertence à holding Nhanduti, também de Asunción, mas com manutenção da programação local.

Tabela 4. Relação de rádios da fronteira Bela Vista-Bella Vista Norte

Bela Vista (Brasil)	Bella Vista Norte (Paraguai)
Bela Vista AM 1440;	Mariscal López 1480 AM Alternativa 97,1 FM* Expresso 104,1 FM Frontera 92,5 FM Bella Vista FM 101.1 Mercosur FM 96.3 Maria Auxiliadora FM 88,9*

* Rádio Comunitária. Fonte: Do autor.

Bela Vista tem uma única rádio operando no lado brasileiro, a Bela Vista AM, no ar desde 1982. Houve pelo menos mais três emissoras “piratas”

que funcionaram na região até 2007 quando a Anatel fechou as rádios durante uma fiscalização.

No Paraguai há sete emissoras atuantes, sendo uma AM e seis FM. Também é do lado paraguaio que estão as emissoras comunitárias Alternativa 97,1 FM e Maria Auxiliadora FM 88,9, esta última, católica, autorizada em outubro de 2015.

Tabela 5. Relação de rádios da fronteira Paranhos-Ypejhú

Paranhos (Brasil)	Ypejhú (Paraguai)
Rádio Transamérica Hits FM 88.5	Estación Sin Limites 95,1 FM; Radio Atividade FM 104.5

Fonte: Do autor.

Em Paranhos a única rádio local foi instalada recentemente em 2015 e pertence à rede Transamérica Hits de São Paulo, e funciona retransmitindo a programação nacional.

Em Ypejhú há duas FM, Estación Sin Limites 95,1 e Radio Atividade 104,5 que operam na maior parte da programação em português. Não há emissoras comunitárias.

Tabela 6. Relação de rádios da fronteira Mundo Novo-Salto Del Guairá

Mundo Novo (Brasil)	Salto Del Guairá (Paraguai)
Rádio Pantanal FM 105,5	Salto del Guairá 90,3 FM
Rádio Pantanal AM 1510	Ñe'endy 93,1 FM
	Canindeyú 95,5 FM*
	Tricolor 96,7 FM
	Digital FM 100,7
	Salto City 101,3 FM
	Atalaya 106,1 FM
	Amistad FM 88,1*

* Rádio Comunitária

Fonte: Do autor.

Em Mundo Novo há duas emissoras sendo uma FM e uma AM. O Grupo Medeiros de Comunicação é proprietário dos sinais AM e FM, que transmite a mesma programação nas diferentes bandas.

Em Salto del Guairá há oito emissoras sendo todas elas da banda FM, duas das quais, Canindeyu FM e Amistad FM comunitárias.

Tabela 7. Relação de rádios da fronteira Porto Murtinho-Carmelo Peralta

Porto Murtinho (Brasil)	Capitán Carmelo Peralta (Paraguai)
Guaicurus FM 105*	Alto Paraguay FM 99,9
Rádio Comunitária Pantanal FM*	Radio Comunitaria Joven FM 96,1* ¹⁶

*Rádio Comunitária. Fonte: Do autor.

Em Porto Murtinho, são duas emissoras FM, Guaicurus 105 e Comunitária Pantanal. As duas são comunitárias. Em Capitán Carmelho Peralta também são duas emissoras, Alto Paraguay FM e Comunitária Jovem. É única região de fronteira de Mato Grosso do Sul em que há mais rádios do tipo comunitária que comercial.

Listadas por localidade, gêmea-a-gêmea, chama ainda mais atenção a quantidade de emissoras paraguaias comparadas às brasileiras. Afinal, por que tanta disparidade? A resposta mais superficial está ligada diretamente à burocracia ou à democratização da comunicação, ou seja, primeiramente às políticas públicas e normativas de organização do serviço, mas não é apenas isso.

Brasil e Paraguai tratam a radiodifusão de modo diferente, e apesar do número bem menor de rádios, os brasileiros tem sete vezes mais normativas sobre instalação e funcionamento dos serviços que os paraguaios.

2.6 Políticas de radiodifusão no Brasil e no Paraguai

Selecionamos neste comparativo as principais legislações, considerando apenas àquelas vigentes e aplicadas nos sistemas nacionais de comunicação. Não tratamos então de toda a gama regulatória de emissoras educativas, comunitárias, TV digital, etc; mas há o recorte no que tange às rádios e ao que interfere na prática radiofônica da fronteira.

¹⁶ Sob responsabilidade do Vicariato Apostólico del Chaco, organização católica, com autorização para emitir em até 300 W de potência.

Não é objetivo deste trabalho emitir juízo sobre o que é melhor ou pior, mas apresentar os principais pontos das principais legislações de cada nação para que haja ‘lentes’ que favoreçam a compreensão da comunicação fronteiriça.

As especificidades de cada regimento nacional permite entender como o espaço da fronteira cria suas próprias dinâmicas, num código próprio de uma comunicação que compreende o direito cultural como prática cotidiana.

2.6.1 A especificidade da legislação de radiodifusão na faixa de fronteira

No Paraguai, não há uma legislação específica para o funcionamento de rádios e TVs na região de fronteira (o que é interessante, visto que geograficamente, o país é todo fronteiriço). No Brasil, alguns textos, assim como anunciado pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, trabalham com a diferenciação e acréscimo de normas no funcionamento do serviço de radiodifusão na faixa de fronteira.

O Decreto nº 85.064 de 26 de agosto de 1980, assinado por João Figueiredo, regulamentou a Lei nº 6.634¹⁷, de 2 de maio de 1979, matéria que dispõe especificamente sobre a faixa de fronteira, sua instituição, organização e especificidades. No entendimento jurídico brasileiro, a faixa de fronteira se constitui em 150 km de largura a partir do limite-divisor do território nacional, e por se tratar de um espaço “indispensável à segurança nacional” tem uma série de atos que dependem de consentimento do Conselho de Segurança Nacional (CSN)¹⁸, órgão responsável pelo planejamento estratégico de defesa e soberania brasileira.

¹⁷ A Lei tem por objeto orientações gerais para cada tipo de atividade econômica e empresarial situada na Faixa de Fronteira (estabelecendo o conceito dos 150 km), com preocupação sobre as atividades vedadas na área sem consentimento do CSN, a saber: “alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação de radiodifusão; construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; exploração de indústrias; instalação de empresas de pesquisa e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil, de colonização e loteamento rurais; transações com imóvel rural, que impliquem a obtenção, por estrangeiro de qualquer direito sobre o imóvel; participação de estrangeiro em pessoa jurídica que seja titular de direito sobre imóvel rural”.

¹⁸ A saber, o Art. 2º do Decreto-Lei nº 1.135 de 3 de dezembro de 1970 estabelece que o Conselho de Segurança Nacional (CSN) é presidido pelo Presidente da República e dele

A centralização do funcionamento de determinadas atividades à dependência do colegiado de poder, remete à ideia da fronteira como espaço de perigo, de invasão, de permanente vigilância para impedir a entrada ou controle do outro, do estrangeiro. Herança ideológica do período militar que perpetuou na legislação sem modificações após a redemocratização.

O que interessa no âmbito desta discussão está no capítulo III, entre os artigos 8º e 13º, que tratam especialmente dos serviços de radiodifusão. A primeira determinação é que o funcionamento dos serviços de radiodifusão e de radiodifusão de som e imagem na fronteira devem seguir as prescrições da legislação geral de radiodifusão e que o processo começa no Departamento Nacional de Telecomunicações.

O assentimento prévio do CSN quanto à instalação dos meios de comunicação é necessário apenas quando as estações geradoras se localizam dentro da Faixa de Fronteira, e, as empresas ali instaladas precisam fazer constar em seus estatutos ou contratos sociais, conforme explicita o texto:

Art 10. [...]

I - O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas **brasileiras**;

II - O quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de dois terços (2/3) de trabalhadores **brasileiros**;

III - a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a **brasileiros** natos;

IV - as cotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas; e

V - a empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Parágrafo único - As empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima deverão, ainda, fazer constar em seu estatuto social, que as ações representativas do capital social serão sempre nominativas (BRASIL, 1962) [grifo nosso].

Vemos a preocupação do Estado em deixar as empresas de comunicação sempre sob posse, funcionamento e responsabilidade de

participam, no carácter de membros natos, o Vice-Presidente da República, todos os Ministros de Estado, inclusive os Extraordinários, os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, o Chefe do Serviço Nacional de Informações, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e os Chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica.

brasileiros, bem como a necessidade de transparência nas sociedades e nos estatutos, supostamente, para prevenir qualquer interferência estrangeira na programação ou no caixa.

Em relação à documentação, as empresas localizadas da faixa de fronteira precisam somar alguns documentos extras ao que a legislação de radiodifusão já determina: cópia dos atos constitutivos ou do estatuto, prova de nacionalidade e de quitação com o Serviço Militar obrigatório e com a Justiça Eleitoral de todos os administradores ou sócios cotistas, e no caso de sociedades anônimas, relação nominal dos acionistas com o número de ações de cada um.

Para o consentimento do CSN as empresas precisam preencher um requerimento com todos os documentos exigidos pela legislação de radiodifusão e encaminhar para o DENTEL, que emite parecer e passa para o CSN para apreciação e devolutiva ao departamento, que depois ainda deveria ser informado de qualquer alteração na empresa: mudança de nome social, admissão de novo sócio, operações de fusão, mudança de endereço ou de administrador.

O decreto ainda faz menção à possibilidade de execução do serviço por Universidades e Fundações no território fronteiriço, dizendo que estas devem aplicar de maneira adaptada à sua estrutura as disposições desta lei. Outras legislações que tratam da radiodifusão também têm pontos dedicados à faixa de fronteira, como o Regulamento de Radiodifusão¹⁹, inciso XIV, que reitera a necessidade de menção expressa quando o serviço vier a ser executado em localidade situada na faixa de fronteira; ou ainda no Art.15^{o20}, ao tratar das licitações de sinais radioelétricos, mais uma vez ratificando a exigência de comprovante de que se obteve o assentimento prévio do órgão próprio (CSN) se a localidade, objeto do edital, estiver situada na faixa de fronteira.

¹⁹ (Redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012)

²⁰ (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24.12.1996)

2.6.2 Radiodifusão brasileira

O marco legal da radiodifusão brasileira está ligado principalmente a três códigos: a Constituição Federal, ao Regulamento de Radiodifusão e ao Código Brasileiro de Telecomunicações.

No regulamento de radiodifusão, logo após a identificação das legislações sob as quais o regulamento está submetido, o artigo 2º destaca que “cabe à União dispor sobre qualquer assunto referente aos serviços de radiodifusão”, e que todo serviço de radiodifusão tem finalidade “educativa e cultural, mesmo em seus aspectos informativo e recreativo, e são considerados de interesse nacional”.

A lei classifica os serviços quanto ao tipo de transmissão (sons ou imagens e sons), quanto à área de serviços (local, regional e nacional), quanto ao tipo de modulação (AM ou FM), quanto ao tipo de funcionamento (horário limitado ou ilimitado), quanto ao comprimento de onda (curta, tropical ou média) e trabalha com uma noção de escala geográfica para organizar as redes e cadeias de transmissão e retransmissão.

Essa estruturação espacial, no texto original, era retomada em relação às outorgas, nas quais o Presidente da República seria o responsável pela concessão de rádio e TV regional ou nacional e, ao Contel, a concessão sobre radiodifusão local. Em 2012, esse texto recebeu uma nova redação, passando a explicitar que à presidência caberiam as outorgas de sons e imagens e que as de radiodifusão sonora caberiam ao Ministro das Comunicações. Outra mudança em relação ao primeiro texto é que a partir de 1996 todas as concessões de radiodifusão deveriam passar por procedimento licitatório, com exceção no caso de serviços exclusivamente educativos.

As normativas principais e regulamentadoras estão na Lei, que determina no Art 27º que os prazos de concessão e permissão dos serviços serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão.

No Artigo 28º, onde são tratadas as obrigações das permissionárias e concessionárias da radiodifusão, o Estado determina que as empresas e entidades publiquem o extrato do contrato de concessão no Diário Oficial da União no prazo de vinte dias, contados da data de sua assinatura; que

observem o caráter de não exclusividade na execução do serviço de radiodifusão que for autorizado; admitam como encarregados da operação dos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato; observação à não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma concessionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão no mesmo local; e tenham sua diretoria aprovada pelo Ministério das Comunicações, constituída apenas de brasileiros natos²¹ que não tenham mandato eletivo que assegure imunidade parlamentar ou que exerçam cargos de assessoramento e direção na administração pública.

Na redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983 (e aplicável até hoje, mesmo sendo redigidos antes da Constituição e considerando que não houve atualizações que correspondessem às demandas e cenários reais das emissoras e da sociedade), o código ainda determina que as emissoras mantenham na organização da programação um “elevado sentido moral e cívico, não permitindo [...] palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes”, destinação de um mínimo de 5% do horário da programação diária para transmissão de notícias; retransmissão diária, com exceção de sábados, domingos e feriados, do programa oficial de informações dos “Poderes da República”; a reserva de cinco horas semanais para transmissão de programas educacionais; limitação máxima de 25% da programação diária para publicidade comercial; obediência às instruções da Justiça Eleitoral referentes à propaganda eleitoral, etc.

Ainda sobre a programação, como tentativa de traçar diretrizes no controle de conteúdo das emissoras, o Art. 67º reitera que “as concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão, observado o caráter educacional desse serviço” devem atentar para os bons costumes, seguindo ainda de determinações nos artigos seguintes pelo arquivamento e conservação dos textos dos programas e debates durante 10 dias; e da parte dedicada à

²¹ A legislação brasileira tem muita preocupação em manter o que se refere à radiodifusão sob o controle de empresas e cidadãos brasileiros, no entanto, em 2002 foi aprovada uma emenda constitucional ao Art. 222 da Constituição Federal alterando o texto e permitindo até 30% de capital estrangeiro nas empresas de comunicação do país. (BRASIL, 1988)

propaganda partidária gratuita, proibindo, no entanto a emissão de opiniões favoráveis ou contrárias à qualquer partido ou candidatos.

Outro ponto importante é a autorização para transmissão de programas em idioma estrangeiro a partir da redação dada pelo Decreto nº 99.431, de 31 de julho de 1990, no Art. 75. O elemento, no entanto, tem algumas nuances: programas produzidos por emissoras nacionais em outras línguas destinados à divulgação de assunto de interesse do Brasil no exterior devem ser aprovados pelo Ministério das Relações Exteriores, e a transmissão de programas de outros países não podem contrariar a legislação de radiodifusão brasileira.

Em relação à fiscalização e punições no descumprimento do código existem infrações e multas, mas na seção de crimes, apenas um é firmado. O Art. 171 considera crime punido com prisão de um a dois anos a instalação de equipamento de radiodifusão não autorizado, com pena aumentada se houver dano à terceiro; com busca e apreensão da estação ou aparelhos ilegais.

Outra legislação-base para o funcionamento das rádios no país é a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 – o Código Brasileiro de Telecomunicações. Ele cria o Conselho Nacional de Telecomunicações (Conatel), determina que as concessões feitas na faixa de fronteira obedecerão normas próprias, separa o território nacional em oito delegacias regionais para fiscalização (na qual Campo Grande-MS seria uma das sedes) e dentre outras coisas, reforça a obrigatoriedade de retransmissão pelas emissoras de rádio do programa oficial dos Poderes da República.

2.6.3 Radiodifusão paraguaia

As leis paraguaias não impõem limitações sobre propriedades de ações em jornais por estrangeiros, assim como as empresas estrangeiras podem explorar o serviço de telecomunicações sempre que tiverem sede no país, ou tenham um representante legal domiciliado. O “combate” ao monopólio de mídia é citado na Constituição Nacional de 1992, mas relacionado a empresas como um todo, e é permitido que um mesmo proprietário tenha mais de uma empresa de radiodifusão, desde que não seja no mesmo local.

A Carta Magna afirma com clareza que o uso dos meios de comunicação de massa são de interesse público, com “pluralismo informativo”, priorizando o direito do cidadão de se informar, o livre exercício do jornalismo com normas da profissão. Também afirma que todos os sinais de comunicação eletromagnéticos são de domínio público do Estado. Daniela Monje (2013) estabelece um comparativo nesse tratamento ‘de interesse público’ na radiodifusão do Mercosul. Segundo a pesquisadora:

A radiodifusão é definida por Argentina, Paraguai e Uruguai como um serviço de interesse público. No caso do Paraguai esta designação é explicitada na reforma constitucional de 1992 e, mais tarde, na Lei das Telecomunicações; Uruguai e Argentina trazem o termo em suas leis de radiodifusão. O Brasil, no entanto apresenta uma ambiguidade porque formalmente no CBT, a radiodifusão foi definida como um serviço de telecomunicações, o qual se considerou como um serviço público. No entanto, na prática, o tipo de prestação não é coerente com os eixos centrais do serviço público, já que se observa que a estrutura de propriedade do sistema midiático é: altamente concentrada e majoritariamente comercial (MONJE, 2013, p. 371, tradução nossa).²²

A constituição paraguaia é considerada por alguns estudiosos latino-americanos como a mais completa da modernidade; mas em termos de regras e normas para o funcionamento do serviço, a principal legislação está na Lei nº 642/1995, a *Ley de Telecomunicaciones*.

A normativa cria (assim como o Código Brasileiro) um Conselho Nacional de Telecomunicações (Conatel) para fiscalizar e, daí a primeira diferença, autorizar o funcionamento das emissões radioelétricas. O elemento direcionador do regulamento é que “toda pessoa física ou jurídica tem livre e igualitário direito de acesso ao uso e prestação de serviços de telecomunicações, com submissão a presente lei”, e que para a aplicação desse direito, se promoverá a integração das regiões mais periféricas aos centros urbanos.

²² No original: La radiodifusión es definida por Argentina, Paraguay y Uruguay como un servicio de interés público. En el caso de Paraguay esta denominación se hace explícita en la reforma constitucional de 1992 y, más tarde, en la ley de telecomunicaciones; Uruguay y Argentina lo harán en sus respectivas leyes de radiodifusión. Brasil, en cambio presenta una cierta ambigüedad por cuanto formalmente en el CBT la radiodifusión fue definida como un servicio de telecomunicaciones, por lo tanto se consideró como servicio público. Sin embargo, en la práctica, el modo de prestación no se condice con los ejes centrales del servicio público si se observa la estructura de propiedad del sistema de medios: altamente concentrado y mayoritariamente comercial (MONJE, 2013, p. 371)

No título III, a lei vai trazer definições sobre a classificação dos serviços de telecomunicações no Paraguai, que são separados em a) serviços básicos que acontecem por concessão (local, nacional e internacional), b) serviços de difusão no regime de licença e c) outros serviços em caráter de autorização (radio amador, etc).

No título V, entre os artigos 27º e 45º, a lei trata especificamente sobre o serviço de radiodifusão. A primeira diferença é que não há proibição para que uma mesma pessoa tenha mais de uma licença, e há destaque no caráter sempre gratuito da recepção de radiodifusão (rádio e TV). Também determina que no Plano Nacional de Frequências fica reservado uma frequência para TV, frequência AM de cobertura nacional e uma frequência FM para cada departamento.

No texto também há a criação do Conselho de Radiodifusão, submetido ao Conatel, com representantes dos licenciários das rádios da capital, das rádios do interior, das TV's, dos trabalhadores de rádio e TV e dos licenciários de TV à cabo.

Do art. 57º ao art. 59º, a seção é dedicada exclusivamente aos serviços de rádio comunitárias²³ e de pequena e média cobertura. Constitui-se o serviço de radiodifusão que inclui as rádios comunitárias, educativas, associativas e cidadãs, designadas por seu limite de potência até 50 Watts e de média cobertura até 300 Watts.

O art. 58º foi alvo de polêmica no Paraguai, porque depois que foi modificado pela Lei 4.179 de 28 de março de 2011, quando foi definido que esses serviços consistiam em emitir programas de caráter cultural, educativo, artístico e educativo, sem fins lucrativos ou comerciais e que, portanto, esses programas não poderiam ser arrendados pelo prestador, e ainda determinando que não se pudesse fazer neles ou fora deles, menção, publicidade ou

²³ Sobre a estrutura e quantidade das emissoras no Paraguai, em especial à participação das comunitárias, Daniela Monje destaca que: "En la actualidad, la radiodifusión se desagrega en 195 medios comerciales en FM, 45 radios en AM comerciales, 2 medios radiofónicos estatales, un canal educativo público y un centenar de radios comunitarias autorizadas (Cáceres, 2009:295) aunque se estima que existen cerca de 1.500 emisoras que transmiten sin autorización que no serían comunitarias sino medios al servicio de políticos, sectores evangélicos e incluso empresarios con fines lucrativos (Fernández Bogado, 2008). En términos de acceso para el año 2008 se registraba 1 millón de aparatos de TV analógica, 800.000 de radio y 171.000 abonos a la TV por cable" (CASTRO, 2008, apud MONJE, 2013, p. 276)

propaganda de qualquer forma. Para as associações de rádios comunitárias, a nova norma poderia reduzir esquemas de corrupção e o uso das emissoras para concentração econômica; para algumas associações, seria o elemento limitador da atividade e por efeito, do esvaziamento da função pela falta de condições de sobrevivência.

No Art. 59º, a lei estabelece que podem ser prestadores de radiodifusão alternativa as organizações sem fins comerciais legalmente constituídas no país que não sejam subsidiárias ou filiais de empresas nacionais ou estrangeiras.

No código paraguaio as licenças de difusão tem duração de dez anos, sem diferenciação para rádios ou TVs, e também há a necessidade de informar ao Conatel (apesar de não haver vinculação autorizativa como é firmado no Brasil) qualquer tipo de modificação nos estatutos, na direção ou administradores das emissoras.

No Paraguai, pela Lei de Telecomunicações, quem instala uma rádio sem autorização do Conatel recebe uma multa de 300 a 500 salários diários, e se a pessoa ganha dinheiro com o funcionamento ilegal a multa sobe para 1.000 salários. Não é crime, como no Brasil, instalar e fazer funcionar uma emissora sem autorização do governo, mas é caro.

2.6.4 O início de uma comunicação pluralista

O aspecto mais inovador e radical no que se refere às legislações nacionais que tem efeitos sobre a radiodifusão na América do Sul está na Lei nº 4.251, de 11 de maio de 2011, da República do Paraguai, a chamada Lei de Idiomas, desenvolvendo uma política linguística daquele país. O artigo 2º estabelece atenção à pluriculturalidade, dizendo que o Estado paraguaio deve salvaguardar seu caráter pluricultural e bilíngue, velando a promoção e desenvolvimento das línguas oficiais e preservação das línguas e culturas indígenas.

No que diz respeito especificamente aos meios de comunicação, o artigo 3º estabelece:

Art. 3º.- Das línguas oficiais. As línguas oficiais da República terão vigência e uso nos três poderes do Estado e em todas as instituições públicas. O idioma guarani deverá ser objeto de especial atenção pelo Estado, como sinal da identidade cultural da nação, instrumento de coesão nacional e meio de comunicação da maioria da população paraguaia. (PARAGUAY, 2011)

A lei ainda proíbe qualquer tipo de discriminação linguística com qualquer língua e reitera no artigo 9º que o cidadão tem o direito de receber informação em guaraní e em castelhano (espanhol) através dos meios de comunicação do Estado e dos meios de comunicação privados²⁴.

No Brasil, antes de 1990, apenas as emissoras que operavam em ondas curtas poderiam transmitir programas falados em 'idioma estrangeiro'; e uma lei de 1963 proibia a veiculação radiofônica de programas em línguas estrangeiras. A herança protecionista da ideia da língua portuguesa como único idioma oficial foi caso de polícia na rádio educativa do governo de Mato Grosso do Sul. O estado, que faz fronteira com o Paraguai, teve um programa trilingue, falado em português, espanhol e guarani, que se chamava Ne'êgatú, apresentado pela jornalista Margarida Roman²⁵. O caso compõe a pesquisa de Ariane Comineti sobre a história da emissora:

Em uma região de fronteira e diversidade cultural como a do Mato Grosso do Sul nada mais justo que privilegiar e valorizar a miscigenação característica. O programa inclusive foi protagonista de uma confusão legal em si. Por ser apresentado em vários idiomas, quase foi considerado ilegal pelo Governo Federal. Isso porque existia uma lei de 1963 que proibia a veiculação radiofônica de língua estrangeira no País. A confusão foi noticiada pela Folha Ilustrada em 18/06/036 e virou estudo da pesquisadora Marlei Sigrist (2004). Infelizmente a iniciativa não está mais no ar há algum tempo. (COMINETI & OTA, 2014, p. 10)

Há, sem qualquer dúvida, a necessidade de rediscutir as políticas de radiodifusão com atenção às identidades culturais plurais que compõem os

²⁴ Daniela Monje (2013) afirma que cerca de 90% da população fala o guarani, que é a língua materna de dois milhões de pessoas. "Por esse motivo o Paraguai, chamado coração da América do Sul, constitui um caso único no hemisfério e é considerado como uma das poucas nações bilíngues do mundo.

²⁵ Vide entrevista concedida ao jornalista Rodrigo Teixeira, no Anexo 1

Estados nacionais, sobretudo com todas as características da modernidade, que contrastam com os estatutos vigentes.

A formação dos mercados comuns como Mercosul, das comunidades internacionais integradas, deve avançar nas aproximações das indústrias culturais e da radiodifusão como potencializadores econômicos e de união política. Na prática, as mídias de fronteira já vivenciam com estatuto próprio, não formalizado, mas enraizado cotidianamente, os fluxos de integração e conflito e o *know-how* do como viver num cenário multicultural.

A legislação brasileira, tão preocupada com a defesa nacional, pouco parece se importar com os efeitos e a realidade estabelecida pelo rádio. O espectro de onda radiofônica não se limita à faixa de fronteira, e assim, a informação, a necessidade, o serviço de radiodifusão na fronteira é sempre internacional, binacional; e deveria ser considerado como tal. O sujeito fronteiriço é o maior representante da modernidade, pois não tem a existência do estrangeiro, do diferente, mas estabelece vínculos com estes reafirmando sua própria identidade no jogo das culturas globalizantes.

Raddatz & Muller (2009) completam que “as trocas ocorrem e são inevitáveis, mas, na maioria das vezes, de modo assimétrico”. Nas palavras das pesquisadoras: Se, por um lado, com a globalização, as pessoas, as ideias e os fenômenos culturais viajam cada vez mais, possibilitando os intercâmbios; por outro, nos espaços fronteiriços, as trocas se dão sem a necessidade de deslocamento espacial, efetivando-se por meio de práticas que fazem parte da tradição tradutória do continente desde a sua colonização (RADDATZ & MULLER, 2009, p. 3).

O ganho das normativas paraguaias em relação à sua política linguística e o impacto na mídia falada é um exemplo de desenvolvimento comunitário e fortalecimento cultural. Mato Grosso do Sul tem muitas similaridades com o país vizinho, principalmente em relação aos costumes, alimentação, música e até ao uso da língua guarani na faixa de fronteira. No entanto, está mais próximo nas práticas midiáticas aos estatutos paraguaios que aos brasileiros, como se a legislação nacional de radiodifusão, permitisse em seu caráter homogeneizante, a marginalização e omissão das comunidades regionais.

O comparativo sobre como os países vizinhos tratam a concentração de mídia, a posse de meios de comunicação por estrangeiros, a criminalização de emissões ilegais, a limitação ou favorecimento de emissoras comunitárias, permite compreender como cada nação se aproxima ou se afasta do entendimento e papel da radiodifusão como indústria cultural e como serviço público.

As reflexões sobre o modo de ser das pessoas e das mídias no espaço fronteiriço favorecem questionamentos sobre o papel político da comunicação: afinal, ou se internacionaliza ou se regionaliza as políticas de radiodifusão, e mais – de que maneira essas questões estarão visíveis no conteúdo difundido por essas rádios. Como esses fatores, e essa cultura plural, pode estar representada na programação das emissoras?

2.7 A questão da migração do sinal AM para FM no Brasil

A extinção do serviço de radiodifusão local por onda média, onde estão as emissoras AM, foi determinada pelo Decreto 8.139/2013. O espectro de onda média regional e nacional continuará existindo, mas às emissoras locais foi dada a opção de migrar para a faixa FM.

Foi determinado que essas emissoras deveriam optar até o final de novembro de 2015 pela migração, que tem um custo diferente para cada emissora. Os valores vão de R\$ 30 mil a R\$ 4,5 milhões dependendo de fatores como potência, população, indicadores econômicos e sociais do município, entre outros. Após o decreto, mais duas portarias foram editadas com a determinação de que a migração seria feita em conjunto em cada município e com os valores e prazos para a migração.

Desde abril de 2014 o Ministério das Comunicações brasileiro divulga a lista, encerrada em dezembro de 2015, com os números dos protocolos das emissoras de rádio AM que solicitaram a migração para a faixa de FM, e serviria para que a emissora acompanhe a tramitação do seu pedido.

Segundo o Ministério, cerca de 80% das rádios AM de todas as regiões do país solicitaram ao ministério autorização para migrar para a faixa de FM. Das 1.781 emissoras locais que atuam na faixa AM, 1.300 pediram a

migração para a FM.

As emissoras foram divididas em dois grupos para esse processo. O primeiro contém 954 emissoras, que já foram alocadas na faixa normal de FM e, a partir do dia 25 de fevereiro de 2016, deveriam apresentar a documentação exigida pelo ministério. O segundo grupo possui 377 emissoras; e, dessas, cerca de 300 podem depender do desligamento da televisão analógica para utilizar o espectro eletromagnético de radiodifusão.

Hoje, as FMs são sintonizadas na faixa de 87.9 MHz a 107.9 MHz. Com a liberação dos canais, essa frequência será estendida de 76 MHz a 107.9 MHz. Depois da autorização do Ministério das Comunicações, essas emissoras podem continuar operando nas duas faixas por um período de cinco anos, até a migração definitiva.

Segundo o conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Rodrigo Zerbone Loureiro, em entrevista concedida à Agência Senado²⁶, 730 canais nas ondas FM já apresentam disponibilidade total para a imediata prestação de serviço, de modo que a partir de março de 2016, as primeiras migrações já poderiam acontecer.

Da região estudada nesta pesquisa, a única AM de Bela Vista, Rádio Bela Vista Ltda (Bela Vista AM 1440), e as duas da modalidade em Ponta Porã, Sociedade Rádio Ponta Porã Ltda (Rádio Transamérica Ponta Porã AM 1110) e Sistema Sul Matogrossense De Radiodifusão Ltda (Super Rádio Fronteira AM 670) requereram ao ministério a autorização.

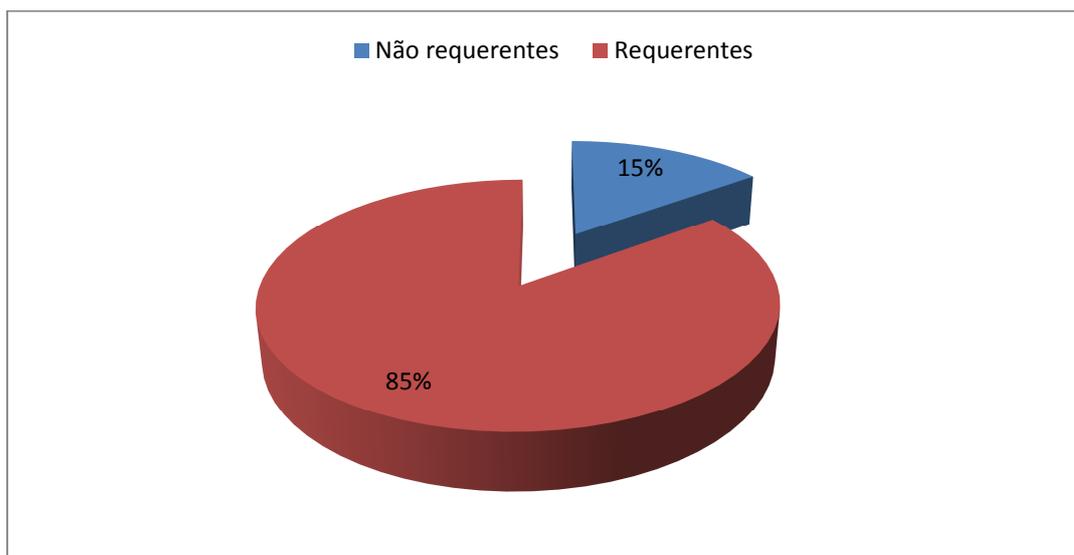
Do estado de Mato Grosso do Sul, 51 emissoras requereram a autorização, de um total de 60 rádios operantes na banda conforme consulta realizada no SRD – Sistema de Controle de Radiodifusão em março de 2016, seguindo com ligeira maioria a estatística divulgada pelo ministério e referendando a tendência das rádios na migração com fins de melhorar a qualidade do sinal e facilitar a adaptação do sinal para tecnologias digitais posteriormente.

A Abert defende a migração afirmando ter um levantamento em que, atualmente, 10% da audiência do rádio vêm de celulares e dispositivos móveis, e que a digitalização da mídia se tornou financeiramente inviável para melhorar

²⁶ Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/15/emissoras-de-radio-comecam-a-migrar-de-am-para-fm-no-final-do-mes>>. Acesso em 15 fev 2016.

a qualidade do sinal e permitir a ampliação do alcance do meio pela internet em serviços streaming e aplicativos móveis. Segundo pesquisa da Abert, das 4.600 emissoras comerciais, 4.200 têm página na internet, e cerca de 1.400 emissoras possuem aplicativos nos dispositivos móveis.

Figura 9. Emissoras AM requerentes da migração para banda FM em Mato Grosso do Sul



Fonte: Do autor com informações MiniCom

O interesse do ministério era o ganho de qualidade do sinal FM em relação às AM, como forma de fortalecer comercialmente o setor; considerando que, segundo o Ministério, o sinal das estações AM viria caindo em qualidade devido ao crescimento das cidades, além de não ser acessível em dispositivos como celulares e tablets. Após a migração, a faixa antiga será devolvida à União.

De fato, é possível observar a tendência e a preocupação das emissoras com a presença nas redes digitais, porém, não existe a certeza pelos dirigentes e programadores sobre como essa alteração tecnológica vai alterar a programação.

Na fronteira estudada, boa parte dos municípios tem grandes territórios rurais que não serão mais atendidos pelo alcance das ondas na migração, sequer existe certeza de que a internet (que permitiria sintonizar via aplicativos móveis) vai se estabelecer em plenitude nesses espaços.

A digitalização e integração às tecnologias estabelecem-se como tendência nas rádios da região de fronteira assim com já acontece em qualquer meio de comunicação de qualquer outra região: A pressão cultural ou do capital pela modernização no fluxo global/local.

Outro elemento que não pode ser desconsiderado no cenário das rádios de fronteira são os conflitos e espectros de marginalidade a partir da presença de rádios piratas tanto no Brasil quanto no Paraguai. A motivação para abertura e manutenção dos veículos ilegalmente contrasta com a possibilidade de funcionamento além do controle das agências de regulação nacionais, como acontece nas webrádios.

Cabe considerar, neste cenário total, visto que trabalharemos no próximo capítulo especificamente sobre a programação das rádios de fronteira, de que maneira essa normativa vai contrastar com a prática radiofônica paraguaia, e como a cultura fronteiriça (e o 'desenho' da fronteira, como já propomos) poderá ser modificado no novo alcance das ondas e mudanças nos formatos.

3. PROGRAMAÇÃO RADIOFÔNICA

3.1 Fundamentos do rádio, linguagens e programação

Enquanto a pesquisa exploratória, que ainda buscava desenvolver uma cartografia das emissoras acontecia por abril de 2015 e o trabalho passava pela banca de qualificação, a professora Sônia Virgínia Moreira, fez uma observação a partir do relatório que mudou os rumos de toda a pesquisa. “Deixa o seu campo falar. Deixa o seu objeto falar”.

Ora, não se pode fazer pesquisa de campo na fronteira sem parar para ouvir os sons da fronteira. É necessário lembrar que na fronteira se fala muito, em muitas línguas, sobre aproximações e distanciamentos de dois países. Ouvem-se músicas de todos os lugares, se compra e vende-se produtos paraguaios, chineses, brasileiros. As pessoas falam o tempo todo e é pelo uso da linguagem, plural, diversa, multicultural é que a cultura e o cotidiano da fronteira e das instituições midiáticas fronteiriças emergem.

É essencial na conceituação para entender a representação cultural da programação radiofônica fronteiriça, entender que, o rádio é uma mídia falada, que tem no tratamento, circulação e significação da linguagem sua matéria prima e objetivo final. Enquanto meio de comunicação de massa, traduz os aspectos mais próximos de uma conversa, que pode ser mais ou menos interativa, com ouvinte ativo, dependendo as ferramentas de participação que a tecnologia permitir.

O paraguaio Juan Diaz Bordenave (1983, p. 27), que defendeu, em sua jornada enquanto intelectual da comunicação, a importância e papel da comunicação como elemento de transformação e desenvolvimento comunitário, acreditava estar no rádio um dos principais movimentos de articulação social e participação direta de cidadania pela objetividade e proximidade em que o uso da linguagem falada no veículo caracteriza, com especial no que se refere à função identitária.

O rádio trabalha com símbolos e significados partilhados através da linguagem mediada. Símbolos que circulam publicamente e potencializam, catalisam, rompem e mantêm, pela interação entre as pessoas na fala. Citando

George Herbert Mead (1934, apud BORDENAVE,1983, p.28): “a sociedade existe na comunicação e por meio da comunicação, porque é através do uso de símbolos significativos que nos apropriamos das atitudes de outros, assim como eles, por sua vez, se apropriam de nossas atitudes”.

Gisela Swetlana Otriwano (1985, p.78) identificou características que, para a autora, são intrínsecas ao rádio e que até hoje, norteiam o campo no entendimento, inclusive, da produção de conteúdo. A primeira é a linguagem oral, sabendo que “o rádio fala e, para receber a mensagem, é apenas necessário ouvir”, favorecendo o veículo em relação à mídias impressas, por exemplo, onde é necessário determinado grau de conhecimento de leitura e grau de instrução

Se pensarmos no contexto da fronteira Brasil-Paraguai, observamos que esta característica permite que mensagens cheguem às pessoas dos dois países, sem exclusão pelo nível de conhecimento, ou ainda das diferenças linguísticas, visto que o próprio espaço de fala da fronteira é naturalmente oral e compreensivamente diverso.

A segunda característica intrínseca ao rádio é a penetração, porque geograficamente, as ondas sonoras conseguem alcançar grandes públicos, inclusive em alcance nacional, sem perder os elementos de regionalismo, do local de emissão. Mais uma vez atentamos para o cenário fronteiriço, onde as emissoras brasileiras e paraguaias transmitem transnacionalmente, simultaneamente regional e localmente. O espectro não respeita linhas de mapas, mas está disponível a todo aquele que conseguir ouvir,

A terceira característica intrínseca é a mobilidade, tanto do ponto de vista do emissor quanto do receptor. O aparelho de baixo custo pode ser carregado e garantir acesso pleno seja no aplicativo para mobile phones ou nos rádios. Do conteúdo, ainda há a instantaneidade tal como a fala em uma conversa; o imediatismo que permite trazer ao ouvinte fatos enquanto eles estão acontecendo; autonomia, que permite ao ouvinte realizar outras atividades enquanto o rádio transmite como ‘pano de fundo’ e, não menos importante, sensorialidade, que permite ao ouvinte criar imagens mentais, diálogos, a partir daquilo que se ouve.

Neste mesmo contexto de proximidade, pessoalidade, de identidade mídia-sujeito, Marshal McLuhan (2005, p.145), ao expor sobre a natureza dos

meios de comunicação, dizia que “o rádio afeta as pessoas, [...] como que pessoalmente, oferecendo um mundo de comunicação não expressa entre o escritor-locutor e o ouvinte.

Este é o aspecto mais particular do rádio. Uma experiência particular”. McLuhan acreditava que o rádio tinha em sua própria natureza o poder de transformar a psique e a sociedade numa única câmara de eco, “ecos dissonantes de trombetas tribais e dos tambores antigos” (MCLUHAN, 2005, p.145).

Armand Balsebre (2005, p.328) aborda especificamente sobre o conteúdo e mensagem radiofônica, que apesar de se valer da linguagem de seu público, constrói uma linguagem para codificação e deciframento própria, que precisa ser entendida no âmbito semântico e estético. O nível semântico é o aspecto da composição da mensagem “e se fundamenta na relação variável e afetiva que o sujeito da percepção mantém com os objetos de percepção”.

A mensagem estética, por sua vez, traz um nível de significação emocional, afetiva, sensorial. Nas palavras do autor, “a comunicação será mais completa e eficaz dependendo da proximidade sócio-cultural dos códigos do emissor e do receptor” (BALSEBRE, 2005, p. 328).

Quando entendemos que o rádio fala, e tem em suas características de linguagem e formação de vínculos, sua função afetiva, identitária e comercial, reproduzindo os elementos e atendendo as demandas do local de onde ele emite seu sinal; podemos dizer assertivamente que os códigos e padrões de fala do espaço local/regional estão diretamente relacionados às características de linguagem, formação de vínculos, afetos, memória, identidade e práticas socioeconômicas das pessoas. É intrínseco, tal como argumentou Otriwano (1985), representar por meio de seus programas, assuntos e da organização sistemática dos mesmos (logo, da programação) os processos da linguagem e os fenômenos sociais da cultura das pessoas com quem se relaciona. O rádio na fronteira Brasil-Paraguai ecoa a própria fronteira.

Também é possível e necessário entender que esse ecoar, essa fala, acontece em linguagens e características próprias: para cada objetivo e assunto, existe uma estrutura de formato radiofônico, e esses formatos, são comumente classificados e organizados em gêneros a fim de facilitar a identificação dos elementos-chave dessa linguagem em cada programa.

A classificação dos programas radiofônicos em gêneros e formatos não é uma amarra metodológica, mas um suporte quase 'didático' da associação de estruturas e linguagens. Cada lugar e emissora vai manifestar conteúdos de formas diferentes, dependendo de seu público, de sua infraestrutura e do seu relacionamento local.

André Barbosa Filho (2009) é um dos pesquisadores que buscou descrever a partir do que era observado na prática e produção de formatos radiofônicos brasileiros, uma tipologia de quais seriam os gêneros do rádio, principalmente considerando a função de cada formato na organização da programação das emissoras.

No glossário dos termos que compõe as tentativas de classificação dos produtos sonoros, o autor atenta para a diferenciação de gênero radiofônico, formato radiofônico, produtos radiofônicos e programação radiofônica.

Formato seria o conjunto de ações "integradas e reproduzíveis, enquadrado em um ou mais gêneros radiofônico, manifestado pela intencionalidade mediante um contorno plástico" (BARBOSA FILHO, 2009, p.71), ou seja, estruturas textuais faladas que tem uma estética própria, e que podem se encaixar, dependendo do objetivo para o qual foram produzidas, em diversos gêneros.

Produto radiofônico, por sua vez, seria o módulo básico do rádio, o que nós chamamos de programa. O programa de rádio é a unidade sonora em que os formatos se integram para fazer sentido para o ouvinte. Todo programa associa diversos formatos.

Programação radiofônica, segundo Barbosa Filho (2009 p.72), "é o conjunto de programas ou produtos radiofônicos apresentados de forma sequencial e lógica", seria o menu de programas apresentado aos ouvintes.

Pela variedade em que os sons podem combinar informativamente, há diversas tentativas de classificação de gêneros e formatos, e para cada objeto e campo estudado, é possível estabelecer um esforço de classificação próprio, mesmo porque muitos formatos e gêneros sempre tem raízes comuns ou partem das mesmas estruturas de produção. Maria Immaculata Vassallo de Lopes (1988) elenca em seus estudos da Rádio dos Pobres: Música popular/sucessos, noticiário jornalístico, noticiário policial, variedades,

programas sertanejos, horóscopo, transmissões esportivas, noticiário esportivo, comentários/entrevistas e radionovelas.

Mário Kaplun (1978) propõe que os programas de rádio se dividem em duas grandes vertentes: o que a música comanda, gêneros musicais; e o em que a fala comanda, gêneros falados. No entendimento do autor, seriam doze os gêneros falados, classificados pelo uso da palavra. A locução seria o primeiro, podendo ser expositiva, crítica ou testemunhal. Seguem o noticiário, a crônica, o comentário, o diálogo, a entrevista informativa, a entrevista, o radiojornal, a radiorrevista, a mesa redonda, a radiorreportagem e a dramatização.

Barbosa Filho (2005), como já abordamos anteriormente, vai optar em classificar os formatos e programas segundo a função. Nesta perspectiva seriam:

- 1) Gênero publicitário e comercial, com função de seduzir o ouvinte e vender, onde se encontram jingles, BG (background), assinatura, vinheta, testemunhal e spots.
- 2) Gênero jornalístico ou informativo, que busca levar ao ouvinte informações atualizadas e abrangentes, no qual se localizam notas, boletins, reportagens, entrevista, externa, crônica, debate, radiojornal, documentário radiofônico e programas esportivos.
- 3) Gênero musical, nos quais os programas são ocupados primordialmente por música, podendo ser ao vivo ou não, com interferência de locutor ou não.
- 4) Gênero dramático ou ficcional, onde todas as ferramentas de exploração da linguagem sonora são utilizadas para criar ambientes e personagens para contar histórias fictícias ou reais. Compõem programas desse gênero as radionovelas, seriados, peças radiofônicas, poemas dramatizados e sketches.
- 5) Gênero educativo-cultural, com transmissão de conteúdos homônimos, nos quais fariam parte o documentário educativo-cultural, audiobiografia e os programas temáticos.

Vale lembrar que os gêneros e formatos não podem de modo algum, ser entendidos como estruturas engessadoras do conteúdo no rádio. Todos os formatos e gêneros acabam por depender uns dos outros na construção dos sentidos na programação. É a combinação, sequencial e cronológica, das diversas linguagens, recursos sonoros, estruturas e funções da programação que construirão as paisagens e darão fluxo às formas culturais dos sujeitos (que participa da representação de suas identidades pelo consumo da própria programação radiofônica).

Nesta pesquisa, considerando o cenário da fronteira Brasil-Paraguai especificamente, conseguimos estabelecer uma classificação a partir dos conteúdos observáveis transmitidos pelas emissoras, uma classificação própria que fosse capaz de atender tanto as rádios brasileiras quanto as paraguaias.

Assim, optamos em não entrar no mérito de reclassificar cada formato, mas observar as estruturas similares que já são utilizadas, enquadrando na classificação, o que a soma dos formatos geram: os programas. Essa separação considerou a mestiçagem da função do programa, como fez Barbosa Filho (2005) e a natureza do conteúdo, como fez Vassallo de Lopes (1989), de maneira simples e objetiva, ouvindo sempre como as próprias emissoras classificavam sua programação.

Conforme é possível observar quanto adentrarmos na análise formal/discursiva da hermenêutica profunda de John Thompson (2002), criamos então, para o cenário específico desse recorte de pesquisa, algumas categorias de análise para organizar os sentidos dos conteúdos e formatos da programação diária/semanal de cada emissora.

A primeira categoria é a musical, identificada pela predominância de músicas de diversos gêneros, podendo o programa ser conduzido por um locutor ou ser totalmente automatizado. Se o objetivo/função do programa é oferecer por conteúdo músicas, independentemente das intervenções ou de conteúdos acessórios presentes, ele será entendido nesse trabalho como musical.

A segunda categoria é a informativa, na qual programas com função principal de informar por meio de jornalismo ou outras formas estão. Eles são ainda subclassificados em governamental, quando atendem interesses dos poderes de qualquer esfera ou comunitários, quando atendem interesses de

associações, moradores e cidadãos, mais diretamente. Esses programas podem vir de demandas e produções locais quanto de retransmissão das redes de comunicação.

Também identificamos por categoria programas de variedades, onde há mescla de entreter, informar e fornecer conteúdo musical é tão profícua, que não há como separar em uma única finalidade. Há a programação religiosa, definitivamente confessional com função evangelística e propagandística, bastante comum nas região de fronteira, também podendo vir de transmissões de igrejas e comunidades locais quanto de programas de redes de comunicação.

A última categoria identificada para análise formal na pesquisa vem da autodenominação de determinados programas pelas próprias emissoras, conforme a pesquisa de campo e entrevistas: programação folclórica-multicultural. Esses programas são identificados pelas próprias emissoras como relacionados às tradições e culturas locais, com destaque para a língua guaraní, as lendas, história da região, etc. Reiteramos que se trata de um aproveitamento da autodenominação das emissoras, que não relacionam diretamente o nome à conceituação de folclore ou multiculturalismo, e que mesmo assim, marcam à sua maneira essas ideias como elementos participantes indispensáveis no entendimento de suas próprias grades.

Essas categorias de análise não são homogêneas e nem excludentes, mas combinam-se umas com as outras em formatos híbridos, sem prejuízo dos formatos, funções e conteúdos.

Se voltarmos aos teóricos de programação, como no caso dos americanos Hausman; Messere; O'Donnell & Benoit (2011, p.391), encontraremos o fortalecimento da discussão de formatos e programas diferindo produção e programação radiofônica. Para os autores, a programação é “a seleção e arranjo da música, locução e outros elementos do programa de maneira atraente aos ouvintes da emissora”. A produção por sua vez, seria “a conjunção de várias fontes sonoras para alcançar um propósito relacionado à programação da emissora”.

Eles ainda indicam que a programação de uma rádio e os gêneros presentes nela, podem estar associadas diretamente não ao conteúdo ou função, mas ao público e seus gostos, o que dá uma ancoragem

predominantemente comercial e musical. Apontam como tendência “usar categorias mais amplas, descritivas dos formatos, e aplicar adjetivos de qualificação para definir os formatos” (HAUSMAN, et al., 2010, p. 401). No hemisfério norte, segundo o rastreamento da revista Billboard, existem pelo menos 30 grandes gêneros nessa forma de classificação: All News, All Sports, Classical Hits, Classical Country, Easy Listening, Educational, Gospel, Latino Urban, News/Talk/Information, Oldies, Variety, World Ethnic, entre outros.

Luiz Arthur Ferrareto (2000, p.59) define programação como o “conjunto organizado de todas as transmissões de uma emissora, constituindo-se no fator básico de diferenciação de uma rádio em relação à outra”, tipificando as programações como: linear, quando os programas são homogêneos e mesmo com características próprias seguem linha semelhante; em mosaico, quando constituída de um conjunto eclético de programas variados e diferentes, com segmentação de horários por público; e ainda, em fluxo, quando a forma de fazer rádio é estruturada em uma emissão contínua e constante, como se toda a programação fosse um grande programa dividido em faixas bem definidas.

Se a programação radiofônica é o cerne estratégico e de *making sense* entre conteúdo, empresa e público, mais do que a conceituação do que é a programação, vale compreender o que interfere sobre ela. Sem esforço podemos elencar a questão técnica e tecnológica, a questão de a quem a rádio pertence, a quem ela se destina e onde ela está. Se uma emissora for controlada por uma igreja, por exemplo, as chances da programação ter um viés igualmente religioso/doutrinário é maior. Se a emissora objetiva alcançar um público rural, certamente os assuntos e músicas serão adequados para o gosto dessas pessoas.

Como atividade do período de estágio sanduíche do mestrado na Universidade de São Paulo (USP) no segundo semestre de 2015, foi possível entrevistar diversas personalidades e pesquisadores sobre os possíveis conceitos de programação radiofônica, visto que na bibliografia, o tema não é muito discutido ou descrito.

Eliza Marconi (2015), gerente de programação da Rádio Globo AM de São Paulo, afirma que a natureza da programação é ter uma sequência de produtos que faça sentido para a própria emissora, para a sociedade e para o

público. Marconi argumenta sobre uma segunda classificação de programação que interfere no conteúdo – as emissoras podem ser eminentemente locais, ou pertencentes a redes de emissoras e grupos de mídia. Nesse caso, pode haver homogeneização do conteúdo, e é necessária atenção para respeitar as localidades. É no planejamento da programação também que se controla a ‘temperatura’ da audiência, identificando pelos padrões de recepção melhores horários para cada tipo de programa, e no caso das emissoras comerciais, a combinação direta com o produto publicitário.

Por se estabelecer nessa dinâmica de combinação de interesses do público, anunciantes, empresa; a grade ou espelho de programação, onde é possível se ter uma visão ampla dos conteúdos e formatos, nunca é fixa ou permanente. Ela é mutável, apesar de condicionar as mudanças lentamente. Marconi (2015) explica que uma grade pode levar de três a seis meses para ser alterada para evitar quebras de sentido e de relacionamento com o ouvinte. Tudo precisa ser aos poucos, com passagens, da mesma forma como os formatos transitam uns pelos outros na programação diária.

Eduardo Weber (2015), diretor de programação da FM Cultura de São Paulo, uma das principais emissoras educativas do país, também entende a programação como conjunto de formatos que trabalham juntos para executar uma ideia. Ele afirma que essa ideia-mestra está relacionada diretamente à intenção da emissora e destaca como elementos influenciadores do funcionamento da programação as condições de receita, de mão-de-obra e políticas, principalmente pela experiência da Rádio Cultura, que além de educativa é pública.

Menos receita demanda necessariamente menos pessoas trabalhando na emissora e, logo, acúmulo ou extinção de funções; resultando em limitações na produção radiofônica.

Eduardo Vicente (2015), professor de radialismo da Universidade de São Paulo, encontra na ideia de ‘rádio possível’ o centro da programação. Para ele, é mais importante contextualmente entender que tipo de rádio a emissora se propõe a ser e a quem ela pretende atingir. Estas duas características teriam destaque na influência da formação da grade, em relação ao local de onde ela transmite, por exemplo.

Luciano Maluly (2015), professor de radiojornalismo da Universidade

de São Paulo, acredita que saber categoria da emissora, se educativa, comercial ou comunitária; é tão essencial para construir e entender a programação de determinada rádio como qualquer outro elemento, pois a finalidade da rádio, seu papel social, automaticamente direciona e organiza os conteúdos e programas.

Ele argumenta sobre a necessidade da programação ser aberta, apta a mudanças e a receber ideias e participação do público, e sobre as consequências da emissora (principalmente no caso das educativas, e da FM USP, na qual atua) ficar refém das vontades e mudanças políticas e de diretrizes administrativas verticais. As mudanças feitas de 'cima pra baixo' compreendem uma produção que potencialmente será problemática.

Outro estudioso da mídia, Pedro Vaz Filho (2015), da Rádio Gazeta AM-SP, chama atenção para a questão da atenção aos públicos na programação radiofônica, em especial, aos chamados por ele de 'públicos invisíveis'; pessoas que são ouvintes e audiência mas que não são representadas nas grades, mesmo sendo consumidores, como mendigos e excluídos sociais, etc.

Mesmo a questão da visibilização de populações historicamente oprimidas como negros, mulheres, LGBTT, podem compor um papel mais amplo da emissora em ter uma programação plural, direcionada aos direitos humanos, representando as mudanças necessárias na realidade ao qual ela está inserida, e pela qual é responsável pela circulação dos sentidos.

3.2 A programação radiofônica na fronteira Brasil-Paraguai

3.2.1 Metodologia da pesquisa

3.2.1.1 Universo de pesquisa e delimitação do corpus

É a partir da multiplicidade e do contraste que se percebe em relação ao que é uma programação multicultural no entendimento da fronteira em relação ao grande centro, que há o reforço da pergunta-problema e da análise que justifica esta pesquisa. Queremos saber se a montagem dos

programas na organização midiática diária e os conteúdos propagados representam o cenário multicultural (e portanto se relacionam a uma prática multiculturalista) do espaço da fronteira.

Para tal, foram analisados os conteúdos e organização da programação semanal comum, com padrão de repetição, de segunda à sexta-feira, nas cidades de Bela Vista (Brasil) e Bella Vista Norte (Paraguai), e Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), representando dois dos três distritos do departamento de Amambay que fazem fronteira com o estado de Mato Grosso do Sul.

Considerando o grande número de emissoras e de horas de programação de cada uma, optou-se por estabelecer o foco de análise nas emissoras com grade de programação fixa, com locutores e programas mais antigos, de modo que se pudesse concluir que o resultado alcançado no estudo, no tempo presente, também representaria, de certo modo, a percepção cultural, linguística e de conteúdo anteriormente.

De certa forma o recorte representa de maneira proporcional a amostragem de 11 no universo finito das 28 emissoras de rádio das fronteiras Bela Vista-Bella Vista Norte e Ponta Porã-Pedro Juan Caballero (39,28%; com proporcionalidade nos vínculos nacionais e finalidade da emissora, à medida em que se estabeleceu os parâmetros de programação permanente necessários para a pesquisa²⁷). Pelos critérios já citados em relação à programação fixa, foram selecionadas 3 em Bela Vista-Bella Vista Norte e 8 em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero.

Depois de recortado o campo, iniciamos a pesquisa quantitativa dos temas e conteúdos nas grades de cada uma das emissoras selecionadas, realizando uma soma objetiva e geral, que chamamos aqui de minutagem, de cada programa e gênero. Também contamos o tempo de participação de cada língua nos programas, a fim de verificar a diversidade linguística representada pelas rádios, e logo, algum entendimento acerca das influências nacionais em música, conteúdo informativo e interação com o ouvinte.

Toda essa contagem somou, dentre as quatro emissoras finais, das

²⁷ Jack Levin (1987) defende que o cálculo de amostragem para universos finitos, sempre que houver proporcionalidade e objetos contáveis em até dois dígitos, é desnecessário o cálculo da amostragem por probabilidade, de modo que todo universo <99 em que a amostra for >9 aceita-se que o grau de confiança (σ) é de 95%.

6 horas da manhã até as 21 horas da noite, cerca de 15 horas de programação diária analisada por emissora; um corpus total de 60 horas de áudio. Reiteramos que por opção metodológica da pesquisa foram analisados como semana construída, em dias não necessariamente sequenciais, um programa diário entre segunda e sexta-feira, pela equidade e padronização semanal da grade, de modo que a análise de um dia de programação, representa, obrigatoriamente uma média do que acontece nos quatro dias restantes; ou seja, a proporção de 1:5; representada por meio da construção das tabelas de programação.

Na fronteira Bela Vista-Bella Vista Norte, foram coletadas e estudadas a programação semanal das emissoras Bela Vista AM 1440 Khz (Brasil), Mariscal López 1480 AM, Alternativa 97,1 FM, Expresso 104,1 FM, Frontera 92,5 FM, Bella Vista FM 101.1, Mercosur FM 96.3, Maria Auxiliadora FM 88,9.

A rádio Bela Vista AM está localizada em Bela Vista, MS (Brasil), operando no canal 1440 Am de 1.000 wats de potência, desde 1982. A emissora é comercial, usando a razão social Rádio Bela Vista Ltda. e passou por reformas nos últimos anos, investindo em aparelhagem digital e em transmissão streaming da programação. É uma das empresas que aceitaram a migração de banda para a FM, proposta pelo Ministério das Comunicações do Brasil e, por conta disto, deve ter seu raio de difusão reduzido.

Também há na Bela Vista brasileira, apesar de não compor o corpus de análise, a Webrádio Jatobá é uma emissora 100% na internet, sem banda analógica, com transmissão streaming e programação predominantemente musical. Tem como diferencial a transmissão de jogos regionais como a Copa Comércio e Copa Morena.

O Ministério das Comunicações também informa como autorizado desde 2015 o funcionamento da Integração FM, comunitária, que ainda não está no ar.

No Paraguai, a rádio Mariscal Lopez AM transmite no canal 1480 khz, e está licenciada para Rosalino González Romero, operando desde 1989 em Bella Vista, Amambay.

A rádio Alternativa é uma emissora comunitária que opera em FM no canal 97,1 desde fevereiro de 2009, mantida pela Asociación Alternativa FM

Radio Comunitaria.

A radio Frontera FM 92,5 está situada na cidade de Bella Vista Norte interior do departamento de Amambay no Paraguai. A emissora faz parte do Grupo Fronteira de Comunicações e abrange com suas ondas sonoras tanto o lado Paraguaio, quanto o lado Brasileiro. No entanto, transmite apenas em português.

A Mercosur FM 96,3, hoje sob o comando de Ludovico Godoy, retransmite boa parte de programas brasileiros.

Em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero, as emissoras que possuíam programação mais fixa, com horários permanentes na organização de segunda a sexta-feira foram no Brasil, a Líder FM 104,9, a Rádio Transamérica Ponta Porã AM 1110, a Rádio Nova FM 96,9; e no Paraguai, a Rádio Amambay 570 AM, Sin Fronteras 98,5 FM, Mburucuya AM 980, Estación 40 FM 90,5 e Oasis 94,3 FM, identificando no espelho de programação as mesmas estruturas já criadas.

A Rádio Transamérica Ponta Porã AM foi fundada em 1977 e é a mais antiga emissora brasileira instalada na fronteira norte. Em 2002 passou a operar pelo Sistema Globo de Radiodifusão, interrompendo a programação própria, e desde 2006, faz parte da rede Transamérica, eliminando quase absolutamente a produção local. Mesmo as músicas seguem as determinações da rede, não tendo vínculos com sua localização fronteiriça. A emissora foi reinaugurada em 08 de março de 2012.

A Super Rádio Fronteira AM foi criada em 1991 e foi líder absoluta em audiência até o final da década de 1990, quando contou no quadro de locutores com personalidades famosas, como o apresentador Celso Portioli. Ela funciona no mesmo prédio da Nova FM, comandadas pelo empresário Jorge Roberto Salomão (sob o domínio da família há quase três décadas).

A Nova FM foi fundada em 1988, inicialmente com o nome de Transamérica, e mudou sua marca depois que a Rede Transamérica de São Paulo entrou com ação judicial. Por quatro anos a emissora trabalhava apenas com programação própria e em 2002 passou a operar pelo sistema Joven Pan.

A Radio Amambay AM foi fundada em Pedro Juan Caballero em 1959. Por ser pioneira na região, a emissora tem fortes laços com a comunidade, é administrada por Víctor Hugo Riveros e é controlada pela rede

Megacadena de Comunicaciones. Em 1979 a empresa fundou a Rádio Amambay FM, pela qual também passou o apresentador Celso Portioli e foi responsável pelo uso de interação e primeira emissora com streaming na região.

A Radio Mburucuya AM foi fundada em 1975 por Santiago Leguzamon, considerado mártir no jornalismo fronteiriço, assassinado depois de denunciar esquemas de corrupção e narcotráfico. Com programação informativa, pertence ao Holding Ñanduti de Comunicaciones, de Asunción. Tem programas em rede, mas a maior parte de sua grade é produzida localmente por cerca de 12 jornalistas.

A Rádio Cerro Corá FM foi fundada em 1977 pelo padre Ramón Ortiz e funcionava na paróquia de Jocenstiel, com programação religiosa. Em 1993 a emissora foi vendida para Antolim Cantalupe e hoje é administrada por seu filho, Nelson Cantalupe. Atualmente sua programação é trilingue com foco em prestação de serviço e música, caracterizada por emissora comercial.

A FM Sin Fronteras foi fundada em 1999, mas só recebeu autorização do governo para funcionar em 2000. A emissora não funciona aos domingos e tem programação flutuante por funcionar em um clube recreativo.

As rádios Mborayhu FM e Amanecer FM receberam autorização para funcionar em 2015, na chamada recente de emissoras comunitárias do Conatel e operam com 50 W de potência, apesar de ainda não estarem instaladas.

As rádios Jesús és El Salvador FM e Ministério Cristiano FM são religiosas, controladas por entidades católicas, sendo a El Salvador comunitária.

A Rádio Estación 40 FM é uma emissora repetidora da rede Estación 40, de Asunción, e não tem qualquer programação local.

3.3.1.2 Hermenêutica de profundidade

As tabelas, que representam espelhos da programação, separam o horário e duração dos programas, nome do programa, o locutor-condutor e o gênero que permite identificar as características mais imediatas do conteúdo.

Depois dessa organização, mais sistemática, iniciamos a pesquisa qualitativa utilizando o método da hermenêutica de profundidade (HP), como delimitado por John Thompson (2002), para realizar o que o autor chama de análise cultural.

Motta (2014) explica que o método é aplicável tanto à análise cultural quanto à análise da ideologia, “onde ambas se referem aos processos de construção de sentidos por meio de formas simbólicas”.

De fato, a análise cultural diz respeito ao estudo das relações entre as formas simbólicas e os contextos sócio-históricos dentro dos quais e através dos quais estas formas simbólicas produzem sentidos. Já a análise da ideologia trata das maneiras como esses sentidos são utilizados para produzir e reproduzir certas relações de poder. (MOTTA, 2014, p.2)

E o pesquisador, ainda lembra que inicialmente, o método da HP foi proposto por Paul Ricoeur, “cuja concepção lançava demasiadas luzes sobre as formas simbólicas em si mesmas (como os textos) e deixava de lado a análise dos contextos sócio-históricos em que estas formas simbólicas eram produzidas e recebidas”. John Thompson (2002) vem no sentido de preencher essa lacuna, trazendo a dimensão analítica contextual no referencial metodológico.

Para Thompson o objeto da análise social é desde sua origem uma interpretação feita pelos sujeitos que vivem a realidade. Os fenômenos sociais (mesmo a cultura) são desde sua origem interpretados pelas pessoas que se relacionam com os mesmos. Todos os fenômenos acontecem em um determinado lugar, tempo e com determinados grupos ou sujeitos; o que demanda ao analista cultural estudar e produzir uma reinterpretação.

A primeira parte do método da hermenêutica de profundidade, trata do estudo dos contextos, que será chamado de interpretação do doxa, onde são mapeadas opiniões, crenças, senso comum, a compreensão que as pessoas tem do ambiente social do qual participam, no intuito de se apropriar da pré-interpretação que as pessoas fazem sobre as formas simbólicas que compõem sua realidade.

Em outras palavras, compreende um momento etnográfico, no qual se permite entender sobre o sujeito, seu lugar e sua cultura, de maneira mais

descritiva e observatória.

É uma interpretação de como o campo de pesquisa se dá, uma explanação geral sobre a rede de significados formada pelas pessoas a partir do que elas percebem e compreendem das formas simbólicas que criam e a que estão sujeitas, sejam elas textos, falas, imagens ou ações de toda ordem. Este momento da pesquisa visa a evitar que a análise das formas que circulam socialmente – objeto primordial da HP – seja desconectada dos contextos sociais nos quais efetivamente são concebidas e processadas. Não levar em conta a importância da interpretação da doxa é desconsiderar a dimensão de que os fenômenos sociais, antes da chegada do pesquisador ao campo, já são aí interpretados pelas pessoas na dinâmica de sua vida cotidiana (MOTTA, 2014, p. 7).

A segunda etapa da hermenêutica de profundidade consiste na análise sócio-histórica, para realizar a contextualização social das formas simbólicas, a ancoragem do tempo-espaço (e do desenvolvimento desse tempo-espaço), sem a qual as coisas não fazem sentido.

No terceiro momento, inicia-se a análise formal ou discursiva, visto que na compreensão de Thompson (2002), as formas simbólicas, em si mesmas, apresentam estruturas próprias que buscam dizer algo sobre alguma coisa, e é feita em três estruturas: *análise*, separação e definição dos elementos da forma como se mostram. Esse estudo pode utilizar diversos focos de estudo, desde a proposição de categorias para análise de conteúdo ou ainda semiótico, no caso de imagens.

No caso desta pesquisa, optamos por criar categorias para realizar um estudo do conteúdo formal no que se refere à descrição da programação radiofônica diária, identificando padrões de estruturas, gêneros, temas e de maneira geral, para evidenciar o conteúdo manifesto pelas falas, músicas e formatos sonoros. As categorias, como já dito, quando discutíamos gêneros e formatos radiofônicos, são: musical, informativa, variedades, religiosa e folclórica-multicultural

Motta (2014) faz uma separação entre a análise de conteúdo acessória de Thompson (2002) com o método da análise de conteúdo de Laurence Bardin. Ele explica que estas descrições da análise de conteúdo, embora a técnica em si se mostre como uma opção analítica viável, não parece se encaixar no objetivo da análise discursiva conforme apresentada por

Thompson, na medida em que ela não se preocupa necessariamente em desvelar verdades *latentes*, mas sim as verdades *patentes*; o que está manifesto, ainda que sob uma forma tangente; o profundo presente na superfície do texto.

A parte final do protocolo é o que Thompson chama de reinterpretação, que busca, a partir de todas as informações e *layers* cavados pelos passos anteriores, compreender aquilo que dizem as formas simbólicas, o que de fato, elas representam.

Se na análise formal, procede-se à dissecação do material simbólico sob estudo, separando-o em unidades de significado num processo de *análise*, na fase de reinterpretação o que se tem em conta é a *síntese*, o reagrupamento dos elementos decupados sob a forma de hipóteses interpretativas (ou reinterpretações) das formas simbólicas, incorporando o conteúdo destas ao cenário sócio-histórico de sua produção e circulação. (MOTTA, 2014, p.10)

O conjunto dos passos utilizados na hermenêutica de profundidade busca, na verdade, romper com o determinismo na pesquisa social, entendendo a interação simbólica e a compreensão dos contextos como essenciais para desviar da crítica pela crítica, ou ainda do empobrecimento na leitura de fenômenos e do objeto cultural.

É a soma da diversidade de possibilidade de compreensão das formas simbólicas, o estabelecimento de um (ou vários) sentidos na costura do conjunto de análises (histórica, cultural, estrutura de conteúdo) eu permite reinterpretar o que já existe e está representado na realidade.

Fica claro nesta etapa que a HP é um conjunto de procedimentos metodológicos que supõe a *proposição de sentidos possíveis* às formas simbólicas para a compreensão da realidade social, o que deve estar devidamente sustentado (a) no rigor da aplicação da metodologia, (b) na apreensão teoricamente fundamentada do fenômeno social, (c) no devido cotejamento dos dados obtidos na pesquisa e, mais do que tudo, (d) na capacidade de costurar todos esses elementos e empreender uma forte racionalidade argumentativa para, no espaço público das discussões sociológicas, fazer sentir a viabilidade e plausibilidade das hipóteses interpretativas levantadas, cujo confronto com outras interpretações possíveis é indesviável, nesse contexto. (MOTTA, 2014, p.10)

Todos esses elementos buscam e direcionam para compreender se a programação das rádios da fronteira, como produto cultural e forma simbólica, representam as construções de significados e os contextos do espaço da fronteira. O estudo da programação encontra em seu objeto-diretriz a reinterpretação sobre como as rádios (e evidentemente, seus sujeitos produtores-consumidores) interpretam suas realidades, e as representam em fala, discurso e forma simbólica negociada.

John Thompson (2002) objetiva estabelecer uma teoria social dos meios de comunicação de massa, que compreende o processo de comunicação como interpretação e circulação das formas simbólicas que já existem e estão em constante transformação.

A produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos acontecem através da transmissão e acumulação de informação. Ao conceber a comunicação de massa em termos de produção e difusão de bens simbólicos, desejo destacar a importância de considerar a comunicação de massa em relação às instituições dedicadas à mercantilização das formas simbólicas. O que agora descrevemos como comunicação de massa é uma série de fenômenos e processos que surgiram historicamente através do desenvolvimento de instituições que buscavam explorar novas oportunidades para fixar e reproduzir as formas simbólicas (THOMPSON, 2002, p.319, tradução nossa)²⁸.

As grades de programação se estabelecem como estratégias de organização historicamente construídas para fixação e reprodução das formas simbólicas, como especializações das instituições midiáticas, bem representadas, por exemplo, nas emissoras comerciais.

Esses espelhos de conteúdos midiáticos, ou de formas simbólicas, não estão dissociados do local e dos contextos de realidade no qual os meios de comunicação estão inseridos.

A hermenêutica de profundidade, assim, quando aplicada no estudo

²⁸ No original: La producción institucionalizada y la difusión generalizada de bienes simbólicos por conducto de la transmisión y la acumulación de información. Al concibir la comunicación de masas en términos de la producción y la difusión de bienes simbólicos, deseo subrayar la importancia de considerar la comunicación de masas en relación con las instituciones dedicadas a la mercantilización de las formas simbólicas. Lo que ahora describimos como comunicación masiva es una serie de fenómenos e procesos que surgieron históricamente a través del desarrollo de instituciones que buscaban explotar nuevas oportunidades para fijar y reproducir las formas simbólicas.

dos programas e da organização dos programas radiofônicos, permite reinterpretar por meio da compreensão do doxa etnográfico, histórico-social e discursivo, como as formas simbólicas são potencialmente compreendidas e representadas pelas pessoas por meio da instituição midiática rádio.

No primeiro capítulo desta pesquisa, ao nos dedicarmos sobre a temática da cultura, das identidades culturais, dos modos de ser e das políticas culturais como direitos humanos, e suas relações com a comunicação, lançaram mão no arcabouço etnográfico para descrever o doxa da fronteira, do sujeito fronteiriço e de suas instituições.

No segundo capítulo, ao definirmos os conceitos de fronteira e o processo de formação dos territórios, suas disputas políticas, ocupação e desenvolvimento histórico, etc., contribuimos para a formação do referencial da análise sócio histórica, de modo que haja o entendimento de que, sempre, o conteúdo transmitido está situado em uma cultura construída, negociada e circulante, interpretada e negociada pelos actantes do processo da comunicação fronteiriça.

Estabelecidos os primeiros suportes, seguimos então nesta terceira parte para a análise discursiva e formal dos conteúdos, a fim de verificar as possibilidades de sentidos, compreensão e negociação das formas simbólicas, e especificamente no âmbito desse trabalho, como o multiculturalismo está (se está) presente nos programas radiofônicos, estruturados objetivamente pelas instituições em suas programações.

3.3.2 Rádio Líder FM 104,9 (Ponta Porã, Brasil)

A Rádio Líder FM tem um programação do tipo mosaico, com produção majoritariamente local, e transmissão em rede do programa religioso Experiência de Deus com o Padre Reginaldo Manzotti, junto a outras 1.500 emissoras conveniadas a Rádio Evangelizar de São Paulo, das 9 h às 10 h.

No final do dia, outro programa religioso, Voz da Libertação com Pastor Márcio, das 21 h às 22 h. O programa também é em rede, da Igreja Pentecostal Deus é Amor, sede de São Paulo, retransmitido para mais de 2 mil emissoras.

Em relação ao conteúdo informativo, o Bom Dia 104 das 8 h às 9 h e das 10 h às 11 h, configuram a produção jornalística e de variedades local. De fato, em relação ao conteúdo jornalístico o trabalho depende da leitura e comentários de notícias publicadas em sites, inclusive sites locais (brasileiros e paraguaios).

Às 18:00 começa o programa a Voz do Brasil, governamental de transmissão obrigatória, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação, com notícias do poderes da República, em rede.

Tabela 8. Programação de segunda à sexta da Rádio Líder FM 104,9 (Brasil).

Horário	Programa	Responsável	Categoria
5h às 8 h	Viola minha viola	Antonio Morato	Musical e Folc.
8h às 9 h	Bom Dia 104	Lelo Marques e Edevaldo	Informativo
9h às 10h	Experiência de Deus	Padre Reginaldo Manzotti	Religioso
10h às 11h	Bom Dia 104	Lelo Marques e Edevaldo	Informativo
11h às 12h30	Conversa Aberta	Jarbas Pereira e Jovilson Gimenez	Inf. Comunitário
12h30 às 13h	Almoçando com música	Programado	Musical
13h às 16h	Adrenalina no Ar	Léo Morato	Musical
16h às 19h	Programa Marcelo André	Marcelo André	Var. e Musical
19h às 20h	A Voz do Brasil	EBC	Informativo
20h às 21h	Musicas variadas	Programado	Musical
21h às 22h	Voz da Libertação	Pastor Márcio	Religioso

Fonte: Do autor

Dois programas se destacam na programação diária pelo relacionamento e interação com ouvintes e comunidades, Programa Marcelo André, das 16h às 19h, com apresentação quase política, intercambiada com músicas diversas e Conversa Aberta, das 11h às 12h30, com Jarbas Pereira e

Jovilson Gimenez. O segundo se esforça em ouvir e garantir que problemas da comunidade, tanto de Ponta Porã quanto de Pedro Juan, sejam ouvidos, cobrando posição de autoridades, com forte apelo policialesco, cobertura das operações militares, apreensões de drogas, etc., com entrevista ao vivo.

O primeiro programa matutino, das 5h às 8h, é também um dos produtos mais antigos das rádios de fronteira. Apresentado por Antonio Morato, o “Viola minha viola” é um programa musical, que trabalha especificamente com música caipira e sertaneja, polca, chamamé e guarania; daí o fato de o termos classificado como musical e folclórico, pois representa em três horas no ar a mescla mais tradicional da música fronteiriça, em português, espanhol e guarani. Ouvintes pedem músicas e comentam memórias a partir da playlist.

Em termos comparativos, das 17 horas de programação analisada, os programas informativos ocupam 4h30’ da grade, sendo uma hora A Voz do Brasil do governo federal, e 1h30’ do programa comunitário Conversa Aberta.

A publicidade ocupa entre jingles, testemunhais, spots e anúncios cerca de três horas do total, com empresas diversificadas de lojas paraguaias, brasileiras e de dupla localidade, todas faladas em português.

Programas musicais ocupam 10 horas da grade, sendo três delas, no gênero multicultural-folclórico. Os programas religiosos representam 2 horas da grade de programação, todos em rede.

Em relação à língua, mapeamos na programação cerca de 2h30’ de guarani, predominantemente em músicas; 3h15’ de espanhol, também em músicas, e 11h45’ em português.

3.3.3 Rádio Mburucuya AM 980 (Pedro Juan Caballero, Paraguai)

Figura 10. Fachada e estúdio da Rádio Mburucuya AM, com Eder Rivas



Fonte: Do autor

A Radio Mburucuya tem uma história toda construída sobre o trabalho jornalístico na fronteira, com denúncias de irregularidades, tráfico de drogas, corrupção, etc. Sua caracterização como informativa se mantém e tem seu público fiel, sendo até 2012, segundo informações do diretor de jornalismo Eder Rivas, a principal emissora em audiência e informação comunitária de todo departamento de Amambay e proximidades.

A emissora é uma das empresas do holding Ñanduti, que soma outras três grandes emissoras no Paraguai com a sede em Asunción. A presença da rede está representada na programação no radiojornal, das 5h às 6h, e nos boletins nacionais das 11h25 às 11h40 e das 16h30 às 16h45.

A Mburucuya trabalha com a programação em espanhol e guarani, não permitindo por política editorial transmissão em português. Mesmo a transmissão em idioma guarani só se tornou possível depois da Ley de Lenguas de 2011, que apesar de não fixar uma obrigatoriedade de porcentagem mínima de participação, teve resposta imediata de identificação pelo público.

Esse é um aspecto importante na programação porque evidencia uma situação de conflito e marca uma posição da rádio em relação à mudança nos direitos culturais do Paraguai. Na palavra de Eder Rivas, é uma forma de combater a “invasão da cultura brasileira” no Paraguai.

Eder Rivas explica que a rádio se coloca como resistência ao que ele chama de invasão brasileira nas radiodifusoras paraguaias, de modo que, como observado durante a pesquisa de campo, algumas emissoras com concessão paraguaia transmitem apenas em português e constroem sua programação musical a partir o sertanejo universitário, forte em Mato Grosso do Sul.

Se o primeiro programa da rede retransmite o jornal produzido em Asunción, o Rotativo Nacional, produzido localmente, estabelece comentários e leituras, principalmente política e policial, muitas vezes de notícias já transmitidas no jornal nacional da rede, com poucas informações locais.

O programa matutino “Puerta Abierta” consiste em um produto posicionado entre o informativo e o de variedades, no qual a população participa pelas redes sociais ou telefone, principalmente trazendo questões comunitárias e denúncias sobre órgãos públicos e problemas de gestão.

A interferência e condução do locutor/jornalista se dá intercalada com músicas paraguaias, predominantemente, às vezes com exceções de transmissão de hits em inglês ou mesmo em português, dependendo da música e se solicitado por algum ouvinte no ar.

Tabela 9. Programação de segunda à sexta da Rádio Mburucuya AM 980 Khz (Paraguai)

Horário	Programa	Responsável	Categoria
5h às 6h	Conexão com a Rádio Ñanduti	Rádio Ñanduti (Rede)	Informativo
6h às 6h25	Rotativo Nacional	Humberto Rubín	Informativo
6h30 às 11h25	Puerta Abierta	Eder Rivas	Informativo Var.
11h25 às 11h40	Rotativo Nacional	Radio Ñanduti (Nacional)	Informativo
12h às 12h30	Noticiero Central	Carlos Centurión e Ever Sánchez	Informativo
12h30 às 13h30	Mburucuya Deportes	Tony Lezcano e Milciades Ortíz	Informativo
13h30 às 15h	Mburucuya Poty Ryakuã	Florian Coronel e Heriberto Argüello	Mus. MultFolc.
15h às 16h30	Radio Actividad	Milciades Brítez	Var. Musical
16h30 às 16h45	Rotativo Nacional	Radio Ñanduti	Informativo
17h às 18h30	Ñande Purahéi	Mariano Pesoa	Mus. MultFolc.
18h30 às 19h	Rotativo Nacional	Humberto Rubín	Informativo
19h45 às 21h	Radiomanía	Tony Lezcano	Musical

Fonte: Do autor

A programação de esportes é outro diferencial, com informação de placar de jogos do campeonato brasileiro e outros internacionais, e de times paraguaios.

As notícias locais são predominantemente do departamento de Amambay e da cidade de Pedro Juan Caballero, com bastante informações de serviço e participação de políticos e autoridades em estúdio. Repórteres também fazem cobertura em tempo real de acontecimentos na rua, e

pouquíssimas vezes, relacionadas à parte brasileira.

Do ponto de vista de formatos e gêneros, é possível observar que há presença intensa de notas e crônicas, mas apesar da participação dos doze condutores, poucas notícias (em uma hora de notícias, cerca de 15' são reportagens locais) são escritas pelos jornalistas. Boa parte do conteúdo é constituído de leituras de notícias de sites e jornais seguidos de comentários, questionamentos e opiniões de ouvintes, e às vezes, dos próprios locutores.

Por ser uma emissora comercial, apesar dos títulos de utilidade pública no cuidado com o folclore paraguaio, a Mburucuya, sobrevive de patrocínios, doações e anúncios.

Daí encontramos um primeiro contraste: há resistência e até certo afastamento se relacionada aos brasileiros, mas para realização de eventos, campanhas de compra e venda, há incentivo extensivo para atrair indústrias e comércios atacadistas de empresas brasileiras.

Em relação aos elementos repetitivos da estrutura discursiva, encontramos os posicionamentos em relação à invasão brasileira como ressalva pela defesa de políticas de comunicação que não favoreçam políticos ou servidores públicos, até pela política editorial do veículo. Nesse sentido de inconformidade com gastos públicos e corrupção, parece que Paraguai e Brasil compartilham do sentimento de olhar muito e levar nada.

Há, conforme observado em entrevista, a consciência da emissora de que brasileiros usam concessões de radiodifusão paraguaias para fins comerciais, sem trazer benefícios para a comunidade paraguaia.

Apesar do gênero informativo ser ampla maioria (das 16 horas analisadas, 4h45' são jornalísticas/informativas), há programas eminentemente musicais (6h00'), com interferência do locutor que faz interação com ouvinte enquanto comenta situações e problemas da comunidade, como o Ñande Purahéi, das 17h às 18h30, e Radiomania, das 18h30 às 21h. Mburucuya Poty Ryakuã e Radio Actividade são programas de variedades com forte presença musical e interação dos ouvintes, caracterizados, também, por prestação de serviço.

A Mburucuya é uma emissora comercial que vive de anúncios e patrocínios, mas jingles, testemunhais, spots e anúncios de todo tipo, representam menos de três horas (2h45') da programação diária, todas feitas

por lojas paraguaias ou com lojas que existem nos dois lados da fronteira.

Na programação diária há três horas de programas classificados como folclóricos pela própria emissora, pela função do produto em relação à língua e música guarani.

No corpo geral do dia, pelo menos quatro horas da programação é feita em guarani, incluindo participação nos jornais e boletins e músicas. O demais segue todo em espanhol. Aos domingos, a transmissão é feita quase em sua totalidade em guarani.

A gerência da emissora reclama que apesar dos esforços, tem dificuldades de fazer produtos sobre a cultura local, e que a presença da língua e valorização das músicas representam o elemento da cultura paraguaia e da fronteira em sua “totalidade”.

3.3.4 Rádio Bela Vista AM 1440 (Bela Vista, Brasil)

A Rádio Bela Vista AM, no ar desde 1982, está mudando sua programação para um formato que sirva para o período de migração para FM, o que firma em sua atual programação, instituída em 1º de outubro de 2015, caráter mais musical.

No primeiro horário da manhã, às 4h, começa o Amanhecer no Sertão, programa musical sem interferência de locutor e multicultural-folclórico, com música caipira, sertanejo de raiz, polca paraguaia, guarânia, etc.

Das 6h às 8h, vai ao ar o Top Universitário, que tem duas horas dedicadas exclusivamente a hits do sertanejo universitário brasileiro e é conduzido por Neto Granado.

Figura 11. Estúdio e plataformas digitais móveis da rádio Bela Vista AM



Fonte: Do autor

Às 8h começa o programa RBV Informa, conduzido por Armando Loureiro, que na verdade retransmite material nacional da Agência Radioweb de Notícias, em mescla com leitura de notícias de sites locais e de Campo Grande, com comentários, opinião, entrevista telefônica e intervalos de músicas. Há participação dos ouvintes que podem mandar áudio pelo WhatsApp²⁹, e cobertura de acontecimentos tanto do Brasil quanto do Paraguai. As notícias são sempre transmitidas em português, e algumas expressões em guarani são usadas nos comentários.

Das 18h às 19h, a Rádio Bela Vista transmite A Voz do Brasil, programa informativo oficial dos poderes da República, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação.

Às 12h começa o Classe A Nacional, programa de variedades e musical, no qual se comenta os principais acontecimentos do dia, celebridades, agendas e músicas variadas, com pouca interferência do locutor. Das 13h às 15h está automatizada uma programação musical, que mescla músicas mais antigas com sucessos atuais, em português, na maioria, e espanhol.

Tabela 10. Programação de segunda à sexta da Rádio Bela Vista AM 1440 (Brasil)

Horário	Programa	Responsável	Gênero
4h às 6h	Amanhecer no Sertão	Programado	Mus. MultFolc.
6h às 8h	Top Universitário	Neto Granado	Musical

²⁹ Aplicativo de comunicação instantânea para dispositivos móveis.

8h às 12h	RBV Informa	Armando Loureiro	Informativo
12h às 13h	Classe A Nacional	José Araujo	Mus. Var.
13h às 15h	Top 20	Programado	Musical
15h às 18h	Conexão BR	Neto Granado	Musical
18h às 19h	A Voz do Brasil	EBC	Inf. e Gov.
19h às 21h	Nação Sertaneja	Denys Custodio	Musical
21h às 24h	Songs By Night	José Araujo	Musical
24h às 3h	MPB – Seresta	Programado	Musical
3h às 4h	Orquestras Maravilhosas	Programado	Musical
Programetes e Drops: TeleTV, Plugado, Drops News E Guia Astral com apresentação Anne Kviatkovski; Minuto News e Radio Educar com José Araújo; e Minuto Esportivo com Rodrigo Souza.			
Às quartas-feiras: transmissão da novena da Paróquia Santo Afonso das 16h às 16h45			
Fonte: Do autor			

A partir das 13h, com exceção do período de transmissão obrigatória de A Voz do Brasil, toda a programação da emissora é musical, até as 4h da manhã seguinte, sendo três programas: Conexão BR, Songs by Night e Nação Sertaneja, conduzidos por apresentadores e os demais todos automatizados.

O que é interessante na programação musical da RBV é que das rádios estudadas e ouvidas no campo. A diversidade e o pluralismo, mesclando no dia orquestras de música clássica, os hits do sertanejo universitário, as antigas da polca e da música caipira e o eletrônico e flashback.

A emissora ainda é a única, do corpus analisado, que trabalha com drops e programetes, ou ainda com boletins (gravados da Agência Radioweb). A participação de conteúdo comprado de radioagência é um fenômeno interessante na emissora, pois permitiu manter conteúdo jornalístico sem jornalistas *in loco*, por outro lado, há uma predominância pela própria frequência dos boletins (mínimo um por hora), de assuntos nacionais e internacionais em relação ao que acontece na cidade. A fronteira se torna assunto para comentários de locutores ou, quando muito, de leitura de notícias de jornal ou sites.

No dia analisado, não houve programação religiosa, mas vale registrar que às quartas-feiras há transmissão da novena da Paróquia Santo Afonso, ao vivo.

Em relação à publicidade, jingles, drops, testemunhais e anúncios ocupam cerca de 5 horas das 22 horas de programação estudada, com material em português em sua maioria, e alguns (6) em espanhol. Há comerciais de lojas brasileiras e paraguaias (de Bella Vista e Pedro Juan Caballero). Anúncios de lojas paraguaias, comumente feitos em português.

A programação informativa e jornalística ocupa 5h30' aproximadamente do dia, sendo uma hora da Voz do Brasil e cerca de 30 minutos de boletins e drops espalhados pela programação.

A programação musical representa 16h30' das 22 horas de transmissão, sendo duas horas multicultural-folclórica, sete horas programadas-automatizadas, e cinco horas de programas com condução de apresentador.

Em relação à língua, mapeamos na programação cerca de 2h40' de guarani, predominantemente em músicas; 3h15' de espanhol, também em músicas, e 16h05' em português.

3.3.5 Rádio Frontera 92,5 FM (Bella Vista Norte, Paraguai)

A Rádio Frontera FM é um caso bastante peculiar do espaço estudado neste trabalho. É uma rádio paraguaia, com concessão do Conselho Nacional de Telecomunicaciones do país, localizada em Bella Vista Norte, departamento de Amambay, no entanto, toda sua programação é feita em português, com apresentadores brasileiros, como se sua localização no Paraguai se baseasse apenas na conveniência.

A exceção está no começo da manhã, Às 5h começa o Guarani, programa musical gravado e automático por auto-player, caracterizado pela transmissão de guarânias, polcas paraguaias, chamamés, a maioria em espanhol e guarani.

Às 6h30, Neto Granado comanda o Bom Dia 92, com música sertaneja e caipira, boletins informativos, horóscopo e interação com ouvinte. As notícias são lidas de sites locais, de Campo Grande, e de portais brasileiros como G1 e Uol. Não há informações de sites paraguaios.

Às 9h começa o Manhã com JT, principal programa informativo da

emissora, com entrevista em estúdio e reportagem ao vivo, *in loco*, principalmente quando de interesse comercial em inaugurações de comércios e atos públicos das municipalidades. Também há leitura e comentários de opinião a partir de sites de notícias locais e nacionais brasileiros, com denúncias do apresentador e da população sobre problemas nos bairros, ruas, criminalidade, atuação policial na fronteira, política da Câmara Municipal de Bela Vista (Brasil) etc.

Às 11h30, acontece o programa diário da 1ª Igreja Batista de Bela Vista, confessional e religioso, onde o pastor ou membros trazem mensagens bíblicas intercaladas com músicas gospel. O programa tem horário comprado pela instituição.

A partir do meio dia, são transmitidos apenas programas musicais, com exceção do Falando Sério, informativo e comunitário. Uma história interessante sobre esse programa e que vem a exemplificar o conceito da permeabilidade da fronteira, é que, em 2008, o então prefeito de Bela Vista (Brasil), José Garibaldi (PDT), conseguiu na justiça eleitoral brasileira mandado de prisão contra o locutor e diretor administrativo da rádio, Moacir Gil, por injúria, depois de uma série de acusações feitas no ar. A questão é que a rádio fica no Paraguai.

A polícia militar de Mato Grosso do Sul foi até Bella Vista Norte e fez uma prisão internacional levando o locutor para uma delegacia brasileira, sem qualquer autorização ou conhecimento do governo paraguaio.

Apesar das informações captadas na emissora sobre a condução e responsabilidade dos programas musicais, no dia analisado, 8 de dezembro de 2015, não houve intervenção de locutor depois das 19 horas.

Tabela 11. Programação de segunda à sexta da Rádio Frontera 92,5 (Paraguai)

Horário	Programa	Responsável	Gênero
5h às 6h30	Guarani	Programado	Mus. MultFolc.
6h30 às 9h	Bom dia 92	Neto Granado	Inf. e Variedade
9h às 11h30	Manhã com JT	Armando Loureiro/ Jhonatan Torres	Informativo
11h30 às 12h	1ª Igreja Batista de Bela Vista	José Araujo	Religioso
12h às 14h	Comando Sertanejo	Programado	Musical

14h às 16h	Top 30 92	Neto Granado	Musical
16h às 19h	Falando Sério	Moacir Gil	Inf. Com.
19h às 22h	Top Mais	Denys Custodio	Musical
22h às 24h	Blitz 92	José Araujo	Musical

Fonte: Do autor

Em relação à publicidade, jingles, drops, testemunhais e anúncios, ocupam cerca de 5 horas das 19 horas de programação estudada, com material totalmente em português. Há comerciais de lojas brasileiras e paraguaias. Anúncios de lojas paraguaias feitos em português.

A programação informativa e jornalística ocupa 6h30' aproximadamente do dia, sendo uma hora de boletins e drops espalhados pela programação. Cerca de 30' minutos diários são de programação religiosa.

A programação musical representa 12 das 19 horas de transmissão, sendo 1h30' hora multicultural-folclórica.

Em relação à língua, mapeamos na programação cerca de 0h30' de guarani, predominantemente em músicas; 1h00' de espanhol, também em músicas, e 17h30' em português.

Uma observação sobre a programação desta emissora é que, desde janeiro de 2016, observa-se uma mudança em seu conteúdo. A rádio Frontera está operando de forma automatizada, por conteúdos gravados pela Rádio AgenciaWeb, sem qualquer relação ou referência à cidade paraguaia ou brasileira, mudando também a grade musical, que agora excluiu o guarani e todo o 'caldo' cultural que ainda transmitia.

3.4 Reinterpretação da programação radiofônica

A identificação de cada programa e gênero em cada rádio permitiu a realização da minutagem para observar a proporção que cada tipo de conteúdo e idioma se fazem presentes no material.

Captou-se um dia completo da programação de um dia da semana, entre segunda e sexta-feira, de cada emissora pesquisada. Ao todo somaram-se 74 horas de material em programas radiofônicos, cerca de 4.440 minutos de programação de 4 emissoras diferentes nos dois países.

Tabela 12. Semana construída de captação da programação

Cidade	Data de captação
Bela Vista	Segunda-feira, 14 de dezembro de 2015
Bella Vista Norte	Terça-feira, 5 de janeiro de 2016
Ponta Porã	Quarta-feira, 2 de dezembro de 2015
Pedro Juan Caballero	Quinta-feira, 14 de janeiro de 2016

Fonte: Do autor

O movimento de interpretação/reinterpretação na hermenêutica de profundidade (THOMPSON, 2002) exige uma leitura de toda a construção da programação radiofônica a partir e considerando os contextos sociais e históricos do objeto, no nosso caso, da própria rádio da fronteira Brasil-Paraguai, para identificar as relações das formas simbólicas e seu fluxo no espaço, nunca dissociados, visto que mostram que historicamente a fronteira é um espaço de disputas nacionais, e depois de disputas culturais, ainda hoje existentes representadas na disputa de conteúdos.

Primeiramente precisamos entender o espaço da fronteira como lugar de disputa territorial histórica, desde o período em que Paraguai e o território de Mato Grosso do Sul pertenciam à Espanha, e os bandeirantes portugueses invadiam os limites. Novos tratados internacionais são feitos, em Santo Idelfonso, delimitando o território de Mato Grosso do Sul para Portugal, que se torna província de Mato Grosso do Brasil Império.

Paraguai inicia a Guerra da Tríplice Aliança invadindo e destruindo bases militares em Bela Vista e Dourados. Paraguai perde a guerra e 30% de seu território. A região da fronteira passa a ser repovoada então, com migrantes gaúchos, mineiros. Paraguaio remanescentes e índios guaranis se somam à nova população trabalhando nos campos de erva-mate.

Surge Bela Vista primeiro, depois, de seu território, nasce Ponta Porã, exportando a matéria prima dos ervais e carne para a Argentina. Em Pedro Juan Caballero, o primeiro comércio é uma empresa de importação.

Pelo desenvolvimento histórico dos territórios, começamos a formação, quase geológica, e perceber as camadas da cultura fronteiriça no espaço estudado. Dessas disputas, invasões e ocupações em fluxo, a fronteira

se torna trilingue, binacional e multicultural em sua essência. Mesmo a vocação econômica dos produtos importados, mais baratos que os brasileiros, se inicia por um processo histórico em Pedro Juan.

Os conflitos das nacionalidades e dos direitos nacionais (e civis) tão presentes nos séculos XIX e XX, também estão presentes no câmbio para os direitos sociais e humanos no fim do século e XX e começo do século XXI. Não se discutem no espaço da fronteira apenas as nacionalidades, mas, hoje, a transnacionalidade histórica e o uso das identidades nacionais conforme os interesses e necessidades dos fronteiriços.

Esses mesmos conflitos do passado, essas mesmas formas simbólicas em disputa, continuam presentes e se manifestam nos processos de comunicação e nas mídias, que, a seu modo, visibilizam as tentativas de dominação cultural, agora mais mercadológicas e políticas.

Esse processo fica aparente, por exemplo, se consideramos a situação de duas emissoras utilizadas nesta pesquisa: Radio Mburucuya, em Pedro Juan Caballero, e Radio Frontera, em Bella Vista Norte. Ambas são paraguaias, do departamento de Amambay.

A primeira, declaradamente, não transmite em português e só toca música brasileira quando polca, chamamé ou quando muito aclamada pelos seus ouvintes, tornando a transmissão da língua nula ou mínima; na missão de evitar ou não incentivar a 'invasão do Brasil' na cultura paraguaia, investindo pesado em programação informativa e folclórica-multicultural, e com comerciais em espanhol de lojas paraguaias, ciente de seu papel enquanto meio de comunicação na região.

A segunda, de posse de brasileiros (políticos), usa da outorga paraguaia para transmitir quase totalmente em português, com espanhol e guarani mínimo, apenas em músicas em um horário de programação específico pela manhã, como se fosse algo separado do resto da grade da emissora.

Os programas informativos falam do Brasil, para brasileiros. As músicas são brasileiras ou do pop global. A publicidade é toda feita em português de lojas dos dois lados da fronteira. Trata-se, pois de uma rádio brasileira, que por conveniência está no território paraguaio.

A questão dos interesses e das relações de dominação também se apresentam na programação religiosa, fixa nas emissoras, às vezes de

instituições locais às vezes por transmissão em rede.

Na cartografia das emissoras da fronteira também é possível identificar grande número de rádios comunitárias e comerciais de posse de instituições religiosas, principalmente no Paraguai, por organizações católicas, com programação confessional.

O conflito e a disputa cultural (e porquê não ideológica) também é evidente quando consideramos que a presença de um programa católico sempre acompanha ou na mesma emissora, ou na emissora da cidade vizinha, um programa protestante, evangélico.

Tabela 13. Minutagem absoluta da programação radiofônica por categoria/dia (horas)

Categoria	Bela Vista	Bella Vista Norte	Ponta Porã	Pedro Juan Caballero	Total
Musical	16h30'	12h	10h	5h	43h30'
Folc. Mult.	2h	1h30'	3h	3h	9h30'
Informativo	5h30'	6h30'	4h30	4h45'	21h15'
Variedades	0	0	0	3h	3h
Comunitário	0	0	0	3h	3h
Religioso	0	0h30'	2h	0	2h30'
Publicidade	5h30'	5h	3h	2h45	16h15'
	22h00'	19h00'	17h00'	16h00'	74h00'

Fonte: Do autor

Em relação à programação, identificamos, ao categorizar o conteúdo em gêneros específicos para o que é transmitido na região fronteiriça, que há diversidade nos temas, apesar da organização clássica de mosaico: programas informativos e folclóricos-multiculturais são sempre matutinos, programas de variedades são vespertinos e a noite, e durante os intervalos dos programas, as músicas são sempre o carro-chefe, com exceção da Radio Mburucuya em Pedro Juan Caballero, que estabelece certo equilíbrio por focar em produtos informativos.

A emissora com maior grade publicitária, Bela Vista AM, é também a que transmite por mais tempo e mantém a maior quantidade de horas de

programação informativa. Para cada minuto de publicidade há um minuto de material informativo, com diversidade de boletins de drops.

Pela mesma emissora podemos fazer relações acerca das dinâmicas de infraestrutura técnica e tecnológica e como estas influenciam no conteúdos das grades de programação. O contraste da fronteira também é o contraste das emissoras brasileiras que investem na digitalização de seus equipamentos (como o estúdio da Bela Vista AM) enquanto as rádios paraguaias operam com os mesmos materiais há anos (como o estúdio da Mburucuya AM, que mantém os mesmos equipamentos com algumas adaptações desde sua fundação).

Ao mesmo tempo, verificamos que o investimento em tecnologia, ao menos nas emissoras estudadas, também se relaciona à influência do capital em relação ao que a rádio transmite. Aparentemente, quanto mais tecnológica se torna a emissora, mais atuante da rede, e melhor acoplada a um modelo de mercado de rede de comunicação, mas distante ela fica de sua função e de sua relação com a comunidade, como se a digitalização e capitalização da rádio de fronteira dissocia-se a emissoras das formas simbólicas da fronteira.

As formas simbólicas, principalmente relacionadas aos produtos culturais sonoros, os programas radiofônicos, representam de modo observável (e audível) a natureza das relações sociais a partir da comunicação e dos bens culturais; deixando marcado, sobremaneira no uso das línguas, que os códigos ainda se dão sob a perspectiva nas identidades mononacionais.

Tabela 14. Minutagem absoluta da programação radiofônica por idioma/dia

Idioma	Bela Vista	Bella Vista Norte	Ponta Porã	Pedro Juan Caballero	Total
Português	16h05'	17h30'	11h25'	0	45h00'
Espanhol	3h15'	1h00'	3h15'	12h00'	19h30'
Guarani	2h30'	0h30'	2h30'	4h00'	9h30'
Inglês	0	0	0	0	0
	22h00'	19h00'	17h00'	16h00'	74h00'

Fonte: Do autor

A transmissão dos conteúdos em português ou espanhol em rádios brasileiras e paraguaias na região de fronteira são conflituosas e remetem nos relatos dos próprios radialistas e diretores de programação à 'invasões culturais', com exceção da participação da língua guarani.

O guarani é entendido como marca de ruptura das diferenças nacionais e elo mais forte da identidade linguística multicultural da fronteira, talvez como elemento remanescente e folclórico da resistência do espaço guarani nos históricos processos de colonização e disputa.

Há, sobremaneira, a predominância da transmissão em português, principalmente nas músicas. Isso pode estar relacionado à migração de brasileiros que cruzam a fronteira e se fixam em solo paraguaio para estudar medicina e outros cursos da saúde (são mais baratos, sem vestibular, faltando a revalidação para atuar no Brasil após a conclusão).

Ora a ocupação do espaço por jovens, fãs em sua maioria do gênero musical do sertanejo universitário, muito popular em Mato Grosso do Sul e Paraná [que fazem fronteira com Paraguai], certamente traz novas formas simbólicas para o espaço, mais uma vez reforçando as disputas territoriais, culturais e de conteúdo na fronteira.

A programação das rádios de fronteira representa a disputa e as negociações do multiculturalismo intrínsecos à fronteira do Brasil com Paraguai, inclusive nas relações de dominação e resistência cultural e política.

A partir dela, também é possível enxergar que a ausência de políticas culturais na comunicação refletem na preocupação das invasões culturais nos conteúdos informativos, da propriedade e gerência de meios de comunicação de massa, da hegemonia de músicas em determinada língua, e do uso da língua em si, muitas vezes não garantindo o mínimo de representação da cultura local, mas o uso desta pela conveniência (YÚDICE, 2006).

Sabemos então, que existe o fenômeno do multiculturalismo no espaço fronteiriço e no espaço da fronteira representado pelos meios de comunicação da fronteira, neste acaso as rádios. Entendemos que a dimensão do conflito é latente, porém representativa, constante. Cabe refletir e verificar se as políticas internacionais, nacionais, locais (multiescalares) de cultura, comunicação e direitos humanos, se apresentam no cenário pós-moderno

como minimamente suficientes para realizar a integração latino-americana tão discursada e sonhada pelos governos, organizada e desenhada depois dos acordos internacionais bilaterais e internacionais nos blocos econômicos do Mercosul e da Unasul. A integração econômica e a regulação fiscal das aduanas, o controle militar das fronteiras nacionais, não são suficientes ou eficazes quando desconsideram que as fronteiras culturais e midiáticas interpolam limites, compõem influências e tecem disputas de conteúdo e mercados.

As políticas de comunicação podem favorecer o florescer do multiculturalismo como política cultural de maneira positiva, trazendo materialidade ao direito humano de participar de sua própria cultura e espaço, minimizando o cenário de exploração das legalidades em detrimento dos espaços nos quais as emissoras se fixam, regulando, por exemplo, a necessidade de manutenção da produção local quando há interesse comercial de redes e grupos de comunicação em espaços locais e fronteiriços.

CONCLUSÃO

“Deixe seu objeto falar com você”. As palavras finais da banca de qualificação direcionaram meses de planejamento e reflexão para entender, de maneira mais pessoal, direta, qual era a minha relação e interesse em buscar a programação radiofônica na fronteira. Para isso foi necessário um retorno à essência, às tais raízes das quais todo homem forma o *cieng*³⁰, seu senso de pertencimento.

Que o rádio sempre foi o veículo principal na minha cidade natal, Jardim, isso eu sabia. Que as manhãs eram recheadas de polcas paraguaias, chamamés, ‘Mbae la porte’, “Jahá Karú”, “Jaguara”, tereré, sopa paraguaia, chipa, isso eu também sabia desde menino. Minha cidade natal está apenas 80 km de Bela Vista, uma das cidades consideradas nesta pesquisa. A fronteira sempre foi o meu quintal. A diversidade linguística nas ruas e nos meios de comunicação, a forma como as ondas radiofônica de Bela Vista chegavam até minha cidade.

Não éramos cidade fronteira, mas éramos fronteira. Aonde quer que pegasse o sinal da rádio, ali também seria fronteira. Dessa forma, a constituição do objeto de pesquisa para esta dissertação foi como olhar um pouco para as identidades que eu conhecia, afetivamente, sob a ótica da comunicação.

A surpresa começa então quando, ao realizarmos as investigações sócio-históricas de Bela Vista e Ponta Porã, cumprindo parte do método da hermenêutica de profundidade, nos deparamos na história da ocupação dos lugares com nomes dos nossos antepassados, bisavós e tarataravós. Uma genealogia que era considerada perdida. A formação do território de Bela Vista começa com bandeirante português, Francisco Gomes, logo após o descobrimento.

Com a Guerra do Paraguai, Antonio Gomes Chaves e seu irmão migram de Minas Gerais para o sul de Mato Grosso para conquistar terras. Antonio Grubert e seus filhos migram pra o sul de Mato Grosso após a Revolução Farroupilha e com o fim da Guerra do Paraguai, também em busca

³⁰ Conceito antropológico de Evans-Pritchard, Os Nuer (1978).

de terras e para trabalhar nos ervais, trazendo com a família muitos dos que fundariam as cidades e povoados do estado. Seus filhos, Francisco Gomes Chaves, nascido em Ponta Porã-MT, em 1902, e Horizontina Grubert, nascida em 1914, em Santiago-RS, se casam em Vista Alegre, distrito de Maracaju, e seguem descendo até a fronteira de Bela Vista, onde nascem seus filhos mais velhos, incluindo Zélia Chaves Grubert, minha avó, a quem esse trabalho é dedicado.

Os fluxos migratórios e parte do processo de ocupação e colonização, das disputas no espaço da fronteira dos quais escrevemos tão repetitivamente nesta pesquisa são os mesmos pelos quais nossos antepassados passaram.

Inicialmente o projeto de pesquisa de dissertação objetivava apenas traçar uma cartografia das rádios fronteiriças e depois, gerar mapas que permitissem leituras diversas acerca das inferências que o meio de comunicação participava naquele espaço.

Durante a pesquisa exploratória e o começo do campo, esse objetivo foi muito útil, pois permitiu um entendimento mais amplo do que representava e onde estavam as emissoras na fronteira com o Paraguai. Infelizmente, ainda não conseguimos dominar a técnica e o conhecimento necessário para gerar os mapas que nos permitisse dizer o quanto o alcance das emissoras redesenha em termos cartográficos os limites da fronteira por sua área de influencia, embora defendamos essa teoria apoiados no que descrevemos, observamos e analisamos nesta pesquisa.

O *timing* da mudança de perspectiva aconteceu durante a realização da missão de estudos que permitiu finalizar o curso de mestrado como sanduíche na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. O contato com às professoras Elizabeth Corrêa Saad, Alice Mitika Komyiama e professor Luciano Maluly deu coragem para observar que mais que localizar onde as rádios estão, era necessário atentar para o que elas se propõe fazer onde estão. Os sentidos da programação e o que essa programação representa, estando na fronteira.

Assim, entendendo o direito cultural como direito humano e os meios de comunicação como agentes no lugar e do lugar passaram a investigar se a programação radiofônica dessa fronteira representava o multiculturalismo

vivenciado no espaço pelas pessoas, como já descrevemos e analisamos anteriormente. Este trabalho é uma dissertação de comunicação, mas também sobre políticas culturais, direitos humanos e teoria da programação radiofônica; talvez uma das poucas que se arriscaram nesta vertente, considerando a ausência de material encontrado sobre, durante a revisão bibliográfica. Mais trabalho, claro, mas no objetivo de oferecer uma melhor contribuição à ciência e à sociedade.

Viajamos diversas vezes para a fronteira, pelo menos quatro para Bela Vista/Bella Vista Norte e duas para Ponta Porã/Pedro Juan Caballero. Mais que ouvir, fazia-se necessário vivenciar a presença das rádios e da própria fronteira com as emissoras, conversar com as pessoas e essa parte empírica e etnográfica deu sustentação para falarmos de cultura, identidade e da fronteira geográfica como fronteira cultural e de comunicação, pelas quais podemos concluir algumas observações.

Observamos pelos elementos analisados com o método da hermenêutica de profundidade, depois do processo de reinterpretação somado à experiência etnográfica no campo, de que, com preocupação, encontramos as rádios brasileiras e paraguaias se tornando cada vez mais reféns das programações em rede, de grandes grupos de mídia (Transamérica, JovenPan, Ñanduti, Estación 40, etc), reduzindo e limitando significativamente aspectos do espaço e da função que essas mídias, antes locais, exerciam sobre o espaço, reproduzindo formatos e conteúdos das metrópoles ao invés das relações de fronteira, inclusive com a extinção da produção jornalística local.

Observamos que a questão das disputas pelo espaço público por meio da rádio pelas igrejas é algo que interfere e compõe a programação.

Muitas denominações tem atuado com emissoras comunitárias confessionais e focadas em radioevangelismo no Paraguai e, nas programações estudadas, visualizamos as disputas dentro da consistência de uma mesma emissora: a presença de um programa católico, quase sempre acompanhará em outro horário certa programação protestante.

Observamos que as rádios de fronteira tem sido usadas como elementos de escape das regras nacionais, para controle de políticos e agentes públicos (afinal, as ondas vão alcançar as pessoas nas cidades próximas de qualquer forma, certo?).

É o que acontece com a Radio Frontera, em Bella Vista Norte, por exemplo, que, de posse de políticos brasileiros (tanto a legislação brasileira, quanto a paraguaia proíbem esse tipo de prática), situada em Bella Vista Norte, no Paraguai, com programação toda em português, dirigida a brasileiros, e com formato que imita/tenta disputar com rádios centrais.

Uma situação curiosa é que agora, já no fim da pesquisa, ao revisar cada uma das emissoras analisadas, verificamos que essa mesma rádio não está transmitindo programas locais ao vivo, com produção noticiosa diretamente de Rádio Agência (notícias nacionais e de São Paulo) e o único programa local é o do dono da emissora.

Esse conteúdo é comprado pela rádio, que por genérico e nacional, pode chegar a múltiplas emissoras da mesma forma. Os estranhamento acontece em verificar que uma rádio paraguaia, que tem por foco a população de Bela Vista (Brasil), tem um conteúdo viciado em sotaque e conteúdo com informações e músicas do eixo Rio-São Paulo. No resto, identifica-se com bastante facilidade que os locutores falam muitas coisas nacionais mas nada com relação à região. De fato, a produção é toda feita do Rio de Janeiro, terceirizada. Tudo em português, e com bastante sotaque, claro.

Se considerarmos o rádio de fronteira como parte da indústria cultural, refletimos sobre como as relações de poder e de capital se sobrepõe à cultura em si.

Esse quadro que fragmenta a função local da mídia de fronteira, aumenta de certa forma, o temor, principalmente pelos paraguaios, sobre até onde o Brasil vai invadir a cultura local.

Em entrevista foi possível entender as queixas sobre como emissoras paraguaias são vendidas a brasileiros apenas para transmitir sertanejo universitário em português, por questões políticas, burocráticas, etc. Uma leva considerável de estudantes brasileiros chegam anualmente à fronteira do lado paraguaio atrás dos cursos de medicina e da área da saúde, movimentando a balança migratória e aumentando ainda mais a presença e influencia brasileira no local. Por mais que apresentemos contextos que permitem essas (re)leituras, há a compreensão de que esses conflitos são muito complexos e tem interpretações diferentes conforme a localização do indivíduo e suas atividades no dia-a-dia.

Em meios a essas disputas linguísticas e culturais, as rádios passam a exercer um papel de resistência ou de conveniência, reconhecendo o pluralismo mas sem perder suas essências nacionais.

A preocupação com os direitos culturais como direitos humanos, exige refletir sobre a necessidade de políticas multiculturais que protejam a existência das múltiplas culturas sem que uma se sobreponha sobre a outra.

Destacamos nesse contexto, mais uma vez, o guarani como expressão de resistência da cultura paraguaia e fronteiriça que, conforme as entrevistas realizadas e apresentadas no corpus deste trabalho, desde 2011, com a publicação da Ley de Lenguas.

Esta favoreceu e fortaleceu uma espécie de quebra na planificação das redes de mídia pelo contato com a população, e interferiu sobre a “invasión brasileña” na cultura paraguaia, neste sentido, estendido também à cultura brasileira no espaço de fronteira, que também é invadida pela cultura brasileira de centro, das metrópoles.

É necessário o incentivo à pesquisa sobre elementos específicos dessa programação radiofônica fronteiriça. Até aqui, conseguimos demonstrar que sim, a programação representa em diversas camadas o multiculturalismo presente na fronteira, e que há a necessidade da construção de políticas culturais e de comunicação que garantam liberdade para a diversidade e combate à hegemonia, monofonia e extinção das produções locais de conteúdo pela chegada das redes e grupos de mídia, principalmente pela rede Transamérica em Ponta Porã, em 2006, e anteriormente pelo Sistema Globo de Radiodifusão, em 2002.

Se neste trabalho evidenciamos os contextos e como eles estão representados minimamente nas programações das diferenças culturais e disputas pelas formas culturais num movimento ideológico, a posteriori pretendemos continuar a investigação a partir do elemento de resistência espacial e cultural que une as pessoas dos dois países em memória, história, geografia e a língua guarani.

À medida que o guarani rompe ou limita o avanço planejado do conteúdo das redes, pela participação das pessoas em sua cultura, identificamos o papel da comunicação em sua relação com os sujeitos, e podemos então construir, modelos de mídia, formatos de conteúdo, e políticas

de comunicação e de cultura, que observem o multiculturalismo como fenômeno e demanda intrínseca da identidade da pessoa, que precisa estar representada nos meios de comunicação para ser informada, entretida, e assim, poder participar efetivamente de sua vida social no seu espaço de cultura.

REFERÊNCIAS

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, J. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, v. 31, 2009. p. 137-166.

ANZALDÚA, G. **Bordelands/ La frontera: the new mestiza**. 3.ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 2007.

BALSEBRE, A. **A linguagem radiofônica**. In: MEDITSCH, E. (Org.). Teorias do Rádio: Textos e Contextos. Florianópolis: Insular, 2005.

BANDUCCI JUNIOR, A. Turismo e fronteira: integração cultural e tensões identitárias na divisa do Brasil com o Paraguai. In: **Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 9(3), 2011, p. 7-18.

_____ ; ROMERO, A. Culto aos mortos na fronteira entre o Brasil e o Paraguai; os rituais da Sexta-Feira Santa em Pedro Juan Caballero. In Oliveira, Tito Carlos M (org.). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras Campo Grande: UFMS, 2005.

BARBOSA FILHO, A. **Gêneros radiofônicos**: Os formatos e os programas em áudio. São Paulo: Paulinas, 2009.

BARTHES, R. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 jan. 1977. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOAS, F. **As limitações do método comparativo da antropologia**. In: Antropologia cultural. Trad. Celso Castro – 5. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 7ª reimpressão.

BORDENAVE, J. **Além dos meios e mensagens**: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRANDALISE, R. **A televisão brasileira nas fronteiras do Brasil com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai**. Um estudo sobre como as representações televisivas participam da articulação das identidades culturais no cotidiano fronteiriço. Tese de doutorado. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2011.

CALDAS, M. **Tereré, hábito sul-matogrossense**. Anais do I Seminário sobre alimentos e manifestações culturais tradicionais. São Cristóvão-SE. 21 a 23 de maio de 2012. São Cristóvão: Grupam, 2012. Disponível em: <<http://files.grupam.net/200000226-f0d15f1caf/TERER%C3%89,%20H%C3%81BITO%20SUL-MATOGROSSENSE.pdf>> . Acesso em 28 dezembro 2015.

CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2013.

_____. **Latino-americanos à procura de um lugar nesse século**. São Paulo: Iluminuras, 2008a.

_____. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008b.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, C. **Indústrias de conteúdo em América Latina**. Documento de Grupo de Trabajo eLAC2007. META 13. CEPAL, Brasil, 2008.

CIAMPA, A. In: LANE, Silva T. M. (org) **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CLIFFORD, J. **A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

CLIFFORD, J. **Itinerarios transculturales**. Barcelona, Gedisa, 1999.

COELHO, T. O novo papel dos direitos culturais – Entrevista com Farida Shaheed, da ONU. In. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 11, jan. /abr. 2011. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011.

COHEN, A. **Introduction: the lesson of ethnicity**. In: COHEN, A. (org.). **Urban ethnicity**. Londres: Tavistock Publication, 1974.

COMINETI, A. & OTA, D.C. **104 FM Rádio MS: uma emissora pública e educativa contemporânea à confusão legal da radiodifusão no Brasil**. In: Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 37, 2014. Foz do Iguaçu. São Paulo: Intercom, 2014. CD-ROM.

CUNHA FILHO, F. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história cultural - entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

DA COSTA, G. V. **Etnografia da fronteira Brasil-Bolívia, em Corumbá-MS: Por uma antropologia nas fronteiras**. Unbral Fronteiras. 2014. Disponível em <<http://unbral.nuvem.ufrgs.br/base/items/show/3832>>. Acesso em 26 jan. 2015.

- EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- ELIOT, T.S. **Notas para uma definição de cultura**. Lisboa: Século XXI, 1996.
- ERIKSEN, T. **The cultural contexts of ethnic differences**. Man: Journal of the Royal Anthropological Institute, N.26, V.1. 1991.
- EVANS- PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: Uma descrição do modo de subsistência e das Instituições Políticas de um povo Nilota. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.
- FARIA & SOUZA, **Sobre o conceito de identidade**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 15, Número 1, Janeiro/Junho de 2011: 35-42. <http://www.scielo.br/pdf/pee/v15n1/04.pdf>. Acesso em 10 jan 2016.
- FERRARETTO, L. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.
- GEERTZ, C. **The interpretation of cultures**: selected essays. New York: Basic Books, 1973.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade** (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- GRIMSON, A. **Los limites da la cultura; crítica de las teorías de la identidad**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2011.
- GUEDES, W. **Controle e domínio territorial no sul do estado de Mato Grosso**: uma análise da atuação da Cia Matte Larangeira no período de 1883 à 1937. Revista AGRÁRIA. São Paulo, No. 15, pp. 102-125. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2011. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/viewFile/79014/83087> >. Acesso em 22 jan 2016.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, S. **The rediscovery of “ideology”**: Return of the repressed in media studies. In: GUREVITCH,M; BENNETT, T; CURRAN,J; WOOLLACOTT,J. Culture, society and the media. London: Methuen, 1982.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª Edição. São Paulo: DP&A, 2006.
- HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Revista Mana**. 3. Rio de Janeiro, 1997.
- HARVEY, D. **Spaces of Hope**. Edinburgh: Edinburgh University Press and Berkeley (Ca), University of California Press, 2000.

HAUSMAN, C.; MESSERE, F.; O'DONNELL, L.; BENOIT, P. **Rádio - Produção, programação e performance**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HEIDEGGER, M. **Todos nós...ninguém**: um enfoque fenomenológico do social. Apres. Solon Spanoudis. Trad. Dulce Critelli. São Paulo: Moraes, 1981.

HIGA, E. **A assimilação dos gêneros polca paraguaia, guarânia e chamamé no Brasil e suas transformações estruturais**. Associação Internacional para Estudo da Música Popular. [s.l.]: IASPM, 2011. Disponível em: <<http://www.iaspmal.net/wp-content/uploads/2012/01/EvandroHiga.pdf>> . Acesso em 04 jul 2014.

HIRSCHMAN, A. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JAMESON, F. **Pós-modernismo e a sociedade de consumo**. In: KAPLAN, E. (Org.). O mal estar no pós-modernismo: teorias, práticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

KAPLÚN, M. **Producción de Programas de Radio**. El guión – La realización. Quito: Ediciones Ciespal, 1978.

KUPPER, A. **Cultura**: A visão dos antropólogos. Bauru, SP: Edusc, 2002.

LEVIN, J. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. 2a. Ed. São Paulo: Editora Harbra Ltda, 1987.

LIMA, M.; MOREIRA, R. Fronteira Binacional (Brasil e Uruguai): Território e Identidade Social. **Revista Pampa** .5, 2009. p. 51-68.

MCLUHAN, M. **McLuhan por McLuhan**: conferências e entrevistas. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

MONJE, D.I. **Políticas del audiovisual en el marco de la integración regional mercosureña**. Período 1991-2007. Tese de doutorado. Facultad de Periodismo y Comunicación Social. Universidad Nacional de La Plata. Argentina, 2013. 451 p. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/26307/Documento_completo.pdf?sequence=6> ; Acesso em 7 jun 2015.

MOTTA, D. **A hermenêutica de profundidade como instrumental de pesquisa qualitativa em ciências sociais**: uma introdução. In: ACTA do VIII Congresso Português de Sociologia. Associação Portuguesa de Sociologia. APS: Évora, 2014. Disponível em: <http://www.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0165.pdf> . Acesso em 06 jan 2016.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. 3. ed. São Paulo: Paralelo 15, 2006.

OTA, D.C. **A informação jornalística em rádios de fronteira: a questão da binacionalidade em Ponta Porã-Pedro Juan Caballero e Corumbá-Puerto Quijarro**. Tese de Doutorado. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2005.

_____. **Mapeamento da mídia fronteiriça em Mato Grosso do Sul**. Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, PE, 2 a 6 de setembro de 2011. Recife: Intercom, 2011 (CD-Rom).

OTRIWANO, G. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PEREIRA, J.V. **Escolas de fronteira: espaços de trocas, diálogos e aproximações**. In: OSÓRIO, A.; PEREIRA, J.; OLIVEIRA, T. América Platina: educação, integração e desenvolvimento territorial (Vol. 1). Campo Grande: UFMS, 2008.

PINTO SOBRINHO, A. **Amambai: Memórias e histórias de nossa gente**. São Paulo: Pedro & João editores, 2009.

RADDATZ, V. **As Representações da Identidade Cultural do Rádio de Fronteira**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28., 2005. Rio de Janeiro. São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

RADDATZ, V. & MULLER, K. **O elemento linguístico como marca sociocultural na mídia fronteiriça**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, p. 107-118, jun. 2009.

_____. **O elemento linguístico como marca sociocultural na mídia fronteiriça**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, p. 107-118, jun. 2009.

RAFFESTIN, C. **A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira** In: OLIVEIRA, T. (org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005.

ROCHA, S.; ARAGÃO, A. **Direitos culturais no Brasil e uma breve análise do Programa Cultura Viva**. In: Anais do II Simpósio Internacional de Direitos Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_SophiaCardosoRocha_e_outro_Direitos_culturais_no_Brasil_e_uma_breve_analise_do_Programa_Cultura_Viva.pdf . Acesso em 11 jan 16.

RODRIGUES FILHO, L.; OTA, D. **A questão do multiculturalismo nas rádios da fronteira Brasil-Paraguai: culturas híbridas na dinâmica global/local**. In: Anais do XII Congreso de La Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. Lima: Alaic, 2014. CD-ROM.

_____. **Mapas para ver e ouvir a comunicação midiática no espaço cultural de fronteira.** In: Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. 27, 2015. Campo Grande. São Paulo: Intercom, 2015. CD-ROM.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, L. As identidades culturais: Proposições conceituais e teóricas. In **Revista Rascunhos Culturais:** Coxim/MS, v. 2, jul/dez. 2011, p. 141-157.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo.** Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru: Edusc, 1999.

SEN, A. **Identidade e violência:** a ilusão do destino. 1ª ed. Tradução: José Antonio Arantes. São Paulo: Iluminuras, 2015.

SEREJO, H.; et. al. (Orgs.). **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul (1883– 1947).** Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986.

SOARES, M.; JARA, T. **Jornalistas da Fronteira Brasil/Paraguai.** Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. Campo Grande – MS, 7 a 9 de junho de 2012. Campo Grande: Intercom, 2012. (CD-Rom).

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TAYLOR, C. A política de reconhecimento. In: TAYLOR, C. et al. **Multiculturalismo – examinando a política de reconhecimento.** Lisboa: Piaget, 1994.

_____. **As fontes do self.** A construção da identidade moderna. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

THOMPSON, J. **Ideología y cultura moderna:** Teoría Crítica Social en la era de la comunicación de masas. Tradução de Gilda Caviedes. 1ª reimpr 2ª ed. Universidad Autónoma Metropolitana: Coyacán, 2002. Disponível em: <http://www.uamenlinea.uam.mx/materiales/licenciatura/diversos/THOMPSON_JOHN_B_Ideologia_y_cultura_moderna_Teoria_critica_s.pdf>. Acesso em 06 jan 2016.

TURNER, T. Anthropology and Multiculturalism: What is anthropology that multiculturalists should be mindful of? **Cultural Anthropology**, v.8, n.4, p.411, 1993.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.** Paris, 2001. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/>>

texto/ue000115.pdf .>. Acesso em 11 jan. 16.

VASSALO DE LOPES, M. I. **O Rádio dos Pobres**: comunicação de massa, ideologia e marginalidade social. São Paulo: Loyola, 1988.

VELASQUEZ, J. **Conheça um pouco da história do município de Bela Vista MS**. Portal Bela Vista MS. 01 fev 2009. Disponível em: <<http://www.belavistams.com.br/noticia/2009/02/01/conheca-um-pouco-da-historia-do-municipio-de-bela-vista-ms>> . Acesso em 13 jan 2016.

VELHO, G. **Memória, Identidade e Projeto**. Revista Tempo Brasileiro. Nº.95, out/dez, 1988. p.119-26.

VILLA, P. **Crossing Borders, Reinforcing Borders. Social categories, metaphors and narrative identities on the U.S.-Mexico Frontier**. University of Texas Press, 2000

WILLIAMS, R. **Culture**. London: Fontana, 1981.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

Legislação:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988

_____. Decreto nº 52.795 de 31 de outubro de 1963. **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**. Brasília: Presidência da República, 1995. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D52795.htm> . Acesso em 2 jul 2015.

_____. Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962. **Código Brasileiro de Telecomunicações**. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm> . Acesso em 2 jul 2015.

_____. Decreto nº 85.064 de 26 de agosto de 1980. **Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira**. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm> Acesso em 26 jun 2015.

_____. Lei nº 6.634 de 2 de maio de 1979. **Dispõe sobre a Faixa de Fronteira**. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm> Acesso em 26 jun 2015.

_____. Portaria nº 125, de 21 de março 2014. **Dispõe sobre as cidades-gêmeas**. Diário Oficial da União, nº 56, p. 45. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2014.

PARAGUAY. Constitución. (1992). **Constitución de la República del**

Paraguay. Asunción: 1992.

_____. Ley nº 4.251 de 11 de mayo de 2011. **Ley de Lenguas.** Secretaría Nacional de Cultura. Asunción: Congreso de La Nación Paraguaya, 2011.

_____. Ley nº 642 de 27 de julio de 1995. **Ley de Telecomunicaciones.** Asunción: Comisión Nacional de Telecomunicaciones, 2011. Disponível em <http://www.conatel.gov.py/files/marcoregulatorio/leytelecomu/Ley_N_642-95.pdf>. Acesso em 2 jul 2015.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

_____. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**, 1966.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ELIZA MARCONI

Entrevista com Eliza Marconi, radialista, mestre em estética do audiovisual, coordenadora de programação da Rádio Globo AM – SP.

Entrevistador: Você pode começar se apresentando e falando sobre sua trajetória no rádio para depois falarmos de programação.

Fonte: Meu nome é Elisa Marcone. Esse Marcone não é artístico, é meu nome mesmo, verdadeiro. Acho que não poderia trabalhar em outra coisa, senão em rádio. Eu sou formada em Rádio e TV e meu mestrado é em estética do audiovisual. As duas formações pela USP. Eu me graduei em 2001 e peguei o mestrado em 2006, outubro de 2006, se não me engano. Outubro de 2005, desculpa. Isso mesmo!

Eu trabalho nessa área de rádio e de televisão desde 1997 que foi o ano que eu entrei na faculdade e minha carreira foi sempre se desenvolvendo pro lado de áudio. Trabalhei em dublagem, trabalhei em produtora de áudio, emissoras de rádio. Foi sempre indo para esse lado. Trabalhei um pouco em TV, um pouco em assessoria de imprensa, mas nessa área de rádio. Mas o forte sempre foi som, sempre trabalhando nessa área.

Desde 2013, estou aqui na Rádio Globo. Meu cargo aqui é coordenadora de programação. A gente tem um coordenador de programação na Rádio Globo do Rio e outro na Rádio Globo de São Paulo e a diferença é que o coordenador de programação da Rádio Globo de São Paulo é a pessoa responsável pela manutenção da rede. Pela organização, sistematização e para garantir que a rede funcione. São Paulo é a cabeça da rede. Rio de Janeiro está fora da rede, faz uma programação bem local e, com exceção de alguns momentos do final de semana, ele transmite alguns programas para a rede.

De qualquer maneira, mesmo nesses momentos de transmissão do Rio de Janeiro para a rede, quem comanda os breaks, quem dá os horários, quem organiza a saída e a volta da rede é São Paulo. Então, tudo isso é meu papel. Meu trabalho mais importante aqui é sistematizar a programação semanal. Sistematizar e mandar para todos os envolvidos, que é uma lista gigantesca. Que vai desde os produtores do programa, aos operadores, aos gerentes, aos programadores de cada regional, enfim, é uma lista gigante. Esse é o meu trabalho.

E: Como funciona a gerência dessa programação na Rádio Globo?

F: Nós temos três emissoras próprias que é São Paulo, Rio e BH e nós temos 26 afiliadas. Isso só Rádio Globo, Rádio Globo 100%. Além disso, nós temos 70 afiliadas que retransmitem o programa do padre Marcelo. Então a gente tá falando aí de 100 emissoras, pelo menos. Um grupo bem gordinho. A natureza da programação, o que a gente trabalha aqui no dia-a-dia é um pouquinho diferente do que a gente trabalha em faculdade. É engraçado isso. Eu fui professora de programação sem nunca ter trabalhado no dia-a-dia com isso. Estudei programação e então fui dar aula disso. Mas a natureza do nosso trabalho aqui é garantir que, primeiro em termos locais, que a gente tenha uma sequência de produtos que faça sentido para a própria emissora, para a sociedade, para o público, para o que se espera de uma emissora *talk* que é o que nós somos, com todas as suas singularidades, com todas as suas peculiaridades, com todo o desafio de atender nacionalmente um país com a diversidade do Brasil. Como é que a gente fala de um assunto que interessa o

pessoal de Mato Grosso, interior do Paraná, Amazônia, Nordeste, Sudeste. A gente tem que tratar desses assuntos que tem que interessar todo mundo, né? Então, a gente tem que ter uma programação que internamente esteja muito coerente, que faça sentido e atenda as nossas expectativas. A gente tem que ter uma programação que respeite as localidades. Então a gente tem momentos, pedaços do nosso dia que são absolutamente locais e assim eles tem que ser, mas ao mesmo tempo a gente tem momentos que são, que se mesclam entre nacional e local, nacional e local, nacional e local a cada 15 minutos. E o que é local tem que ser super local, o que é nacional tem que ser super nacional e a passagem de um para o outro tem que ser suave. Então, é um tremendo desafio todos os dias. É delicioso, tá? Não estou reclamando, não. Acho uma diversão. Estava falando isso ontem para o meu chefe. É tudo o que eu gosto. Está tudo aí. É um banquete, mas dá um trabalho danado, mas é um banquete. Então, eu acho que a gente tem que partir isso por etapas. Você quer ir fazendo perguntas ou quer que eu vá contando?

E: Como você se sente mais a vontade?

F: Se você for me perguntando, eu acho melhor.

E: Bom, então você já falou como funciona a programação por aqui. Considerando toda essa sua vivência, como pesquisadora e profissional, como você definiria “programação radiofônica”?

F: Excelente pergunta! A área da programação é uma área que ela é nevrálgica, primeiro porque ela aglutina várias frentes, né? Ela aglutina o pessoal, os trabalhos do marketing, os trabalhos de estratégia, os trabalhos de produção de conteúdo, os trabalhos comerciais, né? Que é o break propriamente dito. Então, ela é uma área nevrálgica porque ela é o coração da organização de onde entra cada coisa. Para começar é isso. Tem esse papel.

Segundo, ela é uma área extremamente importante porque ela define a ordem de entrada dos produtos, sejam editoriais, sejam comerciais. Na Rádio Globo a gente entende que o break comercial ele não é um bloco separado do restante da programação. Ele não é para o apresentador levantar e ir fazer xixi, ele não é para o ouvinte levantar e fazer xixi. Ele precisa fazer parte porque trazendo o break pra dentro da programação de conteúdo a gente garante que o ouvinte ouça aquilo, tenha maior audiência. O cara nem sente, então ele não muda de emissora. Então é também o entendimento de que todos os bloquinhos eles não são separados. Eles fazem parte de um trem, um ligadinho no outro e eles têm que se misturar, eles têm que ter uma intersecção. Terceiro, o que é extremamente importante na nossa programação. Ela tem que respeitar o que é local e o que é rede. O que é do Brasil todo e o que é localzinho, né? Próprio de cada localidade. Isso é extremamente importante também.

O que mais é importante na nossa programação? Ah, é na programação também, na organização da organização que a gente entende o equilíbrio do nosso tripé, que é: esporte e informação, prestação de serviço e entretenimento. É olhando a grade de programação e break que a gente entende se a gente está desequilibrando em algum momento. É também a grade que dá pra gente aquela coisa, que a Mônica Rebecca Nunes que você deve ter lido, mostra sobre o nascer e o morrer do dia, né? O nascer e o morrer do ciclo. É a grade que permite isso pra gente. Então, a programação ela é todo o plano de fundo e ela é o escaninho em que a gente vai organizando o que a gente produz de forma a atender a estratégia que a rádio tem. Se é uma

rádio que não tem estratégia, a programação é falha, mas se é uma rádio que tem estratégia a programação é a ferramenta pela qual essa estratégia se transforma em realidade, se faz realidade.

E: Você acha que é possível uma programação ser construída tanto institucional para da sociedade afetando o planejamento institucional?

F: Sim, a gente tem de partir de algum lugar, né? Porque senão fica que nem a Tostines, né? Vende mais porque é fresquinho ou é fresquinho porque vende mais. A gente tem que partir de algum lugar. Então a gente parte de uma percepção que a gente tem do que é bom para a sociedade. E a gente vai ajustando isso de acordo com o que a sociedade nos devolve. Eu vou te dar dois exemplos.

A gente tinha um programa nos domingos de manhã que era. Deixa eu dar um passo pra trás pra poder explicar uma coisa pra você. Em rádio, a medição de audiência, o ibope, ele bate na casa das pessoas e boa parte do que elas respondem, a gente chama de recall. O que você ouviu ontem? O que você ouviu anteontem? Que horário que você ouviu isso? Então é a lembrança que a pessoa tem sobre o que ela ouviu. Certo? Por conta disso, desse recall a gente tinha lá uma mediação de audiência da gente que, domingo das 9h as 10h da manhã era um horário que bombava, mas bombava absurdamente. Não era possível que fosse isso porque o programa que estava ali não era um programa feito pra bombar. Por que que a gente tinha esse recall? Porque de segunda a sábado era o programa da missa do Padre Marcelo que o nosso programa de maior audiência. Então, quando você pergunta pro ouvinte o que ele ouviu no domingo, das 9h às 10h, ele cravava na hora: padre Marcelo Rossi, embora não tivesse programa do padre Marcelo ali.

Então o que a gente fez? A gente pegou esse momento de grande audiência e resolveu colocar um programa que gerasse algum tipo de ruído. Esse programa se chama "Eu sempre quis fazer rádio". Ele é apresentado cada semana por um artista, por um famoso de São Paulo, do Rio de BH, enfim, mas tem que ser um famoso, uma personalidade. Rapidinho a gente percebeu que esse programa novo não se sustentava nesse horário porque a grande audiência não garantia uma grande audiência de fato, né?

Então, a gente tirou ele e colocou em um horário mais apropriado. Ele hoje é apresentado sábado a noite. Tá indo super bem no sábado a noite. E no domingo a gente colocou um programa mais com caráter de família, né? Com jeito de família. Então, a gente oferece uma coisa pra sociedade e a sociedade responde e a gente organiza a grade a partir daí. Também muito sem querer a gente colocou um programa domingo a noite que é reprise do sábado e bomba. Ele realmente bomba. Quando a gente mexeu, a sociedade resmungou que a gente mexeu nele. Então a gente mantém ele lá. É uma reprise.

E: A grade sempre é mutável?

F: Ela é! Ela é mutável só que em rádio a gente precisa ser muito respeitoso com isso porque tudo é muito lento, tanto pra população, né? Para os ouvintes dizerem se gostaram ou não. A gente não pode ter ansiedade. A gente precisa dar três, seis meses, um ano pra dizer se o programa deu certo ou não. Se não tem, a gente tem que mexer que é o que a gente fez nesse exemplo que eu acabei de dar. Então, ela tem que ser... tem um livro bonito...é super famoso, está na ponta da língua...não é Barcellar...

E: Balsebre?

F: Balsebre! Obrigada! Ele fala que o exercício diário de um radialista é ficar entre o que é inesperado, a surpresa, a emoção e a absoluta rotina. Dar ao ouvinte exatamente aquilo que ele sabe que vai ouvir naquele horário e surpreender esse ouvinte também. Esse é o nosso fio da navalha diário. Mas assim, a gente propõe, a sociedade responde e a gente muda de acordo com isso. Portanto, a gente tem que ter sempre um ouvido super aberto pra isso. A gente tem que sentir no ar se as pessoas estão gostando ou não. Então tem uma parcela de intuição, uma parcela de pesquisa e tem uma parcela de ousadia também. Na grade tem que ter isso.

E: Existe um consenso que tentaram classificar alguns formatos radiofônicos em gêneros, em formatos mesmo. Quais seriam os gêneros, os formatos que para você, nesse seu tempo de experiência, existem?

F: Ótima pergunta! Ótima pergunta! Super bom! E aí eu vou falar a partir do ponto de vista de alguém que trabalha com rádio talk. A rádio talk é uma rádio que ela é mais falada que cantada, mas ela não exclui música. Ela não é rádio news, não é só de blá blá blá. Então ela tem um pouco de tudo.

Então a gente começa com aquela divisão clássica: informação e entretenimento. E aí a gente tem aqui na Rádio Globo, 40 % de informação, 60% de entretenimento. Aí você vai me perguntar: O que é que vai dentro de informação, Elisa?

Vai jornalismo, esporte e prestação de serviço. Isso está dentro de informação e dentro de entretenimento? Todo o resto. Música, jogos, participação do ouvinte, piada, oração, religião. Tudo isso é entretenimento. Porque houve uma meleca no português é que entretenimento parece sempre que é gente fazendo graça, humor e não é. Religião não é engraçado. É sério, mas é entretenimento porque não é informação, né?

Então acho que a gente pode botar dois grandes gêneros, informação e entretenimento. Dentro de informação a gente tem jornalismo, esporte e prestação de serviço. Aí tem gente que diz assim, mas jornalismo e esporte é uma coisa só. Pode ser, mas aí como é que você chama transmissão esportiva. Não é jornalismo, né? Então, vamos botar jornalismo, esporte e prestação de serviço e dentro de entretenimento todo o resto: música, coisas que são bem leves, então piada, joguinhos, participação de ouvinte e toda a parte religiosa. Então tem três e três, digamos assim. Assim a gente tá bem composto.

E: Você acha que o ouvinte brasileiro ele tem preferência por um determinado formato, dentre todos esses que você falou? O que mais tem chamado atenção?

F: Então, não. Ele gosta de equilíbrio. Quando eu entrei aqui eu falei para o meu chefe: Ai! Por quê que a gente não derruba música logo? Pelo amor de Deus! Quem gosta de ouvir rádio vai pra FM. Aí meu chefe falou: você está louca? Não pode de jeito nenhum derrubar música. As músicas tem que ser curtas e só sucesso e não os sucessos de hoje, os sucessos de ontem porque nosso público é mais velho. Mas se você derruba música o cara migra pra (Nativa? minuto 14:46) imediatamente. Então, tem que ter música.

Então o que eu diria para o público? Ele gosta de equilíbrio. Ele não gosta de encher o saco de mais com a notícia, não gosta de se encher o saco com esporte, não gosta de se encher o saco com música. Ele gosta de um equilíbrio bem equilibrado mesmo. Um tripé eu diria. Então a preferência é que um vá

sucedendo o outro pra que ele não fique sem vontade, sem saco para nenhum desses formatos.

E: Ok. E qual você acha que é o principal desafio, porque assim, as audiências em todas as músicas elas têm mudado o perfil, por causa da internet, a mobilidade. Que embora o rádio sempre foi um veículo móvel, desde o transistor, as redes digitais tem mudado um pouco o perfil e até a exigência dos ouvintes em relação a interatividade, a várias coisas. Como você acha que esse novo ouvinte, com esse novo perfil tem mudado ou tem deixado de tendência pra quem organiza o conteúdo da rádio?

F: Eu acho que tem duas coisas superimportantes e que são nossos desafios aqui. A gente acorda e vai dormir pensando nisso. Primeiro, onde é que o ouvinte vai ouvir a gente? Então a gente hoje, a Rádio Globo ainda é em São Paulo é uma rádio AM apenas e apesar disso ela dá 450 mil ouvintes no pico, lá com padre Marcelo. Pra você ter ideia, o AM em São Paulo tem 550 mil ouvintes. Vamos botar 600 mil se a gente quiser chutar alto. 600 mil ouvintes, 450 mil estão aqui com a gente. Então a gente tem pouco pra onde crescer no AM, muito pouco mesmo. A gente fica variando entre a 7ª e a 8ª rádio mais ouvida de São Paulo, mesmo sendo só AM.

Então por outro lado a AM é muito difícil de ouvir, muito difícil mesmo e quanto mais a gente tem aparelhos digitais na nossa casa e no nosso bolso, celular, TV de LED e tal, mais difícil de ouvir AM. Então primeiro desafio é onde esse cara vai ouvir a gente. Ele não consegue ouvir a gente no carro, a menos que ele ligue o aplicativo. Pra ele ligar o aplicativo, ele vai consumir o pacote de dados dele. Esse é um desafio pra gente. Convencer esse cara a usar o pacote de dados dele ou brigar com a Prefeitura pra ter Wi-Fi de boa qualidade pra transmitir áudio. Não é muito fácil. Ele ouve a gente na TV a cabo, ele ouve a gente no computador e no aplicativo. Então a gente precisa fazer crescer essas fórmulas alternativas que estão se tornando as fórmulas oficiais. Mas vamos, lá! Então esse é um desafio pra gente, fazer crescer essas fórmulas alternativas e, segundo, ao ouvir a gente nessas fórmulas alternativas, ele lembrar que é a mesma coisa. A mesma Rádio Globo de sempre só o que mudou foi o suporte de mídia, né? Isso é um tremendo desafio! Parece que não, mas é um grande desafio.

Agora, isso é uma frente. A segunda frente. Essa primeira frente serve pro suporte, a segunda frente tem a ver com cultura, né? Que assim, quem disse que esse ouvinte quer ouvir o que você quer que ele ouça na hora que você quer que ele ouça? Ele quer ouvir o que ele quer ouvir na hora que ele quer ouvir. Ouvinte do futuro é isso, né? A gente já tem trabalhado um pouco com isso, oferecendo os áudios que ficam disponível ali na internet, chamados de podcasts antigamente. Eu não acredito mais nessa nomenclatura por questão pessoal. Acho que não vingou aqui no Brasil. Tem que encontrar uma outra maneira pra isso ser de fato, factível, né? Viável, efetivo. Mas enfim, vamos dizer assim, a gente deixa ele disponível pro cara ouvir na hora que ele quiser, mas o que a gente quer que ele ouça, né? Isso é um desafio tremendo! Mas eu fico mirando, a gente mira muito o exemplo do youtube e do netflix, né? Youtube de graça e todos os canais que são um pouquinho pagos pro cara ouvir o que ele quer na hora que ele quer. Então, o Spotify, o Netflix o Net Now, o Youtube que é pago. A gente tem que dizer pra esse cara que tudo o que a gente produz, todos os conteúdos que a gente produz vão estar ali disponíveis

pra ele na hora que ele quiser. O de hoje, de ontem, da semana passada pra ele fazer a programação dele.

Acontece que quando o cara senta na frente do Netflix, ele sentou na frente do Netflix porque ele quer parar para assistir aquilo. As pessoas não fazem isso com rádio. O grande desafio é como é que o cara opera esse aparelho e continua fazendo as coisas que ele estava fazendo. Se ele ficar parando toda hora, ah, agora eu quero ouvir esse. Agora eu quero ouvir esse, ele vai perder muito tempo e ele não quer perder esse tempo. E se você pegar que o nosso ouvinte tem acima de 50 anos, ele nem só não quer perder tempo como ele não veio com esse chip embutido. Os meus filhos que tem 13 e 9 anos vieram com esse chip. Pra eles, é ridiculamente simples fazer algumas coisas que para o meu ouvinte que é mais velho, não.

Então, há uma mudança de cultura mesmo. Como é que a gente vai oferecer esse pacote de conteúdos incríveis que a gente produz diariamente e são incríveis, são super ótimos pra vida dele de uma maneira fácil, acessível e que ele não perca o tempo dele. Talvez, um dia a gente no futuro, a gente tenha um aplicativo que o cara bota assim: esportes e aí vai vir a sequência e o que ele não quer ele aperta um botãozinho, esse eu não quero, eu quero o próximo, eu quero o próximo. Pode ser. Eu fico pensando alto. Isso já foi sugerido, mas a gente não tem previsão. Pode ser que seja isso, pode ser que não.

Pode ser que o próprio google descubra quais são minhas preferências e me ofereça. Diz assim ó: Elisa, na rádio do Globo tem essa programação, coisa que eu acho que combina com você. Vê se você gosta. O google now faz isso já um pouco com a gente. O google launcher também. Enfim, mas a gente se preocupa com isso. Então, uma coisa é o suporte, outra coisa é a cultura. O suporte é muito mais fácil, a cultura é muito mais difícil mexer em qualquer coisa. Mas a gente tá de olho nisso, a gente tá atento porque a gente tem uma herança, uma bagagem muito gorda, muito pesada, no melhor sentido. Muito valorosa pra desperdiçar só porque o celular não acompanhou, né? A gente tem que fazer o celular acompanhar. Esse histórico que a gente têm.

E: Você acha que existe programação radiofônica multicultural?

F: Multicultural, sim. A resposta é sim. Se a gente entender cultura com C maiúsculo, como manifestações repertoriadas numa sociedade, sim existe. Se você quer saber se isso chega a manifestações micro, acho que é um pouco genérico ainda. Mas veja só a gente tem uma preocupação, de novo vou falar com base no que eu tenho aqui de rádio globo, que é uma programação bem variada até. Me surpreende, me surpreendeu até quando eu vim pra cá. A gente tem programa para caminhoneiro, pra nicho do pessoal de caminhão que é um público muito específico e a gente tem duas vezes ao dia, 5h da manhã e 15h da tarde. É muito específico e a linguagem é muito própria. Eles falam “to no trecho”, eles não falam” to na estrada”. Eles falam “to tocando com outro”, tocando quer dizer, indo junto. O nome Trucão que é o nosso apresentador é um nome muito conhecido no meio dos caminhoneiros. Então é um nicho muito próprio, cultural mesmo. Com linguajar próprio, com significações próprias, mas que ao mesmo tempo não está localizado numa praça. Eles circulam pelo Brasil todo. É super bonito como eles integram o Brasil todo. Eles estão no interior, estão no litoral, estão no Norte, estão no Sul, estão no Centro Oeste. Então a gente vê notícias de lugares que a gente não veria em outros programas. É super legal. Tem buraco, tem posto de saúde, tem restaurante

que é bom pra caminhoneiro, a gente tem sim essa preocupação. Agora a gente programas também que são super generalistas.

Gente como a gente, por exemplo, fala sobre relações humanas. Relações humanas são muito próximas, muito parecidas no Sul, no Norte, no Centro-Oeste, no interior, no litoral, na Capital. Problema da nora com a sogra tem em qualquer lugar. Então, também isso é multicultural, embora sirva pra uma parcela muito maior da população. Sim, eu acredito em programação cultural. O que eu acho é que a gente não deve cair numa roubada de achar que a diversidade de um lugar impede que outro lugar vizinho ou próximo ouça o programa daquele lugar. Eu acho que é bonito a gente buscar o que há de universal dentro do local. Isso é bem bonito.

Quando o caminhoneiro para pra para ouvir a Ave Maria às 18h da tarde, isso serve para o caminhoneiro, para o lavrador, pra dona de casa, pra costureira, pro cara que tá no trânsito de São Paulo que é uma pedreira. Então é algo que nos une também. A diversidade, ela não precisa espantar. Ela pode chamar pra perto também.

E: Uma outra situação, ainda nesse contexto, que no Brasil ainda não existe mas que tem vindo como tendência de outros países como Canadá, Reino Unido, é essa questão dos imigrantes que há anos já acontece, né? Rádios que às vezes criam programas em outras línguas e tal, no Brasil isso não existe ainda porque era proibido até pouco tempo atrás transmitir em uma língua que não fosse português. Hoje, já pode línguas oficiais.

F: Então, mas você não pode transmitir. Não pode ter Rádio Globo em Miami porque você teria que ser transmitido em Português.

E: Isso

F: Exatamente. Então, continua algumas coisas

E: Mas existe essa disposição, de que talvez, dentro das modernizações das ações de radiodifusão estaria essa questão do multiculturalismo também. Como que você vê, o que sente sobre esse assunto?

F: Acho que no Brasil a gente tem uma coisa. Isso é bom e é ruim, né? Essa questão da língua é muito arraigada aqui. A gente defende isso com muita violência porque foi o que garantiu um país que é continental, ser um país, né? É de fato o que nos une - da Amazônia ao Rio Grande do Sul. De fato não é outra coisa, é a língua mesmo que ela seja falada de forma diferente. É o português que costura o que nós somos, né? É por causa do português que a gente pode dizer que é uma coisa só. Então, tem essa coisa tão dura em relação a língua portuguesa e é bom pra manter o português aí fortão.

Por outro lado, nos separa da América Latina que está aqui, né? Nos separa da América do Norte que está a um pulo da gente também. Nos separa da Europa que é nossa Matriz. De algum jeito é nossa matriz, né? Veio de Portugal, né? Mas a gente tem influência da Itália, por exemplo. Nossa, tão forte, né?

Agora, embora a língua não seja só o português que a gente fala aqui. A gente tem um cuidado com imigrante daqui muito, muito grande. Os imigrantes italianos têm vez, os imigrantes orientais têm muita vez aqui. A gente tem falado muito dos bolivianos e a gente tem agora falado muito dos haitianos. Eles são assunto pra gente e é um público que nos interessa porque é uma classe média baixa trabalhadora, extremamente trabalhadora e que escolheu São Paulo porque quer prosperar e uma das filosofias da Rádio Globo, quando você passar você vai ver que tem o quadro da essência Globo, é isso, é prosperar, é ir pra frente, é ajudar as pessoas a ganharem a vida delas, de

qualquer maneira. E são pessoas que são muito bem acolhidas pelas igrejas, né? E a gente tem uma parceria com as igrejas, mais com a igreja católica, menos com a igreja evangélica. Mas também a igreja evangélica tem muita vez porque nosso público evangélico é muito forte. Então a gente tem o cuidado de acolher esse público aqui com a gente. É um cuidado grande mesmo. E de condenar qualquer atitude que seja de xenofobia, de violência contra imigrante. Agora ainda esse imigrante é visto como imigrante, tem isso. A gente vê isso claramente e a gente tem uma diferença com Rio de Janeiro, por exemplo que São Paulo é tem uma colônia nordestina muito grande, né? Nós somos filhos de nordestinos, neto de nordestinos. Somos nordestinos. Eu sou nordestina. Então, a gente tem essa coisa de gente que veio de fora e ajudou a constituir São Paulo. Então a gente tem um carinho super grande. Rio de Janeiro não tem e a nossa matriz é o Rio de Janeiro. Então pra gente convence-los de que isso é uma parcela que precisa ser contemplada na nossa programação, a gente sofre!

Não é porque o Rio de Janeiro é contra ou é xenófobo, mas é porque eles não enxergam essa moçada que tá aqui. Eles não foram formados por nordestinos. Não como a gente.

E: O que é um desafio dessa programação em rede, né?

F: Sim.

E: Não tem como você ser homogêneo...

F: Não tem. Agora, tem aquilo. A gente precisa encontrar o que tem de universal, respeitando a diversidade. Mas enfim, a gente não tem esse problema com outras línguas, não. Mas a gente tem uma preocupação de acolher, de trazer essa moçada aqui pra dentro, sempre.

E: Com relação, ainda nesse esquema das línguas e de culturas diferentes, a escolha das músicas. Existe o popular, aquilo que as pessoas querem ouvir porque está em rádio, é normal. Mas existe uma preocupação de colocar, por exemplo, uma música desse pessoal imigrante? Uma música da Itália que não seria ouvida normalmente?

F: Sim. A gente tem a programação que é, programação musical que é o nosso fio condutor. O que que é essa programação fio condutor? Ela é basicamente sucessos, 80% músicas de origem sertaneja, 10% músicas populares românticas, digamos assim e 10% forró e outros ritmos que vem do nordeste, pensando na nossa composição, né? Nossa composição geográfica é essa e a gente respeita isso. Não são músicas de vanguarda, não são lançamentos do mercado fonográfico. São aquelas músicas que fizeram ontem. Por quê? O nosso público tem que se sentir absolutamente confortável ao ouvir essas músicas. Ele tem que poder cantar junto, né? Então, esse é nossa matriz, nosso fio condutor. Muito bem, junto com isso a gente tem os programas especiais que trazem músicas de outras frentes. Então sempre tem nos programas uma ou outra música que foi sucesso nos anos 70, disco, nos anos 80, aqueles rockzinhos brasileiros que a gente contempla nosso público com isso. Em alguns programas, principalmente os da manhã e esse que é do nicho dos caminhoneiros, sertanejo de raiz, raiz mesmo e forró de raiz, sempre tão ali. E nos programas mais descontraídos, da noite e tal, a gente coloca músicas que dizem respeito a nicho da população, mas que não tocariam na programação normal.

Então, por exemplo, tem Reginaldo Rossi que toca a noite, que é o forró brega. Isso toca na programação noturna. Então a gente tem uma preocupação com a

variedade, mas todas essas músicas as pessoas podem cantar junto. Não é pra descobrir, nem pra resgatar. Mas são músicas que as pessoas cantariam junto. Então foram sucessos em algum momento. Ou há muitos anos, ou há poucos anos, mas de alguma maneira as pessoas tem que saber cantar junto.

O que é legal é que a música é um apoio muito forte pra gente chegar nessas pessoas. Então, outro dia a gente recebeu um grupo, um coral de haitianos, de crianças haitianas que vieram aqui cantar música em português. Coisa mais maravilhosa que tem, emocionante. Não dá pra não se emocionar. Outro dia a gente recebeu um coral das mamãs de São Vito que vieram cantar músicas da região de (incompreensível [00:31:48]) que é onde elas ficam ali, sul da Itália, aquele bico da bota ali. Minto, é o salto da bota e elas vieram trazer essas músicas. Então, não é o tempo todo, mas a gente têm bons momentos de resgate. Teve algum momento lá com o Tuta, a feira dos bolivianos. Então a gente botou o coral dos bolivianos pra cantar músicas de lá também. Músicas que eles escolheram, eles disseram, enfim. Depois a gente recebeu A Trovadores Urbanos pra colocar músicas da seresta de São Paulo dos anos 20 e 30 que são os pais dos nossos ouvintes, os avós dos nossos ouvintes que cantavam. Então tem, sim. Tem essa preocupação e eu e meu gerente a gente sempre incentiva a ter esses momentos especiais.

A gente teve um momento que foi Raul Seixas. Estava lá fazendo aniversário de morte dele, então a gente fez um programa Raul Seixas. Aniversário de nascimento do Luis Gonzaga, então vamos resgatar o Luis Gonzaga, teve o ano Luis Gonzaga, que foi em 2012, se não me engano, ou 13. A gente tem, sim esse cuidado. Está lá na nossa programação. Se as pessoas ouvirem, tá lá. Nas nossas 24 horas, tá lá.

E: Em relação as determinações do Ministério das Comunicações das AMs virarem FM. Vocês estão fazendo alguma mudança? Isso está interferindo na programação?

F: A gente em 2013 já começou a fazer uma programação que poderia tocar numa FM sem sofrimento, principalmente os programas das pontas. Do início da manhã e do final da noite e a gente pode ousar um pouquinho mais e esses programas migram amanhã, a gente poderia ir. Não só por conta das migrações do Ministério das Comunicações, mas porque a Rádio Globo intenta, tem a intenção de comprar uma FM em São Paulo. A gente só não tem isso ainda porque não tem FM a vista. As que têm, que de vez em quando aparecem, elas custam um valor impagável mesmo para o grupo Globo, né? Que não queima dinheiro. Mas assim na hora que aparecer FM, antes, durante ou depois da migração, não importa, a gente vai.

E: Mas não é um problema?

F: Não, não é. A gente já pesou nossa programação indo pra lá. Ah, mas a FM é mais jovem...e daí? A gente conquista esse público, não tem problema nenhum. E a gente tem programas que são pra gente jovem. Esporte, por exemplo, bomba nas redes sociais. É ouvido nos aplicativos, por exemplo, por pessoas de 29 anos, 30 anos, jovens, né? Não é um problema, né?

Agora o que a gente pensa sobre isso? Vai demorar, vai demorar muito. Vai demorar não por conta...seria até o final do ano que vem, né? Por lei...Mas a gente acha que vai demorar muito mais porque teria que produzir aparelhos de captação de sons, receptores, com essa banda, né? Com essa banda que hoje é ocupada pelas televisões. Não sei se a GM quando faz cabos está pensando nisso. Não sei. Se estiver pensando, bom pra gente, mas e se não estiver

pensando? É como TV preta e branca, até dois anos, três anos atrás, vendia TV preta e branca. O governo pressionando para parar de ter sinal analógico e ainda tinha gente transmitindo em preto e branco, pô.

Então, hoje quase todo Brasil é digital? É, mas tem lugares que ainda não é. Então, já acabou a migração para o digital? Não. Então vai demorar, né? Agora, a gente tá super querendo. Na hora que for, a gente vai. Não tem..A gente vai no mesmo dia. (risadas)

E: O que você acha que seria assim, para encerrar, agora está bem utópico, né? Tirando uma realidade de mercado, o mesmo que se ensina na Faculdade, o que você acha que realmente seria importante ou que teria um potencial transformador como o rádio tinha na década de 30, de 40? Dos programas que até então não existiam no mundo, né? Os programas de auditório. O que você acha que poderia acontecer que ainda não existe, em termos de inovação, na programação?

F: Certo! Eu começaria pela mudança no formato publicitário. Mudaria completamente isso porque, como você mesmo falou, nosso formato publicitário hoje é exatamente igual dos anos 30,40. O mundo é absolutamente outro e nosso formato de venda, publicidade é igualzinho. Então, eu acredito que esse modelo não funciona mais. Não funciona mais. Então a gente teria que: Número zero, número menos um, na verdade (risadas). Convencer os radialistas de que outros formatos são possíveis e formar esses radialistas de maneira libertadora pra que eles pensem fora da caixinha. Começaria por aí. Segundo, formar publicitários que também aceitassem outros modelos, completamente diferentes do que a gente tem por aí. Pensando em patrocínio, pensando em incentivo por assunto, sem que isso afetasse a programação, sabe? Sem que isso mexesse na programação. Eu estou falando idealmente, né, claro! Sei lá se um dia eu vou ver isso na vida, mas a gente teria que formar publicitários que criassem e que aceitassem formatos que não são esses bons e velhos spots de 30.

E: Aqueles jingles marcados...

F: É. Jingles de um minuto... Tinha que derrubar isso, rasgar isso.

Segundo, parar de ter oposição, entre, isso a gente já faz aqui, de break e conteúdo, break e editorial. É uma coisa só. Uma coisa só! Não tem mais nenhum sentido, né? A gente vai disputando espaço com o break e o break vai disputando espaço com a gente. Isso não tem sentido hoje. Então, mas a gente teria que formar uma geração de revolucionários e gente com cabeça aberta e ventilada.

O que é que irrita no Youtube hoje? Os comerciais! Pode ver, é o que mais irrita! Por que o spotify não irrita? Porque você paga e aí beleza, você ouve o que você quer, Netflix também não tem comercial.

E: Spotify foi uma experiência engraçada. Porque quando começou no free, todo mundo baixou, maravilhoso! E eu estou no meio disso. Um mês de Premium, sem comercial. Acaba o mês, de repente você está lá ouvindo sua música e começa a Ivete Sangalo, acabou o clima da sua música. Aí você paga.

F: Tem um similar e você paga pouco. A pessoa aguenta pagar pouco. Só que é um puta de um trabalho de convencimento animal porque...E aí é incrível porque são jovens que convencem os velhos e aí é ótimo. Netflix a mesma coisa. Pô, mas eu já pago o net now,e daí? Eu gosto do Netflix.

Netflix pra mim é o maior exemplo de sucesso do mundo. Isso meus filhos que me obrigam a ter. E você acha que eu acho ruim? Eu sou super grata a eles por isso. Entendeu? É isso! Por que que o Youtube tá mudando de perfil e tá criando o Red Tube lá no YouTube RED? Pra não precisar ter anúncio no meio do clipe, pô.

Sobe aquele banner horroroso no meio que irrita ou quebra a música no meio para ter um anúncio para ir para a próxima música. Isso é um formato velho que não contempla mais quem acessa o meio digital. E rádio também tá um meio digital. Então é um ponto, né? Toda essa mudança precisa ser revolucionária!

Se você me perguntar qual é o formato certo, Elisa? Não sei...Eu vou dormir todo dia pensando nisso e se eu descobrir eu vou fazer e vou ficar milionária. Eu sei disso, mas nesse momento a gente não tem. O que eu sei é que esse que tá aí não dá pra ser. Esse é o potencial mais transformador que a gente tem que ter porque na hora que isso acontecer, vai começar a entrar dinheiro no meio do rádio e vai parar de ser aquela frase inicial de todas as palestras de rádio que você foi e que você vai na vida. Assim: 'O rádio é o primo pobre da televisão'.

E: ou que o futuro está na internet

F: É! Nossa! Me dá embrulho só de ouvir isso! E a gente não faz nada pra mudar. Quer dizer, a gente faz muito pouco pra mudar, muito pouco mesmo. Eu acho que o marco zero tá aí. E aí, a partir daí, o que que a gente tem que fazer? Produzir conteúdo que seja realmente importante pra vida desse ouvinte. Realmente importante porque, talvez, a obrigação de produzir 24 horas por dia de conteúdo inédito seja uma camisa de força pra gente, porque a gente tem que produzir cada vez com redações mais enxutas, então a qualidade, talvez não seja a melhor.

Agora, o Netflix não produz 24h por dia de conteúdo inédito. Não produz. Se ele produzir 10 minutos de conteúdo inédito é bastante. Youtube não produz tudo isso. Talvez ele tenha que colocar coisas muito legais à disposição da pessoa. Quem disse que tem que fazer uma grade de 24 horas? Talvez de 4h, 3h.

E: Tem uma pergunta que eu estou fazendo para o resto das pessoas, com relação a programação religiosa, como na Rádio Globo, que tem essa parceria com o padre Marcelo. Isso interfere na programação? Pode acontecer da igreja comprar mais espaços?

F: O cara da Ultrafarma, se ofereceu para comprar um espaço para colocar um outro padre aqui, por exemplo. Mas depois ele mesmo viu que não era por aí. Ele anuncia de outra maneira aqui. É possível isso acontecer um dia, pode ser. Pode ser que seja, mas você quer saber se isso mexeria na programação? Olha, isso já mexe na programação. A gente não fala de temas muito polêmicos que as ouvintes mais carolas do padre Marcelo. A gente nossa, nosso perfil de audiência ele vai subindo a partir das 4h da manhã, chega às 9h da manhã, ela dá um pico absurdo, depois ela desce um pouquinho, desce e sobe de novo no fim da tarde.

Tem gente que liga às 10 para as 9h e desliga às 10h10min só pra ouvir o padre Marcelo. Só bota um fone de ouvido, trabalha, e com Padre Marcelo aqui. Então, isso é muito comum. Então um pouquinho antes e um pouquinho depois a gente evita assuntos que não são condizentes com esse tipo de público. Então, já mexe na programação, mesmo não sendo vendido. O horário

é nosso. Ele que fala e tal, mas o horário é nosso, mas a gente já cuida da programação pensando no antes, no durante e no depois.

E: Que é o que firma aquela questão que você estava falando da programação não ter quebras, né? Você não pode ter um programa que fala tá bonito e em seguida começar um outro que não faz sentido.

F: Isso! Exatamente! É uma costura, é um trem. Um vem juntinho do outro.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM EDUARDO WEBER

Entrevista com Eduardo Weber, radialista, mestre em comunicação, diretor de programação da Rádio Cultura FM-SP

Fonte: Meu nome é Eduardo Weber, eu sou de 1957. Me formei em rádio e televisão em 1980 na FAAP, Fundação Armando Alvares Penteado e depois eu fiz não mestrado, pós graduação, né? Especialidade em ensino à distância, não é ensino a distância. Em tecnologia educacional no ano de 2004 que eu acabei. Eu vim de uma área administrativa, de 1973 a 1980 eu trabalhei em um escritório e tal e 1980 eu comecei a produzir programas de rádio com um dramaturgo chamado Chico de Assis que faleceu em janeiro.

A gente fazia um programa popular financiado pelo Instituto Universal Brasileiro que ia para 36 emissoras do Brasil. Foi uma série que durou aí, três, quatro meses. Depois tive que fazer programa independente em São Bernardo do Campo, e em 1982 entrei na Cultura pra ser roteirista e produtor infantil de um programa chamado Curumim. Daí eu fiquei, né? Fiz programa pra criança, depois fiz matéria prima para o Sérgio Groisman, fiz especiais de música erudita para Cultura FM, durante 12 anos eu fui produtor e diretor de uma revista diária, musical, com conteúdo cultural. Em 2000 eu produzia o Diário da Manhã de do Salomão Schvartzman. A partir de 2001 eu fui coordenador de produção e fazendo projetos especiais. Fiz vários programas especiais, aqui, inclusive o Programa do Estudante que ganhou prêmio em 2005, se não me engano e atualmente eu dirijo o Solano Ribeiro e a Nova Música do Brasil e estou produzindo também o Memória Popular Brasileira que é feito, roteirizado no Rio Grande do Sul e estou dirigindo isso. Fora essas atividades, eu fiz programa infantil para Yakult em Campinas, Clube do Por Que Yakult, ficou um ano no ar, primeiro numa rádio nova que hoje é nova brasil depois a Educadora que é da Bandeirantes, fiz também programa com projeto Faz de Conta de historinhas infantis que foi distribuído no Estado de São Paulo no início dos anos 80. Fiz vários documentários. Então, acho que é mais ou menos isso. Também dou aula, né? Me formei na Faap, comecei como técnico e desde 84 eu sou professor da FAAP, de Rádio e TV. De um modo geral, é isso. Minha experiência em rádio, eu diria assim, que 95% dela é rádio público, rádio educativa. Dentro disso, para criança e para adolescente, pra velho, pra mais ou menos. Sempre ligado a área musical e cultural.

Entrevistador: E o que o senhor entende por programação radiofônica?

F: Olha, é o conjunto de uma ideia, na verdade. A programação radiofônica, acho que hoje em dia, ela passa por qual é minha intenção, qual é meu objetivo e a partir disso vou preencher essas caixinhas com esse meu objetivo. Se é fazer notícia, ter um monte de caixinha de notícia e vários formatos sobre ela. Se é musical pop, tenho que colocar nas caixinhas de música pop ou alguma coisa relacionada. Quer dizer... Eu não diria que tem muito segredo, apesar de toda a tecnologia ainda depende do texto, da música, do talento de quem vai falar. Quer dizer, tá ali. Não houve muita mudança no decorrer dos anos. O que mudou foi, talvez, o jeito de fazer.

Antigamente você tinha o LP pra tocar, tinha que tinha que tocar em tempo real. Depois você tinha um CD e colocava rapidinho no ar. Hoje você tem lá um software de programação, que você coloca 60 mil músicas no computador e se vira com ele.

E: o senhor acha que esse novo cenário que você consegue deixar quase tudo pronto por antecedência, sem a necessidade de a pessoa ficar mexendo ali. Isso modificou as formas de fazer, no sentido de vivência?

F: Eu acho que eliminou algumas pessoas, né? Porque hoje o produtor, eles mesmo edita, ele mesmo faz. Antigamente você tinha mais uma segmentação no processo, né? Se você pegar o rádio até os anos 60, digamos assim, você tinha toda uma equipe, o roteirista, o produtor, o diretor, o locutor, o sonoplasta o contraregra pra pôr no ar. Você tinha toda essa cadeia que envolvia o programa radiofônico. Né?

Se você pegar os rádios, vamos supor, os programas humorísticos, as rádios novelas, é tudo uma estrutura de produção. Hoje em dia, eu chego aqui...o cara faz a locução no estúdio, ele mesmo edita, o técnico só vai dar uma ajeitadinha, vai normalizar o áudio. Nessa cadeia, o que entrou um é o cara de programação, né? Você não tinha isso. Como é software, pelo menos aqui na Cultura, eu tenho dois programadores. Ou seja, o cara que vai checar dentro do computador a playlist do dia. Fala com fala. Então se o cara gravou falinha, as músicas já estão colocadas no pulsar, mas tem que achar as falas. Tem que achar o pulo inicial, quer dizer essa figura não existia até os anos de 2000, digamos assim. Era feito de uma maneira diferente, hoje você já tem essa figura. Mas é muito pouco. Hoje é muito centralizado. O cara escreve a notícia dele . Enfim, mudou em razão do dinheiro que é público.

Eu acho que tudo isso que está acontecendo é uma questão de dinheiro. Quando você tem dinheiro, você tem mais gente, tem mais função. Quando você não tem dinheiro, você enxuga, enxuga, enxuga e a coisa ainda continua funcionando. Ainda mais hoje com toda tecnologia embarcada em tudo, né? Se for falar pra você que mesmo nos anos 80, a Rádio Cultura, por exemplo, FM, tinha duas pessoas que faziam ela em termos de produção, mas dois locutores que faziam o noticiário e, digamos assim, os técnicos que ficavam colocando a emissora no ar. Então, era um modelo enxuto.

Hoje, eu tenho, por exemplo, nesse modelo que era super enxuto que era a Rádio Cultura FM, eu trabalhava, sem brincadeira, era dois produtores, que era o diretor e o assistente dele que faziam a rádio, tocava uma sinfonia e os operadores que ficavam das 6h até meia-noite ou das 5h até 1h da manhã, não me lembro bem. Você tinha o que? Três técnicos de estúdio e gravação, das 6h às 11h e das 11 às 18h, mais um quatro técnicos, oito técnicos, dois locutores e dois caras que faziam o resto, mais a discoteca. Então você tinha quantas pessoas? Muito pouco!

Hoje em dia na Cultura FM tem mais de 20 apresentadores que não estão aqui todo o dia, mas fazem o programa. Eu tenho sete produtores. Eu tenho dois jornalistas. Então, apesar de nesse caso aqui, houve um aumento de pessoas. É necessário? Essa é nossa questão. Eu posso fazer com menos? Posso fazer. Aí é uma questão de se ter verba e a filosofia do trabalho que você vai ter, né?

Eu posso ter uma filosofia que eu fale assim: Eu quero uma faixa de todo dia um especialista, vai preencher uma faixa da programação no caso na Cultura. Eu posso fazer essa faixa de duas maneiras. Eu posso dizer, olha eu contrato você por um ano, depois eu renovo o contrato por mais um ano. Fica aqui, o cara faz o latifúndio no dele aqui. É um modelo.

Eu posso fazer um outro modelo, nessa mesma faixa de horário, e falar assim: olha, você é um especialista em música clássica, eu quero fazer uma série

sobre Camargo Boniere. Eu quero treze programas. Você faz? Faço. Aí chama outro cara e fala, olha eu quero que você faça um produto sobre violão brasileiro. Treze programas. Eu quero que você faça um programa sobre Duos. Quer dizer, eu tenho a mesma faixa de especiais só que eu falo assim: é três meses. Quero uma série, é outro modelo.

Então, você tem que concluir quais são as questões: dinheiro, filosofia da emissora, né? E aí tem um jeito que você vai fazer, vai gerenciar isso. Eu posso gerenciar a mesma verba contratando sete pessoas que ficam o ano inteiro. Aí é até ruim de tirar porque o cara é especializado. Três meses, acabou? Acabou! Ah, mas eu quero fazer mais. Pensa em outro projeto! Aí você não cria, sem grana, aquela tensão de tenho que colocar.

E: Mas você acha que esse modelo funciona em qualquer tipo de emissora ou tem um caráter especial para as educativas e públicas?

F: Eu acho que, não sei. Por exemplo, na emissora comercial funciona assim, você tem o patrocínio. Ok! Enquanto tiver o patrocínio você está no ar, acabou o teu patrocínio, tchau! Né? Eu tive o projeto Yakult, por exemplo, que era pra fazer pela Yakult. Eu tinha o projeto pra três meses. Três meses, o cara comprava o horário. Ah, vamos renovar por mais três meses. Pronto, acabou! Nesse projeto da Yakult em Campinas, eu era o roteirista, na rádio dava o locutor e o programador musical era da rádio. Eu tinha sete linhas telefônicas, com três atendentes e mais quatro professores, tinha duas que coordenavam. Quer dizer, uma equipe grande até, comercial. A Yakult queria investir em Campinas então foi atrás de um programa.

Depende, acho que a verba...quer dizer, lógico, se você não tiver dinheiro, você continua fazendo. Cultura Brasil é um exemplo disso. Eu to com duas horas ao vivo, o resto é tudo gravado. Tem hora que não tem nem locutor. Toca música uma atrás da outra, só tem vinhetinha. Tá na verba, ó. Não tem audiência, o AM hoje em dia, né...Então não é. Eu não tenho o lucro todo das 22h da noite até as 7h da manhã. Tem muita reclamação? Quase nenhuma! Ninguém tá ouvindo, né? Pega uma programa de séries antigas e põe, faço uma faixa de séries antigas, chamo, coloco. Pego um programa do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro

A programação que eu te falei é o técnico que vai colocar as falas. Esse não é o programador, não. Isso é coisa de coordenação e direção de emissora, isso que eu estou falando. Não é do programador. O programador não é no sentido de vai pensar a programação. Ele não pensa a programação. Ele só monta a playlist. O técnico grava as falas, grava 1,2,3 daquele horário e tem que encaixar. Isso que eu chamo de programação técnica. Não é o programador musical, o programador de conteúdo, nada disso. Hoje em dia quem faz a programação de conteúdo é coordenador que dá o geral e o produtor. Isso não mudou muito.

E: Certo. Uma outra coisa que o senhor, como professor, conhece bastante também é que existe uma tentativa, já há algum tempo, de tentar separar os programas radiofônicos em gêneros e formatos. Na opinião do senhor, pela sua prática, como funciona essa questão. O que existe de programação em termos de gêneros e formatos?

F: Pode ser uma confusão que...Às vezes você fala assim, olha... Eu posso dizer, o gênero educativo pelo público, vamos supor...Até eu fico em dúvida, né? Porque eu posso ter um programa educativo, mas ao mesmo tempo ele é rádio drama, ele entra na ficção. Eu acho que essa categorização não sei se

leva muita coisa. É mais uma coisa pra gente saber como, quais são os elementos que vão ser, que vão fundamenta-los, né? Para o público em geral...

E: Então para o senhor o que seria importante?

F: Importante é você ter uma ideia, você saber qual é sua meta e executá-la ela da melhor maneira possível. Se eu tenho um espaço, por exemplo, de inteiração, você tem então um formato interativo com alguém. Então, você tem que ter ferramentas para interagir com o ouvinte. Seja chat, internet, telefone, sei lá, páginas especiais, né?

O tempo nosso é 24 no ar. Não posso falar eu não vou por nada hoje. Então quando você elimina, quando você tem muito pouca gente, você tem que ter claro, tocar música uma nota ou outra. Quando você tem mais tempo, aí você pensa em uma coisa mais sofisticada. Por exemplo, eu tenho dois programas que....Solano Ribeiro e a Nova Música do Brasil, que que é...Ele seleciona as músicas, tal. É um programa fala e música. O que tem um pouquinho de diferencial lá é uma vinhetinha ou outra que eu coloco pra dar uma graça.

Eu to recebendo agora um projeto que é Memória Popular Brasileira do Vanderlei Cunha que ele fez várias entrevistas com cantores no final dos anos 60 e até nos anos 70. Cantores assim, Caetano Veloso, Pixinguinha, Ciro Monteiro... Vamos pegar esse material e fazer uma coisa de rádio. Aí é uma coisa mais artística.

O cara me dá o texto e tem um monte de passagens que ele não tem. Ele tem só o que, que vai tocar a música tal, o depoimento X e a minha fala é essa. Esse três elementos ele me manda pra eu compor. Você ouve o programa, não tem só esses três elementos. Tem o BG, que tem aquela sonora que ele está falando e que ele não colocou, eu fui atrás. Tem o tempo de edição, por exemplo, uma fala que ele me manda de entrevista que tem um minuto, às vezes eu reduzo pra 50. Porque o artista falando, às vezes, ah, um, sei. Então uma coisa que tem 1min10, às vezes fica um minuto. Entendeu?

E: O senhor acredita que existe ou que a gente poderia falar que existe uma programação multicultural?

F: como assim, multicultural?

E: de várias culturas coexistindo, tanto em termos de cultura quanto em termos de língua.

F: Olha, eu diria assim. O rádio é tão segmentado que você acaba escolhendo aquilo que você quer. Eu não acredito hoje numa rádio com uma programação muito diversificada, não. Não sei se funciona. Porque o conceito da rádio pública é diferente das outras emissoras, né? As outras emissoras tem o viés comercial e tem que atacar aquilo lá, não tem jeito, tá? Quando se mistura, você entra em choque, por exemplo. Você pega dois ou três públicos alvo. Então você pega a Transamérica que é uma rádio, sei lá, pop e tem futebol. Quer dizer, eles trabalharem isso, são duas coisas diferentes. É meio complicado às vezes, né?

Cultura, como é rádio pública, na verdade. Rádio pública qual é o diferencial? É que tem que ser para todos os públicos. Não é que a gente consiga fazer isso. Nós não fazemos. Acho a rádio nesse princípio, tem várias questões. Ela tenta atingir mais todos os públicos. Uma é muito elitista, toca música clássica. Chegou a conclusão que São Paulo não tinha uma rádio de música clássica. Então investiram nisso e a rádio AM, mais a Música Popular Brasileira. Mas a gente não atinge todo mundo. Eu pego um jovem, ando na rua e ele tá ouvindo Funk, mas eu não toco Funk aqui.

Vou te dar um exemplo quem me contou foi o Gregório Bacic que fazia o Provoações, era o diretor. Ele foi numa rádio de Baden-Baden na Alemanha. Rádio não, uma televisão pra mostrar um programa fantástico. Ele falou eu demoro três meses pra fazer esse programa.

Ele contrata um músico pra falar de uma cidade. Então o cara faz uma música especial. Não é uma música descritiva. É tudo quase um documentário, uma coisa genial. Tinha uns americanos visitando uma cidade alemã. Então batia foto com os alemães, acompanhou os caras mostrando as fotos nos Estados Unidos e um músico fez esse trabalho.

Quando isso aqui vai? A cada três meses, aos sábados 23h da noite. Qual a audiência? Total! Quando ele recebeu aquela palavra total Bacic levou um susto. Como total? Total! Um programa a cada três meses, que vai ao ar aos sábados, as 23h da noite. Como total? Total! Nós fizemos uma pesquisa aqui em Baden-Baden e descobrimos que existia a possibilidade de 980 pessoas assistirem esse programa. Eu consigo 960. Ele aceitou. Entendeu?

Então, o conceito. Olha a diferença. Tem 960 pessoas. 960 pessoas dentro daquele programa de televisão, naquele horário, no sábado a noite. Mas o público para aquele programa era 980. Então ele atingiu o objetivo. Nós não podemos, se eu falar isso aqui eu sou crucificado.

Então, agora tem que levar em conta que tem muita rádio fazendo a mesma coisa. Pegar aí hoje em dia, tem coisas que eu não concordo. De ter rádio evangélica. Você pega uma concessão pública e tá dando uma ideia só, quer dizer, isso aí não justificaria assim.

E: Certo

F: ou só rádio cristã. Sei lá. Tem que entender um pouco também o que está determinado no código de comunicações né? O que é cultura, bem estar. Será que as emissoras fazem isso? As rádios são concessão. Aí quando eu vejo a rádio Estado, Estadão que está vendendo rádio evangélica, concessão. Podia devolver pro Estado, falar olha eu não quero mais.

E: São Paulo, assim como Mato Grosso do Sul e as outras regiões de Fronteira é uma região muito diversa, como o senhor já disse. Migrante, de toda natureza. São Paulo tem uma base tanto de nordestinos quanto de estrangeiros, italianos, no sentido antigo, e mais recentemente, bolivianos, haitianos, com a questão dos refugiados recentemente. E tem se discutido muito, principalmente na Universidade o papel dos meios de comunicação para atender esses públicos, especificamente. Como que o senhor acha que isso poderia acontecer ou como o senhor vê que isso acontece?

F: São Paulo às vezes pega quase 20 milhões, não é isso? É número muito pequeno pra você ter uma emissora perto disso. É diferente da realidade nordestina que quer que a rádio atual, que é política, que virou centro tradicional nordestino, é da família José de Abreu. Foi até uma rádio na época discriminada, foi pichada, foi atacada por neonazistas porque foi uma rádio voltada para o nordestino.

Hoje o Centro de Tradições Nordestinas é um espaço comercial valiosíssimo até. Você tem um volume pra atender. Agora, tem um volume pra atender haitiano, nigeriano, o pessoal que está vindo agora do conflito da Síria e Líbano. Acho muito pouco em termos de você manter. Você pode ter uma hora na programação, mas no estilo de rádio, a gente chama assim de rádio de broadcasting. A rádio que tem por faixa de horário. Você não tem mais, né?

Aquela rádio que uma hora tem notícia, outra tem show, outra tem piada, outra hora tem rádio drama, que é a rádio antiga. A Rádio Nacional é a rádio broadcasting, programas de auditório. E tinha esses programas pontuais. A rádio em São Paulo tinha programa, antes dos anos 50, uma voz na escuridão. Que é um programa feito por cegos. O nome é meio estranho, né? Então, eu não vejo muito espaço pra isso. A não ser o cara que compre o horário, faça. Aí você tem o empecilho da língua porque eu acho, os meios de comunicação você não pode, tem que falar em português. Você não pode ter programas em outra língua.

Lembro que em 94, 95, a TV Cultura passava um jornal da TV 5 francesa, em francês. Teve que tirar do ar. Em 1962, são 52 anos, né? Ainda tem que ter aviso aos navegantes, imagina... Então, eu não acredito muito a não ser que a própria comunidade ou vá para uma rádio comunitária e faça isso, aí sim. Mas tem o problema da língua. Não sei como resolver isso. Você deve ter uma abertura

E: Mas o senhor acha que seria importante resolver isso?

F: É importante pra essas comunidades. Acho importante, mas não sei quem bancaria isso. Não é? Porque no fundo é o seguinte. Pensando aquele conceito que eu falei de rádio pública, a rádio é para todos os públicos. Né? Uma rádio pública. Só que isso aí não é executado. É o modelo ideal, né? Acho que poderia ter, seria... Mas não vejo assim... Entre eu falar que é possível e acontecer, acho que tem uma distância tão grande. Seria uma hipocrisia minha falar, ah tem que ter, tem que ter.

E: O senhor que já está aqui [na Cultura FM] há bastante tempo não chegou a conhecer alguma tentativa ou alguma iniciativa nesse sentido? De alguma comunidade que geralmente não teria espaço, tentar fazer alguma coisa?

F: Não. Eu estou aqui há algum tempo, tá? Nunca chegou. O que a gente teve às vezes foi um programa de língua alemã, de língua inglesa. Entendeu? Mas ensinando alemão, não é pra comunidade alemã. Mas, por exemplo, nós já fizemos várias matérias específicas de cada cultura. Quando eu era produtor do Signo 200 (dúvida) nós fazíamos assim, semanalmente uma época, programas de ir atrás das atividades da Alemanha aqui, da Itália. Era mais ligado com festas, como as comunidades se organizam. É mais matérias especiais do que propriamente um espaço pra eles.

Eduardo- Tudo depende do dinheiro. No jornalismo hoje, é um repórter e dois redatores e dois apresentadores. Acabou. Até, eu diria, 2010, 2011. Até dava pra fazer. Nós fizemos várias coisas assim. 2011 teve um corte grande no AM e principalmente no FM. A partir de 2007 você tem vários cortes. O AM teve um investimento maior. Foi aí que a gente entrou mais com internet, com câmeras e foi tudo por água abaixo. Já tinha ido por água a baixo há 13 anos atrás.

Em 2007, 2008, a gente tinha um monte de programa. Eu tinha Radar Cultura, tinha Cultura Livre, não é? Isso era o que? Tinha uma equipe muito jovem fazendo muita coisa. Meu acesso começou com mil pessoas por dia e chegou até quase 7 mil em alguns momentos. A gente fazia coisa pro site. Então, por exemplo, fizemos play list pra São Paulo, Palmeiras e Corinthians e Santos. Meu, bombava o site, mas assim uma playlist demorou dois ou três meses porque começava com o cara de um time, fizemos levantamento de música que fale de Santos, fale de São Paulo, fale de Corinthians. Entramos em contato com jornalista que apresenta Cartão Verde, esqueci o nome dele

agora, da TV Cultura. Ele fez um texto. Chegou a ter 7 mil. Hoje eu to com mil pessoas por dia, 1500. Entende?

Na hora que você tira o investimento de pessoas, você mantém a programação, mas não quer dizer que você vai ter conteúdos específicos. Não tem, não consegue. Né? Então, a verba é uma coisa muito importante.

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM EDUARDO VICENTE

Entrevista com Eduardo Vicente, radialista, doutor em comunicação, pesquisador e professor do curso de Rádio e TV da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP).

Entrevistador: Professor, como o senhor entende por programação radiofônica?

Fonte: Como especialista nessa área, quando eu estudo rádio eu trabalho com um conceito de rádio possível, eu estudo um pouco dessa ideia do potencial que uma rádio pode ter. Então eu acho que começaria um pouco questionando o que é uma programação tradicional de rádio. A gente sabe, mas qual a validade dessa programação e qual é o perfil dessa rádio? Porque eu acho que é muito mais isso, é muito mais o que essa rádio pretende ser do que qual público ela pretende atingir. O que num certo sentido, o fato da programação ter três línguas, ela estar numa fronteira, vamos dizer, você não tem um significado muito claro disso, o que isso significa exatamente. Mas assim, o que ela pretende ser, por exemplo, se a gente pensar no modelo tradicional de rádio, eu diria que ele tem características, ele é um modelo para ser ouvido ao vivo.

Então você tem alguns manuais que dizem isso, que a mensagem tem que ser dividida em frases curtas, as frases tem que ser diretas, o conteúdo tem que ser claro, tem que ter uma certa redundância porque o espectador não está tão atento. Eu não gosto disso, eu acho que hoje o rádio pode ser outra coisa, mas depende muito de qual é o produto. Vamos dizer, é uma rádio convencional? Ela vai ter uma interface na internet? Ela pretende ter uma disponibilização de programação para escuta sob demanda? O que ela pretende produzir nesse sentido? Eu acho que a rádio tem que se perguntar como ela quer se relacionar com esse ouvinte, ela quer ser a rádio, vamos dizer, se você estivesse em São Paulo você ia se perguntar: é a rádio do trânsito? É a rádio desse momento em que você está saindo de um lugar para outro, que você tem um espaço meio vazio que você pode ocupar com rádio? É a rádio da mulher ou da empregada doméstica, de quem está em casa de manhã cuidando, desculpa, eu quis dizer da mulher que não trabalha, das pessoas que estão em casa, é a rádio dos mais velhos, de quem é essa rádio?

Assim, se eu entendi bem a pergunta, você perguntou sobre programação, eu acho que programação ela tem muito mais sentido para mim você perguntar para quem é essa rádio do que outra coisa, do que a questão só de onde ela está localizada, mas é pra onde ela pretende ir, a quem ela pretende atender.

Eu vejo um pouco isso e vejo que a gente deve dar atenção ao fato de que são rádios muito diferentes. Se você pensar em uma rádio que tenha conteúdo sob demanda, talvez ela possa, talvez não, na minha opinião ela pode sair desse aspecto, é uma rádio que pretende atender a necessidade imediata do ouvinte. Por exemplo, se for uma rádio que está falando sobre trânsito, de notícias, alguma coisa, é uma rádio que está preocupada também em uma valorização cultural, pensar em cada comunidade, nessas cidades, pensar em, eu não sei que conteúdo ela busca. Pensando em qual é o ouvinte dela, qual ouvinte ela pretende, daria pra pensar melhor que conteúdo ela pretende associar a esse

ouvinte. Ela quer fazer programas de maior profundidade, quer discutir um pouco questões regionais e culturais saindo desse radiojornalismo tradicional ou não?

Se ela quiser sair tem uma infinidade de formatos de programas, desde documentários mais pessoais até depoimentos de ouvintes, tem toda uma construção hoje. Eu estive em um congresso há pouco tempo, um congresso europeu de rádio, e essa questão do que eles chamam de *storytelling*, do rádio trazendo essas histórias assim, que elas tem um outro ritmo, tem uma outra densidade, tem uma outra relação com o público ouvinte, elas são histórias que são para ficar. Elas não tem esse imediatismo do rádio meramente ao vivo, elas implicam em uma certa imersão, não é uma coisa que você ouve de forma tão desatenta. Elas propõe uma outra relação, eu vejo isso, se perguntar que rádio se pretende ser, infelizmente nós não temos tantos modelos assim de rádio.

Eu acho difícil, se a gente perguntar o que é uma rádio independente, o que é uma rádio autoral, o que é uma rádio artística, a gente não tem muitas respostas para isso porque nós não temos tantos modelos diferentes do que o rádio pode ser.

No fundo a gente tem um modelo para cada coisa, um modelo do que é rádio musical, um modelo do que é rádio noticiosa, no formato all-news, no formato tradicional e é só o que temos, um modelo do que é prestação de serviços, da comunicação com o ouvinte. Mas eu digo, há outras possibilidades, há outros modelos, há outros caminhos para o rádio e é isso que eu coloco, assim, eu não trabalho com uma grade de programação por causa disso, eu penso no que a rádio pode mudar, no que ela está mudando, nas mudanças do público, nas mudanças nos modos de você perceber a rádio, dos modos de consumo sonoro, é um pouco por aí assim.

APÊNDICE D. ENTREVISTA COM DANIEL GAMBARO

Entrevista com Daniel Gambaro, radialista, mestre em meios e processos audiovisuais na USP, professor e pesquisador do curso de Rádio e TV da Universidade Anhembi Morumbi.

Entrevistador: O que o senhor pensa com relação, que existe academicamente, até um manualismo se for colocar, essa tendência de sempre querer estabelecer formatos e gêneros, uma classificação sempre muito padrão, como se todas as coisas tivessem que ter uma estrutura mínima, comum e cada vez mais esses formatos muito puros ficam inviáveis para alguns conteúdos.

Eu vejo, por exemplo, na minha região é muito difícil fazer qualquer classificação, então tem que cunhar uma outra coisa que não é gênero e não é formato, porque não dá conta, aqueles clássicos Barbosa Filho, não dá certo, é uma outra coisa. Como que vocês conseguem ver isso?

Fonte: Quando você olha um pouco para fora daqui, você até consegue um pouco mais de referência sobre uma classificação de gêneros, não de programas, mas gêneros das emissoras de rádio que as pessoas estão um pouco aí direcionando esse formato. Se pegar a história um pouco da televisão, não aqui no Brasil, porque gênero de televisão aqui no Brasil é até mais bizarro que o de rádio, o de rádio é mais sistematizado, televisão categoriza ainda mais e é inútil porque não dá conta dessa multiplicidade de trânsito do que seriam os chamados gêneros, o que se chama do gênero informativo com gênero normalmente ligado pelo entretenimento.

Enfim, não dá pra definir tão claramente isso, mas esse é um trabalho difícil de se fazer, como é que você cria essas categorias, tem alguns que ousam afirmar, para uma categorização da programação pediu-se pela presença de música, em número mesmo, quantitativamente, pela presença de fala, pela presença de programa informativo, pela presença da participação do ouvinte e isso torna mais fácil conseguir pensar no programa, mas ao mesmo tempo é difícil falar: olha, é um programa com esse formato.

Claro que é fácil a gente falar os que seriam um programa de entrevistas, mas e quando o programa de entrevistas começa a ser uma mistura a gente dá só essa cara de “ai, variedades”. É tudo muito genérico, então essa medida do quanto cada item participa, acho que é importante nessa consideração. Que aí entra um pouco no que a gente tava falando no começo, se você pensar nessa programação que tenta atender alguém, algum público, ou seja, uma programação que vira um serviço para o ouvinte, qual que é a medida disso dentro do dia? Então também isso cai um pouco na ideia de você dividir formato, você tem que pensar a grade de programação como um todo para saber qual que seria a lógica dessa divisão em programas. Não tanto em formatos que, assim, esse formato tem normalmente uma hora de duração porque nesse espaço precisa abordar o assunto.

Não necessariamente, você está em um fluxo talvez que depende do comunicador, depende do espaço do público atendendo e sim, eu concordo, é muito difícil definir formatos e gêneros e talvez não seja necessário realmente definir formatos e gêneros.

Essa é uma grande questão, formatos e gêneros pode ser a primeira coisa que você estuda, vamos dizer assim, para entender um pouco quais as possibilidades e é a primeira que você joga fora porque você pode ter isso como um ponto de partida, nunca como um ponto de chegada. Você partir desses formatos e gêneros, porque qual a importância disso no fim das contas? A importância de quando você lê sobre formatos e gêneros é ter uma ideia do que existe e de onde você pode partir para por a sua programação. Isso vamos dizer, é positivo. Se você se pergunta: ah, mas o que eu fiz agora é de que gênero, como que encaixa no gênero, isso é negativo. Aí vira uma grade de ferro, melhor jogar fora. Isso é super importante, esse fluxo, como isso se completa e como isso compõe a sua programação e também, lógico, o que é super importante para o rádio é o fluxo, são ondas 24 horas, é o que você precisa em cada momento.

Por exemplo, eu não sei exatamente qual o estilo da rádio que você está analisando, talvez tenha um estilo de uma rádio mais global, mas vamos pegar uma emissora que seja a dificuldade definir, que é aquela music top, quer dizer, alta presença de participação do locutor, normalmente comunicadores que tem duas a quatro horas de programação, que fazem seu programa. Ele vai ter entrevista, vai ter participação de público, vai tocar música, e não dá para falar que são programas de variedade porque também não define claramente o que é isso, então é um programa baseado no comunicador que tem esses diferentes formatos.

Aí fala que a entrevista é um formato dentro do programa, que parece mais plausível do que falar que é um programa de variedades simplesmente. Isso servia quando a gente definia o rádio dessa forma muito rígida nos anos 40, na era de ouro, que você tinha que vender aquele espaço publicitário e veiculado a uma marca. Hoje não tem mais essa rigidez.

E: Como que você consegue ver as mudanças de cenário, em relação ao funcionamento das emissoras?

F: É difícil falar porque também o cenário que está mudando. Está mudando por conta da digitalização, que ainda no Brasil é um sonho para daqui alguns anos, a gente não tá falando disso realmente aplicado agora, tem que levar em conta quem tá ouvindo no analógico que é uma parte de público, então não vem falar que aqui em São Paulo as pessoas ouvem transmitindo no celular, transmitindo em analógico, com baixa na rede de dados custa caro.

Em uma perspectiva de internet, todo mundo conectado, todo mundo usando, *on demand* funcionando, você tem o que a gente chama de *time-shifting*, que a televisão tá passando agora por isso, que é montar a programação, então porque você vai ter que transmitir 24 horas por dia? Porque isso cria uma certa ideia de referência. Então talvez não seja a programação feita ao vivo e inédita

24 horas por dia, mas talvez esse seja um custo mínimo necessário, e é nesse ponto talvez que, talvez esse fosse o principal ponto para uma digitalização no rádio ajudar, porque ficaria mais barato o custo de transmissão, porque gasta menos energia elétrica e paga, nesse caso dá pra isso.

No caso de uma programação 24 horas talvez o público seja muito pequeno, mas não atender aquele público com o serviço aberto, que é uma concessão pública, isso é ruim. Também me parece ser muito mais, não só uma força de mercado que tem que atrair, vem desse cenário de política pública de comunicação. O setor de prestação de serviço deve funcionar 24 horas. Para isso que serve a concessão pública da radiodifusão. Esse é outro ponto que não pode ser deixado de lado também. Você vai colocar na conta o acesso dessas pessoas, portanto esse horário diferenciado, é mínimo público mas sempre vai ter público, não sei, talvez em uma pequena cidadezinha do interior lá do Mato Grosso ou da Bahia talvez não, mas em uma cidade um pouquinho maior vai ter alguém que talvez precise do rádio naquele horário. Nessa divisão do cenário digital com a internet, talvez você consiga fazer uma outra abordagem, mas por enquanto não, por enquanto ainda acho que é uma discussão que se toma por uma questão econômica, talvez seja questão de economizar a forma de produzir, mas uma necessidade que se vincula com o que o próprio, pelo que é o rádio, essa ideia de continuidade, permanência que se mantém ainda como um valor agregado ao veículo.

Esse modelo hegemônico, quando você pensa, é um modelo que a casca é estrutural, agora o que vai construir essa casca depende muito dessa questão muito mais regional, local, muitas vezes que vão determinar questões do tipo do que toca, do que se discute, como se fala e sobre o que se fala, isso é imprescindível. Você até comentou uma coisa que para mim não é assustadora, ou pelo menos curioso demais, o fato das grandes redes que comprem as emissoras ainda não interfiram na programação e talvez se interferir vai interferir pouco.

Elas aprenderam durante os anos 90, especialmente depois dessa quebra do espaço da música na era digital, que elas não podiam interferir tanto assim. Você tem dois modelos de programação de rede que um deles é basicamente gerado em São Paulo e vai do jeito que tá e outro que tem espaço na rede, mas tem muito espaço local, pela necessidade, não só legal mais, além da programação legal que tem ser local, tem essa ideia de que você tem que manter essa personificação. Então, a economia que a rádio rede traz, ela é verdadeira mas acaba não sendo o 100% da emissora, quer dizer, não dá para simplesmente pegar a programação gerada numa cabeça de rede e você colocar no lugar e achar que as pessoas vão querer ouvir. Nesse espaço é pra pegar em competição com as outras emissoras.

O que você tem, principalmente em um cenário como esse, pelo que você descreveu, pelo que você tem realmente, essa inserção no tecnológico como acontece mais próximo das capitais é a necessidade de construir aquilo que está se fazendo nas rádios aqui de São Paulo: marcas. Então a referência da rádio, a referência da emissora para o público é uma referência ligada a ideia da marca, com quem eu me identifico, como uma marca de tênis, de roupa, de

um produto, é minha referência de consumo. Talvez não seja o único consumo, como é no financeiro, eu tenho referência de uma marca e vou consumir só aquela, mas ela se torna predominante dentro dessa estratégia de consumo que vai se estabelecer. Pra isso acontecer ela tem que manter esses traços muito próximos ali com esse público que se identifica. Volto para a primeira questão, pra quem essa rádio tá falando. Esse anacronismo que você identificou, que é essa quase crise de programação, ela resulta um pouco disso, porque olhar para a programação que vem da rede com medo do que vem, como sobrepôr, as vezes pode ser um pouco exagerado, porque é pra olhar naquele modelo, mas ele é só uma casca, o que vai entrar no meio preenchendo tem que ser muito melhor trabalhado com o mercado ali, que aí vai ganhar sua relevância.

E: Você acredita em uma programação multicultural, uma programação que consiga representar essas múltiplas vozes?

F: Eu acredito que sim. Esse exemplo que você está dando para gente já pra mim é um exemplo, porque como eles não se consideram multiculturais porque essa cultura é totalmente compartilhada, daí ela é híbrida, não diria nem compartilhada, o termo certo seria uma cultura completamente híbrida e a rádio reflete essa elitização cultural que acontece na localidade, ali você tem essa necessidade, mas também o número de emissoras eu acredito que não deve ser muito grande.

Aqui em São Paulo tem por volta de 70 emissoras. Só concentrada aqui na cidade de São Paulo. Então não tem necessidade de talvez essa mistura tão grande, você tem uma compartimentação possível que não acontece. Eu acho que tem essa relação de que não dá pra falar de uma multiplicidade cultural, mas de uma cultura híbrida, que já está sendo refletida ali dentro da própria emissora. No cenário que você tem uma maior oferta, você pode ter uma segmentação, não é exatamente o que acontece.

APÊNDICE E - ENTREVISTA COM LUCIANO MALULY

Entrevista com Luciano Maluly, jornalista, doutor em comunicação, professor e pesquisador de radiojornalismo da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP).

Entrevistador: Eu gostaria que o senhor falasse sobre o que é programação radiofônica.

Fonte: O conceito de programação é algo um pouco assim, como eu posso dizer para você, é complicado, mas de uma forma mais simples, seria a sequência de programas ou de conteúdo que é emitido no carro seu por uma emissora de rádio e a programação você pode dar, por exemplo, a programação de um evento, a programação de uma emissora, mas ela é uma sequência que você tem. Uma das coisas que a gente não pode confundir é áudio com rádio. Por que todo rádio vai ter uma programação? Porque o rádio basicamente seria, em um conceito um pouco mais simplista, vamos dizer assim, um áudio organizado.

Mas talvez o conceito do que seja programação é algo que merece uma discussão até ampla, talvez até um debate. Porém, talvez a forma como se faz uma programação seja algo que nos interessaria mais, principalmente diante das emissoras públicas ou de outro tipo de emissora, comercial, comunitária e tal. Como por exemplo, uma programação ela se dá por aquilo que entra, o conteúdo que entra, então esse conteúdo que entra, por exemplo... [alguém interrompe e ele para de falar].

E: Então professor, o senhor estava falando que a programação merece uma discussão mais ampla.

F: Merece uma discussão mais ampla porque, veja só, você tem o grupo de conteúdo, do conteúdo que entra na emissora, então, por exemplo, esse conteúdo que entra na emissora, ela pode ser feita, vamos usar o exemplo da Rádio USP, por exemplo, pelos seus jornalistas, pelo seu programador musical que escolhe as músicas, pelos seus produtores, tanto independentes quanto internos da rádio que tem os seus programas, todo esse arcabouço. Aí você tem as emissões do governo que são mandadas para a rádio, as emissões institucionais, parcerias, tudo isso é o conteúdo que é da rádio. Então por exemplo, no caso música, propaganda, jornalismo, tudo que entra e você vai ter que organizar esse conteúdo.

Então por exemplo, a rádio USP tem um modelo básico que é ser uma emissora com emissões ligadas à própria universidade, relacionadas ao estado, questões do setor público. Há produtores independentes, por exemplo, mesmo a gente tendo programas dos alunos, há produção independente e a produção interna, que são os seus jornalistas, produtores e tal e a programação musical.

Essa produção ela é organizada dentro de uma determinada fórmula, por

exemplo, a rádio USP hoje preza por um conteúdo variado. Porém, esse conteúdo que entra, a gente tem que tomar muito porque é o seguinte, as vezes assume um diretor ou assume uma pessoa com cargo maior e quer mudar toda a programação. Então muitas vezes a programação não é feita pelos pares, mas é feita de cima para baixo. Então, por exemplo, nas emissoras comerciais é comum, sei lá, o dono não gostou e não vai fazer.

Qual que seria uma possível solução? Claro, primeiro você tem que ver o material interno, quem trabalha na rádio, quem produz para a rádio ou quem tem rádio que só são retransmissoras.

Então no meu ponto de vista qual que é o correto, tal como existem em alguns países, tal. É você ter ou um conselho ou um comitê. O que seria esse comitê? Ele andaria, essa comissão que justamente essas, como é que eu vou dizer para você, esses planos de cima para baixo, que isso prejudica o conteúdo da rádio. Então por exemplo, na nossa rádio nós não temos um conselho, não tem um comitê, poderia ter um comitê gestor. Isso é muito comum também se reunir uma vez por ano e ele vai legitimar aquilo que a equipe dali se propôs a fazer, evitar abusos, ele não vai determinar muito a programação, não é essa a função dele, porque a programação é feita com quem trabalha lá dentro.

Então quem trabalha e hoje, por exemplo, as pessoas que são interessadas, os seus ouvintes e tal. Então essas pessoas que trabalham, que montam a rádio, fariam voz dessa rádio, elas seriam ouvidas e esclareceriam para o comitê gestor justamente evitar abusos e tal. Esses abusos, por exemplo, de assumir um diretor. Então são três pontos. Um: o que entra e o que sai; o segundo ponto que é de que forma entra e de que forma sai e o terceiro ponto que talvez seria o principal é quem mantém essa rádio, quem são os produtores dessa rádio, é isso que você tem que ter conhecimento.

A partir do momento que você tem os produtores dessa rádio, você se reúne com eles, observa qual é o melhor horário para eles ou os horários que estão disponíveis na programação, se eles aceitam ou não, porque muitas vezes você tem que conversar com as pessoas, por exemplo, existe uma tradição que é jornalismo cedo, na hora da manhã, na hora do almoço e antes da janta. Será que é mesmo? Será que minha rádio precisa imitar os outros? Agora isso precisa ser muito bem conversado com a equipe de jornalismo, se a equipe de jornalismo aguenta três programas.

Então a primeira questão é: uma programação se faz com a equipe interna e depois essa equipe interna ou, essa equipe interna que eu tô falando pra você são os produtores internos e os colaboradores, os ouvintes, tudo. A partir do momento que esse conteúdo vem, o conselho legitima isso, aí se faz uma boa programação. Agora uma programação que é imposta ela não dá certo, é muito difícil. A programação que é imposta, você tem que fazer o serviço que estão te mandando. Se uma programação é imposta, pode criar um desestímulo para a pessoa que produz. Pode, não que ela vai criar. Então por exemplo, rádios antigas, como a rádio Jovem Pan, por exemplo, que é uma programação que os jornalistas são obrigados a fazer aquele tipo de programa, ou o programador é obrigado a colocar aquilo e tal. Pode criar, não que vá criar, mas pode criar.

Porém, se você tem um diálogo com as pessoas, por exemplo, se as emissoras reunissem todos os seus produtores e debatesse o seu conteúdo, o conteúdo ficaria um pouco mais aberto. Uma outra questão da programação é o seguinte, uma programação ela não pode ser muito fechada porque o rádio ele conta as coisas que as vezes você, no caso o jornalista tem que colocar no ar, ou se é um fato trágico como o falecimento de alguém, um músico por exemplo, você é obrigado a mudar toda a sua programação, ou um especial, ou um programa que, no caso uma rádio universitária os alunos façam bem feito e você acha que é legal, você pode colocar.

E outra coisa, todo ano a rádio tem que passar por uma mudança de grade, ela tem que tomar cuidado porque, este também pode ser usado como um plano de chamada pra ela, ela pode, todo ano falar, olha as novidades esse ano vão ser tal e tal programa, tal, tal, tal.

Isso tem que ser tomado com muito cuidado pelo conselho. A partir da reunião do conselho, que pode ser uma ou duas vezes por ano, ou do comitê, que não seria do comitê gestor, seria um comitê construtivo, o conselho não é gestor, ele é construtivo, ou para ele legitimar isso e observar os índices, tirar alguns programas da programação, quem vai sair, quem vai entrar, quem vai ficar e tal.

Uma rádio ela tem que ter novidades sempre, se não perde a graça, mas ela tem manter uma linha de raciocínio. No meu ponto de vista, como são muitas horas de programação, quanto mais diversificado for o seu conteúdo, melhor. Porém existem as rádios que são, em um critério e jargão que foi falado muito nos anos 90, que seria a segmentação, o segmento das rádios, a rádio vox, a rádio de trânsito, a rádio fixa e tal.

Talvez pelo número de emissoras no Brasil que muito é grande, talvez isso fosse necessário. Mas não que isso tenha que ser uma regra, não que a rádio nova, a FM que só toca MPB não possa ter um programa de rádio, mas a proposta dela é ter MPB. Então por exemplo, como tem muitas rádios isso é permitido, e essa programação tem que estar muito claro pro ouvinte. Então tá bom, você tem a programação, eu já falei de programação para você, agora a grande questão é, eu acho que daí está até a sua tese assim porque, será que essa programação chega ao público? Será que o público conhece a programação da rádio USP e sabe que as 11h30 de todo domingo tem um programa dos alunos? Eu não sei se essa programação chega. A programação de tv chega, mas a do rádio eu não sei se chega não. Essa é minha dúvida.

Falar de programação é muito complicado hoje. Ela tem que ser uma programação conversada com os seus produtores, com seu comitê gestor e, porque muitos ouvintes acabam vendo também que aquilo está sendo interferido e que essa programação chegue ao público, porque se não chegar também não adianta nada. Então tem uma puta programação e ninguém ouve ou quem ouve são apenas aqueles amantes das emissoras.

E: Uma outra situação que as outras pessoas que eu entrevistei chamaram

bastante a atenção, é se existiria alguma mudança na forma de fazer essas combinações, esse quebra cabeças que acaba sendo a programação, por conta da internet, transmissão streaming, esse outro cenário que as emissoras comerciais principalmente estão tentando entrar, mas todo mundo fica meio assim, poxa, tá, tá todo mundo transmitindo mas não tem nenhuma inovação de conteúdo, a publicidade continua sendo feita igual era feita nos anos 80 e todo mundo reclama muito dessa falta de inovação nessa programação, o senhor concorda com isso? Mudou tanto o público assim a ponto de precisar criar uma outra rádio, uma outra estratégia?

F: Hoje com os recursos que você tem, você tem muita opção, por exemplo, falando mais no caso do jornalismo, por exemplo, a gente faz uma reportagem aqui e, por exemplo, ela é editada para 20 minutos mas foi uma entrevista de uma hora e você disponibiliza na internet. Você pode fazer uma, duas ou três versões de uma vinheta, por exemplo, e utilizar só uma e deixar as outras disponibilizadas.

O conteúdo hoje com os recursos que você tem, principalmente sonoros e de edição, o conteúdo mudou muito. Hoje a gente consegue colocar dois, eu mesmo já coloquei um programa no ar uma vez e depois dividi em três, em uma série, rapidamente, que ele era muito grande e tal, reeditei o programa, rapidamente. Hoje o conteúdo ele modifica muito rápido, você faz a edição muito rápido. Os recursos, você tem mais recursos, principalmente para você limpar o som. Talvez o que tenha uma ausência, talvez o que eles queiram dizer, os pesquisadores, as pessoas que você entrevistou, é que não há tipo uma inovação na pauta, talvez seja isso.

E: Você fala do potencial?

F: É o potencial. Eu acho que hoje assim, talvez para solucionar esse problema que eles colocam só se você fizer parcerias com produtores independentes, com ongs, com o estado, por exemplo, as prefeituras para elas poderem entrar no seu programa. É uma forma de sobreviver da rádio, mas também ajuda a população, eu acho que seria uma forma que você pode fazer algo um pouco mais institucional, programas voltados a comunicação pública, a divulgação científica.

São programas assim que se você colocar no ar talvez tenha público porque eles são programas que as pessoas se interessam, do conhecimento, serviço. Mas pra dizer a verdade eu não acho a programação do rádio brasileiro ruim. O rádio brasileiro não é ruim. São Paulo tem belíssimas rádios. São Paulo, a rádio USP, rádio Cultura, rádio Eldorado, a rádio CBN também um pouco cansativa, mas hoje você tem a Alfa, você tem a musical, você tem uma série de emissoras que não são ruins não. Muitas rádios AM que não são ruins, a Cultura AM é um primor, a Gazeta é um primor ainda, apesar de ser mais popular mas ela é um primor.

A programação da rádio brasileira não é tão ruim. Em São Paulo não, por causa da tradição. É um programa muito interessante de ser estudado, talvez não seja como é montada essa programação, mas porque tá montada desse

jeito, aí é uma coisa que é difícil de te responder.

E: O senhor acredita que a gente pode falar que existe rádio multicultural, com uma programação multiculturalista?

F: Olha, cultural já significa multi porque, baseada nesse conceito...

E: Então toda programação seria multicultural?

F: É, é difícil a gente falar multicultural, porque é uma palavra muito, a questão da diversidade hoje está muito em alta né. Talvez uma palavra que seria utilizada nesse caso seu é que, será que essa rádio fronteira não tem a sua identidade? Talvez no caso ali, eu conheço muito pouco, mas assim...

E: Aqui em São Paulo o senhor não conhece imaginar um cenário parecido?

F: Com o de lá [da fronteira]?

E: Assim, nesse sentido de culturas diferentes, transmitidas na mesma programação, alguma forma de contemplar comunidades, igual, aqui tem muito imigrante né.

F: Por exemplo, a rádio Trianon chega a ter um programa de música sobre conteúdo de Portugal, se eu não me engano, conteúdo de música européia. A rádio USP também, é uma diversidade que você quer. Em uma rádio de fronteira, por exemplo, a programação fica pra pessoas de lá. E se a programação fica para as pessoas de lá, ela existe obrigatoriamente em questão multi, porque são várias pessoas fazendo. Talvez se ela não fosse multi, que você quer dizer, se fosse feita por uma pessoa só, ela tem um conteúdo, as pessoas moram lá, ela sabe do que dos outros gostam.

Agora uma rádio, por exemplo, igual a rádio USP, que é uma rádio que tem mais expressividade, ela tem programas sobre jazz, sobre música, sobre música do rio Grande do Sul, música do nordeste, música do Rio de Janeiro, entendeu. Já teve parcerias com emissoras com programações internacionais, com rádio cubana. Então é o seguinte, é uma coisa assim que, essa pergunta ela não tá, ela não é palavra certa, se ela não é multicultural ou se ela é multicultural.

Multicultural ela é, a partir do momento que ela fala bilíngüe ela é já, alguns momentos que seja. Talvez o que você quer dizer é se ela respeita as diversidades ali. Por exemplo, se respeita essa identidade. No meu ponto de vista especialmente as rádio brasileiras de São Paulo elas tem um universo imenso, por exemplo, você tem programas de música, vou citar a Alfa, tem muita música inglesa, muita música americana, música argentina toca as vezes, tem músicas espanholas.

A rádio USP tem uma imensidão, se fala em mudar né, querem mudar pra rádio só de música brasileira que eu acho uma pena. Mas acho que as rádios têm sim, elas são por natureza. A partir do momento que você tem vozes diferentes

elas são por natureza. Eu acho difícil a gente falar em rádio de fronteira hoje sem cair na questão da língua, do idioma.

E: É uma coisa que eu acho interessante, porque das coisas que a gente fica meio assim né, no mundo tem meio que duas tendências para esse funcionamento. A primeira são aqueles que legitimam com uma política, Canadá, Reino Unido, até em Portugal, naquela parte do litoral sul, que parece que uma parte era comandada por franceses, alguma coisa assim, chega no verão, as rádios transmitem só em francês, não vou lembrar o nome da cidade. Ou seja, você tem essa possibilidade de emitir para uma comunidade específica.

F: Eu acho que as nossas rádios são melhores que as deles. Não que a nossa música seja melhor. Você falar que é melhor ou pior depende, mas a quantidade de música produzida no Brasil é uma coisa imensa perto do que é produzida em Portugal e Espanha e até na França.

A quantidade de música que se produz no Brasil é uma coisa imensa. Talvez o jornalismo ainda seja capenga, mas no caso da música é uma variedade imensa aqui. Não adianta, mesmo que seja uma rádio de fronteira vai ter mais conteúdo em português mesmo porque a nossa quantidade de produção é muito grande, não tem jeito. Você vai em qualquer rádio hoje e toca música brasileira, no mundo. Talvez pela quantidade, essa produção imensa, nesse caso da música a gente se torna até hegemônico.

E tem que tomar muito cuidado também porque a gente acaba inibindo outros tipos de música. Eu, por exemplo, uma vez eu fui para o Peru e só tocava música brasileira. Pouquíssima música peruana nas rádios. Tocava música brasileira e música inglesa ou americana, então quer dizer, nosso monopólio também é forte nesse lado.

E: Todo mundo critica muito o fato da gente não estar muito próximo de música do resto da América Latina. A gente tá do lado dos outros países da América do Sul mas ninguém fica sabendo nada. Se olha por esse ponto de vista da música ...

F: Se você vai até na Argentina, você ouve muita música brasileira. Nós temos uma produção imensa conhecida fora do Brasil, não tem muito o que falar. Talvez seja uma coisa até da programação, da nossa imposição cultural da América Latina.

O Brasil é criticado politicamente por causa disso, por causa do nosso tamanho, talvez isso está influenciando as artes. Mas em geral, no meu ponto de vista, as nossas rádios, a nossa programação das rádios são boas, pode reparar. Se você olhar com outros olhos elas não são ruins não, pelo contrário. Eu acho que elas trazem uma diversidade que a gente até se surpreende, no meu ponto de vista. Talvez uma rádio de fronteira, pelo pouco que eu vi, que li e que eu ouvi, talvez seja uma questão muito local ainda, muito dali daquela região. Essas rádios não chegaram até a gente.

APÊNDICE F – ENTREVISTA COM PEDRO VAZ

Entrevista com Pedro Vaz, jornalista, doutorando em comunicação, professor e pesquisador da Faculdade Cásper Líbero, Gerente da Rádio Gazeta AM – SP.

Entrevistador: Eu vou pedir primeiro para o senhor se apresentar, falar sua formação, sua experiência na área e depois se pudesse falar um pouquinho sobre o que é, no seu conceito, programação radiofônica, embora seja uma coisa bem genérica, mas como você definiria isso.

Fonte: Então vamos lá. Meu nome é Pedro Serico Vaz Filho, tenho 52 anos. Minha formação eu fiz jornalismo, fiz uma especialização em comunicação e mercado na Cásper Líbero depois eu fiz dois mestrados, porque dois? Porque eu ganhei uma bolsa, o primeiro não, mas o segundo sim, para aproveitar a chance, a oportunidade. Aliás, os dois eu ganhei bolsa e foi na Cásper Líbero, como a Cásper Líbero não tem doutorado eu fiz o mestrado e depois outro aqui porque eu trabalho na instituição. Eu trabalho na Cásper Líbero desde o ano 1998. Antes de 98 eu já tinha feito a especialização, aí depois em 2003 eu defendi uma dissertação sobre a história do rádio e depois, em 2009, a segunda. E agora para 2016 vou defender a minha tese de doutorado e o tema da tese são as rádios comunitárias do ABC paulista, para falar sobre as rádios comunitárias das sete cidades do ABC paulista. Na verdade são de cinco cidades porque duas cidades não tem rádio comunitária. E é isso, essa é minha formação. Eu sou gerente da Rádio Gazeta AM, entrei na fundação em 98, eu coordenava um laboratório chamado rádio Universitária, que a partir de 2009 passou a ser integral, totalmente integral. Esse laboratório virou, a rádio Gazeta AM abraçou esse laboratório, então hoje a rádio Gazeta AM ela é uma rádio escola e ela então é vinculada a Faculdade Casper Líbero. Eu trabalho na Faculdade Casper Líbero como professor da disciplina de 'rádios e tvs educativas, comunitárias e culturais' no curso de rádio e tv para o quarto ano e sou professor também de radiojornalismo no curso de jornalismo.

Como gerente da rádio eu estou desde 2009, mas desde 98 coordenando a rádio. Tô desde o início de 2009 gerenciando a rádio. Eu iniciei minha carreira em jornalismo no ano de 1990 na Rádio Record e também trabalhei em rádio né, na Rádio Record, na rádio Capital, na rádio América e aqui na Gazeta. Trabalhei na TV Gazeta, fiz alguns trabalhos pra Rede TV, trabalhei no Jornal Diário Popular que hoje é Diário de São Paulo, fiz algumas assessorias de imprensa e outros veículos de comunicação que eu fiz matérias.

Bom, na programação de rádio, falando em programação de rádio, eu vejo que cada rádio tem uma estrutura, cada rádio tem uma abordagem. São Paulo eu costumo dizer que não é o berço do rádio, porque o berço é aquela coisa onde nasceu a rádio né, então o rádio tem uma história importante, historicamente falando, em 1919 lá em Pernambuco, registro importante lá em Pernambuco, na cidade de Recife, na Capital e depois, em 22 e 23 no Rio de Janeiro. Então nós temos essas bases do rádio no Brasil.

Em São Paulo também 23,.Agora cada rádio, eu costumo dizer que São Paulo não é o berço do rádio mas ele é a sede das rádios, as grandes emissores de rádio que mandam e que fazem rede e são vinculadas com outras do país e até de outros países estão em São Paulo, então você tem as emissoras importantes. Costumo dizer até que a Avenida Paulista é a avenida das ondas sonoras porque tem muitas antenas, muitas rádios e tvs aqui também, que é nosso endereço.

A questão das programações, eu falei isso do berço e da sede porque nós temos, por exemplo, rádios jornalísticas de São Paulo, como a Jovem Pan, como a CBN e a Bandeirantes, que a Bandeirantes mescla um pouco a programação com o entretenimento, mas tivemos aí a participação mais efetiva também da rádio Eldorado, que depois formou-se Estadão e ESPN. Durante algum tempo essas quatro emissoras ficaram dividindo essa coisa do jornalismo, do rádio jornalismo e as outras populares e de grande audiência, Capital, Globo, América também, teve Tupi e tem ainda, mas enfim, as programações se modificaram.

O que acontece com a programação das rádios? Conforme o tempo vai passando elas vão evoluindo ou não evoluindo, ou modificando de gerência, de direção, isso acaba mudando, por exemplo, a rádio Eldorado ela tinha um nome, a rádio Eldorado era uma emissora que tinha uma programação artística, depois jornalística, depois jornalista também com esporte e depois ela teve outros problemas e mudou aí, rádio Estadão. Então mudou a programação da rádio totalmente.

Conforme o tempo vai passando, crises vão surgindo, abordagens vão surgindo, necessidades, as rádios vão se transformando. Eu falei da história porque antigamente você tinha a rádio com aquele auditório, com aquela estrutura gigante, e hoje você tem o que, tem rádio que nem sede mais tem ou a sede é minúscula, diminuiu o tamanho e os profissionais trabalham em casa e mandam informações para rádio com alguém que tá naquele posto, isso acontece bastante já.

Então isso acaba mudando a questão da abordagem e também de programação. Algumas emissoras não têm mais aquela estrutura de antes por causa da crise mesmo, por causa de crise econômica. Mesmo em São Paulo, grande capital, a gente percebe que algumas rádios estão passando por necessidades, por dificuldades, e dificuldades sérias, de ter repórter, então a gente tem muitos estagiários, muitos estudantes, sem ter profissionais importantes nas rádios, aqueles que conseguiram permanecer nas emissoras.

A Bandeirantes tem uma história interessante porque ela tem profissionais com muito tempo lá, mas todas estão trabalhando muito com estudantes, com estagiários. Muito bem, o que acontece com isso? Isso mexe com a programação, isso mexe com a estrutura, o jovem trabalhando com mais experiente e aprendendo. A questão da estrutura das emissoras é: essa tem helicóptero, essa não tem, essa tem viatura. Então surge uma crise, o que mexe com a programação do rádio? A questão do apoio, da propaganda, do patrocínio. Quando a rádio não tem esse bolo publicitário como tinha

antigamente ou como nunca foi tão 100% dividido depois da televisão, ele acaba sofrendo. Então quanto ele acaba sofrendo a questão financeira, de estrutura, isso pega na programação. Não podemos mais ter tantos repórteres, tantas viaturas, tantos motoristas, helicópteros, isso e aquilo, então a gente vai ter que se adaptar. E fora que a tecnologia também em alguns casos favorece, antigamente você tinha que estar em determinados postos.

Eu lembro que quanto eu comecei a trabalhar em 1990, o repórter ficava no sistema Anchieta e Imigrantes, outro repórter ficava em outro sistema viário, hoje não, você entra no sistema pela internet e vê o que está acontecendo nas estradas, então já não precisa ter um repórter setorista ali percebendo certas coisas. Você consegue visualizar o que tá acontecendo e prestar esse serviço pra população. Então aí a tecnologia vai enxugando a sua redação. E também a ausência, algumas rádios estão automatizadas na programação, elas não têm pessoas apresentando a programação ao vivo, elas deixam algumas matérias gravadas, algumas matérias atemporais e isso também acaba mexendo com essa questão da estrutura.

Então a programação ela acaba sofrendo e, hoje em dia, existe um desafio gigante das emissoras. Eu respeito muito os colegas que escreveram livros, manuais, livros sobre programação de rádio, mas eu acho que algumas dessas obras elas são referências, mas elas perderam a qualidade. Porque elas perdem a qualidade? Porque como eu falei, como a estrutura do rádio vai se modificando e hoje você tem uma tecnologia que todo mundo quer avançar na tecnologia, aí você tem lá o WhatsApp, o Facebook, as mídias sociais, o repórter envia hoje mensagem pelo whatsapp, chega rapidinho. Aqui no caso, por exemplo, nós temos um pessoal da Casper Líbero que está na COP 21, lá em Paris. Então a gente liga, são três horas de diferença por causa do nosso horário de verão, então aqui meio-dia, três horas da tarde lá. E aí eles gravam e mandam a noticia pra gente no momento que ela tá acontecendo, via whatsapp, chegou e tudo bem. Lá, três horas da tarde, aqui meio-dia nós recebemos a informação. Não deu pra entrar ao vivo, mandou pelo whatsapp, já economiza uma série de coisa, nem precisa ser via skype, já chegou a informação. Ou simplesmente a gente liga naquele celular, entra pelo celular e tudo certo, a informação chegou.

Mas o que eu quero dizer é o seguinte, o que mexe com a programação das rádios? Hoje as rádios estão se debatendo para fazer um melhor proveito das mídias sociais, da tecnologia. Então, elas acabam tentando, todo mundo querendo ter ideias novas e todo mundo acaba tentando, vamos aproveitar melhor, quem começou com whatsapp, quem começou com o face, quem começou com o instagram, quem vai fazer isso, quem vai fazer aquilo.

As pessoas vão tentando buscar possibilidades através das mídias sociais, ou seja, a tecnologia vai potencializando o tradicional rádio. E aí as emissoras estão sempre se debatendo nisso e tentando economizar também com isso. Se eu não tenho alguém em Paris, como é o nosso caso, que tem gente lá em Paris, eu vou tentar fazer um contato com alguém lá de Paris para passar informação, que é o que já acontece há muito tempo. Mas é uma pessoa para te passar informação de lá que você conseguiu. Então, se não tem alguém em

Santos, porque o fato aconteceu em Santos, então vou conseguir alguém em Santos. E aí eu vou pra lá e procuro um jornal, um veículo, uma pessoa conhecida e vai me fazer informação.

O pensamento que eu quero construir aqui é o seguinte: é que as rádios estão tentando buscar várias possibilidades, até de economizar e de serem criativas e tecnológicas, só que a tecnologia está avançando de uma tal maneira que todo dia você tem que pensar em como aproveitar. Não dá para você colocar lá um sistema potencializado e tecnológico e deixar ali um tempo, tem que ser diário. Nós aqui fazemos reuniões diárias com o pessoal da TI para tentar ver o que as outras rádios estão fazendo e o que a gente pode fazer.

E com isso você de repente percebe que aquela pessoa já não tem a mesma função, você reformula a função dela ou simplesmente ela não vai continuar por algum motivo ou você vai ter que dar outra função para aquela pessoa, para ela não perder o emprego ou qualquer coisa assim. Então a gente tem que começar a verificar. A legislação também, tem aspecto da legislação que mexe com a programação. Antigamente a gente tinha uma coisa mais elástica na legislação. Hoje a lei ela tem uma participação também, porque, por exemplo a lei trabalhista. o estagiário ele tem que trabalhar durante dois anos, o contrato dele com a empresa é de dois anos, naquela empresa. Ele pode trabalhar mais de dois anos mas se ele sai de uma empresa.

Naquela empresa, aqui por exemplo, ele trabalha dois anos, a jornada de trabalho dele diária é de seis horas se for de segunda a sexta, se for sábado de cinco horas, e se for trabalhar domingo tem que trabalhar de compensações porque tem uma fiscalização então eu tenho que seguir isso direitinho também. Eu não posso ter somente estagiários e não ter profissionais, eu tenho que ter estagiários e profissionais. Eu não vou trabalhar só com estagiários para economizar. E o estagiário nem é tão assim, entre aspas, mais barato que o profissional. Eu tenho que dar os benefícios para o estagiário também, ele também tem que receber os benefícios, ele tem que ter um programa, uma avaliação, e o jornalista, o radialista no caso, ele também tem que seguir a legislação. Eu não posso trabalhar com uma pessoa em horários extras, até porque muitas empresas não estão querendo hora extra porque isso onera muito, então você vai trabalhar de segunda a sábado, seis horas por dia, com 15 minutos de intervalo e pronto. Passou o dia se tem a fiscalização.

As empresas cumprem, aquelas que não cumprem podem ser penalizadas ou fiscalizadas, isso aí é complicado. Então a questão da lei trabalhista também mexe, porque você tem que ter um número de pessoas que cumpram. Quando você não consegue pagar tanta gente, ou tem tanta gente, porque antigamente a gente extrapolava o horário da programação, ia mais do que isso, hoje é mais difícil. A não ser os cargos de confiança, que a pessoa não tem um tempo pra ficar dentro da empresa, claro que ela não vai ficar 24 horas lá dentro, mas ela pode ser mais elástica.

Então essa questão da legislação trabalhista também mexe com a programação no momento que você tem que ter um número x de pessoas e que você não tem condições de ter essas pessoas. Se você não tem condições

de ter dois apresentadores, três, quatro apresentadores, tantos produtores, tantos repórteres, você vai mexer na sua programação. Aí já quebra, então aquele gênero que você explorava, aquele gênero radiofônico, aquele formato, olha, antes a gente fazia mesa redonda, antes eu fazia tantas reportagens, eu tinha tantos repórteres, um em cada das cinco regiões da cidade, do país, zona sul, zona leste, zona oeste, zona norte e centro. Agora não, agora é um repórter que vai um dia aqui, outro repórter vai ali.

Então assim, as coisas vão acontecendo dessa forma porque a estrutura se reduziu e porque se reduziu? Porque muitas vezes você não tem aquele apoio publicitário que se tinha antigamente. Para você ter um apoio publicitário você tem que ter uma audiência, porque as pessoas querem aparecer e quem vai querer anunciar em uma emissora que não tem audiência ou que tem uma estrutura de potência para chegar em determinados locais.

Eu não vou dizer o nome, mas uma vez eu trabalhei em uma emissora por pouco tempo e eu lembro que ela foi fazer uma campanha na zona oeste e ela não pegava na zona oeste e era uma campanha que ela queria fazer lá na zona oeste, publicitária, também com reportagem e quando a equipe chegou lá para fazer aquela campanha, aquele evento, os apoiadores que estavam testando a emissora não conseguiram ouvir a emissora naquela localidade e ela não estava potencializada pela internet, então isso já quebra.

Então, o que acontece. Você tem que saber assim, olha, se meu transmissor, eu tô falando de AM, se meu transmissor está em determinado local e tem uma facilidade melhor. Fala-se muito da 'migração do AM pro FM que você deve estar estudando, mas pelo custo que foi apresentado agora de R\$ 4 milhões, as emissoras eu não sei como vai ficar essa situação. De qualquer forma as emissoras estão bem animadas, foi um alento quando surgiu o projeto, quando surgiu o custo já foi um desalento. Então a gente vê que algumas emissoras vão investir, vão pra cima e não é isso que vai matar o rádio, o rádio não vai morrer. Mas essa questão, legislação trabalhista, custo, patrocínio, alcance da emissora, potência de rádio mexe sim com a programação, porque isso tudo junto em uma emissora acaba mexendo com a programação sim, a programação ela acaba sofrendo algumas coisas. Então o gestor da rádio, os gestores da rádio, a equipe da rádio, ela precisa ser muito criativa para se segurar, então ela precisa conhecer muito, ela precisa começar a entender de tecnologia mas ela tem que entender de público também.

Aí eu entro numa coisa que eu, como estou a frente de uma rádio escola, uma coisa que a gente pode trabalhar, algumas rádios não arriscam porque elas estão naquele tima que está ganhando elas não vão arriscar muito. Algumas aos poucos vão arriscando. Mas, por exemplo, existem públicos que estão totalmente esquecidos. O que é público esquecido? É aquele público que não é visitado pela rádio ou aquela localidade que não é visitada pela rádio. Agora, de uns tempos para cá, a televisão, o rádio vem fazendo isso, mas ainda não tá 100% representado. Então vamos lá, algum tempo atrás não se falava tanto em públicos moradores de favela como se fala hoje, então agora você tem em novelas a representação dos moradores de favela, começou porque é um número gigante, então se caracterizou que não se tinha poder aquisitivo então

não se prestigiava, mas só que como o número é gigante, é muita audiência e é um público consumidor, então quem mora em favela é público consumidor, é sim e sempre foi, e é um número significativo, então vamos prestigiar esse público e esse pessoal vai assistir gente. Então eles vão assistir, haja vista I Love Paraisópolis que foi feita inspirada em uma das maiores favelas do país, Paraisópolis. Então você tem Heliópolis que é gigante também.

Então o que a gente chama de público esquecido ou público mal representado? Quando as emissoras começam a olhar para esses públicos esquecidos ou mal representados elas conseguem mexer com a audiência delas, elas têm que mexer na programação.

O que é que eu vou fazer para esse público esquecido, por exemplo, morador de rua, quem faz alguma coisa para o morador de rua? Morador de rua, ele é consumidor, eu já fiz uma matéria com um morador de rua aqui, o Thiago, aqui na Paulista, ele mora na Estação Paraíso do Metrô com três crianças, ele não tem mulher, a mulher dele foi embora e deixou ele com três crianças e ele mora lá, está sempre com um radinho ouvindo a CBN. Ai eu falei, poxa você tá ouvindo a CBN, me chamou a atenção, e ele é tô ouvindo a CBN aqui no radinho e ele falou de como ele trabalha, que ele vende bala, vende isso e aquilo, tá sempre pras crianças e com cachorrinho dele. Ele é consumidor porque ele compra as coisas com o trabalho dele e só não tem onde morar. E qual a necessidade desse cidadão que mora na rua, que hoje a Avenida Paulista é um verdadeiro dormitório a céu aberto. Tem pessoas que moram ali que estão lá com seus radinhos, seu aparelho celular, morando na rua sim, mas são pessoas que moram nas ruas, nas marquises, e é um público esquecido, um público que não é visto.

Eles são vistos assim, como entre aspas, incômodos, porque eles moram nas ruas e as pessoas falam uma série de coisas. De fato uma situação desconfortável para todo mundo, principalmente para eles que moram lá na rua. Aí a gente começa a perceber que é um público consumidor, então o que você para esse público em termos de informação. Qual é a informação que é levada de fato para as pessoas que moram nas favelas, qual é a necessidade. O repórter vai lá para falar de violência ou coisas assim, que se caracterizou falar das favelas. Não, ali é uma comunidade de moradores, pessoas que moram ali, que vivem, que moram, que trabalham, e que tem outras necessidades e que não é só falar de incêndio, tiroteio e tráfico de drogas e que muitas vezes aparecem. Então tem todo um histórico que aparecem e que se colocou dessa forma, se cristalizou esse negócio de falar dessa maneira e outras situações também. Então, outros públicos mal representados.

A questão racial que vira e mexe aparece, na questão do racismo nas mídias sociais e etc. A questão racial que se fala há muito tempo é mal representada, não é bem explorada, a questão da mulher é mal representada, a questão do homossexual é mal representada, ela não é vista. Então são comunidades e públicos enormes, gigantes, numerosos, que quando as pessoas descobrem esses públicos e começam a trabalhar elas tem audiência. Elas começam a ter audiência com 21 de público. Fala-se da parada gay e da parada LGBT na época da parada LGBT e aí quem vai cobrir, consegue patrocínio e depois que

passou, passou. Então esse público ele é gigante e não é só oba-oba de festa, de parada gay e de sexo ou coisa do tipo, tem toda uma história dessa população. Então assim, a gente precisa começar a observar a convergência, a inclusão, a participação, a cidadania.

Então, quando as rádios começarem a ter mais essa possibilidade de experimentar, de olhar as pessoas ,que nem todo mundo anda, nem todo mundo é branco, nem todo mundo fala, nem todo mundo ouve, nem todo mundo mora em áreas urbanas e nem todo mundo tem casa, elas vão perceber que as pessoas elas têm necessidades, então é importante arriscar e não falar desses públicos só no formato de sensacionalismo, mas de realmente de como você tratar essa situação como eu falei da questão da inclusão, da convergência, isso é muito importante.

E: Essa é uma situação meio de herança né? Porque historicamente eu acho que na década de 50 foi criado esse conceito de falar "meu público é esse" e daí faz aquela saladona...

F: Muito interessante o que você colocou. Eu tive de um professor, agora queria até lembrar o nome dele, foi na USP quando eu fiz uma disciplina como aluno especial e foi uma apresentação e eu quero lembrar o nome dele, mas enfim, ele falava de público alvo e público de interesse. Aí eu falei poxa que interessante, ele foi falando da diferença e eu fico pensando na diferença. Qual a diferença de público alvo para público de interesse? Público alvo é aquele que você quer atingir, tem até um caráter bélico, atingir, dar um tiro, atingir aquele público. O público de interesse é aquele que você tem interesse em manter, em segurar.

Claro, se você cristalizar com determinado público, se você fechar com aquele público, tudo bem. Só que as pessoas vão mudando de opinião. Então quem tinha um preconceito, até por causa da lei também, quem possui ou quem não gosta disso, as pessoas estão tendo que se flexibilizar. Algum tempo atrás, não muito tempo, eu falei da minha idade já, 52 anos, era impensado você ter, por exemplo, você não via na Avenida Paulista, eu moro na região há muitos anos, você não via na Paulista casais homossexuais de mãos dadas se beijando, trocando afetos. Então o afeto homossexual era proibido, era atentado violento ao pudor. Dois homens se beijando na boca ou duas mulheres, isso a polícia levava mesmo, não podia, era um atentado violento, era uma coisa terrível.

E aí hoje você tem essa possibilidade de observar as pessoas do mesmo sexo, casais, casando. Então quem não aceitava ou quem não colocava, é a questão do famoso beijo gay, beijo é beijo, não precisa falar beijo gay, mas o beijo entre duas pessoas do mesmo sexo, que é ainda é polêmica quando aparece, ainda causa admiração, mas isso também é colocado pelos meios de comunicação.

Então quando a coisa passa a ser aceita, as pessoas começam a perceber, abriu. Mas existe, o que segura ainda nas programações é que a gente tem essa passagem do tradicional, do antigo, do conservador com o novo. Eu trabalho com alunos, com jovens, mesmo os jovens profissionais, eu tenho jovens profissionais trabalhando na rádio comigo e outro dia eu estava

entrevistando um professor de 65 anos de idade e o nosso locutor apresentador super jovem, 24 anos de idade, conversando com esse professor, que é professor, doutor e ele falava: mas professor você não acha tal coisa. E eu falava, meu Deus, na minha época eu jamais chamaria um professor doutor de você, seria senhor. A Hebe Camargo, Inezita Barroso, Dercy Gonçalves quando eu entrevistava, eu a chamava de você porque é uma outra história. Eu não ia chegar pra Hebe, "Hebe, a senhora" e ela ia dar risada na minha cara. A Inezita também e a Dercy também. Mas dependendo da profissão e da situação você até pergunta pra pessoa antes né. Você quer ser tratado de você ou por senhor? Mas em algumas situações isso é automático. Você fala senhor, senhor, senhor e a pessoa não vai reclamar, ou senhora. Eu já tive situações também de estar com estudantes em evento e o estudante chega para um pessoa de oitenta e poucos anos de idade, que era o jornalista e fala, "mas você não acha tal coisa", vai entrevistar o médico, "você". Então eu fico percebendo, será que eu tô errado ou eles estão certos de tratar o cidadão de você, o que que mudou nessa história toda.

Eu oriento minha equipe, por exemplo, na questão do vestuário, não venha de bermuda trabalhar, não me traga seu skate pendurado nas costas, o seu violão, porque aqui não tem uma sala, estacionamento de skate e eu não acho legal você vir trabalhar de bermuda, ou com óculos escuros e seu boné virado. Então as vezes você tem que ensinar certas coisas.

Ao mesmo tempo eu fico me questionando, quando eu olho para, no geral, nas ruas e mesmo em outros lugares que eu visito, as vezes eu observo certas situações que eu falo isso tá começando a modificar e não sei se está, entre aspas, relaxando ou se é novidade, porque o vestuário antigamente eram vestidos longos aí o vestido da mulher subiu, a calça cumprida a mulher assimilou e eu fico pensando alguma coisa tá mudando e eu preciso olhar de uma forma diferente. E aí esses comportamentos entram na programação também, no tratamento.

A velocidade das coisas elas entram na programação. Então a gente tem que olhar pro novo, pro jovem, de uma forma bem atenta para saber se está funcionando, está representando. A partir do momento que tá representando e tá funcionando, então tudo bem. Eu acho que aí não vai ser o vestuário, não vai ser a forma, não vai ser isso ou aquilo, vai ser se funcionar.

Eu acho que a questão hoje, é fundamental entender que cidadania tem que estar presente, inclusão social tem que estar presente que e acessibilidade tem que estar presente. Acessibilidade algum tempo atrás na minha época a pessoa com deficiência, a minha época é agora, mas quando eu era mais jovem eu lembro que a gente não usava tanto a expressão deficiente ou pessoa com deficiência. Infelizmente a gente ouvia muito "fulano é aleijado". Depois veio toda uma concepção, todo um trabalho e hoje eu vejo que até a palavra deficiência vai sair porque deficiência é aquilo que não é eficiente, então a pessoa com deficiência ela trabalha, sai de casa, estuda, as leis da construção civil obrigam acessibilidade, assim como a lei da comunicação também. Hoje você não pode conceber, tem uma legislação aí que pede que as pessoas criem, é lei você ter seu programa, sua programação, você tem que

ter acessibilidade para pessoas com deficiência.

Antigamente falava portador de deficiência, não é mais portador, é pessoa com deficiência. Portador é aquilo que você porta, tira e acabou, então é pessoa com deficiência. Essas situações então me chamam bem a atenção, eu fico pensando nessas possibilidades. Agora nem todas as emissoras de rádio, nem todos os programadores estão 100% atentos a isso. Então eu noto que eles não estão atentos, são conservadores, mas a lei chegou. Então existe uma legislação que obriga as pessoas a tomarem atitudes, a tomarem decisões. Eu não tenho acessibilidade, então você tem que ter porque é lei. Aqui eu não aceito tal coisa, então você vai ter que aceitar porque é lei. Então as pessoas vão ter que começar a observar. Ainda existe uma resistência, isso mexe com a programação. Mas o que está mexendo com a programação também que eu noto, é aquilo que eu disse anteriormente para ele ficar mais no seu tema, eu acho que é a questão da crise econômica, ou da mudança econômica, independente de crise ou não, isso mexe com a programação porque as pessoas estão vivenciando algo diferente. Assim como tinham os programas de auditório e as rádio novelas, então não precisa mais ter esse tipo de abordagem em rádio. Tem gente que vira e mexe cria programas de auditório bacanas e trazem, voltam com algumas coisas, acho interessante quando volta. Mas tem que ser um projeto muito bem feito, bem elaborado.

É a mesma coisa que acontece com o vinil. O vinil eu não acho que ele sumiu, ele sumiu das lojas e agora tá voltando. Mas ele sumiu para a entrada do CD, muito bem. Mas ele continua nas feiras, as pickups foram vendidas nas lojas de antiguidade e agora tá aí o vinil porque as pessoas querem apalpar o vinil, elas têm essa coisa do vinil que agora tá aí voltando e é bem interessante essa volta. Eu vejo que em algumas programações as pessoas falam "ai que legal se tivesse uma rádio novela", eu pergunto "mas você ouviria uma rádio novela?". Olha, pode ser que eu não ouviria, mas eu tenho milhões de pessoas com deficiência visual no Brasil que ouviriam, porque o rádio é o veículo de comunicação da pessoa com deficiência visual e muita gente que faz rádio esquece que o rádio é o veículo de comunicação da pessoa com deficiência visual. Existem esses programas que atendem a pessoa com deficiência para jornal na televisão, mas essa coisa do rádio é muito importante para o deficiente visual, para a pessoa com deficiência visual. Ela liga o rádio, ela quer se informar por ali, é dinâmico, é forte, é ágil e algumas pessoas esquecem tanto que até a velocidade da fala não é adequada, elas falam rápido demais. Então muitas vezes é importante observar isso. A pessoa com deficiência visual ela pede muitas vezes que a linguagem seja mais descritiva, que privilegie mais o retrato sonoro e às vezes alguns radialistas esquecem de descrever, parece que estão fazendo o impresso no rádio, o impresso falado e não é por aí, é importante também que se faça a descrição, que se faça o retrato sonoro. O pessoal mais velho, de rádio que tem a experiência, que chegou antes, eles conseguem fazer isso. Isso também é importante ser observado.

Então a gente está sempre falando, a gente fala: estamos vivendo uma transição. A transição a gente sempre vive, a transição está sempre acontecendo. Tá sempre todo mundo querendo se modernizar, se atualizar ou querendo fazer melhor que o outro. Quem vai ser melhor que o outro? Quem

vai fazer melhor? Quem tiver mais condição, quem tiver mais ideia, quem tiver a mente mais arejada, quem conseguir observar o público esquecido, o público mal representado, quem souber fazer o bom uso da tecnologia, quem conseguir superar preconceitos ou conceitos cristalizados, quem conseguir ter essa criatividade, quem conseguir usar. Aí penso que essas pessoas vão conseguir. Agora se a gente ficar naquela mesmice, até funciona, mas essas coisas estão morrendo, então isso empobrece a programação do rádio.

Hoje a gente observa alguns sites e modéstia parte o nosso também, que é uma coisa que a gente pode o que, a gente tem um texto, a fotografia, o pessoal tá lá na COP 21, ok. Então quem tá aí na COP 21, Tatiana manda pra gente imagem, fotografia, manda texto, manda sonora, e a gente vai trabalhar com isso. Nosso site também tem essa possibilidade, tem acessibilidade, inclusive para daltônico. Então vamos trabalhar com isso, vamos experimentar. Se estamos no caminho certo eu não sei, mas a gente tá atendendo um público. Mas ainda falta muita coisa. A gente vai percebendo que aquelas pessoas que antes não saiam de casa, não se manifestavam, elas estão começando a aparecer, elas estão começando a ver "também tenho direito, também sou cidadão, eu pago imposto e tenho meus direitos". É o que eu falei da pessoa com deficiência. A gente hoje tem a participação das pessoas no mercado de trabalho.

A Heloísa Rocha que é nossa redatora do nosso site, ela é cadeirante com uma deficiência grave ou acentuada, não sei se posso usar a palavra grave, mas é acentuada, que é interessante, que ela não sai da cadeira de rodas, ela vive na cadeira de rodas porque ela não tem condições de sair, ela não anda, ela não sai. Para ela sair de uma cadeira para outra alguém precisa tirar. Então isso também mexeu com a gente na redação, porque ela chega e fala "vou mudar de cadeira", alguém tem que mudar ela de cadeira, "vou ao banheiro", alguém tem que acompanhar ela ao banheiro, "vou a tal lugar", alguém tem que acompanhar ela. Tivemos um colaborador que não tinha os braços. Então olha, "vou almoçar", ele não ia almoçar sozinho, alguém ia com ele, não existia uma máquina que desse água ou comida na boca dele, "vou ao banheiro", ele não tem os braços, alguém tem que acompanhar.

E: Muda a própria percepção da rádio né?

F: Da rádio e das pessoas que trabalham. E com isso, você mexe com sua programação também, porque você tem um comportamento interno de respeito, de acessibilidade, de inclusão, de participação e de observação. Estranho para algumas pessoas pode ser. Então, eu já trabalhei, por exemplo, a questão da sexualidade novamente. Trabalhar com, hoje ainda falta isso, mas trabalhar com a transexualidade, que algum tempo atrás as pessoas eram vistas como risíveis ou com preconceito, isso é prostituta, já caracteriza. Por que o transexual não pode estar no mercado de trabalho como outras pessoas estão? São cidadãos, cidadãs que pagam imposto. Mas daí isso ainda é muito complicado porque quando a chega, não na Cásper Líbero, mas em muitas faculdades, em muitas rádios, a gente percebe que essas coisas estão em proporções menores e que as pautas, elas não estão sendo feitas de formas naturais.

Quando se fala da pessoa com deficiência, se fala da pessoa com deficiência mas com muitas campanhas. "Olha, hoje a campanha para a pessoa com deficiência tal tal", mas porque só em campanha, porque não posso tratar de outra maneira? Então tem situações que a gente tem que avançar. Quando você começa a avançar nisso, começa a perceber que as pessoas estão passando dos 80 anos de idade, passando dos 100 na verdade. Quantas pessoas com mais de 100 anos nós temos, com mais de 90 anos e aí em atuação e não em atuação, mas que estão além da expectativa de vida, que são as pessoas idosas, então é importante observar, isso mexe com a programação também. Tem pessoas que estão aí que elas pessoas se aposentavam e iam fazer outras coisas, a expectativa de vida era menor.

Hoje a expectativa de vida aumentou, tem um número de pessoas idosas trabalhando, consumindo, é um público consumidor e elas estão sendo privilegiadas pela programação da rádio será? Não sei, nem 100%. Então parece que algumas coisas são feitas para uma determinada faixa etária, para um determinado público, para, como eu falei, eles se esquecem dessas situações todas que eu coloquei, de raciais, de determinados bairros ou localizações e até as questões ambientais, não 100% privilegiadas. Se critica, critica, mas a gente tem que estar ali presente. O que está prejudicando a presença do repórter, do radialista, do comunicador em certas áreas, é a ausência, a falta de recursos. E também não está tendo uma convergência, uma conversa entre as rádios comunitárias e as rádios comerciais. Porque as rádios comunitárias, elas estão nessas regiões.

Eu estudo no meu doutorado, as sete cidades do ABC paulista que tem uma rádio comercial, que é rádio ABC, que é muito boa, aliás, e as demais rádios autorizadas a funcionar que são 11, são todas comunitárias. Tem a rádio Represa, rádio Lírio dos Vales, rádio Parati. São rádios que estão localizadas em áreas cobrindo o que acontece ali. Porque eu não posso comercialmente, eu que sou a rádio comercial, ou rádio escola enfim, conversar com uma rádio comunitária e ele conversar comigo. Eu levo informação pra ele e ele traz informação, independente de contrato ou de pagamento entendeu. É que as rádios comunitárias sofrem muito porque elas não têm o apoio que as rádios comerciais tem. Elas estão sofrendo bastante com isso. MAS elas prestam serviço e quando elas não conseguem se estruturar elas ficam botando música, que é muito chato também. Elas podem ter além da programação musical, essa prestação de serviço. E a gente pode conversar com essas rádios. "olha, você está aí na rádio Represa perto da represa Billings, o que está acontecendo aí?", então a pessoa entra, conversa com você, vai te explicar o que tá acontecendo. Ela pode não ter aquela mesma abordagem, qualificação que o radialista aqui tem, mas ela vai te passar as informações.

Então eu acho que pra falar de programação, a gente que começa a pensar essa base aí que é essa situação de observar o que tá acontecendo hoje da aceitação de público e a constituição, que já sofreu várias emendas e alterações, de respeito aos públicos, as pessoas estão avançando, exigindo seus direitos, então eu sou negro, sou negro e quero minha participação, quero respeito, pessoa com deficiência, homossexual, transexual, transgênero e

todas as possibilidades que você tiver em participação e de inclusão e são públicos. Mora na rua? Mora na rua. Tá em situação de rua? tá em situação de rua. É consumidor. Como é que levo informação? Então às vezes as pessoas resolvem e falam vamos fazer um programa feminino, um programa para a mulher, e aí, o que a mulher gosta? Vamos falar de horóscopo, vamos falar de receita de bolo, vamos falar de costura, vamos falar de artesanato. Cadê a atualização disso tudo? É interessante. Eu também gosto de artesanato, gosto dessa coisa toda, aprendo bastante, mas assim, a pesquisa ela é fundamental.

Esse ir para campo e pesquisar e não é pesquisar hoje e simplesmente pesquisa acabou. Você precisa estar sempre se atualizando e conversando com esse público, saber a necessidade dele para você conseguir delinear sua programação e trabalhar com ela. Você faz uma pesquisa, vou fazer uma pesquisa com as mulheres para saber o que elas querem, ok. Aquela pesquisa com uma amostra e chega o resultado, muito bem. Só que você tem que saber o que elas querem, o que elas não querem também e o que elas não tem, porque as vezes nem elas sabem. Então são coisas que você pode levar também. Então quem está diante de uma programação, de um microfone, de uma produção, tem que estar atento para esse universo, tem que estar fazendo esse trabalho antropológico, tem que se basear nessa coisa também da antropologia, da sociologia, da geografia, da história porque se você não buscar os conceitos de participação, os conceitos de cidadania, os conceitos de território e localidade, você não vai conseguir. Falando disso, eu posso falar, por exemplo, minha orientadora, a Cicília Peruzzo da Metodista é uma pessoa que estuda esses conceitos e com ela tem mais uma série de pessoas que estudam esses conceitos de participação. Só que também existe ali um hiato entre essa coisa, entre a questão acadêmica e a prática do rádio que as pessoas as vezes não estão tão atentas.

A pessoa entra num turbilhão de fazer rádio vai fazendo e fazendo, mas é legal você parar para observar, é fundamental, aliás, você parar para observar os conceitos acadêmicos ter esse olhar para você começar a perceber, fazer a crítica e a autocrítica. Você começa a perceber o que está faltando, como é que está a situação. Mas eu vejo que não tem muita novidade no rádio, que eu vejo que não tem muita novidade na televisão. Assistindo um programa desses femininos de televisão da manhã eu vejo assim que é o conservadorismo, as pessoas tocam no assunto e as vezes aparecem alguns preconceitos forçados para falar a "a pessoa sofreu preconceito", mas será que sofreu mesmo? Vamos conversar sobre isso, o que está acontecendo? É por causa disso, mas esse tema tá ultrapassado, vamos ver um tema mais atual, o que tá acontecendo. Então assim, o banco de ideias tá vazio, tá parecendo o banco de sangue, tá esvaziando. Então a gente precisa começar a olhar para o banco de ideias das programações., que coisa né.

Cidadania, eu as vezes vejo falta muita coisa a gente observa, eu pego muito metrô, pego ônibus e eu vejo o desrespeito nesses veículos de transporte. Eu pego o metrô e comecei a fotografar porque falei isso é pauta pra gente colocar na rádio e falar disso, perguntar as pessoas. O cidadão senta no banquinho dele no metrô e coloca os pés no banco da pessoa com deficiência, do idoso ou qualquer outro banco que ele queira e simplesmente ele coloca os pés ali,

sujando ou fazem até aquelas postura que não é legal, come qualquer coisa e joga ali mesmo, deixa as migalhas e farelos cair ali sem pensar que alguém vai limpar aquilo. É claro que alguém vai limpar, mas poderia limpar menos se ele tivesse o cuidado de não deixar cair a sujeira e ali também não é lugar para ele estar comendo, mas já que ele resolveu comer ali, fazer o que então come, só que ele esquece que ele está comendo um sanduíche de hambúrguer e que aquilo tem um cheiro, um aroma que pode incomodar certas pessoas .Por mais que se fale para você não ficar com o fone de ouvido em uma determinada altura, as pessoas estão fazendo isso. Isso é pauta, isso é pré programação.

Você fala, olha você que entra no metrô com uma mochila, troca sua mochila, no metrô e já avisa o elevador também, mas as pessoas não estão ouvindo porque elas estão com o fone alto e tem aquela coisa também das pessoas não respeitarem as outras e acharem que só existem elas no mundo. Outra coisa que me chama a atenção, que também tem que entrar na programação, porque o rádio é educação, ele começou como educação, historicamente falando ele é um veículo educador. Então já que é pra educar as pessoas, vamos educar as pessoas adequadamente. Como que eu educo uma pessoa? Levando informação, falando, discutindo, educando mesmo. O rádio por isso que nós tivemos muitas rádios com o nome de rádio educadora.

Aqui mesmo a nossa rádio, antes de ser Gazeta era Sociedade Educadora Paulista, de 1923 a 1943, que a Gazeta veio de 1943 pra cá. A educação, o veículo de comunicação tem essa função de educar as pessoas, sobretudo o rádio. Mídias sociais, esses grupos fechados, eu já fui vítima disso e não fiz nada, mas hoje eu tô pensando se eu vou deixar de fazer, de ter nome em grupo fechado que as pessoas difamam, falam mal e normalmente professor as pessoas criticam mesmo, mas você tem que tomar cuidado antes de colocar, quando você coloca o nome alguém em um grupo fechado, faz uma citação, de calúnia, difamação, o que for, você tem que tomar cuidado porque naquele grupo fechado de 100 pessoas pelo menos metade manda pra u olheiro e se eu recebo eu posso processar aquela pessoa, olha você fez isso.

Eu quero chamar esse cidadão, como eu já fiz, e falei pra ele, eu soube que você escreveu, não escrevi, você escreveu sim que tá aqui, mas como recebeu se foi em grupo fechado, pois é, só que grupo fechado não existe. Esse grupo fechado que você estava ele foi aberto, você escreveu meu nome aqui com esses adjetivos e com essa informação, então eu vou ser bem generoso agora pra te ensinar que existe uma lei que é essa e você vai parar com isso agora. Você tem direito de participar do, entre aspas, seu grupo fechado, mas tem que tomar cuidado com o que você escreve.

As pessoas estão tendo um comportamento muito inadequado em face, expondo, e a programação pode ensinar essas pessoas, isso é pauta para a programação, é para você colocar lá, é discutir, colocar como programa ou programetes para ensinar as pessoas a lidarem com isso, se não as opiniões vão brotando, é muita coragem em frente a tela e muita covardia olho no olho, então a gente tem que começar a observar isso também. Certas opiniões que são emitidas hoje podem prejudicar amanhã. Então a gente está vivendo esse momento.

E: Dentro dessa situação toda de direitos, é uma coisa que também me chamou a atenção, claro a gente tenta na perspectiva de cidadania incluir as pessoas todas, essa questão do movimento, mas tem um outro movimento que as vezes esquece e que as rádios eu vejo que as rádios não conseguem contemplar também, que é a questão étnica, por exemplo, São Paulo mesmo é uma metrópole que tem imigrantes de toda parte, então desde o começo a rádio sempre foi um veículo pra integração nacional, que valorizava a língua portuguesa, até começo da década de 90 era proibido transmitir qualquer coisa que não fosse em língua portuguesa, tem até casos em Mato Grosso do Sul de alguns programas produzidos em guarani que a Polícia Federal foi lá e fechou a rádio por um dia ou dois porque não podia, tem alguns relatos nesse sentido. Mas hoje a gente vive num cenário dessa outra movimentação, não só a movimentação interna da sociedade, mas de outros elementos que ultrapassam as fronteiras nacionais também, a gente tem bolivianos, sírios, dentro do próprio Brasil nordestinos, sulistas, gente que fala várias línguas, de várias culturas e as vezes acontece do meio de comunicação trabalhar isso como se não existisse, é o que você falou, a questão dos públicos invisíveis.

F: Exatamente, por exemplo, se você buscar o trabalho que eu tô concluindo agora ele fala disso, na região do ABC, como tem a presença africana e haitiana lá. Muito bem, eles são sem teto, sem país, sem emprego, sem rádio. Por que sem rádio? Porque não está sendo observados, ah, porque eles estão chegando, incomodando, não sei o que, que isso? Como que é essa história, como que fica isso? O Brasil está tendo uma nova imigração, imigração espanhola, o italiana, portuguesa, japonesa, várias outras e agora haitiana, agora não né, mas agora nós estamos olhando de outra maneira isso, então haitianas e africanas. Então é isso, como é que eu vou trabalhar essa questão sem colocar nesse patamar que está sendo colocado.

As pessoas já chegaram, estão se estabelecendo, se empregando, você vai no estabelecimento e você nota a presença delas, algumas estão vendendo coisas na rua, outras vendendo outras coisas, enfim. Então falta observar. Nós estamos em São Paulo e não estamos muito longe de tribos de índios daqui né, de comunidades indígenas de São Paulo. Não estamos muito longe de Parelheiros ou da Serra do Mar, da Mata Atlântica, enfim, nós temos indígenas aí que não estão sendo olhados. Então as pessoas lembram em determinadas datas e olhe lá.

Então, a pauta ela está em crise para a programação e isso é uma coisa importante a gente falar, nós estamos sofrendo a crise da pauta. E a tecnologia hoje ela ajuda em algumas coisas e prejudica em outras. Quando eu era mais novo e eu chegava na redação do jornal que eu trabalhava, da rádio que eu trabalhava, era uma mesa oval como esta que nós temos aqui agora, eu lembro do meu editor que é falecido, ele devia ter pelo menos uns 30 anos a mais que eu, ele falava o seguinte: o que aconteceu, o que você trouxe de pauta? Então da minha casa até a redação eu já ia com uma pauta. Não é como chegar hoje na redação e ficar sabendo que morreu alguém, ou que aconteceu alguma coisa em Mariana ou em Paris, ou seja onde for. Eu já chegava bem informado, mas eu tinha que levar a pauta pra lá, porque além de

repórter e jornalista, eu sou um cidadão também. Então qual é a pauta que você trouxe? Essa aí que eu trouxe para você. Legal, você está olhando, está observando, é a forma de ver, enxergar e perceber as coisas. Agora o que acontece, você chega muitas pessoas chegam na redação e vão saber o que está acontecendo na redação, aí a tecnologia favorece o tal do recorte e cole. E aí as pessoas as vezes reinventam pautas que já estão inventadas, alguém já fez aquilo. Aí todo mundo segue o mesmo caminho. Muito bom o papel de algumas assessorias de comunicação, mas algumas assessorias de comunicação fazem o serviço e todo mundo bebe na fonte daquela assessoria de comunicação, porque ela tem mais dinheiro e aquele assessorado tem mais condições de fazer.

Então, essa questão da formação de opinião ela também é muito complicada, prejudicada, pela falta da pauta. Então, se eu chego na redação e vou me informar na redação, eu não sei como que tá essa formação de opinião, eu estou fazendo alguma coisa que alguém já fez. Agora se eu chego na redação e levo informações, ainda que elas não sejam 100% novas, é interessante. Se no meu bairro eu percebo que as árvores estão todas enforcadas, que elas estão apodrecendo, que elas vão cair naquele bairro, eu vou levar. Olha, eu sei que essa pauta não é nova, não tem muito diferencial, nem ineditismo, mas no bairro tal as árvores estão enforcadas, está chovendo bastante, eu percebo que elas são centenárias, estão apodrecendo e vão cair. Vamos fazer uma pauta sobre árvore enforcada? Vamos, legal. Aquelas que eles colocam cimento até o tronco da árvore. Então é legal que o repórter e o programador pensem nessas palavrinhas, diferencial, ineditismo, ele ter um foco e que ele pense em público também. Se ele não pensar legal nessas coisas, nesse diferencial e ineditismo, ele vai para um lado que tá todo mundo indo.

Então eu tenho que sair da minha área e zona de conforto para observar algumas coisas. E nem preciso sair tanto, porque se eu sou um cidadão, se ando pelas ruas, se eu observo as coisas, se eu noto a presença diferente disso ou daquilo, ou algum incômodo ou uma coisa legal, não precisa ser uma coisa, eu posso promover uma coisa bacana. Poxa, que bacana, tá tendo um festival de folclore ali, as pessoas estão se manifestando dessa maneira, muito bom falar disso também. Agora cadê o folclore brasileiro, cadê nosso folclore? Cadê a acultura do norte, do centro-oeste, de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, cadê Tocantins, cadê falar dessas coisas, cadê falar de Acaraú lá em Fortaleza, praia maravilhosa, coisas que estão ali, como é que eu faço essa linha, esse contato com as pessoas para saber o que está acontecendo.

Quando se falou de Mariana, falavam do turismo em Mariana e não que estava para acontecer essa tragédia toda. Então quando se fala nas coisas que estão prestes a acontecer, nas tragédias já anunciadas que vão acontecer. O que eu percebo, eu vou precisar ver a árvore cair sobre o carro de pessoa que está ali dentro para falar disso? Não, a árvore já está inclinada, já está para cair entendeu. Então essas coisas eu posso chamar a atenção das autoridades, das pessoas da comunidade local e ouvir essa comunidade. Agora se a gente passa, entre aspas, batido pelas coisas, a gente não acaba, fica muito complicado.

Por isso que eu digo, quando a gente começar a mexer com tudo isso que eu falei aqui, público que tem sido mal representado, patrocínio e essas observações, a gente começa a mexer na programação e você começa a sair dessa, começa a modificar, você amplia a sua audiência, você ter tanta audiência, é legal. Mas não é a audiência pela audiência, você não precisa tirar a roupa de ninguém ou colocar música de duplo sentido. Eu quero essa pulseira, quero ser sua tolha e passar pelo seu corpo, essa coisa toda sexual que traz a audiência que é um apelo e hoje eu vejo que a fórmula da audiência ela tá focada no que eu chamo de tripé da audiência, que é sexo, sangue e violência e religião. Nada contra nada dessas coisas. Porque sexo é legal, todo mundo gosta, é a reprodução humana, é o prazer, então é uma audiência. Agora eu posso falar da questão sexual de uma forma não grotesca, o que é o tripé da audiência, sexo sempre vai ser audiência, toda vez que você falar de alguma coisa que envolve sexo. Por que dá audiência? Porque fala do prazer e fala da reprodução humana também. Mas eu posso falar de outra maneira, eu posso falar como uma obra do Chico Buarque que fala de tatuagem: "quero ficar no seu corpo feito tatuagem que é pra seguir viagem quando a noite vem", legal.

Agora eu posso falar de uma música de cama, mesa e banho que não tem nada a ver. Eu posso falar de sexo em uma obra maravilhosa, no quadro de um pintor famoso, clássico, maravilhoso e ter uma questão sexual aí bacana, que vai me inspirar, pode até dar uma inspiração, aquela coisa sexual, mexer com a libido, etc. Mas pode ser grotesco, pode ser vulgar. Depende também do olhar e de como você vai colocar, mas não é efêmero, não é descartável, por isso que as coisas legais elas ficam, permanecem. Posso falar de violência? posso, devo falar de violência sim. Agora depende da forma como você conduzir essa violência. Se é aquela violência que você vai falar do sangue escorrendo para sensacionalismo, tem uma função, tem, você vai informar sim, mas você pode falar de causas, você pode falar de efeitos, você não precisa ficar só no vermelho, no sangue e aquela coisa toda sem fomentar o bendito preconceito. Religião, eu também sou religioso, legal falar da religião, mas assim, vamos falar com a responsabilidade que essas coisas merecem ser faladas. Mas hoje está tendo audiência sexo, sangue e religião, seja na música.

E: Eu ia fazer uma última pergunta se você acredita em programação multicultural, mas eu acho que dentro dessa fala toda já fica muito contemplada essa questão das identidades né.

F: Então, é porque não dá para você não contemplar. Agora eu também acredito que você pode falar, olha que coisa interessante, eu não tô muito autorizado a falar porque ela não lançou projeto, mas num projeto, uma pessoa conhecida que é transexual e lançou um blog focando o público transexual, legal, bacana. Então lançou um blog, um veículo de comunicação, com rádio, web-rádio, com um público de interesse ou público alvo, transexuais. Quando ela lançou o projeto e ela percebeu que o público alvo ou de interesse dela era maior do que ela imaginava, ela parou o projeto para reformular o projeto.

Porque, por exemplo, onde localizar sapatos número 47, onde mandar fazer

sapatos tamanho 48 ou mais que isso para pé grande, que é o caso, então onde ir, onde comprar, essas coisas, roteiros de coisas assim, legislação, etc. ela percebeu que não era só o público transexual que estava entrando ali e mandando mensagem Familiares, mulheres com pé grande, homem com pé grande, homossexual, bissexual, a mãe que tem um filho homossexual, a vovó que entrou, o vovô. Então, isso a tecnologia faz de legal, porque ela colocou isso no ar e de repente olha como a coisa ficou plural. Então ela falou: meu Deus, para que esse blog não tá legal, a ilustração dele não tá boa, vai virar um site, vou parar com tudo. Ela teve uma amostra, em pouco tempo e aquilo explodiu. Então, tem uma colega nossa aqui que ela fez um sobre moda para pessoas com deficiência, muita gente, então você não contempla só a pessoa com deficiência, são os parentes, o namorado, o marido, as pessoas que tem interesse, os estudiosos, os estudantes, gente de outros países, que falam meu Deus, o que eu fui inventar.

Aí pra quem é estudante e fala, estou desempregado, lança um projeto desse pensando em alguma coisa e vai ver, nossa meu público é muito maior. É legal você ter um foco, ter uma história, vou fazer alguma coisa assim e assado, então é importante perceber isso. Mais uma coisa que eu não falei e acho que é positivo hoje e tem a ver com cultura também, é o sotaque.

Então, há um tempo era impensado o sotaque, nordestinos, mineiro, o caipira de São Paulo, o sotaque do goiano, do mato-grossense do sul e não sei quem, do paraense. Hoje você tem essas possibilidades que eu acho interessante, até o sotaque estrangeiro também. Então, essa coisa da não violência contra a cultura, contra o sotaque, isso é muito importante também, a gente tentar lembrar isso na programação. Isso também atrai audiência, em vez de tirar. Poxa me identifico, isso me representa, estou ouvindo o meu sotaque, o meu paulistano né. Porque paulistano juntou com carioca, essa coisa toda e virou essa coisa que padronizou.

Mas não é São Paulo e Rio, você pode ter outros sotaques também na programação, outras interpretações e palavras que normalmente as pessoas não usam e expressões que são aquelas, eu posso mudar um pouco isso, eu posso usar um termo e posso modificar. Até pra ensinar as pessoas, sei lá, de repente eu vou falar de alguma coisa que as pessoas não estão acostumadas aqui, mas que na sua região é comum.

Então você vai falar, sei lá, do arroz com pequi, você vai falar da pitomba, você vai falar de jatobá, então você está enriquecendo também, a cultura, é interessante algumas coisas que você colocar nessa situação. Mas isso que eu falei dos blogs e dos sites de repente você desenvolve um veículo de comunicação, com linguagem radiofônica, porque você vai fazer a convergência, porque se eu falo que é linguagem radiofônica, é uma webrádio, um blog, mas quando você perceber, quando você começar a olhar a resposta, você fala, meu Deus.

Não é só imigrante, não é só haitiano, não são só os africanos, aqui tem muita gente, nossa, eu fiz um blog pensando, em Salvador tem um jornal que chama jornal do morador de rua, muito interessante em Salvador, não sei se ainda

está lá porque eles estavam com dificuldades, mas você vai ver que não é só morador de rua, são os síndicos dos prédios, as pessoas que moram, as pessoas que ajudam, o sistema social, você vai perceber que aquela coisinha vai crescer.

ANEXO 1 – ENTREVISTA SOBRE O PROGRAMA ÑE Ê NGATU, EM LÍNGUA GUARANI, AO SITE OVERMUNDO³¹

Ñe Ê Ngatu: a revolução está no ar!



Rodrigo Teixeira · Campo Grande, MS
8/3/2006

"*Que língua esquisita é esta?*" é a dúvida de quem sintoniza pela primeira vez o inusitado Ñe Ê Ngatu. O programa da **FM Regional** é apresentado no idioma que dominou a América do Sul em seus primórdios. Com uma sonoridade peculiar, o Ñe Ê Ngatu é uma mistura de português, espanhol e guarani. Da Amazônia à Terra do Fogo, do paredão da Cordilheira dos Andes até o centro do Pantanal, em todos os cantos do continente se falava o Ñe Ê Ngatu. "Foi o principal idioma da América do Sul por 300 anos", ressalta Margarida Román, jornalista e âncora do programa batizado com o nome da língua.

Vale a pena acompanhar a locução de Margarida. A jornalista nasceu em Porto Murtinho, fronteira de MS com o Paraguai. Aprendeu primeiro o guarani, depois o espanhol e só então, já com 11 anos, o português. O sucesso do programa, que em 2003 chegou a atingir 80 mil pessoas na capital do Estado, tem relação direta com o talento da jornalista e não só pelo inusitado de se escutar o Ñe Ê Ngatu. Margarida não raramente incomoda o *establishment* com suas posições sobre os mais variados assuntos. Tem forte sotaque fronteiriço. Oscila de temperamento, grita, faz dengo.... Mas não interessa. Ela gruda o ouvinte no radinho. "O programa ainda não foi compreendido em Mato Grosso do Sul. O poder rejeita. Político só pensa em economia. Para eles, o Ñe Ê Ngatu é vender geladeira para pingüim", define a jornalista.

³¹ Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/ne-e-ngatu-a-revolucao-esta-no-ar> . Acesso em 28 de fev de 2016.

Margarida e o seu Ñe Ê Ngatu resistem arduamente na FM Regional. A direção já mudou o programa de horário, diminuiu a frequência semanal e atualmente é transmitido apenas segunda, entre 20h e 21h. O Ñe Ê Ngatu é sinônimo de saga para Margarida. Ela começou a pesquisar a língua em 1977, após trabalhar com o cineasta Sylvio Back para um filme sobre a Guerra do Paraguai. O primeiro contato com o idioma foi na cidade paraguaia de Missões, de onde veio a família materna de Margarida. Formatou o programa em 1982 e foi vender a idéia. Não conseguiu. Em 1996 entrou para a TV Educativa de MS - hoje TVE Regional -, e quase 20 anos depois, só em 2001, teve apoio para concretizar o Ñe Ê Ngatu. "Engavetaram várias vezes o projeto. Nem a iniciativa privada e nem o governo aceitavam", relata.

Em 2005, o perfil do programa mudou bastante. Firme ao expor suas idéias, Margarida deixou o entretenimento de lado e passou a debater a saúde pública do Estado no geral e de Campo Grande em particular. Margarida conversa mais com médicos, políticos e profissionais da saúde e cada vez menos com artistas e personalidades. A reviravolta, no entanto, tem a ver com a difícil realidade de Margarida. O mais velho de seus três filhos, Ramiro, atualmente com 20 anos, enfrenta há dois anos um câncer. "O programa ganhou o componente da cidadania. Com a tragédia do meu filho entrei de cabeça no SUS e nunca mais vou sair", profetiza.

Mas Margarida quer fazer mais ainda pela língua que resiste contra o tempo. Ela luta para que o Ñe Ê Ngatu se torne o segundo idioma oficial do estado. "Atualmente só em Campo Grande deve ter uma média de cinco mil pessoas que falam o Ñe Ê Ngatu. Isso sem contar a população indígena", ressalta. A jornalista lembra que na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, o Ñe Ê Ngatu já foi transformado em um dos cinco idiomas oficiais. Para Margarida, a manutenção da língua é um fator primordial para a própria sobrevivência de toda a Nação Guarani. "O índio se suicida em Dourados, por exemplo, devido ao paredão que encontra. Ele está totalmente dominado pela ausência cultural e impotência econômica", analisa.

Margarida começou a carreira aos 17 anos como recepcionista do extinto Jornal da Cidade, em Campo Grande. Logo foi fazer revisão e promovida a repórter. Saiu do jornal em 1994 e passou pelos principais órgãos de imprensa da Capital, como as emissoras TV Morena, TV Campo Grande e TV Record e o jornal diário Correio do Estado (www.correiodoestado.com.br). "Trabalhei como produtora e só não passei para o vídeo por causa do meu sotaque", afirma. Antes de entrar para a TVE em 1996, atuou em Assunção, no Paraguai, na Revista Tiempo e nas rádios Ñanduti e CBN Nacional. A ligação com o Paraguai é mais do que presente no programa de Margarida. A jornalista faz questão de tocar a música do país e não só as canções tradicionais, mas o que de novidade acontece por lá. Com isso, apresenta o rock paraguaio (www.kamikazeparaguay.com) para os veteranos adoradores de guarânia e músicas clássicas do folclore paraguaio para os jovens moderninhos. "A reação dos mais velhos é a de que não existem mais compositores como antigamente e que está havendo um abandono da polca. Mas faço questão de que todos escutem e que exista este feedback de opiniões", ressalta.

Confira abaixo a entrevista com Margarida Román:

Você acabou mudando o foco do programa para a saúde após a doença

de seu filho Ramiro. Como é explorar um assunto que se mistura com a sua vida pessoal?

Não se tem escolha nestas horas. Lamentavelmente. Meu filho descobriu um câncer aos 18 anos. Desde então, toda a mudança de rumo no Ñe Ê Ngatu tem a ver com o componente da cidadania. Com a tragédia do meu filho entre fundo no Sistema Único de Saúde, o SUS. Acho que nunca mais vou sair. Encontrei nos ambulatórios índios e mulheres com câncer e que nunca tinham visto sequer uma injeção. Por isso, ter saído da linha de entretenimento e seguido para o jornalismo foi bem natural. Além disso, sou índia e não suporto rotina.

Você tem idéia de quantas pessoas o programa atinge em MS?

Atualmente não. Mas independentemente disso nunca me dispus a fazer um programa para a massa. Sei que em Campo Grande devem ter 5 mil pessoas que falam o Ñe Ê Ngatu, sem contar os índios. Não me passaram os números agora, mas em 2003, quando o programa era quarta, das 19h às 20h, a pesquisa da emissora indicou que atingíamos 80 mil ouvintes em Campo Grande.

É mais de 10% da população da Capital...

Pois é. A Vila Popular, por exemplo, é um local em que temos uma audiência incrível. Pelo menos 90% dos moradores do bairro com mais de 70 anos falam o Ñe Ê Ngatu. Na verdade, o idioma foi proibido com o fenômeno das ditaduras sul-americanas. Em Mato Grosso do Sul, na década de 60, muitos pais de alunos foram chamados às escolas e a ordem era para que não se ensinasse mais o guarani aos filhos, muitas vezes descendentes de paraguaios. E é este o público do programa. As gerações que passaram por isso.

Você pretende transformar o Ñe Ê Ngatu em segundo idioma oficial do MS. Acha que vai conseguir?

O município de São Gabriel do Cachoeiro, no Amazonas, conseguiu. Podemos conseguir também. Vamos começar uma campanha em 2006. Já encaminhei o projeto para a Câmara dos Vereadores e os deputados federais. Seria uma forma também de resgatar e perpetuar o modo de falar dos terena, kadweu, guarani e, principalmente, dos guató e xavante, que correm o risco de desaparecerem do mapa. A questão é que não se pode dissociar o idioma da vida. Quando tiraram a língua dos índios todos se enfraqueceram. O índio se suicida em Dourados, por exemplo, devido ao paredão que encontra. Ele está totalmente dominado pela ausência cultural e impotência econômica. Mas enquanto houver fronteiras o Ñe Ê Ngatu vai resistir.

Por que você acha que demorou quase 20 anos para finalmente conseguir fazer o programa?

A desculpa geral era a dificuldade do próprio idioma. Falavam que ninguém iria

se interessar. Na minha opinião, apesar de termos um público cativo, o programa ainda não foi compreendido em Mato Grosso do Sul. O poder, principalmente, o rejeita. Político só pensa em economia. Para eles, o Ñe Ê Ngatu é vender geladeira para pingüim.

O que você sente ao se comunicar em Ñe Ê Ngatu?

É uma emoção. Para falar este idioma verdadeiramente a pessoa precisa ter esta amálgama da fronteira dentro dela. Eu falei primeiro o guarani, depois o espanhol e, já com 11 anos, o português. Justamente os três idiomas que se misturam no Ñe Ê Ngatu. Porto Murtinho era uma cidade muito cosmopolita. Lembro que com 16 anos já falava as três línguas e ainda escutava o árabe dos comerciantes da cidade e o inglês de alguns norte-americanos que transitavam por lá. No Mato Grosso do Sul existe uma biotecnologia idiomática. São muitos descendentes de colônias diferentes. Campo Grande impressiona por como é híbrida culturalmente. No fundo, todos nós da América do Sul somos índios. São poucos os realmente brancos. E os negros vivem geralmente em guetos. Meu objetivo principal com o programa é a gente se conhecer. Olhar primeiro para a nossa própria aldeia. No fundo, podem até gostar ou não do programa, mas o Ñe Ê Ngatu marca pela diferença.